



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO

Água em falta na terra da garoa:
análise da narrativa jornalística da *Folha de S. Paulo* sobre a crise hídrica
na Região Metropolitana de São Paulo

Raylton Alves Batista

Brasília

Dezembro de 2019



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO

Água em falta na terra da garoa:
análise da narrativa jornalística da *Folha de S. Paulo* sobre a crise hídrica
na Região Metropolitana de São Paulo

Raylton Alves Batista

Trabalho apresentado à Banca Examinadora de
Dissertação como requisito parcial para obtenção
do grau de mestre em Comunicação.

Linha de pesquisa: Jornalismo e Sociedade.

Orientadora: Prof.^a Dra. Dione Oliveira Moura.

Brasília

Dezembro de 2019

Raylton Alves Batista

Água em falta na terra da garoa:

análise da narrativa jornalística da *Folha de S. Paulo* sobre a crise hídrica na Região Metropolitana de São Paulo

Trabalho apresentado à Banca Examinadora de
Dissertação como requisito parcial para obtenção
do grau de mestre em Comunicação.

Aprovado em ____/____/____

Banca Examinadora:

Prof.^a Dra. Dione Oliveira Moura
Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade de Brasília
(PPGCOM/FAC/UnB)
Presidente

Prof. Dr. Fernando Oliveira Paulino
Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade de Brasília
(PPGCOM/FAC/UnB)
Membro examinador titular

Prof. Dr. Tiago Quiroga Fausto Neto
Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade de Brasília
(PPGCOM/FAC/UnB)
Membro examinador titular

Prof.^a Dra. Célia Maria dos Santos Ladeira Mota
Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade de Brasília
(PPGCOM/FAC/UnB)
Membro examinadora suplente

A Deus, responsável pela minha existência e por ter me permitido chegar aonde cheguei. Palavras não são suficientes para expressar minha gratidão.

Aos meus pais, que me deram e dão bons exemplos e todas as condições para que eu possa realizar tantos sonhos, como este mestrado. Foram eles que me ensinaram o valor do estudo e do trabalho com honestidade.

À minha amada esposa Flávia, que me motiva diariamente com seu amor. Sem seu apoio incondicional, não teria sido possível concluir esta jornada.

À minha filha Giovana, meu anjo lindo, pelo amor e pela compreensão devido ao tempo que deixamos de passar juntos em função das atividades deste mestrado.

À minha irmã Loriene, pelas palavras de incentivo.

À minha sogra Lúcia e ao meu sogro Alair, por todo auxílio e orações antes e durante o mestrado, além do convívio sempre tão especial.

Ao meu cunhado Fábio, por sempre estar à disposição para me guiar nesta caminhada no universo da pós-graduação.

Às amigas e aos amigos, pela compreensão da minha ausência em nosso convívio durante esta etapa da minha vida acadêmica.

AGRADECIMENTOS

À orientadora Prof.^a Dra. Dione Oliveira Moura pelo trabalho de orientação no decurso da elaboração desta dissertação. Também a agradeço pela etapa de pesquisa realizada em coautoria, trabalho o qual tive a honra de apresentar em outubro de 2018, no Porto, em Portugal, durante o IV Encontro de Jovens Investigadores da Associação Portuguesa de Ciências da Comunicação (SOPCOM). A participação em tal evento foi bastante relevante para que eu pudesse compartilhar reflexões sobre a pesquisa então em desenvolvimento.

À Prof.^a Dra. Célia Maria dos Santos Ladeira Mota, ao Prof. Dr. Fábio Henrique Pereira e ao Prof. Dr. João José Azevedo Curvello, pela presença e pelas valiosas contribuições na minha Banca de Exame de Qualificação do projeto de dissertação.

À equipe da Secretaria do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade de Brasília (PPGCOM/FAC/UnB), representada pelas servidoras Regina Lúcia de Oliveira e Carolina Sotelo Pinheiro Du Pin Calmon.

Aos amigos e amigas que fiz durante o mestrado, por meio de quem aprendi muito a respeito do universo da pós-graduação, da comunicação, do jornalismo, da solidariedade, da amizade e da vida.

Por que se chamava homem
Também se chamavam sonhos
E sonhos não envelhecem

Lô Borges. Clube da Esquina II

RESUMO

Esta dissertação de mestrado tem como objeto o estudo da narrativa do veículo de comunicação *Folha de S. Paulo* acerca da maior crise hídrica já registrada na Região Metropolitana de São Paulo (RMSP), fenômeno cujos efeitos foram sentidos entre 2014 e 2016. Para tanto, a Análise Crítica da Narrativa (ACN) será a abordagem teórico-metodológica utilizada, pois pode ser aplicada no estudo de narrativas fáticas, como é o caso das narrativas jornalísticas presentes diariamente no noticiário. A escolha também se deve ao fato de que a ACN tem como finalidade maior revelar a relação comunicativa entre narrador e seu público por meio de narrativas. Por isso, a pesquisa a ser empreendida busca compreender como se dá tal relação comunicativa entre um veículo da grande imprensa e seu público sobre uma crise hídrica – no caso, a da Região Metropolitana de São Paulo –, por intermédio de narrativas jornalísticas. Esta crise foi escolhida pelo fato de ter recebido ampla cobertura da imprensa no período analisado, visto que apenas a *Folha* veiculou pelo menos 1.249 materiais sobre o tema no período, entre notícias, colunas e editoriais com os termos “crise hídrica” e/ou “Sistema Cantareira”. Neste universo, foram analisadas 38 notícias no âmbito da cobertura da *Folha de S. Paulo* sobre o fenômeno em questão em sete episódios identificados por esta pesquisa. Com base no conhecimento acerca da narrativa construída pelo veículo de comunicação sobre a maior crise hídrica já vivenciada pelos paulistanos e habitantes dos demais municípios da Grande São Paulo, este estudo identifica os principais personagens que integram as histórias contadas, como o Governo do Estado de São Paulo e o então governador paulista, Geraldo Alckmin, que atuam especialmente como vilões. Por sua vez, a população da Grande São Paulo desempenha o papel de vítima afetada pelos recorrentes cortes no fornecimento de água, bem como a função de heroína ao buscar alternativas e formas de contribuir para solucionar a situação. Ainda com base na Análise Crítica da Narrativa, são analisados os principais conflitos, no âmbito narrativo, sobre a cobertura da *Folha* concernente à crise hídrica em questão, como os travados entre a população da RMSP, sobretudo a das periferias, e o Governo do Estado de São Paulo no contexto do desabastecimento de água na Região Metropolitana de São Paulo. As metanarrativas, narrativas de fundo que contêm valores morais ou culturais, verificadas revelam sentidos como o de que falta ao Estado dar a devida transparência para informações de interesse público, tais como as que se referem à real gravidade de uma crise hídrica. Outra entre as principais metanarrativas verificadas diz respeito à priorização de interesses políticos na condução da crise hídrica da Grande São Paulo em detrimento de requisitos técnicos para solucionar a situação. Ao verificar sob quais perspectivas a questão da água é retratada nas notícias da *Folha de S. Paulo* analisadas, percebe-se que a água é posicionada nesta narrativa predominantemente como um insumo para as atividades econômicas e cotidianas da população sobretudo no ambiente doméstico, ou seja, uma perspectiva da água com uma função precípua para abastecimento público.

Palavras-chave: Análise Crítica da Narrativa, crise hídrica, jornalismo, narratologia, *Folha de S. Paulo*

ABSTRACT

This master's dissertation aims to study the narrative of the communication vehicle *Folha de S. Paulo* about the largest water crisis ever recorded in the Metropolitan Region of São Paulo, a phenomenon whose effects were felt between 2014 and 2016. To this end, the Critical Analysis of Narrative (ACN) will be the theoretical-methodological approach used, since it can be applied to the study of phatic narratives, such as journalistic narratives present daily in the news. The choice is also due to the fact that the main purpose of ACN is to reveal the communicative relationship between the narrator and his public through narratives. Therefore, the research to be undertaken seeks to understand how it works the communicative relationship between a major press vehicle and its public about a water crisis, in the case of the Metropolitan Region of São Paulo, through journalistic narratives. This crisis was chosen because it received wide press coverage during the analyzed period, given that *Folha* alone published at least 1,249 news reports on the subject during the period, including news, columns and editorials with the terms "water crisis" and/or "Sistema Cantareira". In this context, 38 were analyzed within the scope of *Folha de S. Paulo*'s coverage of the phenomenon in question in seven episodes identified by this research. Based on the knowledge about the narrative built by the communication vehicle about the biggest water crisis ever experienced by São Paulo citizens, this study identifies the main characters that integrate the stories told, such as the Government of the State of São Paulo and its governor between 2014 and 2016, Geraldo Alckmin, who act especially as villains. Meanwhile, the population of the Metropolitan Region of São Paulo plays the role of victim affected by recurrent water supply cuts, as well as the role of hero when seeks alternatives and ways to contribute to solving the situation. Also based on the Critical Analysis of Narrative, the main conflicts, in the narrative sense, on *Folha de S. Paulo*'s coverage concerning the water crisis in question, are analyzed, such as those between the population of São Paulo, especially the one in the outskirts, and the Government of São Paulo State in the context of water shortage in the Metropolitan Region of São Paulo. The verified metanarratives, background narratives that contain moral or cultural values, reveal meanings such as that the State lacks the necessary transparency for information of public interest, much as those that refer to the real severity of a water crisis. Another of the main metanarratives found concerns the prioritization of political interests in the management of the Greater São Paulo water crisis over technical requirements to solve the situation. By checking under which perspectives the issue of water is portrayed in the *Folha de S. Paulo* news analyzed, one realizes that water is positioned in this narrative predominantly as an input for economic and daily activities of the population especially in the domestic environment, that is a perspective of water with a paramount role for public supply.

Keywords: Critical Analysis of Narrative, water crisis, journalism, narratology, *Folha de S. Paulo*

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1	Divisão sub-regional da Região Metropolitana de São Paulo.....	24
Figura 2	Infográfico do Sistema Cantareira.....	25
Figura 3	Vazões mensais afluentes ao Reservatório Equivalente do Sistema Cantareira.....	26
Figura 4	Evolução do estoque de água no Sistema Cantareira de 2011 a 2014.....	31
Figura 5	Gráfico que relaciona a cobertura da grande imprensa sobre a crise hídrica de São Paulo e os volumes acumulados no Sistema Cantareira entre 2011 e junho de 2016.....	59
Figura 6	Fontes consultadas pela imprensa durante a crise hídrica de São Paulo.....	60
Figura 7	Principais causas da crise hídrica de São Paulo citadas pelos jornais <i>Folha de S. Paulo</i> , <i>O Estado de S. Paulo</i> e <i>O Globo</i>	61
Figura 8	Principais soluções para a crise hídrica de São Paulo citadas pelos jornais <i>Folha de S. Paulo</i> , <i>O Estado de S. Paulo</i> e <i>O Globo</i>	62
Figura 9	Exemplo de como aparecem os resultados de buscas no site da <i>Folha de S. Paulo</i> , contendo o título e o trecho onde está o termo pesquisado.....	65
Quadro 1	Categorias dos episódios da <i>Folha de S. Paulo</i> sobre a narrativa da crise hídrica de São Paulo e suas respectivas partes com base nas notícias, colunas e editoriais veiculados de janeiro de 2014 a dezembro de 2016.....	68
Quadro 2	Episódios e partes selecionados para análise.....	70
Quadro 3	Notícias selecionadas para cada episódio a ser analisado no âmbito da narrativa sobre a crise hídrica de São Paulo.....	71
Figura 10	Esquema sobre a delimitação do objeto deste estudo.....	74
Figura 11	Gráfico sobre papéis desempenhados pelos personagens principais da narrativa da <i>Folha de S. Paulo</i>	200

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Publicações sobre a crise hídrica entre janeiro de 2014 e dezembro de 2016 na <i>Folha de S. Paulo</i>	63
Tabela 2	Editoriais sobre a crise hídrica publicados pela <i>Folha de S. Paulo</i> de janeiro de 2014 a dezembro de 2016.....	64
Tabela 3	Editoriais com referência à crise hídrica publicados pela <i>Folha de S. Paulo</i> de janeiro de 2014 a março de 2016.....	65
Tabela 4	Publicações sobre a crise hídrica na <i>Folha de S. Paulo</i> entre 8 de janeiro de 2014 e 2 de novembro de 2016.....	66

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACN	Análise Crítica da Narrativa
ANA	Agência Nacional de Águas
APPs	Áreas de preservação permanente
ARSESP	Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo
ASCOM	Assessoria de Comunicação Social
CETESB	Companhia Ambiental do Estado de São Paulo
CNRH	Conselho Nacional de Recursos Hídricos
Consórcio PCJ	Consórcio Intermunicipal das Bacias dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá
CPI	Comissão Parlamentar de Inquérito
DAEE	Departamento de Águas e Energia Elétrica do Estado de São Paulo
EMPLASA	Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano
ETAs	Estações de tratamento de água
GAEMA/MPSP	Grupo de Atuação Especial do Meio Ambiente do Ministério Público do Estado de São Paulo
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDEC	Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor
IDS	Instituto Democracia e Sustentabilidade
IEA/USP	Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo
MASP	Museu de Arte de São Paulo Assis Chateaubriand
MPF	Ministério Público Federal
MPSP	Ministério Público do Estado de São Paulo
ONU	Organização das Nações Unidas
PCJ	Piracicaba, Capivari e Jundiá
PIB	Produto Interno Bruto
POLI/USP	Escola Politécnica da Universidade de São Paulo
PPGCOM/FAC/UnB	Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade de Brasília
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PT	Partido dos Trabalhadores
RMC	Região Metropolitana de Campinas
RMSP	Região Metropolitana de São Paulo
SABESP	Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo
SINGREH	Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos
SOPCOM	Associação Portuguesa de Ciências da Comunicação
STF	Supremo Tribunal Federal
TCESP	Tribunal de Contas do Estado de São Paulo
TCMSP	Tribunal de Contas do Município de São Paulo

TJSP	Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UNESP	Universidade Estadual Paulista
UNICAMP	Universidade Estadual de Campinas
UNIP	Universidade Paulista
USP	Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	15
	PROBLEMA DE PESQUISA.....	16
	JUSTIFICATIVA.....	17
	OBJETIVOS.....	20
1	A CRISE HÍDRICA DA GRANDE SÃO PAULO	23
1.1	ANTECEDENTES E CAUSAS.....	23
1.2	FALTA DE ÁGUA NA TERRA DA GAROA.....	30
1.3	TRANSPARÊNCIA SOBRE O RACIONAMENTO.....	32
2	O ESTUDO DE NARRATIVAS	35
2.1	O PROCESSO ANALÍTICO NO MÉTODO CIENTÍFICO.....	35
2.2	NARRATIVAS.....	36
2.3	NARRATOLOGIA.....	39
2.4	ANÁLISE DE NARRATIVAS JORNALÍSTICAS.....	41
2.5	NARRATIVA E ACONTECIMENTO.....	44
3	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	51
3.1	A OPÇÃO PELA ANÁLISE CRÍTICA DA NARRATIVA.....	51
3.2	INSTÂNCIAS E MOVIMENTOS PARA ANÁLISE DE NARRATIVAS....	54
3.3	BASES METODOLÓGICAS DA ANÁLISE CRÍTICA DA NARRATIVA..	57
3.4	CARACTERÍSTICAS DA COBERTURA JORNALÍSTICA SOBRE A CRISE HÍDRICA DE SÃO PAULO.....	58
3.5	A COBERTURA DA <i>FOLHA DE S. PAULO</i>	63
3.6	DELIMITAÇÃO DO <i>CORPUS</i>	64
4	EPISÓDIOS DA NARRATIVA SOBRE A CRISE HÍDRICA DA REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO	75
4.1	EPISÓDIO A: CONTEXTO DA CRISE HÍDRICA DE SÃO PAULO.....	75
4.1.1	Parte A2: Alertas que prenunciaram a crise	75
4.2	EPISÓDIO B: COTIDIANO DA ESCASSEZ.....	83
4.2.1	Parte B1: Adaptação e alternativas à escassez cotidiana	83
4.2.2	Parte B2: Falta de água e impactos no dia a dia	86
4.2.3	Parte B6: Manifestações artísticas e religiosas relacionadas à crise	93
4.2.4	Parte B7: Maus exemplos que vêm de cima	97
4.3	EPISÓDIO C: MEDIDAS PARA MITIGAÇÃO DA CRISE E SANEAMENTO.....	106
4.3.1	Parte C1: Bônus para quem economiza e sobretaxa para “gastões”	106

4.4	EPISÓDIO D: BUSCA DE ALTERNATIVAS PARA GARANTIR O ABASTECIMENTO.....	115
4.4.1	Parte D1: Volume morto como alternativa à crise hídrica.....	115
4.5	EPISÓDIO E: ESCASSEZ DE ÁGUA NA AGENDA POLÍTICA.....	127
4.5.1	Parte E2: Interligação do Sistema Cantareira com a bacia hidrográfica do rio Paraíba do Sul.....	127
4.5.2	Parte E6: Prêmio da Câmara dos Deputados pela gestão da crise pelo então governador paulista, Geraldo Alckmin.....	134
4.6	EPISÓDIO F: TRANSPARÊNCIA NA COMUNICAÇÃO SOBRE A CRISE.....	149
4.6.1	Parte F1: Divulgação insuficiente do governo paulista para informar a sociedade sobre a gravidade da crise.....	149
4.6.2	Parte F2: O caso dos áudios vazados de dirigentes da SABESP.....	159
4.6.3	Parte F3: Mudanças na forma de divulgação dos dados dos reservatórios do Sistema Cantareira.....	169
4.7	EPISÓDIO G: FIM DA CRISE E LIÇÕES DECORRENTES.....	178
4.7.1	Parte G1: Anúncio do fim da crise pelo então governador de São Paulo...	178
4.8	A NARRATIVA DA <i>FOLHA DE S. PAULO</i> SOBRE A CRISE HÍDRICA DA GRANDE SÃO PAULO.....	183
4.8.1	Conflitos.....	184
4.8.2	Personagens.....	192
4.8.3	Metanarrativas.....	200
4.8.4	Perspectivas sobre a água.....	203
	CONCLUSÕES.....	205
	REFERÊNCIAS.....	213

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa aborda a narrativa da *Folha de S. Paulo* sobre a crise hídrica que ocorreu na Região Metropolitana de São Paulo (RMSP) entre 2014 e 2016. Este fenômeno foi um ponto de inflexão na cobertura da grande imprensa¹ sobre temas relacionados aos recursos hídricos. Um indicativo do espaço dado a esta situação pode ser percebido tanto em pautas sobre água e a escassez do recurso quanto na criação da própria expressão “crise hídrica” para identificar esta cobertura no noticiário. Este termo passou a ser utilizado, a partir de então, para retratar até mesmo outras crises de desabastecimento de água, como a que aconteceu entre 2016 e 2018 no Distrito Federal, onde oficialmente houve racionamento do líquido.

No entanto, cabe ressaltar que tal expressão não foi cunhada especificamente para a crise hídrica de São Paulo, uma vez que a *Folha* já havia utilizado o termo pelo menos em duas oportunidades² antes de 2014. A primeira vez que um texto do veículo citou “crise hídrica” foi em 17 de março de 2003 na matéria intitulada “Debate sobre cotas divide Fórum da Água no Japão” (TAUTZ, 2003). O conteúdo foi produzido no contexto do 3º Fórum Mundial da Água, que aconteceu na cidade japonesa de Quioto. Apenas em 22 de março de 2013, por ocasião do Dia Mundial da Água daquele ano, o veículo voltou a utilizar o termo na matéria intitulada “40% da população mundial não têm acesso a um banheiro, diz ONU” (VEIGA, 2013). Em ambas as notícias, as referências a “crise hídrica” colocam o problema como sendo de caráter internacional e sem referência direta ao Brasil.

Como identificamos 1.249 notícias, editoriais, reportagens ou colunas sobre a crise hídrica da Grande São Paulo de 2014 a 2016, período deste estudo, é possível depreender que a expressão “crise hídrica” se consolidou durante a cobertura da escassez de água, sobretudo na capital paulista, a partir de 2014. Este termo, juntamente com “crise da água”, também funciona como o título da grande narrativa construída pela *Folha* e por outros veículos da grande imprensa sobre o tema.

A crise hídrica de São Paulo foi tão marcante em termos jornalísticos, que a *Folha* continuou a cobrir como está a situação de armazenamento de água dos reservatórios que abastecem a Região Metropolitana de São Paulo – principalmente quando os níveis acumulados registram quedas sucessivas –, semelhante ao que tradicionalmente divulga em termos de

¹ Ao longo deste texto, os termos “imprensa”, “grande imprensa”, “grande mídia” e “veículos de comunicação” se referem a instituições que acompanharam jornalisticamente a crise hídrica em São Paulo.

² Este levantamento de conteúdos produzidos pela *Folha de S. Paulo* com a expressão “crise hídrica” foi realizado por meio do sistema de busca do site *Folha.com.br*.

previsão do tempo. O veículo também continua a acompanhar e veicular as medidas que a Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (SABESP) e o Governo do Estado de São Paulo vêm adotando ou precisam implementar para que uma nova crise hídrica não aconteça na RMSP.

PROBLEMA DE PESQUISA

A imprensa paulistana costuma divulgar temas relacionados à água no contexto de abundância do recurso. No verão, por exemplo, os veículos de comunicação veiculam notícias sobre os impactos das chuvas características desta estação do ano, tais como alagamentos em regiões mais baixas da capital, quedas de árvores sobre fios da rede elétrica, carros arrastados pelas enxurradas, caos no trânsito, bueiros entupidos, casas destelhadas, pessoas levadas pela força das águas, entre outros tantos problemas relacionados ao excesso de água combinado à falta de drenagem urbana. Enfim, estes temas já fazem parte da agenda sazonal da imprensa de São Paulo.

Porém, quando a Região Metropolitana de São Paulo, com seus 21,5 milhões de habitantes (IBGE, 2018), passa a enfrentar uma inédita crise de escassez de recursos hídricos, como a imprensa paulistana passa a cobrir um fenômeno tão atípico para uma sociedade que é habituada a ter o suprimento necessário de água para suas necessidades? A partir desta indagação, surge a seguinte pergunta de pesquisa: como a *Folha de S. Paulo*, veículo da grande imprensa, constrói sua narrativa sobre uma crise hídrica? A narrativa jornalística sobre a escassez de água na Grande São Paulo é o foco desta pesquisa por considerarmos que, a partir da perspectiva da Análise Crítica da Narrativa (ACN), poderemos observar e analisar os recursos argumentativos, estratégias comunicativas por parte dos jornalistas na cobertura em questão. Por intermédio da ACN também será possível identificar personagens, conflitos e metanarrativas contidos nas notícias sobre o tema em questão selecionadas para esta análise.

O tema narrativa jornalística na cobertura da crise hídrica da Região Metropolitana de São Paulo foi escolhido por considerarmos que, não obstante as pesquisas já existentes no âmbito do jornalismo ambiental, faz-se necessário trazer novos estudos sobre a cobertura da questão da crise hídrica, pois os estudos sobre jornalismo ambiental focalizam mais outras temáticas, como mudanças climáticas e desmatamento, por exemplo.

No entanto, a questão de recursos hídricos também possui “vida própria”, embora seja um tema transversal que se relaciona com assuntos os mais variados, tais como: geração de

energia hidrelétrica, navegação, produção industrial, religião, fauna, flora, ciência, tecnologia, saneamento, saúde pública, política³, conflitos militares, atividades domésticas, lazer, turismo, entre tantos outros. A água também representa o principal insumo para produção de alimentos, o que pode ser percebido pelo principal uso consuntivo (que consome água) no Brasil: a irrigação, com uma vazão consumida de 743,51 metros cúbicos por segundo (m³/s) em 2019, o equivalente a 66,29% do total nacional (ANA, 2019a).

Diante da construção do problema de pesquisa acima exposto, chegamos à seguinte pergunta de pesquisa: como se apresenta a narrativa de um veículo de comunicação da grande imprensa – no caso, a *Folha de S. Paulo* – sobre a crise hídrica que ocorreu na Região Metropolitana de São Paulo?

JUSTIFICATIVA

Por intermédio deste trabalho, a questão sobre a cobertura da crise hídrica em meio às narrativas jornalísticas pode contribuir para os estudos sobre jornalismo ambiental. Neste sentido, a título de ilustração, dentre os trabalhos que já utilizaram o método da Análise Crítica da Narrativa (ACN) no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília (PPGCOM/FAC/UnB), este será o primeiro a relacionar questões ambientais a análises de narrativas, o que poderá trazer novas contribuições nos estudos sobre narrativas realizados no contexto do Programa. Esta pesquisa também pode revelar, nas questões referentes a recursos hídricos, um nicho ainda pouco explorado em pesquisas sobre comunicação e, mais especificamente, sobre jornalismo.

Ademais, esta pesquisa pode servir como insumo para as instituições do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SINGREH)⁴ – como a Agência Nacional de Águas (ANA), instituição na qual trabalho desde 20 de novembro de 2006 – desenvolverem estratégias de relacionamento com a grande imprensa em questões relacionadas a recursos hídricos e com rebatimento na sociedade. Também pode contribuir para a elaboração de planos ou políticas de comunicação que envolvam a imprensa em temáticas ligadas a água, de modo que as entidades do SINGREH passem a ser vistas pela imprensa como relevantes fontes de informação em questões que dizem respeito aos recursos hídricos, o que ainda acontece de modo incipiente.

³ Neste estudo, o termo “política” se refere à política partidária e não a políticas públicas.

⁴ O SINGREH foi criado pela Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, e tem como um de seus objetivos implementar a Política Nacional de Recursos Hídricos. O Sistema é integrado pelo Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH), Agência Nacional de Águas, órgãos gestores estaduais de recursos hídricos, comitês de bacias, entre outras instituições.

Como a atuação em tais órgãos é essencialmente empírica e carente de referências teóricas, um trabalho desta natureza pode, ainda, apontar caminhos para que tais instituições compreendam como grandes jornais enxergam a água e constroem narrativas a respeito do tema. A partir disso, é possível que tais instituições tenham insumos para se comunicar de maneira mais efetiva com os veículos de comunicação e, por tabela, com a sociedade, no que concerne a assuntos estratégicos para os recursos hídricos do País, como é o caso de uma crise hídrica.

Quanto aos aspectos da crise hídrica da Grande São Paulo, a capital paulista possui um clima marcado por chuvas regulares, aspecto que lhe rendeu a alcunha de “terra da garoa”. Com esta característica, a cidade de São Paulo, fundada em 1554, tem sua história marcada por uma disponibilidade hídrica suficiente para seu desenvolvimento ao longo dos séculos, como ressaltam Fajersztajn e Saldiva (2018). Esta característica climática também lhe permitiu alcançar a condição de cidade mais populosa do Brasil, com uma população estimada em 12.252.023 pessoas de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2019), sem contar os habitantes dos municípios do seu entorno.

Devido ao suprimento de água rotineiramente garantido na Região Metropolitana de São Paulo, a grande mídia paulista tem veiculado tradicionalmente matérias sobre enchentes na capital. Outra abordagem costumeira para pautas sobre água em São Paulo diz respeito a temas relativos ao setor de saneamento, como: cortes eventuais no fornecimento de água pelas companhias de saneamento, especialmente a SABESP, que atende 35 dos 39 municípios da Grande São Paulo⁵; fiscalizações em busca de ligações clandestinas à rede de abastecimento de água, conhecidas popularmente como “gatos”; poluição de rios, como o Tietê e o Pinheiros; entre outros temas.

No entanto, entre 2014 e 2016, a crise hídrica modificou este cenário, pois a incomum escassez hídrica na RMSP levou grandes veículos de comunicação a darem ampla cobertura jornalística para os acontecimentos relacionados ao risco de desabastecimento da capital paulista e de outras cidades próximas abastecidas principalmente pelas águas dos reservatórios do Sistema Cantareira e do Alto Tietê – trecho da cabeceira do rio Tietê anterior à passagem do leito do curso d’água pela Grande São Paulo.

No cotidiano da Assessoria de Comunicação Social (ASCOM) da Agência Nacional de Águas (ANA), onde trabalho como servidor público desde 2006, pude acompanhar a cobertura

⁵ Com base em lista de municípios atendidos pela SABESP, apenas Mauá, Mogi das Cruzes, Santo André e São Caetano do Sul não contam com os serviços da companhia de saneamento na Região Metropolitana de São Paulo. Disponível em: <http://site.sabesp.com.br/site/uploads/file/asabesp_doctos/municipios_atendidos_sabesp.pdf>. Acesso em: 4 maio 2019.

que veículos da grande imprensa fizeram sobre a crise hídrica de São Paulo de 2014 a 2016, como a *Folha de S. Paulo*. E me chamou a atenção o grande espaço dedicado por eles à temática, o que me motivou a realizar a pesquisa presente nesta dissertação.

Em virtude de a *Folha* ser o jornal brasileiro com maior número de leitores⁶ – 285.334 no total, contabilizados os assinantes com acesso ao *site Folha.com.br* e a tiragem da edição impressa –, o veículo foi o escolhido para esta análise de narrativa sobre a crise hídrica de São Paulo. Outra motivação para esta escolha foi o fato de que o veículo e seus jornalistas vivenciaram a crise *in loco*, devido à localização de sua sede na capital paulista.

A partir desta experiência vivida durante a crise hídrica, passei a ter interesse em compreender, mais a fundo, como a grande imprensa constrói suas narrativas sobre água, mais especificamente sobre a falta dela, já que crises hídricas vêm se sucedendo de maneira recorrente pelo menos desde 2012 no Brasil – o que é paradoxal no país que concentra a maior disponibilidade hídrica do mundo, com 12% de toda a água doce do planeta (ANA; CEBDS, 2006).

Agora, uma vez desenvolvida a dissertação, constatamos que a *Folha de S. Paulo*, por exemplo, deu atenção especial à questão da crise, o que pôde ser percebido através de infográficos, cadernos especiais, entre outros recursos para auxiliar a compreensão do público sobre o assunto até então inexistente na cabeça de um paulistano: o desabastecimento de água. Estes conteúdos tiveram uma frequência mais do que diária no período da cobertura analisada, entre 8 de janeiro de 2014 e 2 de novembro de 2016, um total de 1.030 dias, conforme o especificado na Tabela 4, a qual consta do Capítulo 4 da presente dissertação.

Uma crise hídrica traz consigo uma série de impactos econômicos, pois gera a redução da produção industrial, a diminuição da produção agrícola, dificuldades para o escoamento de mercadorias por vias fluviais, desemprego em setores que dependem de água, entre outras tantas questões. A escassez hídrica também gera impactos sociais negativos, como o desabastecimento de água principalmente das populações mais socialmente vulneráveis, já que muitas famílias carentes não dispõem sequer de meios para o armazenamento adequado do recurso, como caixas d'água. Acerca deste tema, Von Bertrab (2003) ressalta que a desigualdade de acesso à água é ampliada pela menor capacidade de armazenamento de recursos hídricos que famílias de baixa

⁶ Este dado consta de levantamento do Instituto Verificador de Comunicação (IVC) entre 2015 e 2017 sobre a circulação de jornais no Brasil. Como estes dados são exclusivos de assinantes do IVC, a fonte para eles foi uma matéria publicada no *site Poder 360*, que repercutiu a pesquisa. Disponível em: <<https://www.poder360.com.br/midia/tiragem-imprensa-dos-maiores-jornais-perde-520-mil-exemplares-em-3-anos/>>. Acesso em: 2 nov. 2018.

renda possuem. Assim, este público fica mais vulnerável à interrupção temporária do abastecimento de água e, sobretudo, ao racionamento.

A saúde pública também pode ser impactada pelo fenômeno, já que a concentração de poluentes tende a crescer quanto menos água existir num reservatório, assim como epidemias podem ocorrer a partir do momento em que as pessoas precisam armazenar água em locais inadequados e, portanto, propícios à proliferação de vetores de doenças, como o mosquito *Aedes aegypti*, o qual transmite dengue, zika e Chikungunya, entre outras enfermidades. Quanto menos água, mais as doenças de veiculação hídrica, como a diarreia, tendem a se proliferar.

Outra vertente influenciada pela crise hídrica é a socioambiental, pois a falta de recursos hídricos gera impactos à flora e à fauna, como a mortandade de peixes e plantas, assim como influencia toda a dinâmica social referente ao consumo de água, seja o consumo individual, seja o consumo pelo sistema econômico (indústria, comércio e serviços). Portanto, a água tem uma função transversal e primordial em diferentes aspectos da vida em sociedade. Na vertente ambiental, Develey (2018) assevera que uma crise hídrica e a perda de biodiversidade são fenômenos que caminham conjuntamente, pois as regiões onde ocorre escassez hídrica acabam registrando severas perdas de biodiversidade. De acordo com o autor, o município de São Paulo vem enfrentando suas maiores perdas na fauna e flora em todo seu processo de urbanização, ainda que as espécies possuam a capacidade de se adaptar às novas condições impostas pelo ambiente urbano onde vivem.

OBJETIVOS

Esta pesquisa tem como **objetivo geral** compreender como apresenta-se a narrativa de um veículo de comunicação da grande imprensa – no caso, a *Folha de S. Paulo* – sobre a crise hídrica que ocorreu na Região Metropolitana de São Paulo entre 2014 e 2016. Para tanto, será utilizada a abordagem teórico-metodológica Análise Crítica da Narrativa (ACN).

Para a consecução deste objetivo, os seguintes **objetivos específicos** serão investigados.

- a) Analisar como se desenvolvem os principais conflitos, no âmbito narrativo, relatados na cobertura da crise hídrica;

- b) Examinar de que modo os personagens⁷ principais desempenham seus papéis nas notícias analisadas;
- c) Compreender como as principais metanarrativas (narrativas de fundo) sobre a crise hídrica de São Paulo são configuradas nas estórias⁸ contadas;
- d) Identificar de que maneira e sob quais perspectivas a questão da água é retratada nas narrativas jornalísticas da *Folha* sobre a crise hídrica da Região Metropolitana de São Paulo.

Para tanto, as narrativas serão analisadas a partir das instâncias e movimentos da Análise Crítica da Narrativa, conforme desenvolveremos na seção deste trabalho intitulada “As instâncias e movimentos para análise de narrativas”, no Capítulo 4.

Esta pesquisa foi estruturada de modo a abordar, no **capítulo “A crise hídrica da Grande São Paulo”**, a contextualização da crise hídrica na Região Metropolitana de São Paulo. Esta seção contém os antecedentes e as causas que culminaram na situação de escassez hídrica no maior aglomerado urbano do Brasil. Os efeitos que esta situação causou no cotidiano da população da Grande São Paulo e questões relacionadas à transparência na gestão da crise por parte da SABESP e de seu acionista majoritário: o Governo do Estado de São Paulo.

O **capítulo “O estudo de narrativas”** é iniciado com um histórico sobre a utilização da análise no âmbito da ciência e de que modo métodos analíticos podem ser empregados no contexto científico. Na sequência, as características inerentes às narrativas, sejam elas fáticas (como as notícias) ou fictícias, são expostas. Já a narratologia, estudo de narrativas originário de pesquisas literárias, é a seção seguinte do capítulo. Daí, o trabalho focaliza a análise de narrativas jornalísticas, objeto deste estudo. Por fim, as narrativas e os acontecimentos jornalísticos são correlacionados, visto que as notícias são motivadas por acontecimentos, revelando a relação íntima entre ambas as dimensões.

No **capítulo “Procedimentos metodológicos”**, há uma seção que diz respeito aos motivos que levaram à escolha do método Análise Crítica da Narrativa para o trabalho analítico das notícias selecionadas para a execução desta pesquisa. A seguir são especificadas as três instâncias analíticas observadas numa narrativa por este método: o plano da expressão, o plano da estória e o plano da metanarrativa. Também são esmiuçados os sete movimentos

⁷ Neste estudo, a opção pelo uso da palavra “personagem” como substantivo de dois gêneros dá-se pelo fato de o vocábulo ser habitualmente utilizado desta maneira na atualidade. Originalmente a palavra era grafada no feminino.

⁸ A palavra “estória” é utilizada para diferenciar as narrativas dramáticas, aqui analisadas, das narrativas da historiografia. Também será utilizada neste estudo como sinônimo de narrativas de maneira geral.

constitutivos da ACN. Há, ainda, um enfoque nas bases metodológicas da Análise Crítica da Narrativa em si. Este capítulo trata das características gerais da cobertura da crise pela grande imprensa e mais especificamente pela *Folha de S. Paulo*. A delimitação do *corpus*, o qual é integrado por 38 notícias produzidas pelo jornal sobre o fenômeno entre 2014 e 2016, consta desta seção.

O capítulo “**Episódios da narrativa sobre a crise hídrica da Região Metropolitana de São Paulo**” destina-se à análise em si das narrativas selecionadas da *Folha* sobre a maior crise hídrica já registrada na Grande São Paulo. Para tanto, a grande narrativa sobre o tema é desdobrada em sete episódios (narrativas secundárias). São eles: 1) contexto da crise hídrica de São Paulo; 2) cotidiano da escassez; 3) medidas para mitigação da crise e saneamento; 4) busca de alternativas para garantir o abastecimento; 5) escassez de água na agenda política; 6) transparência na comunicação sobre a crise; 7) fim da crise e lições decorrentes. Dentre os episódios, há 13 partes (narrativas terciárias), conforme o elucidado na seção 3.6, referente à delimitação do *corpus*. Ao término deste capítulo há uma análise conjunta dos sete episódios supracitados no contexto da grande narrativa da *Folha* a respeito da crise hídrica da Região Metropolitana de São Paulo entre 2014 e 2016.

1 A CRISE HÍDRICA DA GRANDE SÃO PAULO

1.1 ANTECEDENTES E CAUSAS

O que é uma crise hídrica? Para Buckeridge e Ribeiro (2018) este fenômeno é definido como um distúrbio causado pela falta ou pela distribuição desigual de água num sistema hídrico. Em outras palavras, é uma situação marcada pela escassez hídrica em virtude da insuficiência ou ausência de recursos hídricos em quantidade ou qualidade adequada, assim como pela não prestação do serviço de abastecimento de água por questões operacionais por parte da respectiva companhia de saneamento.

Por sua vez, o relator especial sobre o direito à água e ao saneamento da Organização das Nações Unidas (ONU), o brasileiro Léo Heller, afirma que crises são resultantes da ação antrópica e não fenômenos ambientais, como usualmente costuma parecer – é o caso das crises hídricas. Para ele, as pessoas provocam tais crises e acabam sofrendo com suas consequências. “Se são humanos os que a provocam, são humanos os que sofrem suas consequências” (HELLER, 2018, p. 7). Todavia, tais impactos se estendem a outros seres vivos e ao meio ambiente como um todo.

No caso específico da crise hídrica na Região Metropolitana de São Paulo (RMSP)⁹, entre 2014 e 2016, Capobianco (2018) aponta a redução dos índices pluviométricos como o principal fator que ocasionou a escassez hídrica na região com maior concentração populacional do Brasil, onde vivem 21,5 milhões de pessoas em 39 municípios, conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2018) compilados pela Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano (EMPLASA)¹⁰. A Figura 1 mostra a divisão da RMSP.

⁹ Segundo a Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano S/A (EMPLASA), a Região Metropolitana de São Paulo foi criada em 1973 e reorganizada pela Lei Complementar Estadual nº 1.139, de 16 de junho de 2011. Este instrumento jurídico dividiu os 39 municípios da RMSP em seis regiões: Município de São Paulo, Norte, Leste, Sudeste, Sudoeste e Oeste. EMPRESA PAULISTA DE PLANEJAMENTO METROPOLITANO S/A. Região Metropolitana de São Paulo, 1974-2019. Disponível em: <<https://www.emplasa.sp.gov.br/RMSP>>. Acesso em: 13 abr. 2019.

¹⁰ Idem.

Figura 1 – Divisão sub-regional da Região Metropolitana de São Paulo.



Fonte: EMPRESA PAULISTA DE PLANEJAMENTO METROPOLITANO S/A. Disponível em: <<https://www.emplasa.sp.gov.br/RMSP>>. Acesso em: 30 abr. 2019.

De acordo com a Agência Nacional de Águas, o Sudeste passou a registrar uma redução nos níveis de chuvas desde outubro de 2013 em relação à média histórica mensal, que leva em consideração dados monitorados desde 1930 (ANA, 2015). No caso específico da Região Metropolitana de São Paulo, o período chuvoso, entre outubro de 2013 e março de 2014, foi marcado por uma redução significativa no volume de precipitação nas bacias dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiá (PCJ), onde fica parte¹¹ do Sistema Cantareira, principal manancial responsável pelo abastecimento de 9 milhões de pessoas na Grande São Paulo e com capacidade de prover esta população com até 33 metros cúbicos de água por segundo (SABESP). A Figura 2 mostra a configuração do Cantareira à época da crise hídrica.

¹¹ Como a Figura 2 demonstra, o Sistema Cantareira tem parte de seus reservatórios nas bacias dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiá (PCJ) – Jaguari-Jacareí, Cachoeira e Atibainha. Já os reservatórios Paiva Castro e Águas Claras se localizam na bacia hidrográfica do Alto Tietê.

Figura 2 – Infográfico do Sistema Cantareira

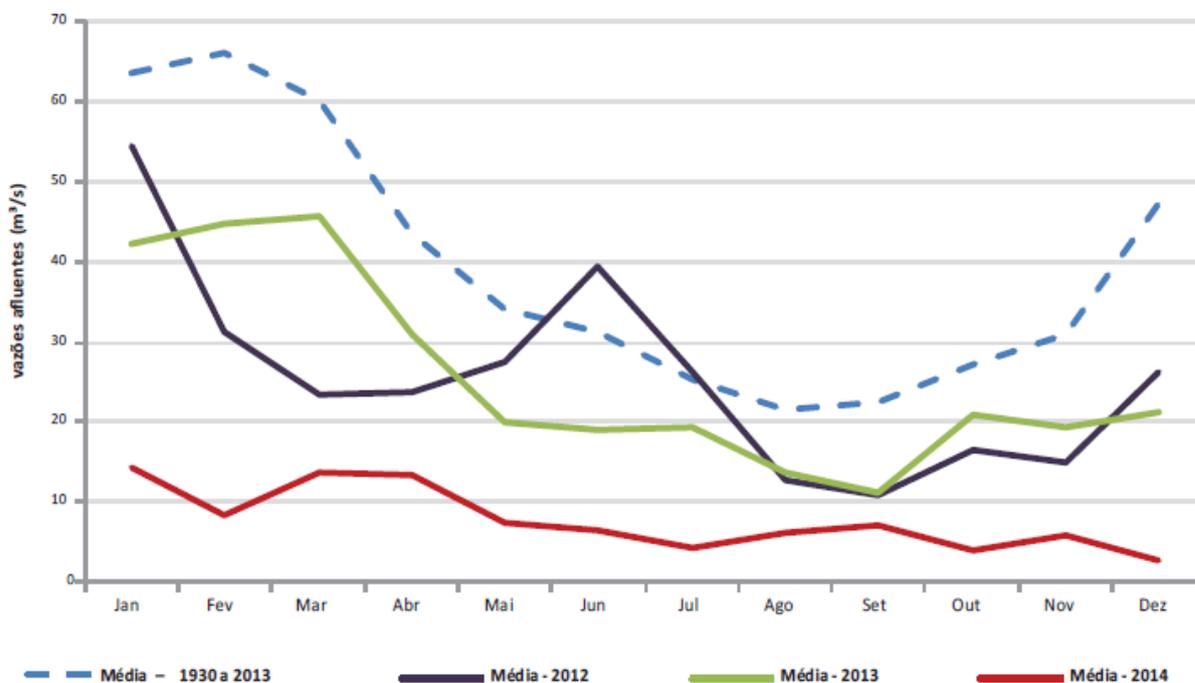


Fonte: ANA. Sala de Situação. Disponível em: <<http://www3.ana.gov.br/porta/ANA/sala-de-situacao/sistema-cantareira/sistema-cantareira-saiba-mais>>. Acesso em: 8 nov. 2018.

Em função desta situação, a vazão média anual afluyente ao Reservatório Equivalente do Sistema Cantareira¹² foi de 8,7 metros cúbicos por segundo (m³/s) em 2013 e 2014. De acordo com a ANA (2015), este foi o menor valor do histórico, que considera dados de monitoramento desde 1930. Tal vazão medida durante a crise hídrica também representa 40% da vazão média de 1953 (21,81m³/s), pior ano do histórico até então, e 22% da média anual do histórico, que é de 39,44m³/s, conforme a Figura 3.

¹² À época da crise hídrica de São Paulo, o Reservatório Equivalente do Sistema Cantareira tinha um volume útil de 973,9 bilhões de litros e era formado por quatro reservatórios das bacias hidrográficas dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiá (PCJ): Jaguarí, Jacaré, Cachoeira e Atibainha. Após a crise, o reservatório Paiva Castro, que fica na bacia hidrográfica do Alto Tietê, foi incorporado ao Reservatório Equivalente, aumentando seu volume útil para 981,56 bilhões de litros.

Figura 3 – Vazões mensais afluentes ao Reservatório Equivalente do Sistema Cantareira.



Fonte: ANA, 2015.

Capobianco (2018) aponta, ainda, que a seca atípica enfrentada pelo Sudeste durante o período foi agravada por outros fatores diversos, tais como: a inadequada governança hídrica da RMSP, que possui uma disponibilidade de água pressionada pelo crescimento populacional e pelo aumento da demanda por recursos hídricos; e a má prestação dos serviços de saneamento, representada tanto pela contaminação dos mananciais causada pelos serviços de coleta e tratamento de esgotos inadequados quanto pelos problemas de abastecimento de água acarretados pela ineficiência das companhias de saneamento.

Com a mesma linha de pensamento, Buckeridge e Ribeiro (2018) afirmam que uma crise hídrica é um fenômeno de tal complexidade, que deve ser considerado como algo sistêmico e, portanto, multifatorial. Assim, os diversos fatores que resultam na falta de água precisam ser encarados conjuntamente, assim como as soluções para o fenômeno devem ser formuladas com esta perspectiva mais ampla e com base científica. Para ambos os pesquisadores, cabe ao Poder Público considerar a questão desta maneira para elaborar suas políticas públicas para prevenir ou minimizar os efeitos de crises hídricas.

“É preciso conhecer mais sobre o funcionamento do sistema para poder compreender como vários fatores interagem levando a um resultado que é caracterizado como crise hídrica. Disso pode-se concluir, por um lado, que não há uma saída mágica que possamos usar para abordar o problema. Ele tem que ser abordado obrigatoriamente por meio do desenvolvimento de políticas

públicas embasadas em informações científicas. E essas têm que ser necessariamente consideradas em conjunto. (BUCKERIDGE e RIBEIRO, 2018, p. 15)

Tal complexidade que caracteriza uma crise hídrica também é enfatizada por Carvalheiro, segundo o qual a análise para este problema deve ser realizada de maneira transdisciplinar ou até mesmo transcendendo as disciplinas científicas. “Há, até mesmo, quem afirme que, em problemas dessa complexidade, não bastam as disciplinas científicas” (CARVALHEIRO, 2018, p. 160).

Diferentemente de Capobianco, porém, Buckeridge e Ribeiro (2018) consideram inadequada a colocação de que a diminuição acentuada nos índices pluviométricos foi a causa primeira da crise hídrica da Região Metropolitana de São Paulo, já que não foi a primeira vez que a região passou por uma seca drástica. Ainda neste sentido, a ANA (2015) pontua que as causas de uma crise hídrica devem focalizar fatores relacionados à gestão da demanda e à garantia da oferta de água, transcendendo a percepção de que as razões para a escassez residem na redução dos índices de chuvas.

Para Buckeridge e Ribeiro (2018), pesquisadores do Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo (IEA/USP), o aumento do consumo de água na Grande São Paulo durante o século XX é uma das principais causas que culminaram na crise hídrica e se deve ao crescimento populacional; aumento do uso da água para atividades econômicas, como nas indústrias e na agropecuária; perdas de água nas redes de abastecimento devido a vazamentos e ligações irregulares; entre outras razões.

Segundo os autores, este conjunto de fatores elevou a demanda por água até a capacidade máxima da oferta do recurso, levando à pior crise hídrica da história da Região Metropolitana de São Paulo. Todas estas questões foram comunicadas aos paulistas e populações de outros estados ou países por meio da imprensa, levando estes problemas ao conhecimento do público, rompendo com discussões que aconteciam sobretudo nas esferas acadêmicas, governamentais e do setor de recursos hídricos.

Ainda sobre as causas da crise hídrica na Grande São Paulo, Victor et al. (2018) destacam quatro elementos principais que levaram à escassez hídrica na maior região metropolitana do Brasil e da América do Sul: diminuição dos níveis normais de chuvas, a insuficiente capacidade de armazenar as águas das chuvas em reservatórios, o incremento da demanda por recursos hídricos e a capacidade natural do ambiente em armazenar a água no solo, subsolo e nos corpos d'água – esta última é determinada pelas características de cobertura, uso e ocupação da terra, ou seja, elemento influenciado pela ação antrópica.

Whately e Campanili (2016) analisam que outro motivo o qual levou à crise hídrica da Região Metropolitana de São Paulo está muito além dos limites territoriais destas cidades da Grande São Paulo. Segundo as autoras, a capital paulista precisa buscar água em bacias hidrográficas distantes, como as bacias PCJ, onde está o Sistema Cantareira. Isso porque a bacia do Alto Tietê, onde fica a maior cidade do Brasil, não consegue abastecer a população paulistana devido à poluição e ao uso perdulário da água – outros mananciais importantes para o município são os reservatórios Guarapiranga e Billings. Sobre este aspecto, Automare (2018) propõe uma abordagem retrospectiva ao afirmar que a capital paulista e a Região Metropolitana de São Paulo foram abastecidas pelos rios Tietê, Pinheiros e Tamanduateí até meados do século XX, quando os mananciais ainda possuíam água com qualidade suficiente para suprir as demandas hídricas da Grande São Paulo.

Contudo, esta situação se alterou em função do rápido crescimento populacional e econômico do último quarto do século passado, combinado à excessiva poluição que inviabilizou o uso das águas dos três rios supracitados para abastecimento. Assim, passou a prevalecer, entre os gestores públicos, a ideia de que é preciso buscar novas fontes de água em outras bacias hidrográficas para suprir as demandas hídricas da Grande São Paulo, o que inclui até mesmo áreas do sul de Minas Gerais, como no caso do Sistema Cantareira, cuja inauguração aconteceu em 1974 de acordo com a página eletrônica sobre o Sistema Cantareira (SABESP). Desde então, esta é a principal fonte de abastecimento da capital paulista.

No caso específico da região do Sistema Cantareira, o relatório Cantareira 2006 (WHATELY; CUNHA, 2007) já apontava a vulnerabilidade do manancial a crises hídricas. De acordo com dados de 2003, apenas 26,7% das áreas de preservação permanente (APPs)¹³ da região estavam preservadas. As APPs são fundamentais para o ciclo hidrológico, visto que permitem uma melhor infiltração da água no solo, recarregando os aquíferos. Este processo possibilita uma maior afloração de água em nascentes. Neste ciclo, os reservatórios são beneficiados com uma maior vazão afluyente, a qual possui um papel relevante principalmente nos períodos mais secos, reduzindo a dependência de chuvas por parte dos mananciais. Como resultado deste círculo virtuoso, as APPs proporcionam água com mais qualidade e em maior qualidade para as bacias hidrográficas.

Buckeridge e Ribeiro (2018) também ressaltam que uma crise hídrica, como a que aconteceu na Região Metropolitana de São Paulo entre 2014 e 2016, era previsível, conforme já alertavam diversos trabalhos acadêmicos a respeito do tema, pois uma área de apenas 0,1%

¹³ Devido à inexistência de consenso gramatical sobre o uso de sigloides, nesta dissertação estes elementos textuais serão flexionados quando necessário.

do território brasileiro concentra um contingente populacional de aproximadamente 10,3% da população nacional – 21,5 milhões de pessoas entre os 208,4 milhões de brasileiros (GOVERNO DO BRASIL). Outro fator que contribuiu para esta equação foi a grande atividade econômica na região, que representava em 2016 um Produto Interno Bruto (PIB) equivalente a 17,7% do total nacional daquele ano (EMPLASA). Portanto, a elevada densidade demográfica, aliada aos significativos usos consuntivos da água, conduzia naturalmente a RMSP a uma grande demanda por água e a um provável e previsível colapso no abastecimento da região.

Além dos aspectos quantitativos, a Grande São Paulo também caminhava rumo à crise hídrica por conta da poluição de suas águas, sendo que os rios Tietê e Pinheiros, que cortam a capital, são exemplos de rios poluídos e inviabilizados como fontes de abastecimento local. Afinal, a escassez hídrica também pode se dar por meio da indisponibilidade de água potável, ou seja, por água com qualidade inadequada. “Na RMSP esses processos ocorrem cumulativamente há muitos anos, representando ameaças permanentes à saúde pública, agravando e tornando complexos os sistemas de tratamento e aumentando os custos de monitoramento da qualidade da água” (TUNDISI, 2018, p. 40). Outro ponto levantado por Tundisi é referente às principais causas da degradação da qualidade da água na Região Metropolitana de São Paulo, que são: o tratamento insuficiente de esgotos; o desmatamento e a urbanização, que aumentam a drenagem de águas contaminadas e o carreamento de sedimentos para os mananciais; a poluição atmosférica, que contamina os rios e reservatórios com partículas e substâncias dissolvidas; além das atividades antrópicas que poluem águas superficiais e subterrâneas, como no caso de postos de combustíveis e indústrias; e a contaminação da água das redes de abastecimento devido a vazamentos ou ligações irregulares.

Ainda segundo Tundisi (2018), a qualidade das águas da Grande São Paulo pode piorar drasticamente durante secas, o que pode ser causado por dois processos distintos. O primeiro deles é a diminuição do volume de mananciais e represas, o que causa concentração de substâncias orgânicas e metais na água. O segundo é o aumento dos florescimentos de cianobactérias, também conhecidas como algas azuis, sendo que esgotos, detergentes e outros produtos decorrentes de atividades antrópicas geram o acúmulo excessivo de nutrientes em fontes de água doce, causando a eutrofização – fenômeno que possibilita o crescimento demasiado de cianobactérias. Todos estes processos geram prejuízos socioeconômicos, ambientais e à saúde pública, já que costumam ocasionar a mortandade de peixes e problemas à saúde de quem bebe esta água contaminada por toxinas liberadas pelas algas azuis, como explicam Fajersztajn e Saldiva (2018) e Tundisi et al. (2015).

1.2 FALTA DE ÁGUA NA TERRA DA GAROA

A crise hídrica de São Paulo teve seus primeiros efeitos práticos na vida dos paulistanos e demais habitantes da RMSP a partir de 2014, quando a Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo passou a reduzir a pressão na sua rede de distribuição de água na capital paulista. A medida deixou parte da população desabastecida, especialmente aquela que vivia nas regiões mais altas – e de baixa renda – da região e que não possuíam caixas d'água para armazenar o líquido. Acerca deste ponto, Sinisgalli et al. (2018) indicam que as populações da periferia da Região Metropolitana de São Paulo foram as mais afetadas pelos cortes no fornecimento de água causados pela redução de pressão nas redes de distribuição pela SABESP, pois estas pessoas costumam dispor de menos recursos para armazenar a água adequadamente, bem como para adquirir água engarrafada de modo a suprir suas demandas cotidianas básicas, como higiene pessoal e preparo de alimentos.

Outros autores (CAPOBIANCO, 2018; HELLER, 2018; METZGER, 2018) enfatizam que as populações mais vulneráveis a crises hídricas são justamente as mais pobres, pois estas pessoas costumam dispor de serviços precários de abastecimento de água e de coleta e tratamento de esgotos, o que torna ainda mais vulnerável a segurança hídrica¹⁴ deste público numa situação de escassez de água como a que aconteceu na RMSP entre 2014 e 2016. Além da população, instituições também tiveram impactos no abastecimento, como é o caso de universidades, lojas, indústrias, igrejas, órgãos públicos, escolas, entre outras.

Com a redução da pressão de água, a Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo objetivou reduzir as perdas do recurso na rede de distribuição, que é composta pelas tubulações que levam o líquido das estações de tratamento de água (ETAs) até os consumidores abastecidos. Assim, a SABESP buscou prolongar a oferta hídrica para os paulistanos pelo maior tempo possível. Esta medida de economia de água pela empresa de saneamento foi questionada pela sociedade em virtude dos transtornos gerados, segundo Automare.

Pode-se destacar na crise de 2014/2015 a medida providencial e que permitiu a economia de água durante a fase aguda da crise, que foi o racionamento adotado em variados graus em determinadas regiões da cidade/metrópole. Na chamada Grande São Paulo, em bairros na periferia faltou água e a população desses bairros promoveu manifestações, atraiu a imprensa, cobrou

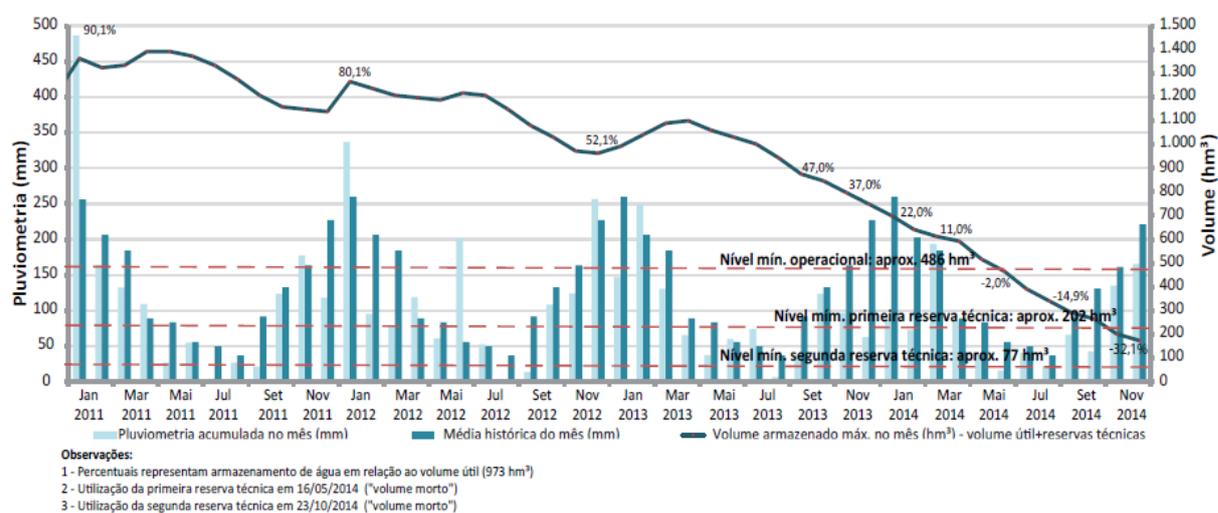
¹⁴ A segurança hídrica ocorre quando existe disponibilidade de água em quantidade e qualidade suficientes para atender às necessidades humanas, à prática das atividades econômicas e à conservação dos ecossistemas aquáticos. Esta disponibilidade hídrica também deve vir acompanhada de um nível aceitável de resiliência a eventos críticos, como secas e cheias (ANA, 2019b).

providências dos gestores (Sabesp¹⁵), inclusive com a participação e apoio da academia (Universidades, Associações e Pesquisadores), e se mobilizou, buscando uma solução que diminuísse as dificuldades da maioria da população que habita a periferia da metrópole. (AUTOMARE, 2018, p. 171)

Para que a redução de pressão se tornasse necessária, o fator que desencadeou a medida foi o baixo nível do principal manancial responsável por abastecer cerca de 9 milhões de paulistanos do Centro e das zonas Norte, Leste e Oeste da capital: o Sistema Cantareira, formado pelos reservatórios Jaguari, Jacareí, Cachoeira, Atibainha, Paiva Castro e Águas Claras. Com um volume útil¹⁶ de 981,56 bilhões de litros em seu Sistema Equivalente, segundo dados da Agência Nacional de Águas, o Cantareira também abastece cidades localizadas nas bacias hidrográficas dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiá (PCJ), como Campinas (SP).

O volume acumulado de água no Sistema Cantareira começou a cair a partir de abril de 2013, segundo dados disponibilizados pela ANA conforme a Figura 4.

Figura 4 – Evolução do estoque de água no Sistema Cantareira de 2011 a 2014.



Fonte: ANA, 2015.

A queda se acentuou ininterruptamente até atingir o mínimo histórico de 4,54% em 2 de fevereiro de 2015, já contabilizadas as reservas do volume morto¹⁷ do manancial, que possui

¹⁵ Nesta dissertação, todas as siglas seguem o padrão de conter as letras predominantemente maiúsculas, como "SABESP". As ocorrências do nome desta empresa de saneamento com apenas a primeira letra maiúscula reproduzem a grafia utilizada nos textos originais citados.

¹⁶ Volume de água efetivamente utilizável de um reservatório, ou seja, passível de ser usado sem necessidade de bombeamento.

¹⁷ Termo que se popularizou durante a crise, "volume morto" é definido como o volume de água armazenado abaixo das comportas de um reservatório, sendo que esta reserva técnica precisa de bombeamento para utilização do recurso. O volume morto pode ser utilizado como uma reserva de água para uso emergencial em situações de crise hídrica (ANA, 2015).

um total de 486 bilhões de litros. Contando apenas com o volume útil, o mínimo histórico foi de -24,5%, sendo que esta forma de divulgar os dados foi exigida da SABESP pelo Ministério Público do Estado de São Paulo como medida para conferir transparência acerca da situação do manancial para a população. Em função das menores vazões afluentes e chuvas já registradas na região do Cantareira, em 2014 a SABESP utilizou a primeira cota desta reserva técnica a partir de 16 de maio daquele ano. Com o agravamento da crise hídrica, a companhia de saneamento recorreu à segunda cota do volume morto a partir de 23 de outubro de 2014.

1.3 TRANSPARÊNCIA SOBRE O RACIONAMENTO

Com o agravamento da crise hídrica na Região Metropolitana de São Paulo, a falta de água nas torneiras e as consequências desta situação trouxeram consigo questionamentos à gestão de recursos hídricos realizada sobretudo pelo Governo do Estado de São Paulo. De acordo com Sinisgalli et al. (2018), durante a escassez hídrica na Grande São Paulo, houve contestações quanto à capacidade governamental de gerenciamento da oferta de água na RMSP.

Outro questionamento recorrente durante a crise diz respeito à transparência dada pela SABESP e pelo governo paulista referente à situação dos reservatórios. Segundo Buckeridge e Ribeiro, esta opacidade na divulgação de informações sobre uma crise hídrica impede até mesmo o engajamento da população no uso racional da água. “Como envolver a população em ações necessárias para a redução do consumo em uma situação crítica de abastecimento sem informá-la corretamente?” (BUCKERIDGE; RIBEIRO, 2018, p. 16). Ainda para os autores, o conhecimento da sociedade sobre a situação da água que consome é um pré-requisito para estimular o cidadão comum a se envolver na gestão de recursos hídricos da região onde vive.

Jacobi, Empinotti e Grandisoli (2018), por sua vez, enfatizam que a transparência deve ser inerente a diversos momentos da gestão de recursos hídricos, a qual deve ser descentralizada e participativa conforme um dos fundamentos da Política Nacional de Recursos Hídricos, instituída pela Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997. Para os autores, a transparência também cria as condições necessárias para que haja uma maior participação social, resultando na melhoria da qualidade nos processos de governança da água. Sinisgalli et al. (2018), todavia, ressaltam que a condução da crise hídrica da Região Metropolitana de São Paulo foi marcada pela pouca transparência e pela carência de informações confiáveis sobre a gestão de recursos hídricos adotada na ocasião por parte dos entes governamentais competentes.

Uma das formas de falta de transparência se refere às falhas da SABESP e do Governo do Estado de São Paulo em informar que havia um corte no abastecimento – uma forma de racionamento –, além da redução da pressão nas redes de distribuição de água (SINISGALLI et al., 2018). Esta opacidade na comunicação à sociedade acerca do racionamento também foi explicitada por Martins et al.

Diante de vários relatos de consumidores sobre a falta d'água, em julho de 2014, o Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (IDEC) iniciou uma campanha que coletou mais de 790 relatos de falta d'água na região metropolitana de São Paulo. Cerca de 70% dos que reclamam da falta d'água, apontam que o fornecimento foi interrompido diariamente, uma vez por dia, e 62% afirmaram a ocorrência à noite. (MARTINS et al., 2015, p. 23)

Sinisgalli et al. (2018) e Martins et al. (2015) consideram, ainda, que a redução no fornecimento de água começou a ser percebida pela população da Grande São Paulo a partir de 2014, mas apenas em janeiro de 2015 o governo paulista assumiu que a medida estava sendo adotada, o que foi formalizado por meio da Deliberação nº 545, de 7 de janeiro de 2015, assinada pela Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo (ARSESP). A partir da publicação deste normativo, a SABESP passou a informar previamente as regiões onde haveria falta de água em virtude da redução na pressão das tubulações – medida que consiste na diminuição de pressão nas redes de distribuição de água em horários pré-determinados como forma de minimizar perdas com vazamentos.

Uma outra repercussão da falta de transparência na condução da crise hídrica da RMSP concerne aos conflitos pelo uso da água. Isso se deveu à combinação entre a escassez hídrica, que afetou o cotidiano das pessoas e instituições públicas e privadas, e as incertezas geradas pela falta de um posicionamento claro do governo paulista e da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo quanto às medidas de gerenciamento da água – o que inclui a redução da pressão da rede, o racionamento de água e um sistema de rodízio no fornecimento do líquido (SINISGALLI et al., 2018).

Até mesmo no anúncio do fim da crise hídrica, em 7 de março de 2016, pelo então governador Geraldo Alckmin, Sinisgalli et al. (2018) apontam falta de transparência e de coerência entre o anúncio e a realidade. Isso porque em 12 de julho de 2017, mais de um ano depois do discurso do ex-governador, 26 municípios da Grande São Paulo abastecidos pela SABESP permaneciam com redução da pressão da rede de distribuição de água – entre eles a própria capital paulista. “Se a situação de redução da pressão de água para abastecimento nas tubulações ainda existia ou ainda existe, o decreto do fim da crise hídrica mais uma vez indica

falta de transparência” (SINISGALLI et al., 2018, p. 80). Neste sentido, Automare (2018) pontua que no anúncio do fim da crise faltou ao então governador paulista, Geraldo Alckmin, esclarecer até quando o racionamento duraria em alguns bairros da capital e outros temas relacionados ao abastecimento da região, como a despoluição dos rios Tietê e Pinheiros e as medidas para que a SABESP passasse a ter condições de prestar serviços de água e esgoto adequadamente para a população da Grande São Paulo.

2 O ESTUDO DE NARRATIVAS

2.1 O PROCESSO ANALÍTICO NO MÉTODO CIENTÍFICO

A palavra “análise” tem suas origens etimológicas no grego *análysis*, vocábulo derivado de *anályein*. Decomposta, esta palavra mescla os sentidos de *aná* (para cima) e *lýein* (decompor). Assim sendo, a análise consiste no estudo de um todo a partir de suas partes constitutivas. “Análise” também é o antônimo de “síntese”, que é uma maneira de reunir elementos distintos num todo coerente que possa ser estudado. Aderente a esta definição, Gancho (2006, p. 45) afirma que analisar é “separar as partes, compará-las e tirar conclusões lógicas, coerentes com o texto”.

Pensadores gregos já utilizavam a análise em busca de novos conhecimentos. Um deles, Arquimedes, inspirou pesquisas de René Descartes (1973) em estudos sobre Geometria Analítica no século XVII. No entanto, Descartes não avocou para si a criação do método analítico como procedimento lógico, mas explorou os recursos proporcionados pela análise em suas pesquisas. Em outros ramos do conhecimento, a análise também é utilizada em diferentes vertentes: Análise de Conteúdo, Análise de Discurso, Análise Estrutural da Narrativa, Análise Crítica da Narrativa, Análise Hermenêutica, entre outras.

Para Ferrari (1989), em sua abordagem específica sobre o conhecimento científico empírico, tal tipo de saber é analítico em sua essência, pois busca compreender uma situação global ou um fenômeno totalizador a partir de seus componentes, ou seja, é um processo indutivo em sua essência. Neste sentido, Galliano (1979) aponta que este tipo de decomposição do conhecimento científico empírico visa a descobrir os elementos da totalidade pesquisada e as interligações que justificam a integração das partes ao todo a que pertencem.

Ao abordar as pesquisas empíricas como um dos quatro tipos de pesquisas científicas, Demo (2013) afirma que neste tipo de estudo a análise empreendida deve enxergar além do que a realidade aparenta ser à primeira vista, o que demanda um aprofundamento por parte do pesquisador. A propósito, para o autor, as outras três categorias de pesquisa são: teóricas, metodológicas ou práticas.

Epstein (2017) estabelece que os procedimentos analíticos têm papel essencial nas ciências humanas ou sociais, bem como nas ciências da natureza. Especificamente no caso de estudos sobre comunicação, o autor pondera que este tipo de procedimento científico estrutura a transformação de um discurso em outro, sendo que este segundo discurso pautará a análise propriamente dita. Entre os dois possíveis motivos que levam os pesquisadores a recorrer a

procedimentos analíticos, há um de ordem ontológica e outro de natureza pragmática, conforme explica o acadêmico.

Pelo menos duas pistas são possíveis: uma ontológica, pela crença de que as entidades postuladas no discurso segundo a sua articulação representam mais fielmente a “realidade” do que as postuladas no primeiro. A segunda pista é pragmática, isto é, que o discurso segundo oriundo do procedimento analítico é mais eficaz para a obtenção dos objetivos colimados do que o discurso primeiro. (EPSTEIN, 2017, p. 25)

A seguir serão apresentadas concepções acerca das narrativas em geral e mais especificamente a respeito das características inerentes às narrativas jornalísticas.

2.2 NARRATIVAS

Afinal, o que é narrar? Motta define esta ação como sendo “[...] relatar processos de mudança, processos de alteração e de sucessão inter-relacionados” (2013, p. 71). Para que isso aconteça, um dos pré-requisitos é que haja uma lógica narrativa própria, a qual demanda das pessoas uma gramática narrativa universal. Destarte, o narrador recorre a esta gramática para contar uma estória a qual provoque empatia em seu público, enquanto este público recorre a ela para fazer comparações e interpretar o que é narrado.

Outra definição proposta por Motta (2013) sobre o narrar é “[...] relatar eventos de interesse humano enunciados em um suceder temporal encaminhado a um desfecho”. Neste sentido, o tempo é estruturado em perspectiva, de tal maneira que há um passado, presente e futuro próprios. Além disso, os fatos são inter-relacionados de modo a se tornarem inteligíveis sob a ótica de quem é destinatário da estória.

Ainda para Motta (2004), narrativas produzem significados e proporcionam sentido às relações humanas e ao mundo. Partindo deste pressuposto, Bremond (1971) também relaciona o ser humano às estórias. Para ele, a narrativa integra uma sucessão de acontecimentos dotados de significação, relacionados ao interesse humano e organizados por intermédio de uma sequência temporal estruturada.

Em sua definição sobre o que é narrativa, Cavalcanti-Cunha (2017) enfatiza que as estórias são o nexa da relação que se dá entre narrador e destinatário, sendo que a análise de narrativas deve centrar seus esforços a fim de apreender tal relação.

São os aspectos dessa relação que interessa compreender, ainda que metodologicamente partamos do próprio objeto – do discurso narrativo, conto,

filme, história em quadrinhos, entre outros – para chegar até as relações que os produzem, consomem e interpretam. (CAVALCANTI-CUNHA, 2017, p. 119)

De acordo com Bruner (1998), as pessoas possuem uma predisposição primitiva, um impulso natural, para organizar suas experiências em forma de narrativas. Isso fica claro quando algum evento rompe com a normalidade do cotidiano. Neste caso, a tendência é que as pessoas contem histórias acerca do que aconteceu, independente se o interlocutor estava ou não presente naquela situação narrada.

Gergen (1996) aponta que as narrativas são tão inerentes ao ser humano, que ele possui uma atitude narrativa antes mesmo de os acontecimentos ocorrerem. A existência deste tipo de pré-estrutura narrativa pode ser justificada pelo fato de que as pessoas pensam, sonham, exemplificam, imaginam, relembram, duvidam, aprendem e realizam uma série de outros processos por meio de histórias. Sobre este aspecto inato das narrativas na vida das pessoas, Motta (2004) aponta que as histórias fazem parte das raízes na ancestral herança cultural de narrar. Tanto é verdade, que não há conhecimento sobre alguma sociedade ou cultura que não possua histórias para contar. Mesmo civilizações muito antigas já deixavam suas lendas e contos marcados em rochas, como no caso das pinturas rupestres ou dos hieróglifos.

Entre os aspectos constitutivos de uma narrativa estão os personagens, os quais realizam ações na história contada e representam condutas humanas. Isto acontece até mesmo quando não há personagens propriamente humanos. Neste caso, estas figuras assumem traços e atitudes de pessoas em virtude da característica naturalmente antropomórfica que as histórias possuem, conforme Motta (2013). Mesmo que a narrativa seja sobre pinguins na Antártida, por exemplo, os animais serão retratados de maneira que o público se identifique com eles. Assim, conforme as ações acontecem na trama, os pinguins poderão assumir os aspectos de brincalhões, sedutores, espertos, entre outras características inerentes à natureza humana. Um dos motivos para que isso aconteça é que as narrativas fazem com que as pessoas procurem afinidades entre suas próprias histórias e aquelas que são narradas. Assim, a audiência se insere na história, o que pode ser explicado devido à característica narrativa que a própria vida possui.

Outro fator que aproxima as pessoas das narrativas é o fato de que as histórias ativam eventos conhecidos, de forma minimamente coerente, na mente delas. Para tanto, o narrador necessita recorrer a padrões culturais canônicos. Deste modo, o público pode perceber os desvios de conduta ou não por parte dos personagens que desempenham as ações no enredo proposto, caracterizando heróis, vilões, vítimas, entre outros papéis.

Como toda narrativa é produzida num dado contexto sociocultural, a estória contada recebe influências tanto sociais quanto culturais, as quais configuram a forma com que o discurso narrativo aparece para seus destinatários. De acordo com Motta (2004), outros componentes narrativos também são influenciados por questões de cunho social ou cultural, tais como: a perspectiva adotada, o ritmo e a velocidade do enredo, o alcance, entre outros. Destarte, narrativas exercem o papel de produtos culturais que criam significações sociais em determinados contextos históricos.

Por envolverem o contexto social onde são criadas e estratégias argumentativas, as estórias representam, portanto, uma maneira de exercício de poder e de hegemonia em diferentes situações de comunicação. Deste modo, narrativas construídas por grupos hegemônicos são utilizadas para fomentar determinadas visões de mundo socialmente compartilhadas. É o caso das narrativas construídas e utilizadas por grandes empresas através da publicidade ou das estórias contadas pelas megaproduções cinematográficas de Hollywood.

Além disso, Katz (2016) ressalta que só é possível contar uma narrativa jornalística desde que o narrador tenha um modelo para guiar sua narração de um dado acontecimento midiático.

Mas, mais interessante é o fato de que não se pode contar uma "estória" sem uma "hipótese" ou um "modelo" para guiar a "estória" na sua narração. Os narradores não precisam necessariamente ter um modelo explícito em mente, mas há boas razões para acreditar que eles – e os seus ouvintes e expectadores – têm de recorrer a esses modelos. (KATZ, 2016, p. 90-91)

Para Ricoeur (1994), existe um aspecto mimético das narrativas, sendo que tal característica representa uma metáfora da realidade – as próprias metáforas costumam ativar narrativas em quem se depara com elas. As estórias possuem similaridades com o mundo exterior a elas, de modo que provoquem empatia por parte de seus destinatários. A mimese também acontece nas narrativas fictícias, que imitam e possuem algum lastro na vida real. Por outro lado, as narrativas fáticas imitam e possuem traços de ficção. Este paradoxo combina com uma dúvida que frequentemente surge quando, por exemplo, uma reportagem possui correspondência com alguma estória fictícia ou quando a ficção utiliza um fato real como seu pano de fundo. Daí advém o seguinte questionamento: afinal, a vida imita a arte ou a arte imita a vida?

Entre os elementos constitutivos de uma narrativa estão as sequências de acontecimentos, que contêm a trama ou enredo. Esta é a superfície mais perceptível da estória contada. No entanto, também estão presentes elementos que podem passar despercebidos num primeiro

contato com a narrativa, mas que trazem valores morais e éticos sugeridos pelo narrador: as metanarrativas.

2.3 NARRATOLOGIA

A narratologia é a teoria da narrativa e engloba os métodos e procedimentos utilizados na análise das histórias, como define Motta (2004). Um dos primeiros passos desta área foi dado por Vladimir Propp, que publicou em 1928 a primeira edição do livro *Morfologia do conto maravilhoso*, cuja primeira edição em português foi publicada apenas em 1984. Nele, o acadêmico russo desenvolve procedimentos de análise de aproximadamente 100 contos infantis europeus, ou seja, o estudo de Propp recai sobre narrativas que se caracterizam como folclore, expressões da cultura popular, e não sobre a literatura formal.

Desde sua primeira edição, a obra de Propp ficou circunscrita à então União Soviética, fato que restringiu o acesso a ela por estrangeiros. A partir da publicação da primeira tradução do livro em inglês, em 1958, a difusão das ideias proppianas atingiu um novo patamar. Deste modo, autores ocidentais passaram a utilizar a *Morfologia do conto maravilhoso* para estudar similaridades entre esquemas narrativos construídos por povos distintos, visto que Propp (1984) identificou padrões narrativos em comum dentre os contos infantis que analisou.

Outro marco da narratologia se deveu ao acadêmico búlgaro Tzvetan Todorov com a publicação da obra *As estruturas narrativas*, cuja edição original é de 1937. O autor se tornou um elo vivo entre o formalismo russo e o estruturalismo – movimentos que se constituem nas raízes da análise de narrativa –, já que transitou pessoalmente nos dois meios. No livro mencionado, o autor procura descobrir quais são as estruturas narrativas que existem em toda história. A partir daí, Todorov define um repertório de intrigas e funções narrativas de modo a aprofundar reflexões dos formalistas acerca do tema. Para ele, a Análise Estrutural da Narrativa tem um caráter essencialmente teórico e não procura descrever obras concretas. “A obra será sempre considerada como a manifestação de uma estrutura abstrata, da qual ela é apenas uma das realizações possíveis; o conhecimento dessa estrutura será o verdadeiro objetivo da análise estrutural” (TODOROV, 2013, p. 80).

Na obra em questão, Todorov (2013) propõe o termo “narratologia” a fim de conceituar tanto a teoria quanto a análise da narrativa. Na busca por uma gramática universal da narrativa, o pesquisador búlgaro partiu da análise de contos do Decameron de Boccaccio, que culminou no livro *A Gramática do Decameron* (TODOROV, 1982).

Uma obra que também influenciou decisivamente a narratologia foi uma edição especial da revista *Communications* publicada na França em 1966. Neste número do periódico, foram publicados artigos de diversos autores os quais são referências no tema, como Barthes, Bremond, Eco, Greimas, o próprio Todorov, entre outros. A tradução destes trabalhos chegou ao Brasil em 1971 com a publicação do livro *Análise estrutural da narrativa*. Nestes textos, os acadêmicos realizam uma análise literária, que foi a primeira área do conhecimento a buscar a interpretação de narrativas por intermédio de processos sistemáticos.

Num primeiro momento, a narratologia se originou do esforço de estudiosos mencionados, como Barthes, no sentido de decompor as partes que compunham as histórias na busca pela gramática narrativa, que sistematizaria regras sobre a compreensão acerca das narrativas – função semelhante àquela que uma gramática exerce no contexto de seu respectivo idioma. Deste modo, os pesquisadores aplicaram a análise em si para buscarem respostas a partir de narrativas literárias.

Partindo de tais origens, a narratologia se desenvolveu, passando a estudar os sistemas narrativos no âmago das sociedades, como esclarece Motta (2004). Este ramo do conhecimento também busca compreender os processos de relações humanas que produzem sentidos por meio de expressões fáticas, como é o caso do jornalismo, ou ficcionais, como histórias em quadrinhos. Outra vertente se debruça em saber como atores sociais constroem significados por intermédio da apreensão, compreensão e expressão narrativa da realidade.

Assim, a narratologia deixou de se restringir à teoria literária e passou a ser uma teoria interpretativa da cultura, sendo utilizada em estudos de diversas áreas do conhecimento, tais como: Comunicação, Antropologia, entre outras. Este caráter multidisciplinar também se deve ao fato de que a narratologia transcende o texto, focalizando relações culturais e atos de fala em contexto e em sociedades culturalmente localizadas, como explica Motta (2004). Esta área do conhecimento também estuda as narrativas a partir do pressuposto de que a narração é um fato universal e transcultural, transcendendo a esfera literária.

A análise de narrativas também se caracteriza como um campo de estudo antropológico, visto que remete à cultura da sociedade. Neste ponto, a narratologia permite elucidar quais são os mitos, ideologias, valores subjetivos e até mesmo a cultura política inteira de uma sociedade, conforme indica Motta (2013). Deste modo, tal análise aborda a construção dos significados tanto para observar os valores canônicos de uma cultura quanto as suas transgressões.

As estratégias comunicativas, as quais organizam os discursos, também são estudadas pela narratologia. Tais recursos não são aleatórios ou ingênuos, pois quem narra possui sempre alguma intenção ao fazê-lo, como enfatiza Motta (2013). Se for uma piada ou um conto de

terror, por exemplo, a intenção é respectivamente fazer sorrir ou causar medo. Sendo assim, o narrador estrutura seus discursos de modo a atingir a finalidade desejada, ensejando uma determinada interpretação de seu público – o que não necessariamente produz os resultados esperados. Outro aspecto levado em consideração na análise de narrativas é que a organização dos discursos por meio delas se dá dentro de determinados contextos políticos.

2.4 ANÁLISE DE NARRATIVAS JORNALÍSTICAS

Qual é a finalidade de se fazer a análise de narrativas jornalísticas? Para Motta (2004), este tipo de estudo busca compreender o jornalismo como uma atividade produtora de sentidos, formadora e estruturadora do pensamento contemporâneo em todas as dimensões. O próprio ato de comunicação jornalística se constitui num “processo dinâmico de criação de sentidos baseado num princípio de contrários, um jogo de efeitos pretendidos e resultados logrados” (MOTTA, 2005, p. 4). Mas para que a Análise Crítica da Narrativa possa ser aplicada a narrativas jornalísticas, uma das premissas a serem consideradas é a de que este tipo de abordagem teórico-metodológica tem caráter singular. E o motivo para tal é que este tipo de estudo une elementos de análise da narrativa literária, de cunho ficcional, e da análise da narrativa histórica, que é fática por natureza.

Tanto as duras notícias do cotidiano (*hard news*) quanto aquelas mais amenas (*soft news* ou *fait-divers*) se configuram como narrativas. De acordo com Motta (2012a), as histórias têm um caráter pedagógico e explicam questões complexas de maneira simplificada, assim como as notícias e demais conteúdos veiculados no noticiário. A análise das *hard news* tende a ser mais complexa, para Motta (2013), já que este tipo de notícia é redigido ainda sob a perspectiva – e a ilusão – de que o jornalismo é um simples reflexo da realidade, conforme a Teoria do Espelho postula, como explicam Pena (2017) e Traquina (2018). Ademais, a análise das *hard news* acaba sendo desafiadora devido ao fato de que estas notícias costumam ser escritas de modo seco, fragmentado e sem a preocupação de ordenar sequências integrais, tampouco de compor uma intriga. Mas é justamente para unir o que a dinâmica do jornalismo separou, que se justifica o uso da Análise Crítica da Narrativa aplicada a histórias contadas via imprensa.

Para que o analista possa superar tais barreiras e realizar a análise crítica de notícias e demais narrativas jornalísticas, é fundamental observar como estas histórias lidam com o tempo e o organizam. Segundo Motta (2013), a principal maneira que o analista tem para revelar o acontecimento-intriga da narrativa jornalística é reordenar a cronologia dos fatos narrados. No

entanto, esta tarefa é desafiadora, pois cabe ao analista domar a cronologia selvagem e caótica do jornalismo, que prioriza a atualidade e a instantaneidade. Tal tarefa se torna complexa em notícias até mesmo pela estrutura da pirâmide invertida, que costumeiramente não privilegia a sequência cronológica dos acontecimentos.

Ainda sobre esse ponto, para que o pesquisador possa desenvolver uma análise crítica de narrativas jornalísticas – independente se são notícias, reportagens, editoriais ou demais gêneros –, é preciso reordenar a intriga, revelando o início, o meio e o fim da estória para se chegar a uma síntese que apresente a essência da narrativa. Tal procedimento é válido para qualquer tipo de estória. Como o desfecho nem sempre é explicitamente demonstrado no noticiário, o pesquisador precisa delimitá-lo para que possa proceder à análise, que também requer a reordenação da fragmentada cronologia do jornalismo. Tal característica se deve ao fato de que as notícias costumam ser construídas com uma coerência interna pautada pela estrutura narrativa da pirâmide invertida, mas não necessariamente considerando as demais notícias já produzidas sobre um dado assunto – as séries de reportagens são exceções, pois inter-relacionam conteúdos distintos.

A partir do encadeamento da narrativa jornalística, o analista passa a ter condição de apreender os conflitos estruturantes da trama, que demonstram o ponto de vista do jornalista e como ele organiza a realidade que pretende enunciar para seu público. Geralmente tais conflitos são introduzidos nas estórias veiculadas diariamente nos veículos de comunicação com dualidades tradicionais, tais como: a favor ou contra, honesto ou desonesto, bom ou ruim, legal ou ilegal, direita ou esquerda, progressista ou conservador, positivo ou negativo, entre outras. No entanto, Bird e Dardenne (2016) alertam que a análise de narrativas jornalísticas precisa ir além da dicotomia entre importante e interessante, bem como observar a “estória noticiosa” sob dois aspectos: o conjunto de estórias que representam a atividade humana como um todo – portanto, uma abordagem mais ampla – e estórias individuais que contribuem para a formação deste todo. Superada esta etapa, o analista também passa a ter condições de identificar os conflitos, os episódios que compõem a estória implícita ou explícita dos personagens, os pontos de virada, o clímax e o desenlace da intriga relatada pelo jornalista.

Outra questão fundamental da Análise Crítica da Narrativa se refere à intriga, pois ela conduz o pesquisador até a análise propriamente dita. “Sem uma intriga não há estória, sem estória não há narração, e sem narração, a análise da narrativa não é possível” (MOTTA, 2013, p. 99). A partir da intriga, torna-se possível identificar a posição do narrador, além do papel e da posição dos personagens nos conflitos narrados. O acontecimento-intriga também faz surgir as metanarrativas, que contêm os temas de fundo das estórias veiculadas através da imprensa.

Durante a análise crítica de narrativas jornalísticas, o pesquisador pode perceber, ainda, o quanto as intrigas que movem as notícias fazem com que elas se pareçam com narrativas fictícias, tornando-se contos, fábulas e mitos da contemporaneidade revestidos de subjetividade. Esta concepção sobre as notícias ainda gera questionamentos por parte de muitos jornalistas, os quais refutam a ideia de que sua função enquanto profissionais é a de contar histórias, como aponta Tuchman (2016), e que sustentam a concepção de que o jornalismo é uma atividade majoritariamente marcada pela objetividade. Entretanto, a socióloga propõe que considerar a notícia como uma história não rebaixa o conteúdo jornalístico, já que ele é dotado de validade interna.

Para Ericson, Baranek e Chan (1987), o profissional de imprensa precisa ter três tipos de saberes para o exercício da profissão. O primeiro deles é o saber de reconhecimento do que é notícia, o que inclui o chamado “faro jornalístico” definido por Jorge (2006) como a habilidade que o jornalista tem para classificar acontecimentos pelo nível de interesse ou impacto que causam no leitor, descartando aqueles que concentram pouco ou nenhum valor jornalístico. O segundo saber é o de procedimento para elaborar a notícia, que diz respeito aos métodos de trabalho do jornalista. O terceiro é o saber de narração, que se refere ao modo de contar a história para a respectiva audiência. Sendo assim, o jornalista deve ter a capacidade de aglutinar as informações mais pertinentes e de uma forma tecnicamente adequada numa narrativa jornalística, fazendo com que ela gere o máximo de interesse possível no público.

Por sua vez, Motta (2013) cita a importância de se analisar os jogos de poder e as estratégias narrativas do jornalista. Como ponto de partida da aplicação da ACN, o analista deve considerar que há três tipos de narradores ou vozes neste tipo de história: o veículo de comunicação, o jornalista e os personagens (fontes). Assim, os três realizam mutuamente uma negociação política e simbólica pelo poder de voz dentro de uma notícia ou mesmo no quadro de uma cobertura jornalística mais ampla.

Outro aspecto a ser observado na produção jornalística, por meio da Análise Crítica da Narrativa, é como o público pode assimilar as notícias. Neste quesito, o analista tem a oportunidade de avaliar a recepção objetiva dos conteúdos veiculados, assim como a recepção subjetiva, que inclui possíveis interpretações de ordem ética, política e ideológica das informações por parte da audiência. Para tanto, o pesquisador deve realizar uma leitura colocando-se na posição de quem é destinatário da narrativa.

Se a ACN permite recuperar a sequência horizontal do suceder lógico-temporal da história, ela também possibilita que o analista faça uma leitura vertical entre os sentidos unitários das sequências com as suas significações mais profundas, conforme esclarece Motta (2004). Desta

maneira, o pesquisador passa a ter subsídios para vislumbrar as metanarrativas presentes nas estórias estudadas, inclusive as jornalísticas.

Ao deixar que surjam novos episódios durante a análise crítica de narrativas jornalísticas, o pesquisador reúne condições necessárias para visualizar onde exatamente as estórias passam por transformações ou pontos de virada. Assim como o desfecho das narrativas construídas pelos jornalistas, os episódios também não costumam ser determinados claramente pelos profissionais de imprensa. Então, compete ao pesquisador a tarefa de identificar e agrupar acontecimentos isolados de modo que eles se transformem em sínteses inteligíveis e coerentes, o que revela as estratégias do jornalista na construção dos sentidos.

Outro ponto da Análise Crítica da Narrativa voltado para notícias é compreender quem são os personagens escolhidos pelos jornalistas e quais papéis eles desempenham nas estórias contadas – ambos os fatores revelam intencionalidades do narrador. No âmbito das narrativas jornalísticas, os personagens têm uma importância que se manifesta na pergunta “quem?” a ser respondida pelo *lead*. Também são eles que realizam as ações dentro da narrativa e que permitem ao analista chegar ao ponto principal da análise: a revelação da relação comunicativa entre narrador e audiência. Este processo pode ser assimilado pelo analista de duas maneiras: por meio da argumentação empreendida pelo jornalista em sua narrativa e através da compreensão que o público pode ter sobre as ideias transmitidas pela notícia contada.

Uma última questão a ser considerada diz respeito aos personagens das narrativas jornalísticas, visto que o analista precisa tomar cuidado para não confundir as pessoas de carne e osso com os personagens que povoam o noticiário. Segundo Motta (2013), o que importa é tão somente o que o personagem representa, ou seja, o que ele fez ou deixou de fazer estritamente no âmbito da narrativa, independente se possui ou não um correspondente na realidade vivida fora do ambiente das estórias.

2.5 NARRATIVA E ACONTECIMENTO

O que é acontecimento? Rodrigues (2016, p. 51) o define como “tudo aquilo que irrompe na superfície lisa da história entre uma multiplicidade aleatória de fatos virtuais”. O autor português também relaciona a previsibilidade de um acontecimento e sua probabilidade de se tornar notícia como grandezas inversamente proporcionais, ou seja, quanto menos imprevisível uma ocorrência, maior sua probabilidade de virar uma pauta na imprensa. Numa abordagem semelhante, Pontes e Silva (2010, p. 51) definem o acontecimento como “uma ruptura, uma

descontinuidade que redireciona uma dada história, seja ela fictícia ou referenciada no real”. Com um pensamento similar, Mouillaud (2012, p. 68) faz a reflexão de que “os acontecimentos explodem na superfície da mídia sobre a qual se inscrevem como sobre uma membrana sensível”. A ruptura no cotidiano também é apontada por Rebelo como uma das características que levam ocorrências ou ações a se tornarem acontecimentos, assim como a atualidade é outro requisito para tal. “A ocorrência tem mais probabilidades de ser considerada um acontecimento quando nos incita a reconstruir esse nosso quadro de vida momentaneamente perturbado pela ocorrência inesperada” (REBELO, 2006, p. 17). Em sua abordagem, Mouillaud (2012, p. 70) também enfatiza a relação intrínseca entre acontecimento e fato: “A hipótese que sustentamos é a de que o acontecimento é a sombra projetada de um conceito construído pelo sistema da informação, o conceito do ‘fato’.”

Para o jornalismo, o acontecimento tem, ainda, um lastro na realidade e uma relação com as consequências diretas sobre a vida em determinada sociedade. De forma sucinta, Fonseca (2010, p. 173) esclarece que o acontecimento, para o jornalismo, é “o fato digno de registro na forma de notícia”. Como elucidam Pontes e Silva (2010), o jornalismo tem uma função de mediação que leva um acontecimento ao interior de uma notícia, dando a ele uma importância que chegará ao público por meio do noticiário. Os autores colocam o jornalismo como o “próprio lugar em que o acontecimento transforma-se em texto” (PONTES; SILVA, 2010, p. 52).

Outros autores, de modo distinto, posicionam os acontecimentos e o processo de produção das notícias como dimensões relacionadas e que não podem ser dissociadas, como é o caso de Leal et al. (2010). Neste sentido, três princípios da relação entre comunicação e sociedade que articulam jornalismo e acontecimento são elencados por Guimarães e França (2006). O primeiro deles considera que as práticas da mídia simultaneamente constituem e são constituídas pela vida social. Conforme o segundo princípio, a relação entre os sujeitos interlocutores é marcada pela complexidade e por diferentes configurações. De acordo com o terceiro princípio, a análise da significação discursiva abrange uma articulação entre as dimensões proposicional e relacional da linguagem.

Outra característica do acontecimento jornalístico é seu caráter excepcional e notável, visto que ele se diferencia dos inúmeros acontecimentos que ocorrem diariamente em função de sua improbabilidade de acontecer, conforme observa Rodrigues (2016). Daí, este autor propõe como valores-notícia gerais o excesso, a falha e a inversão. O excesso pode ser percebido em notícias sobre enchentes causadas por chuvas intensas, grandes engarrafamentos no trânsito das metrópoles, filas sem fim de desempregados em busca de uma oportunidade de

trabalho, entre outras. A falha aparece constantemente no noticiário em pautas sobre acidentes aéreos causados por falha humana ou mecânica, acidentes de trânsito, esquemas de corrupção com recursos públicos, criminalidade crescente devido à inépcia do Estado, falta de condições dignas de atendimento em hospitais públicos, erros médicos, etc. Já a inversão aparece em notícias a respeito de situações inusitadas diversas, tais como: uma pessoa que morde um cachorro, uma criança que alfabetiza adultos, um ladrão que rouba para voltar à cadeia, entre outras tantas que povoam o noticiário no Brasil e no mundo diariamente.

Acerca dos acontecimentos jornalísticos, Charaudeau (2018) considera que existem critérios internos e externos à imprensa, os quais permitem que uma ocorrência chegue ao noticiário. Dentre os internos estão as escolhas dos veículos de comunicação baseadas no modo pelo qual a mídia constrói representações acerca do que pode interessar ou emocionar o público, além de critérios de proximidade espacial ou temporal, já que os veículos possuem limitações no tempo e no espaço para exercerem seu papel de informar. Já os critérios externos se referem à forma como o acontecimento emerge, que Charaudeau divide em três tipos. O acontecimento-acidente é inesperado, como no caso de um terremoto ou tsunami. Por sua vez, o acontecimento programado é previsto no contexto da vida social, como no caso de inaugurações de obras, torneios esportivos e lançamentos de produtos culturais – uma nova música, filme, espetáculo, exposição, etc. Já o acontecimento suscitado é estrategicamente provocado por algum ator social interessado em conduzir a imprensa para uma direção que ela não seguiria naturalmente. Na política esta prática é comum para desviar o foco da opinião pública de assuntos relevantes para questões secundárias.

Por sua vez, Katz (2016) faz uma distinção entre acontecimentos midiáticos e acontecimentos jornalísticos. Uma das diferenças apontadas pelo autor está na questão dos conflitos, pois os acontecimentos jornalísticos giram em torno dos conflitos e se configuram como narrativas de conflitos no noticiário. No caso dos acontecimentos midiáticos, os conflitos estão presentes, mas possuem um indesejável papel desestabilizador deste tipo de ocorrência, que deve conter as seguintes condições para que possa acontecer: ter transmissão ao vivo de acontecimentos pré-planejados, enquadrados no tempo e no espaço e que ponham em destaque um grupo ou personalidade heroica. Também devem se caracterizar pelo grande significado dramático ou ritual e pela força de uma norma social que torna obrigatório o ato de assisti-lo. Katz cita como exemplos de acontecimentos fortemente midiáticos os dois maiores eventos esportivos do planeta: os Jogos Olímpicos e a Copa do Mundo de futebol masculino. Assim, os acontecimentos midiáticos são marcados especialmente pela superação dos conflitos em questão.

Outro ponto elucidado por Katz (2016) se refere ao cinismo do jornalista em seu contato com o acontecimento jornalístico, já que a postura deste tipo de profissional é de dissimular um certo distanciamento da ocorrência relatada. Por outro lado, o autor aponta que os apresentadores de acontecimentos midiáticos, diferentes dos jornalistas, assumem um papel de mestres de cerimônias condizente com a reverência da ocasião. Não por acaso, Katz define estes acontecimentos como “grandes dias de festa” e que podem ser de três tipos: de missão heroica, ocasião de estado ou de competição. Nestes acontecimentos, jornalistas podem até mesmo exercer o papel de mestres de cerimônias, mas geralmente deixam o jornalismo em segundo plano ao assumir esta outra função.

Nos acontecimentos de missão heroica, há um herói (ou vários) que desafia uma situação natural, sendo que acontecimentos jornalísticos também possuem tanto heróis como vilões entre seus personagens. Nos de ocasião de estado, os acontecimentos midiáticos marcam o começo ou o fim de uma era, sendo que este tipo de pauta também é relatado pela imprensa, como aconteceu na queda do Muro de Berlim, em 1989, e como costuma ocorrer em momentos de início ou fim de mandatos de governantes. O terceiro tipo de acontecimento midiático é o de competição, no qual há uma confrontação simbólica. Nas notícias este fator de competição também aparece como um dos elementos mais presentes, o que pode ser percebido em rivalidades, tais como: direita *versus* esquerda, a favor *versus* contra, proibição *versus* liberação, positivo *versus* negativo ou tradicional *versus* inovador.

Sodré alerta para as diferenças entre acontecimento e fato, sendo que a notícia representa o fato por intermédio do acontecimento jornalístico.

Na notícia, que é uma estratégia ou gênero discursivo essencialmente jornalístico, o acontecimento referido obriga-se a ser verídico (real-histórico, portanto) e a obedecer à técnica corrente na prática do jornal. O real da notícia é a sua “factualidade”, a sua condição de representar um *fato* por meio do *acontecimento* jornalístico. (SODRÉ, 2009, p. 27, grifos do autor)

Para Sodré (2009), o fato representa uma elaboração intelectual, mesmo inscrito na história, e é, em consonância com a definição kantiana de fato, um conceito para objetos cuja realidade pode ser provada. Por outro lado, o acontecimento se relaciona com a atualidade, sendo uma experiência singular no presente ou num passado próximo. Destarte, Sodré coloca o acontecimento na condição de representação social do fato especialmente para a informação jornalística concretizada na notícia, definição que se assemelha dos termos *news*, em inglês; *événement*, em francês; e *suceso*, em espanhol. Certeau (2005) também olha separadamente para o fato e o acontecimento. De acordo com este autor, o acontecimento confere

inteligibilidade e organiza um discurso. O fato, por sua vez, exerce a finalidade de formar uma série de elementos significativos de modo narrativo.

Outra distinção proposta por Sodré (2009) se refere aos fatos brutos e ao acontecimento jornalístico. Para ele, os fatos brutos são objetos da realidade histórica indeterminada. Já o acontecimento jornalístico sempre ocorre após os fatos e é concebido pelo trabalho dos profissionais de imprensa em apurar os detalhes, realizar entrevistas e demais atividades necessárias para que a notícia seja veiculada. “[...] à emergência da ocorrência ou fato em bruto, segue-se a busca social de sentido para ela e, finalmente, a sua neutralização explicativa pela narrativa do acontecimento” (SODRÉ, 2009, p. 71).

Como é possível notar, há uma relação íntima entre os acontecimentos e as narrativas, que são transversais segundo Pontes e Silva (2010) em sua abordagem sobre narrativas jornalísticas e história. Estes autores vão além e afirmam que o acontecimento jornalístico deve ser investigado sob a perspectiva da narratividade.

Independentemente das diferentes abordagens e filiações que inspiram as várias conceituações do que é o acontecimento, nota-se que não se abandona o entendimento de que o acontecimento jornalístico ocupa um lugar central na Teoria do Jornalismo, nem tampouco se ignora, hoje, a necessidade de investigá-lo também pela perspectiva da narratividade. (PONTES; SILVA, 2010, p. 59)

Pontes e Silva (2010) também citam que existem abordagens teóricas as quais negam a narrativa a fim de valorizar o acontecimento no âmbito do jornalismo. Para os autores, tal dissociação é inviável, pois os jornalistas seguem reproduzindo estórias com um pano de fundo mítico e simbólico que permeia as relações humanas e advém da literatura. Não por acaso, o noticiário continua repleto de narrativas sobre heróis, vilões e estórias que povoam o imaginário coletivo. Destarte, Benetti (2009; 2010) identifica matrizes arquetípicas em diversos acontecimentos narrados pelos jornalistas, o que pode ser exemplificado por casamentos de princesas os quais remetem aos contos de fadas, a superação de pessoas de origem humilde que vencem na vida apesar das dificuldades, feitos alcançados por heróis esportivos, entre tantos outros arquétipos, que são definidos por Durand (1997) como sendo o ponto em que o imaginário e processos racionais se encontram. O aspecto arquetípico das narrativas jornalísticas é reforçado pela repetição de estórias que os jornalistas produzem diariamente a partir da identificação – em acontecimentos – de temas e conflitos da sociedade em que estes profissionais da imprensa estão inseridos, conforme propõe Darnton (1975). Com uma

abordagem aderente a este ponto, Tuchman (2016) observa que os repórteres conversam entre si mais sobre estórias do que sobre acontecimentos.

Com uma visão distinta, Rodrigues (2016) compara a notícia como o negativo da racionalidade, fazendo uma analogia ao filme fotográfico que é utilizado em câmeras fotográficas analógicas, visto que o racional lida com o previsível enquanto o acontecimento geralmente existe na esfera do imprevisível.

Outros autores que relacionam acontecimento e narrativas jornalísticas são Berger e Tavares (2010). Para eles, a busca pelo sentido do acontecimento dá-se por meio da construção de narrativas pela imprensa. Também cabe ao jornalismo, mediante as narrativas que constrói, desvelar para a sociedade a relevância dos acontecimentos (Henn, 2010). Em sua abordagem, Leal et al. constata que o próprio acontecimento se apresenta como uma narrativa. “Este se apresenta como uma grande narrativa que incorpora várias outras, como ondas de microacontecimentos que, em transformação, constituem um acontecimento maior” (LEAL et al., 2010, p. 208). De modo semelhante, Tuchman tece uma definição para o acontecimento, a qual demonstra o caráter intrínseco dele ante as narrativas jornalísticas. “Os relatos de acontecimentos noticiosos são "estórias" – nem mais nem menos” (TUCHMAN, 2016, p. 353).

O acontecimento também possui cinco tempos que mudam seu próprio aspecto por conta das narrativas produzidas sobre ele, como propõe Arquembourg (2005). Para a autora, o primeiro tempo é o de emergência de uma ocorrência, quando surge a primeira definição sobre o fenômeno. Em seguida há o tempo da controvérsia, quando os sentidos iniciais podem ser revistos em função dos sentidos construídos pelo acontecimento. O terceiro tempo é o de emergência das consequências, outra oportunidade que pode reorientar a controvérsia. No quarto tempo, outros acontecimentos irrompem e podem influenciar a significação do acontecimento inicial. Por fim, o quinto tempo é o da recordação, quando a narrativa pode retomar o acontecimento passado.

Por outro lado, as narrativas precisam ser construídas, pois não surgem natural nem diretamente de fatos relativos a acontecimentos, como Bird e Dardenne (2016) trazem à baila. Esta situação pode ser observada pelas diferentes coberturas a respeito de uma mesma pauta, sendo que jamais um acontecimento é narrado de maneira exatamente igual por diferentes jornalistas, por mais que as coberturas possam se assemelhar. Sobre esta questão, Ricoeur (1981) também menciona que a criação de narrativas jornalísticas não é algo que ocorre naturalmente, pois é de ordem cultural. Neste processo as notícias acabam dotando os acontecimentos do passado de fronteiras artificiais e se tornam capazes de construir “totalidades significativas a partir de acontecimentos dispersos” (RICOEUR, 1981, p. 278).

Numa abordagem particular sobre narrativa e acontecimento, Augé faz uma reflexão segundo a qual os acontecimentos narrados constantemente pela mídia deixam pouco espaço para que se diga algo adicional acerca deles. Para este autor, outro aspecto a ser considerado com relação aos acontecimentos jornalísticos é que a imprensa veicula notícias e outros tipos de conteúdo constantemente e em grande quantidade, gerando questionamentos sobre a própria permanência dos acontecimentos como tal. "Sobre o acontecimento, já não sabemos o que dizer, nem sequer se continua sendo um acontecimento. As novidades cotidianas (os acontecimentos oficiais) abundam" (AUGÉ, 2001, p. 127).

Acerca da relação entre o acontecimento jornalístico e a questão ambiental, uma série de estudos abordam estes temas de modo conjunto. É o caso, por exemplo, da tese de Silva (2017), intitulada "Discurso jornalístico: proposta de mapeamento do Dispositivo Desenvolvimento Sustentável", que contém um capítulo sobre o acontecimento na era da midiatização. Outro exemplo é o estudo de Moura, Schwaab e Silva (2016) intitulado "Cidadania Comunicacional: Teoria, epistemologia e pesquisa".

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este capítulo contém os motivos que levaram à escolha da abordagem teórico-metodológica da Análise Crítica da Narrativa para o desenvolvimento desta pesquisa. Nesse sentido são explicados as três instâncias e os sete movimentos para se aplicar a ACN às histórias selecionadas no âmbito desta dissertação. Outro ponto contido nesta parte do trabalho é a abordagem sobre as bases metodológicas da Análise Crítica da Narrativa, que tem seus pilares nos estudos de narratologia especialmente os realizados por autores estruturalistas.

Neste capítulo também há uma explicação detalhada sobre como foi realizada a delimitação do *corpus* desta pesquisa, passando de 1.249 para 38 materiais jornalísticos da *Folha de S. Paulo* sobre a crise hídrica em São Paulo selecionados para análise.

Na sequência há uma seção acerca das características da cobertura jornalística empreendida por grandes veículos de comunicação no contexto de tal situação de crise hídrica. Por fim, aspectos da cobertura especificamente realizada pela *Folha* são abordados.

3.1 A OPÇÃO PELA ANÁLISE CRÍTICA DA NARRATIVA

A razão principal para se estudar narrativas é compreender o sentido da vida, postula Motta (2013). Para que o pesquisador consiga atingir este alvo, há seis motivos que devem pautar a análise de uma narrativa. A primeira razão para estudá-las é nos ajudar a compreender quem somos, pois cada um possui um repertório próprio e compartilhado de histórias que compõem sua vida – o mesmo se aplica a uma sociedade ou nação. Seja numa entrevista de emprego ou quando um indivíduo conta uma novidade para alguém, narrativas são empregadas para criar sentidos, ou seja, comunicar. O próprio pensamento também se dá por intermédio de narrativas e elas ajudam a construir a imagem que cada pessoa tem de si ou de outrem e o que cada um pretende ser, como destaca Motta (2012b). Em seu estudo sobre autonarração, Gergen (1996) aponta que cada pessoa constrói suas narrações próprias, por meio das quais busca credibilidade junto a seus interlocutores. Assim, as repercussões das histórias de cada um alcançam as relações socioculturais.

A segunda razão para se estudar narrativas é compreender como as pessoas criam representações sociais do mundo, as quais se cristalizam no senso comum. Para Bruner (1998), o próprio senso comum possui natureza narrativa. Por sua vez, Moscovici (2009) afirma que representar é um sistema de ideias e valores coletivos o qual permite às pessoas conferir ordem

ao mundo material e social. Tal ideia pode ser facilmente verificada nesta época em que as pessoas cada vez menos testemunham acontecimentos presencialmente e cada vez mais recorrem a relatos ou mediações, como as que a imprensa realiza diuturnamente. Conforme Mendes (2001), a narrativa é o instrumento fundamental da constituição e da instituição do mundo para o sujeito e a sociedade, sendo que esta função precede a divisão entre histórias fáticas e ficcionais.

A terceira razão para se estudar narrativas, segundo Motta (2013), é evidenciar as diferenças entre representações factuais e fictícias do mundo. Uma explicação para este tipo de opção pela narrativa fática ou ficcional reside nas intencionalidades que todo narrador possui e em sua estratégia argumentativa. Caso o enunciador queira transmitir um sentido de real, a história é produzida de maneira que evite a subjetividade, inserindo o destinatário num mundo real compartilhado entre ambos. É o que acontece com a imprensa e seu público, por exemplo. Já as narrativas ficcionais trabalham com o imaginário de quem as lê, ouve ou assiste. Neste caso o processo é o inverso: narrador e seus interlocutores firmam um pacto, deixando de lado, total ou parcialmente, a realidade e até a verdade como referências para a interação entre eles.

Para Motta, a quarta razão para se estudar narrativas é compreender como elas enunciam fenômenos tão diferentes, como a literatura ficcional e o noticiário, cuja natureza é ser fático e produzir efeitos de real. Sobre esta questão, há uma linha de historiadores, como White (1981), que veem a História como uma grande narrativa. Pontes e Silva (2010) visualizam uma semelhança entre o trabalho desenvolvido pelos jornalistas e pelos historiadores como contadores de histórias: transmitir por meio de palavras e de modo fidedigno fatos que aconteceram. Outra convergência entre Jornalismo e História é percebida por Benetti (2010), segundo a qual os jornalistas reconhecem e narram os grandes acontecimentos, que se convertem em marcos temporais históricos.

Compreender como narrativas constroem consensos a partir de dissensos é o quinto motivo para estudá-las. Sob esta perspectiva, eventos disruptivos geram incertezas e ansiedade em indivíduos e sociedades – sendo o jornalismo um dos grandes meios de difusão de tais acontecimentos. Quando tais ocorrências acontecem, as pessoas logo criam naturalmente explicações para dirimir as incertezas suscitadas, como ocorreu no atentado às Torres Gêmeas do World Trade Center, em Nova Iorque, em 11 de setembro de 2001. Enfim, a partir das narrativas, indivíduos e sociedades buscam retomar a “normalidade” e, assim, criam consensos a partir dos dissensos, tornando familiar o que não é familiar, conforme propõe Moscovici (2009).

Nesta ocasião histórica mencionada, a imprensa tentou explicar, atônita, o que acontecia ao vivo diante dos olhos de todo o mundo. Esta ocorrência específica pode, para Santos (2005), ser classificada como um mega-acontecimento, que possui sua importância potencializada, já que ultrapassa a simples ideia de "irritação" ou "excitação" do sistema em que se insere. Ademais, este tipo de acontecimento midiático supera os sentidos disponíveis e ofertados *a priori* para sua explicação. Para o autor, a categoria mega-acontecimento teve o 11 de Setembro como seu exemplo emblemático e inaugurador.

Para melhor contar histórias é preciso estudá-las, sendo esta a sexta razão para o estudo de narrativas, como propõe Motta (2013). Portanto, estudar e entender narrativas contribui para que os pesquisadores dominem a técnica de como contar boas histórias, quaisquer que sejam. Os manuais de redação e de roteiro exemplificam como a compreensão sobre narrativas contribui para sua produção.

Dentre as seis razões para se estudar narrativas, três nos levaram a utilizar a Análise Crítica da Narrativa neste estudo a respeito da cobertura da *Folha* sobre a crise hídrica da Região Metropolitana de São Paulo. A primeira delas foi o fato de que esta abordagem teórico-metodológica de Motta permite compreender como os jornalistas criam representações sociais sobre uma crise hídrica, as quais podem se cristalizar no senso comum. No caso da crise em questão, a popularização da expressão “volume morto” exemplifica este tipo de efeito provocado pelas narrativas jornalísticas. Isso porque o tema, antes restrito a hidrólogos e outros profissionais das áreas de recursos hídricos e meio ambiente, passou a ser discutido no dia a dia dos paulistanos e demais populações da RMSP a partir da ampla cobertura sobre a escassez hídrica em São Paulo.

Outro motivo para a escolha do método é que ele permite compreender como o noticiário relata fenômenos diferentes, já que dentro de uma grande narrativa, como no caso da crise hídrica da Grande São Paulo, existem vários episódios (narrativas secundárias) sobre temas que podem ser convergentes, divergentes ou até mesmo guardarem pouca relação entre si. Neste caso específico, a *Folha de S. Paulo* abordou assuntos os mais diversos possíveis. Houve desde multas aplicadas por hotéis a seus hóspedes em casos de desperdício de água em banheiras dos quartos até assuntos discutidos pela mais alta cúpula da política nacional no contexto de eleições presidenciais e para governadores em 2014.

Da mesma forma, a ACN foi escolhida para esta pesquisa, pois auxilia no entendimento de como as histórias constroem consensos a partir de dissensos – no caso de narrativas jornalísticas, representados pelos conflitos que compõem as notícias. A partir de divergências, as notícias propõem ao público uma percepção consensual sobre um dado tema – neste caso

específico, a crise hídrica da Grande São Paulo, a maior já enfrentada pela região desde o início do monitoramento dos mananciais da região no século XX. Ademais, a Análise Crítica da Narrativa permite desvelar a relação comunicativa que se dá entre narrador e seu público por intermédio das histórias contadas, o que também vale para as narrativas jornalísticas.

3.2 INSTÂNCIAS E MOVIMENTOS PARA ANÁLISE DE NARRATIVAS

Motta (2013) propõe que as narrativas podem analisadas por meio de três instâncias, as quais se sobrepõem mutuamente: plano da expressão (discurso), plano da história (conteúdo) e plano da metanarrativa (tema de fundo). As três podem ser utilizadas para fins de Análise Crítica da Narrativa, sendo que a principal delas é o plano da história, complementado pelos outros dois planos.

O plano da história abrange a representação e o conteúdo da história em si. É nesta instância que o analista investiga a lógica e a sintaxe narrativas e até que ponto elas manifestam as intencionalidades do narrador. Também é nesta instância que podem ser percebidas a caracterização de personagens feita por quem narra, os principais conflitos, o ritmo da narração, entre outras estruturas que organizam a história.

No caso do plano da expressão, a linguagem é o principal objeto de análise. Assim, a forma como o narrador apresenta a história a seus destinatários acaba sendo examinada. No caso da narrativa jornalística, este plano tem papel relevante, pois a retórica dos jornalistas se utiliza bastante de recursos expressivos de linguagem em seus discursos a fim de provocar determinados efeitos de sentido ou emocionais em seu público, como indignação, afinidade, comoção, etc. Através desta instância, o analista pode trazer à luz as intencionalidades do narrador e suas estratégias discursivas.

Já o plano da metanarrativa contém questões éticas que o enunciador levou em conta ao narrar. Esta instância tem como foco a estrutura profunda da narrativa, a qual ativa o imaginário de seus destinatários. Sendo assim, uma matéria jornalística sobre a prisão de pessoas envolvidas num esquema de corrupção, por exemplo, pode ter como metanarrativa a concepção de que o crime não compensa. Na dimensão da metanarrativa também operam os mitos, como apontam Bird e Dardenne (2016), já que as notícias atuam como histórias que integram uma grande história ou mito mais amplo. Barthes (1982) vai além e configura as narrativas jornalísticas como um tipo particular de narrativa mitológica que requer um tipo específico de interpretação para ser efetivamente compreendida.

Para que as notícias assumam uma característica mitológica, Bird e Dardenne (2016) observam o aspecto de ressonância, que faz o público ter a sensação de que já leu uma determinada notícia anteriormente. Partindo de um pressuposto semelhante, Galtung e Ruge (1965) consideram que os acontecimentos, por mais que sejam distintos, acabam sendo codificados em estruturas já percebidas e previstas por parte de quem os observa. Com enfoque nas notícias, Rock também percebe os padrões que se repetem no noticiário, processo que pode gerar o efeito de reforçar mitos ou até mesmo de alterá-los. Para o autor, as notícias “transmitem uma sensação de drama infinitamente repetido cujos temas são familiares e bem compreendidos” (ROCK, 1981, p. 68).

A fim de que o analista possa proceder à ACN, Motta (2013) elenca sete movimentos a serem seguidos, os quais abordam separada ou conjuntamente as três instâncias de análise supracitadas. O primeiro movimento para se aplicar o método é compreender a intriga como síntese do heterogêneo. Nesta primeira etapa, o analista deve ler e reler a estória o suficiente para compreender qual é sua essência e sua sequência de início, meio e fim. No caso de narrativas jornalísticas, tanto o início quanto o fim da estória não costumam estar bem delineados, pois uma narrativa escrita hoje pode ter se iniciado anos ou mesmo décadas antes, como acontece em matérias sobre o conflito entre israelenses e palestinos, por exemplo. Por isso, cabe ao analista realizar uma delimitação justificada sobre os pontos de partida e de chegada a serem observados para que logre identificar a síntese da estória estudada, que contenha uma série de aspectos que a constituem: pontos de virada, conflitos, papéis dos personagens, episódios, entre outros elementos que sejam relevantes na composição da intriga.

O segundo movimento metodológico para a ACN é compreender a lógica do paradigma narrativo. Para tanto, o analista deve desconstruir a estória a partir de sua análise. Em seguida, é preciso entender as partes que compõem o objeto analisado para, por fim, chegar à lógica que pautou a elaboração da estória. A partir disso, o texto, o *cotexto* (constituído por elementos internos do discurso, como o ponto de vista do narrador) e o contexto da narrativa devem ser estudados, sendo que os significados podem ser apreendidos principalmente no *cotexto* e no contexto cultural, segundo Motta (2013).

Como terceiro movimento, o analista de narrativas deve deixar que surjam novos episódios, os quais Motta (2008, p. 150) define como “unidades narrativas analíticas intermediárias que relatam conjuntos de ações relativamente autônomos”. Nos episódios acontecem as transformações da estória. Ao perceber os novos episódios, a partir da reconstrução da narrativa, e identificar temáticas dentro dela, o analista pode revelar estratégias

do narrador na construção dos sentidos. Isso se dá através da disposição de personagens, cenários, incidentes, conflitos, tensões, fracassos e conquistas no tabuleiro da estória.

O quarto movimento metodológico é permitir ao conflito dramático (que pode ser psicológico, de interesse, etc.) se revelar. Segundo Motta (2013), o conflito – ou vários deles – é um elemento central na Análise Crítica da Narrativa. Isso se deve ao fato de que o conflito apresenta o enquadramento e o ponto de vista de quem narra, além de ser a forma por meio da qual o narrador organiza a realidade que pretende relatar a seu público. Outra característica dos conflitos é estruturar o enredo da narrativa e aglutinar acontecimentos isolados em sínteses inteligíveis e coerentes. No caso das notícias, recorrentemente o conflito é o fator principal que motiva uma pauta.

Compreender o papel de cada personagem é o quinto movimento metodológico da ACN. Para Reuter (2002), os personagens possuem papel fundamental na projeção da estória, pois são eles que vivem e realizam ações na narrativa, a qual se constitui numa intriga entre personagens. Esta importância também é percebida por Barthes (1971), segundo o qual não existe narrativa sem personagens. Por sua vez, Gancho (2006) aponta que o personagem é quem realiza a ação no enredo e esta figura é uma criação do discurso narrativo, por mais que se refira a uma pessoa de carne e osso, como as que aparecem no noticiário diariamente. Assim sendo, cabe ao analista caracterizar quem são os personagens que o narrador criou no âmbito de sua estratégia argumentativa e o porquê de cada personagem possuir determinadas qualidades ou defeitos.

Motta (2013) ainda se atém especificamente aos personagens jornalísticos. Segundo o autor, o caráter fático da narrativa jornalística é singular para se entender como acontece a passagem de uma pessoa real à persona (figura de papel). Assim como Gancho (2006), o acadêmico enfatiza que o analista não pode confundir as pessoas de carne e osso com os personagens que habitam a realidade da estória, por mais que ela tenha uma natureza realista, como é o caso das notícias.

“Nenhuma narrativa é ingênua, neutra, imparcial; toda narrativa é argumentativa”, afirma Motta (2013, p. 196). Por isso, o sexto movimento metodológico é compreender as estratégias argumentativas do narrador, ou seja, as retóricas narrativas utilizadas para seduzir, angustiar, envolver, convencer e provocar efeitos de sentido no público. Nesta etapa da análise, é necessário perceber quais são as estratégias do narrador para produzir efeitos de real e efeitos estéticos – os quais geram emoções – junto a seu público. Outro ponto a ser abordado na ACN é observar as “cadeias de referência”, que são as escolhas intencionais de quem narra e que estão inseridas no discurso jornalístico, por exemplo, insinuando relações entre coisas e processos, como observa Reuter (2002).

Por fim, o sétimo movimento metodológico da ACN é permitir que as metanarrativas aflorem, já que narrativas possuem razões éticas e morais como pano de fundo. Ao compreender tais temas implícitos, o analista pode perscrutar a estória de tal maneira que seja possível trazer à luz os mitos mais profundos contidos nas metanarrativas. Aderente a este ponto, Katz propõe que a própria narração dos acontecimentos midiáticos e dos acontecimentos jornalísticos recorre a mitologia e arquétipos. “Mas para além do jornalismo, há fontes mais profundas para a narração de tais ‘estórias’. Há uma nascente de contos populares e textos sagrados que os narradores partilham com o seu público” (KATZ, 2016, p. 91).

3.3 BASES METODOLÓGICAS DA ANÁLISE CRÍTICA DA NARRATIVA

A Análise Crítica da Narrativa – que será utilizada neste estudo sobre a narrativa da *Folha* sobre a crise hídrica da Região Metropolitana de São Paulo – configura-se como uma técnica hermenêutica, já que esta opera onde não há compreensão sobre algo. Motta define hermenêutica como: “[...] uma técnica de interpretação dos discursos a respeito de uma realidade constituída de fenômenos concretos e abstratos” (MOTTA, 2013, p. 124). A partir desta ótica hermenêutica, o pesquisador brasileiro faz uma ponte para a fenomenologia, que é a base para a abordagem teórico-metodológica da ACN, a qual tem caráter indutivo. Para o autor, a fenomenologia permite alcançar o sentido da significação integral do discurso narrativo nos contextos social, cultural e histórico onde ele se insere, sendo que na Análise Crítica da Narrativa o pesquisador também deve levar em consideração tais contextos em que a narrativa analisada está inserida.

A fenomenologia é definida como um método de reflexão sobre “aquilo que se mostra” para o ser humano, conforme Husserl (2005). Para que tal objetivo seja alcançado, Bello (2006) propõe que é preciso buscar o sentido dos fenômenos para que eles possam ser compreendidos em sua essência. Por sua vez, Merleau-Ponty (1999) postula que a fenomenologia é o estudo das essências e pondera que esta ciência fática considera que o mundo e seus fenômenos estão presentes antes de qualquer reflexão sobre eles. Sob outra perspectiva, Schutz (1995) leva em consideração que a fenomenologia tem como foco os significados dos objetos e não os objetos em si. Já Ricoeur (1983), ao definir a fenomenologia, afirma que ela considera as operações de compreensão em suas relações com a interpretação da polissemia, multiplicidade de sentidos, contida num texto.

No caso da Análise Crítica da Narrativa, o método observa os detalhes da estória analisada, sendo que cada um deles leva a novas interpretações, ou seja, a narrativa que serviu como ponto de partida se altera e passa a ser uma nova narrativa reconstruída pelo pesquisador. Tal processo ocorre sempre considerando a estória como um todo que não é algo fechado em si mesmo, mas como objeto que precisa ter sua produção e recepção analisadas.

Neste ponto, o método de Motta se distancia da Análise Estrutural da Narrativa, utilizada por Barthes, Todorov, entre outros autores. Pela proposta estruturalista, a análise recai sobre as narrativas em si na busca por suas estruturas constitutivas e não sobre a comunicação que elas proporcionam entre narrador e público. Assim, Motta (2013) esclarece que a expressão “análise da narrativa” não é a mais adequada para nomear a ACN, porque indica que a estória em si é que será analisada como algo hermético. Para o autor, o mais correto seria utilizar a expressão “análise da comunicação narrativa”, já que o método focaliza a relação comunicativa – o sentido criado – entre narrador e audiência num dado contexto. Motta também considera a Análise Crítica da Narrativa como sendo uma abordagem crítica por revelar o que está além do imediatamente visível na superfície da narrativa estudada.

3.4 CARACTERÍSTICAS DA COBERTURA JORNALÍSTICA SOBRE A CRISE HÍDRICA DE SÃO PAULO

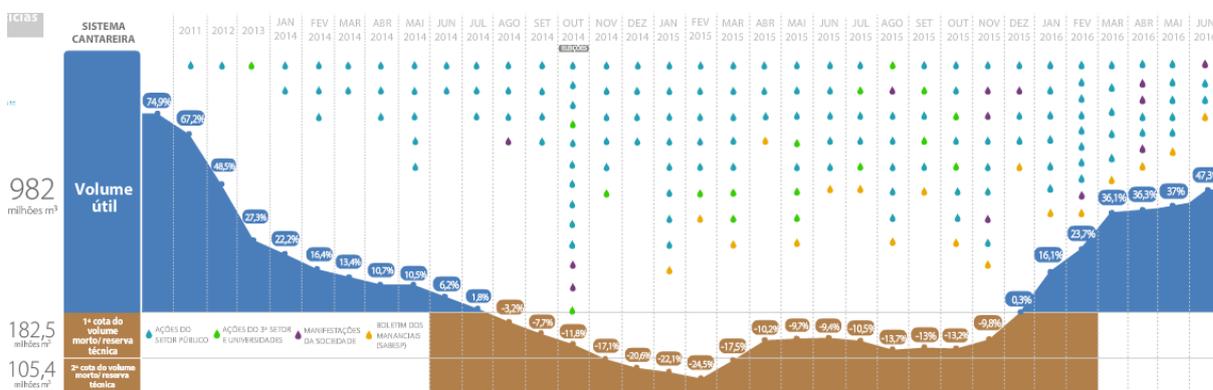
Uma crise hídrica traz consigo impactos sociais, como a falta de segurança hídrica principalmente por parte das populações mais vulneráveis. O fenômeno também implica efeitos econômicos, como a redução no turismo no Sistema Cantareira ou o aumento de preços aos cidadãos causado pelo repasse dos custos de caminhões-pipa pagos por empresas para manterem suas atividades. Sinisgalli et al. (2018) apontam que tais impactos socioeconômicos marcaram reportagens veiculadas pela imprensa durante a cobertura da crise.

Capobianco (2018) e Jacobi, Empinotti e Grandisoli (2018) fazem referência ao estudo “A crise hídrica e a mídia”¹⁸, realizado pelo Instituto Democracia e Sustentabilidade (IDS), o qual realizou levantamento de 503 notícias sobre a crise hídrica da Região Metropolitana de São Paulo veiculadas pelos jornais *Folha de S. Paulo*, *O Estado de S. Paulo* e *O Globo* entre janeiro de 2014 e abril de 2015, momento mais crítico da escassez hídrica na RMSP. Neste trabalho, há uma correlação entre as notícias veiculadas e os volumes acumulados no Sistema

¹⁸ INSTITUTO DEMOCRACIA E SUSTENTABILIDADE. Disponível em: <<http://aguanamidia.idsbrasil.org/>>. Acesso em: 17 abr. 2019.

Cantareira pelo fato de este ser o principal manancial de abastecimento da Grande São Paulo, conforme a Figura 5.

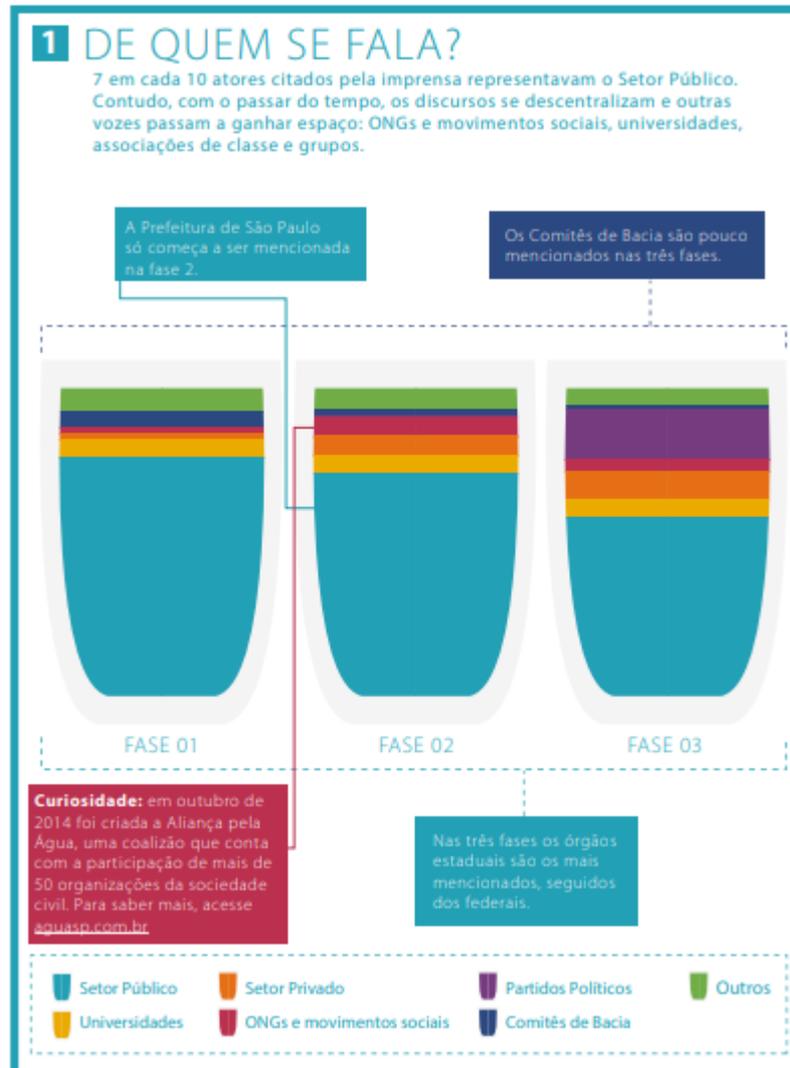
Figura 5 – Gráfico que relaciona a cobertura da grande imprensa sobre a crise hídrica de São Paulo e os volumes acumulados no Sistema Cantareira entre 2011 e junho de 2016.



Fonte: A crise da água e a mídia. IDS, 2015. Disponível em: <<http://aguanamidia.idsbrasil.org/>>. Acesso em: 19 abr. 2019.

Este levantamento aponta que a cobertura da crise hídrica deu pouco espaço para atores sociais e bastante espaço para representantes de instituições públicas, ou seja, de fontes oficiais, reproduzindo os poderes constituídos. Conforme aponta a Figura 6, cerca de 70% das fontes consultadas sobre a crise hídrica foram do setor público. “Quanto à imprensa, por sua vez, reproduziu os poderes constituídos e proporcionou pouco espaço para que a identidade da sociedade civil pudesse se manifestar pela sua perspectiva, fato evidenciado durante a crise hídrica” (JACOBI; EMPINOTTI; GRANDISOLI, 2018, p. 117). Isto não quer dizer que tais fontes oficiais deixaram de arcar com o ônus da responsabilidade pela crise nas abordagens realizadas pela imprensa a respeito da escassez de água na Grande São Paulo. “No ano 2015, em São Paulo, as notícias da mídia estiveram sempre repletas de reclamações populares sobre ‘torneiras secas’. Tomavam ‘os governos’, genericamente, como principais culpados pela falência hídrica” (AUTOMARE, p. 160).

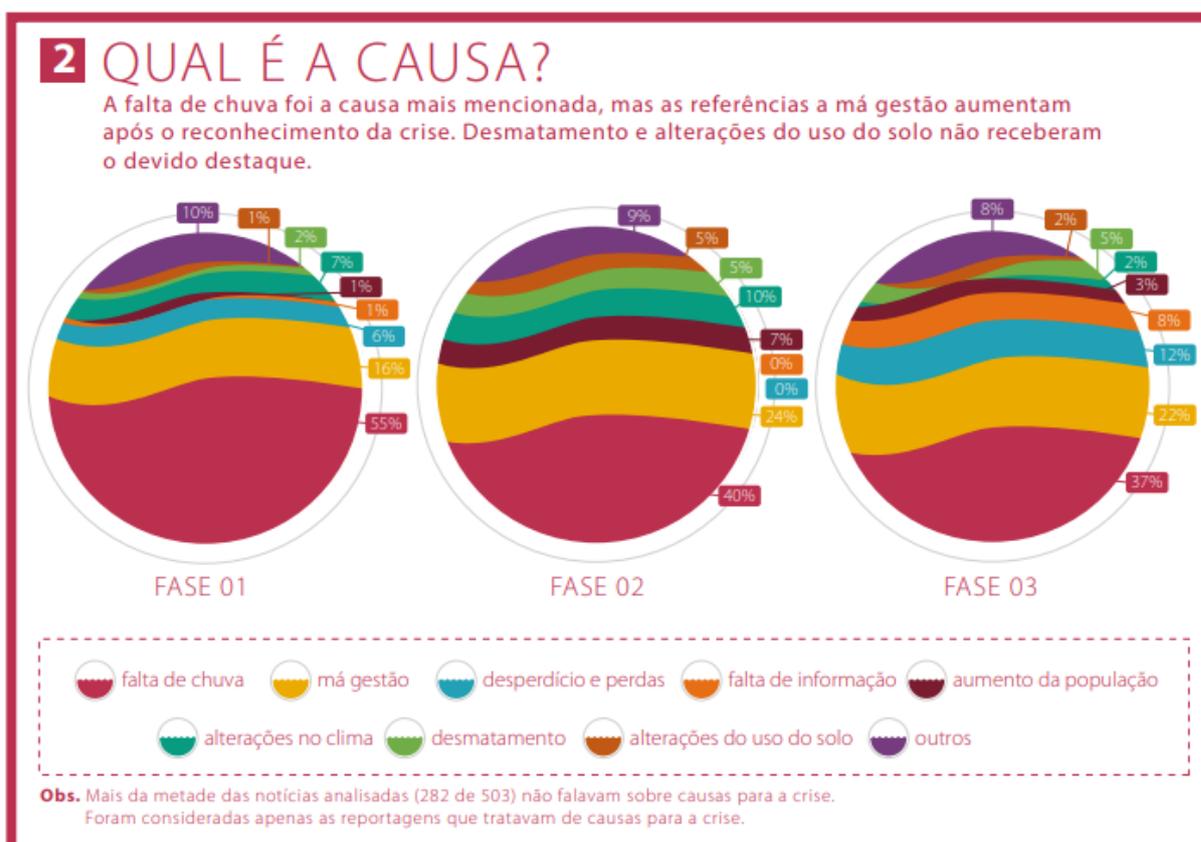
Figura 6 – Fontes consultadas pela imprensa durante a crise hídrica de São Paulo.



Fonte: A crise da água e a mídia. IDS, 2015. Disponível em: <<http://ids-ecostage.s3.amazonaws.com/media/uploads/2016/06/27/infografico-crise-hidrica-e-a-midia-resultados.pdf>>. Acesso em: 19 abr. 2019.

Segundo o levantamento “A crise hídrica e a mídia”, a cobertura da crise hídrica da Região Metropolitana de São Paulo pode ser dividida em três etapas, sendo a primeira correspondente ao período anterior à aceitação da situação pelo Governo do Estado de São Paulo, período que foi de janeiro a 15 de outubro de 2014. A segunda fase, compreendida entre 16 de outubro de 2014 e janeiro de 2015, foi o reconhecimento da crise pela gestão Alckmin. A terceira etapa diz respeito ao início da tomada de ações para mitigação dos efeitos do fenômeno, que foi de março a abril de 2015. Como mostra a Figura 7, a falta de chuva foi apontada como a principal causa da crise nas três etapas analisadas pelo IDS.

Figura 7 – Principais causas da crise hídrica de São Paulo citadas pelos jornais *Folha de S. Paulo*, *O Estado de S. Paulo* e *O Globo*.



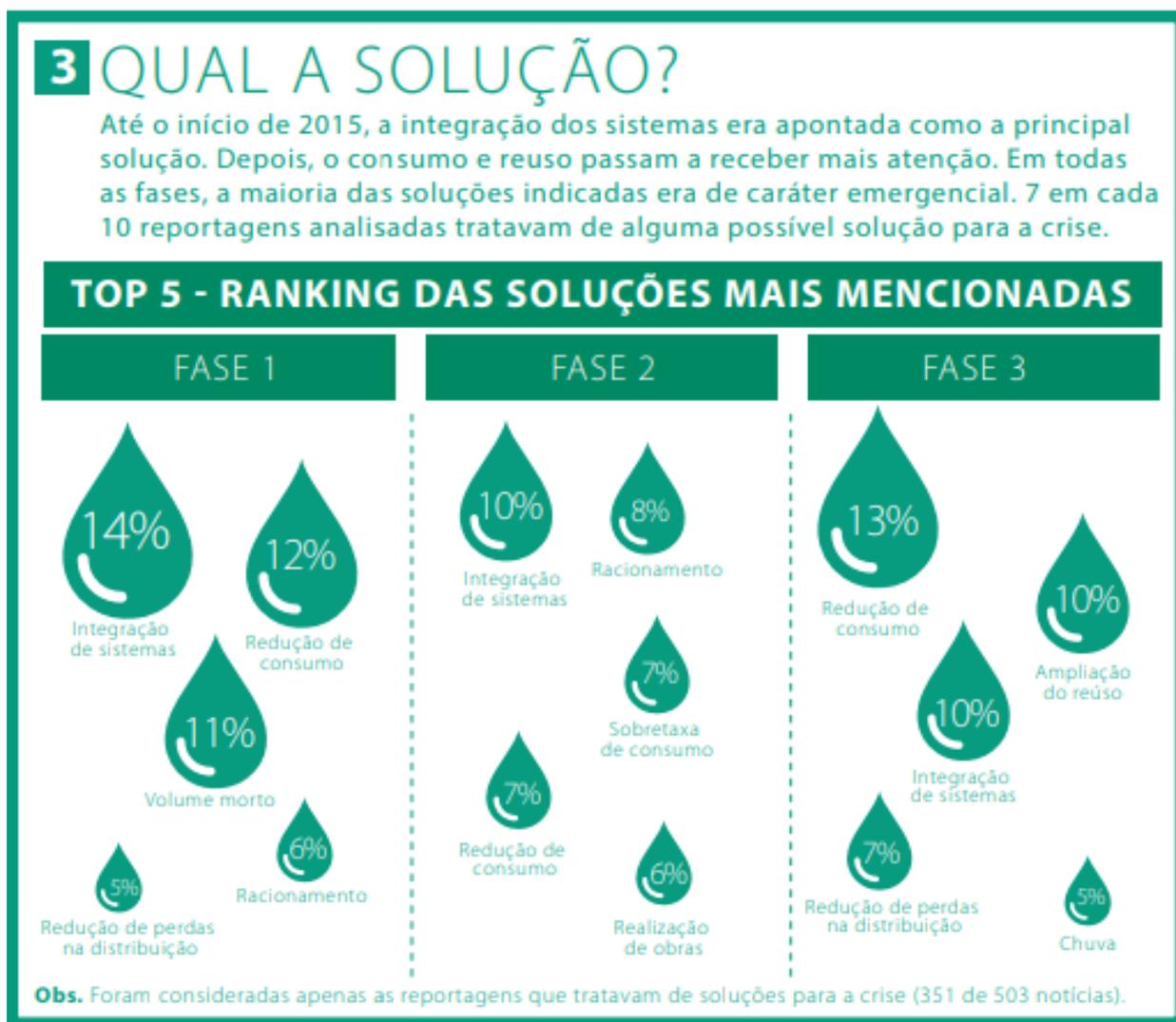
Fonte: A crise da água e a mídia. IDS, 2015. Disponível em: <<http://ids-ecostage.s3.amazonaws.com/media/uploads/2016/06/27/infografico-crise-hidrica-e-a-midia-resultados.pdf>>. Acesso em: 19 abr. 2019.

Jacobi, Empinotti e Grandisoli (2018) apontam que a cobertura da crise hídrica pouco mencionou a degradação ambiental nas áreas de mananciais como sendo uma das causas que culminaram na crise hídrica de São Paulo. Pela percepção de Fajerstajn e Saldiva, os veículos de comunicação tinham a tarefa de informar a sociedade de forma mais efetiva acerca da complexidade em torno da crise hídrica da Grande São Paulo, além de combater o senso comum de que a maior região metropolitana do Brasil e da América do Sul possui uma disponibilidade hídrica confortável para suas demandas em termos qualitativos e quantitativos. “A segurança hídrica na Região Metropolitana de São Paulo esteve na pauta dos principais meios de comunicação desde o início de 2014, mas é preciso ir além. É preciso enfatizar outros fatores importantes no entendimento integrado da crise hídrica, que não somente a falta de chuvas” (FAJERSTAJN; SALDIVA, 2018, p. 95).

Conforme o levantamento do IDS, a integração de sistemas de abastecimento apareceu como a principal solução para a situação de escassez hídrica nas duas primeiras fases verificadas, como demonstra a Figura 8. Somente na última etapa da divulgação no período

analisado é que a redução do consumo de água surgiu como solução mais abordada pela *Folha de S. Paulo*, *O Estado de S. Paulo* e *O Globo*.

Figura 8 – Principais soluções para a crise hídrica de São Paulo citadas pelos jornais *Folha de S. Paulo*, *O Estado de S. Paulo* e *O Globo*.



Fonte: A crise da água e a mídia. IDS, 2015. Disponível em: <<http://ids-ecostage.s3.amazonaws.com/media/uploads/2016/06/27/infografico-crise-hidrica-e-a-midia-resultados.pdf>>. Acesso em: 19 abr. 2019.

Dentre as consequências da crise hídrica de São Paulo, Sinisgalli et al. apontam que a cobertura realizada pela imprensa enfatizou especialmente as consequências sociais e econômicas a respeito do fenômeno.

Foram publicadas diversas reportagens que relatam aspectos pontuais que a crise de abastecimento de água, nos anos 2014 e 2015, gerou, tratando das implicações de caráter social e econômico da crise da água, como aumento da

procura por fontes alternativas, aumento de reclamações sobre o custo da água e a sua falta, entre outras questões. (SINISGALLI et al., 2018, p. 74)

3.5 A COBERTURA DA *FOLHA DE S. PAULO*

Com uma situação extrema e jamais vivida pela região da capital paulista em termos de disponibilidade hídrica, a imprensa naturalmente passou a cobrir o tema. Para Buckeridge e Ribeiro (2018), situações extremas, como a crise hídrica da Região Metropolitana de São Paulo, mobilizam a opinião pública e geram interesse para cobertura pela imprensa. Um dos veículos que cobriu amplamente a situação foi o jornal *Folha de S. Paulo*. Do início de 2014 ao fim de 2016, o veículo publicou 1.249 textos sobre a crise hídrica de São Paulo, entre notícias, reportagens, colunas e editoriais, conforme a Tabela 1. Assim, houve uma média aritmética de 1,14 material sobre a crise hídrica em questão publicado por dia no veículo. Estes textos contêm os termos “crise hídrica São Paulo” e/ou “Sistema Cantareira”, os quais foram utilizados para realizar a busca por materiais jornalísticos produzidos sobre o tema pela *Folha*.

Tabela 1 – Publicações sobre a crise hídrica entre janeiro de 2014 e dezembro de 2016 na *Folha de S. Paulo*.

Ano	Notícias, reportagens e colunas	Editoriais	Total	Média por dia
2014	611	17	628	1,72
2015	559	9	568	1,56
2016	52	1	53	0,14
TOTAL	1222	27	1249	1,14

Fonte: elaboração do autor.

Outro dado que indica o espaço dedicado pela *Folha* em sua cobertura da crise hídrica de São Paulo é a quantidade de editoriais publicados. Entre janeiro de 2014 e dezembro de 2016, o total foi de 27, perfazendo uma média aritmética de 0,75 editorial por mês, conforme a Tabela 2 a seguir.

Tabela 2 – Editoriais sobre a crise hídrica publicados pela *Folha de S. Paulo* de janeiro de 2014 a dezembro de 2016.

Ano	Publicações	Meses	Média por mês
2014	17	12	1,42
2015	9	12	0,75
2016	1	12	0,08
TOTAL	27	36	0,75

Fonte: elaboração do autor.

Buckeridge e Ribeiro também enfatizam a forte presença de conteúdos veiculados pela imprensa durante a crise hídrica, principalmente no ápice do verão entre dezembro de 2014 e março de 2015, quando os reservatórios que abastecem a Grande São Paulo chegaram aos níveis mínimos – em fevereiro de 2015 o Cantareira chegou ao volume de -24,5% em relação ao seu volume útil, o menor armazenamento de sua história, atingindo a segunda cota do volume morto. Segundo os autores, “Não foram poucas as manchetes de jornais e de mídias eletrônicas com análises, expectativas frustradas e explicações divergentes sobre o quadro que afetou mais de 20 milhões de habitantes entre 2013 e 2015” (BUCKERIDGE; RIBEIRO, 2018, p. 14).

Em sua cobertura sobre a crise hídrica de São Paulo, a *Folha* constrói sua narrativa principal por intermédio de diversos episódios (narrativas secundárias), até mesmo porque a complexidade do tema e sua duração por anos levaram o jornal a aprofundar seu acompanhamento sobre a crise em questão. Este ponto será abordado de maneira mais minuciosa na seção sobre a delimitação do *corpus* deste estudo na seção 3.6.

3.6 DELIMITAÇÃO DO *CORPUS*

Este estudo analisa, por meio da Análise Crítica da Narrativa, 38 notícias produzidas pela *Folha de S. Paulo* que contêm as expressões “crise hídrica São Paulo” e/ou “Sistema Cantareira”. Elas integram um universo de 1.249 textos veiculados sobre a crise entre 2014 e 2016, dentre os quais: notícias, editoriais, colunas e reportagens. Para chegar a este total, a pesquisa partiu de uma busca na base de dados do *site Folha.com.br* com a aplicação de filtros para que os resultados mostrassem conteúdos veiculados nas seções Cotidiano, Opinião, Poder e Colunas. Não foi feita a distinção entre os materiais veiculados exclusivamente na edição impressa ou no *site*, pois, por amostragem, os conteúdos coincidiram via de regra.

Também cabe ressaltar que o título jornalístico nem sempre indica com exatidão o conteúdo que anuncia. Por isso, para chegar ao total de 1.249 materiais veiculados, foram

desconsiderados os textos com títulos que não faziam qualquer menção direta à crise, sendo que o *site* da *Folha* também permite visualizar o trecho em que o termo buscado aparece no texto, conforme a Figura 9, reduzindo a margem de erro deste tipo de levantamento. No caso de materiais com títulos pouco claros, foi realizada uma leitura do *lead* dos textos com esta característica para verificar se ele, de fato, se referia à crise hídrica da Região Metropolitana de São Paulo.

Figura 9 – Exemplo de como aparecem os resultados de buscas no site da *Folha de S. Paulo*, contendo o título e o trecho onde está o termo pesquisado.



Fonte: Folha.com.br. Disponível em: <<http://search.folha.uol.com.br>>. Acesso em: 3 nov. 2018.

Nesta fase inicial de contato com as unidades de análise, também foi realizada uma leitura dos editoriais da *Folha* sobre a crise hídrica ou com referência a ela, pois este tipo de texto permite indicar a percepção do próprio veículo de comunicação acerca de um determinado assunto. Neste sentido, chamou atenção o volume de editoriais publicados de janeiro de 2014 a março de 2016, período em que aconteceu a fase mais aguda da crise hídrica. Conforme aponta a Tabela 3, foi veiculado exatamente um artigo por mês em média neste intervalo selecionado.

Tabela 3 – Editoriais com referência à crise hídrica publicados pela *Folha de S. Paulo* de janeiro de 2014 a março de 2016.

Ano	Publicações	Meses	Média por mês
2014	17	12	1,42
2015	9	12	0,75
2016	1	3	0,33
TOTAL	27	27	1,00

Fonte: elaboração do autor.

Outras expressões, como “crise da água” ou “Alto Tietê” não foram utilizadas na busca no *site Folha.com.br*, pois o levantamento mostrou que a grande maioria dos conteúdos sobre o tema em questão continha pelo menos uma das palavras a seguir: “crise”, “hídrica”, “São Paulo”, “Sistema” e/ou “Cantareira”. Logo, o quantitativo de materiais que possa ter escapado a esta busca tende a ser residual.

No período pesquisado, do início de 2014 ao fim de 2016, os 1.249 materiais veiculados têm sua primeira inserção na *Folha de S. Paulo* em 8 de janeiro de 2014 – neste ano a crise se iniciou com a entrada do Sistema Cantareira em seu volume morto e com o aprofundamento do uso desta reserva técnica. Neste período também houve o início da redução de pressão da água nas redes de distribuição da SABESP. A última inserção no universo analisado aconteceu em 2 de novembro de 2016, data da última notícia com menção aos termos “crise hídrica São Paulo” e “Sistema Cantareira”, buscados no *site* do jornal. Neste período de 1.030 dias, os 1.249 materiais jornalísticos mencionados corresponderam a uma média aritmética de 1,21 inserção por dia, conforme a Tabela 4. Este número reforça o quanto a *Folha* dedicou um espaço significativo à crise hídrica de São Paulo – ainda mais em se tratando de um tema que não é um dos mais presentes na grande imprensa, diferentemente do que acontece com política, economia, esportes, questões internacionais, violência, entre outros.

Tabela 4 – Publicações sobre a crise hídrica na *Folha de S. Paulo* entre 8 de janeiro de 2014 e 2 de novembro de 2016.

Ano	Notícias, reportagens e colunas	Editoriais	Total	Média por dia
2014	611	17	628	1,75
2015	559	9	568	1,56
2016	52	1	53	0,17
TOTAL	1222	27	1249	1,21

Fonte: elaboração do autor.

Apesar de o então governador paulista, Geraldo Alckmin, ter anunciado o fim da crise via declarações na imprensa¹⁹ em 7 de março de 2016, a *Folha de S. Paulo* e outros veículos de

¹⁹ A *Folha* publicou matéria sobre o tema, intitulada “Alckmin diz que crise da água acabou; vítimas de racionamento contestam” (LOBEL; BRENDLER; GOMES, 2016). Esta é uma das 38 notícias analisadas neste trabalho. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2016/03/1747238-alckmin-diz-que-falta-dagua-em-sao-paulo-foi-superada.shtml>>. Acesso em: 2 ago. 2019.

comunicação de São Paulo continuaram a repercutir questões sobre a crise hídrica da RMSP até o fim daquele ano. Desta forma, torna-se possível analisar as narrativas durante e após a escassez hídrica em São Paulo.

Com os 1.249 materiais produzidos pela *Folha* em mãos, o passo seguinte foi categorizá-los em nove episódios (narrativas secundárias que compõem a grande narrativa sobre a crise hídrica da Região Metropolitana de São Paulo), divididas em diferentes tipologias, conforme o Quadro 1. O primeiro episódio aborda o contexto da crise hídrica da Grande São Paulo. O segundo tem como foco o cotidiano da escassez na vida das pessoas e instituições. O terceiro enfatiza o saneamento básico e medidas para mitigação dos efeitos da escassez hídrica, entre elas o bônus na conta de água de quem economizasse o recurso e a sobretaxa para quem não reduzisse ou aumentasse seu consumo. Como quarto episódio identificado está a busca governamental para garantir o abastecimento da população da Grande São Paulo com ações, como o uso do volume morto do Sistema Cantareira. A quinta narrativa secundária diz respeito à política partidária em torno da crise, situação que ocorreu durante o contexto eleitoral de 2014 nas esferas nacional e estadual. No sexto episódio, há questionamentos sobre a transparência do Governo do Estado de São Paulo em comunicar a gravidade da situação devidamente à sociedade. A sétima narrativa secundária informa sobre o fim da crise hídrica e as lições decorrentes da situação vivida pela Região Metropolitana de São Paulo. Como oitava narrativa secundária identificada, aparece a variação dos volumes acumulados nos principais reservatórios responsáveis pelo abastecimento da Grande São Paulo. Por fim, o nono episódio possui temas difusos que não se enquadram nos oito episódios anteriores.

Nestas nove narrativas secundárias, foram identificadas 36 partes (narrativas terciárias) no total, mais pormenorizadas. Cada parte é numerada dentro de cada tipologia para identificar as partes componentes dos episódios, conforme o Quadro 1. A definição de tais narrativas secundárias cumpre o terceiro movimento da Análise Crítica da Narrativa: deixar que surjam novos episódios na narrativa pesquisada. Portanto, tal movimento analítico já está representado no Quadro 1 a seguir.

Quadro 1 – Categorias dos episódios da *Folha de S. Paulo* sobre a narrativa da crise hídrica de São Paulo e suas respectivas partes com base nas notícias, colunas e editoriais veiculados de janeiro de 2014 a dezembro de 2016.

Episódios (narrativas secundárias)	Partes (narrativas terciárias)	Tipologia	
Contexto da crise hídrica de São Paulo	Contextualização das causas que levaram à crise	A1	A
	Alertas que prenunciaram a crise	A2	
	Análises e projeções	A3	
	Textos explicativos sobre aspectos da crise (serviço ao leitor)	A4	
	Boas práticas e alternativas à crise	A5	
Cotidiano da escassez	Adaptação e alternativas à escassez cotidiana	B1	B
	Falta de água e impactos no dia a dia	B2	
	Consumo e desperdício de água	B3	
	Impactos econômicos	B4	
	Impactos ambientais e à saúde pública	B5	
	Manifestações artísticas e religiosas relacionadas à crise	B6	
	Maus exemplos que vêm de cima	B7	
Medidas para mitigação da crise e saneamento	Bônus para quem economiza e sobretaxa para “gastões”	C1	C
	Incentivos do Estado para economia de água	C2	
	Reajuste de tarifas da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (SABESP)	C3	
	Falhas nos serviços de saneamento	C4	
Busca de alternativas para garantir o abastecimento	Volume morto como alternativa à crise hídrica	D1	D
	Obras de infraestrutura hídrica e outras ações em busca de novas fontes d’água	D2	
	Operação de reservatórios	D3	
Escassez de água na agenda política	Condução da crise	E1	E
	Interligação do Sistema Cantareira com a bacia hidrográfica do rio Paraíba do Sul	E2	
	Água na pauta dos políticos	E3	
	Questionamentos de ordem legal relacionados à gestão da crise	E4	
	Protestos da sociedade devido à crise	E5	

	Prêmio da Câmara dos Deputados pela gestão da crise pelo então governador paulista, Geraldo Alckmin	E6	
Transparência na comunicação sobre a crise	Divulgação insuficiente do governo paulista para informar a sociedade sobre a gravidade da crise	F1	F
	O caso dos áudios vazados de dirigentes da SABESP	F2	
	Mudanças na forma de divulgação dos dados dos reservatórios do Sistema Cantareira	F3	
Fim da crise e lições decorrentes	Anúncio do fim da crise pelo então governador de São Paulo	G1	G
	Balanço sobre a crise hídrica	G2	
Variações nos reservatórios	Aumento, redução ou manutenção dos níveis dos principais reservatórios	H1	H
	Disponibilidade hídrica	H2	
	Fatores climáticos e suas incidências nos níveis dos reservatórios	H3	
Outros temas	Temas difusos que não se enquadraram nas categorias anteriores	I1	I

Fonte: elaboração do autor.

A narrativa da *Folha de S. Paulo* concentrou-se principalmente em matérias sobre as variações dos níveis dos principais mananciais que abastecem São Paulo, como o Sistema Cantareira e o Alto Tietê. Estas notícias, veiculadas na editoria Cotidiano, prestaram um papel de serviço para os leitores, bem como tradicionalmente acontece com a previsão do tempo. Apesar do espaço que teve, esta narrativa “Variações nos reservatórios” não será analisada em virtude de sua baixa narratividade, pois o grande fator de transformação relatado neste tipo de matéria é a variação dos volumes acumulados de água, o que estava vinculado diretamente a questões de ordem climática, como chuvas ou a falta delas, e ao nível de consumo de água pela população. Outro episódio que ficará de fora deste estudo é a narrativa secundária “Outros temas”, pois engloba temáticas difusas que aparecem no contexto da cobertura da *Folha* a respeito da crise hídrica da RMSP.

Para fins da análise a ser empreendida acerca dos demais sete episódios, serão considerados aspectos da crise que envolveram conflitos mais evidentes e rupturas no cotidiano das pessoas e instituições. Tais fatores conferem mais narratividade às histórias, aspecto que é definido por Motta (2013) como sucessão de estados de transformação responsável pelo sentido. A relação que as notícias guardam entre si compondo uma narrativa coerente foi, ainda, considerada para delimitação do *corpus*. Outro critério para definição dos temas a serem aqui

analisados são os marcos temporais e políticos que caracterizaram o início e o término desta crise, a qual alterou o cotidiano dos paulistanos e demais habitantes da Grande São Paulo, população historicamente acostumada a contar com água nas torneiras. O Quadro 2 elenca as sete narrativas secundárias selecionadas para este estudo e as 13 narrativas terciárias dentro delas, totalizando 38 materiais a serem analisados. Tal delimitação se faz necessária em função da grande quantidade de conteúdos sobre a crise em questão (1.249) e devido às limitações que um método analítico, como a Análise Crítica da Narrativa, possui sobretudo em se tratando de um trabalho com a extensão de uma dissertação de mestrado.

Quadro 2 – Episódios e partes selecionados para análise.

Episódios (narrativas secundárias)	Partes (narrativas terciárias)	Tipologia	
Contexto da crise hídrica de São Paulo	Alertas que prenunciaram a crise	A2	A
Cotidiano da escassez	Adaptação e alternativas à escassez cotidiana	B1	
	Falta de água e impactos no dia a dia	B2	B
	Manifestações artísticas e religiosas relacionadas à crise	B6	
	Maus exemplos que vêm de cima	B7	
Medidas para mitigação da crise e saneamento	Bônus para quem economiza e sobretaxa para “gastões”	C1	C
Busca de alternativas para garantir o abastecimento	Volume morto como alternativa à crise hídrica	D1	D
Escassez de água na agenda política	Interligação do Sistema Cantareira com a bacia hidrográfica do rio Paraíba do Sul	E2	E
	Prêmio da Câmara dos Deputados pela gestão da crise pelo então governador paulista, Geraldo Alckmin	E6	
Transparência na comunicação sobre a crise	Divulgação insuficiente do governo paulista para informar a sociedade sobre a gravidade da crise	F1	F
	O caso dos áudios vazados de dirigentes da SABESP	F2	
	Mudanças na forma de divulgação dos dados dos reservatórios do Sistema Cantareira	F3	

Fim da crise e lições decorrentes	Anúncio do fim da crise pelo então governador de São Paulo	G1	G
--	--	-----------	----------

Fonte: elaboração do autor.

Para cada um dos sete episódios selecionados para este estudo, a análise foi realizada a respeito dos seguintes materiais listados no Quadro 3 a seguir. As 38 notícias elencadas compõem as principais partes (narrativas terciárias) da amostra avaliada, conforme o Quadro 3. Os textos selecionados guardam uma relação narrativa entre si, ou seja, compõem episódios no âmbito da grande narrativa da *Folha de S. Paulo* acerca da crise hídrica da RMSP. Tal agrupamento pôde ser efetuado a partir da leitura dos respectivos títulos e *leads* das 38 notícias em questão selecionadas dentre os 1.249 materiais do jornal contendo os termos “crise hídrica São Paulo” e “Sistema Cantareira” durante a crise em questão entre 2014 e 2016.

Quadro 3 – Notícias selecionadas para cada episódio a ser analisado no âmbito da narrativa sobre a crise hídrica de São Paulo.

Episódios (narrativas secundárias)	Títulos das notícias da <i>Folha</i> que compõem as partes (narrativas terciárias) selecionadas	Partes	Data de publicação	Tipologia
Contexto da crise hídrica de São Paulo	Governo paulista foi alertado em 2009 sobre riscos no Cantareira	A2	13/03/2014	A
	Relatório de 2011 já falava em risco de desabastecimento	A2	06/10/2014	
Cotidiano da escassez	Motéis de SP criam multa contra desperdício em banheiras e piscinas	B1	13/11/2014	B
	Contra gastões, academia em SP põe ampulheta e campanha em chuveiro	B1	04/03/2015	
	Parcela dos paulistanos que relatam falta de água aumenta e vai a 46%	B2	16/08/2014	
	Alckmin admite que há racionamento de água em SP	B2	14/01/2015	
	Alckmin diz não haver necessidade imediata de rodízio de água no Estado	B2	30/01/2015	
	“Não se pode dizer que não vai ter rodízio”, diz Alckmin	B2	13/02/2015	
	Rituais, orações, oferendas e pajelança são feitos para “chamar” a chuva em SP	B6	09/11/2014	
	Contra crise da água, centenas fazem "dança da chuva" em São Paulo	B6	21/11/2014	
	Tribunal que fiscaliza contas do Estado não atinge meta de economia de água	B7	22/10/2014	
	Prédios da gestão Alckmin extrapolam meta e viram 'gastões' de água em SP	B7	01/06/2015	

Medidas para mitigação da crise e saneamento	Governo manterá bônus por economia de água até o fim do ano em SP	C1	11/03/2014	C
	Concessão de bônus na conta da Sabesp será mais rígida em 2016	C1	23/12/2015	
	Fim do bônus e sobretaxa da Sabesp é inoportuno, diz entidade	C1	01/04/2016	
Busca de alternativas para garantir o abastecimento	“Reserva é para ser usada”, diz Alckmin sobre “volume morto” do Cantareira	D1	20/03/2014	D
	Sabesp vai começar a usar reserva emergencial a partir de amanhã; veja	D1	14/05/2014	
	Volume morto do sistema Cantareira faz um ano e vira “reserva fixa”	D1	16/05/2015	
	Cantareira sai do volume morto após 535 dias e ganha fôlego para 2016	D1	30/12/2015	
Escassez de água na agenda política	Cabral volta a dizer que “não vai tolerar nada” que afete abastecimento do Rio	E2	21/03/2014	E
	Governador do Rio diz que acatará decisão para transpor Paraíba do Sul	E2	05/11/2014	
	SP, MG e RJ fecham acordo de gestão do rio Paraíba do Sul para beneficiar Cantareira	E2	10/12/2015	
	Mesmo com SP sem água, Alckmin ganhará prêmio de gestão hídrica	E6	22/09/2015	
	“É merecido”, diz Geraldo Alckmin sobre prêmio à sua gestão hídrica	E6	23/09/2015	
	Entidades criticam prêmio de gestão de água a governador Alckmin	E6	23/09/2015	
Transparência na comunicação sobre a crise	Secretário de Alckmin enfrenta vaias e protesto ao receber prêmio em Brasília	E6	13/10/2015	F
	Maioria da população diz que Alckmin omite dados da estiagem em SP	F1	16/08/2014	
	Não há racionamento, mas redução de pressão, diz dirigente da Sabesp	F1	10/11/2014	
	Gestão Alckmin cria “glossário da água” para reduzir desgaste na crise hídrica	F1	07/02/2015	
	ANA cobra maior transparência na divulgação da capacidade do Cantareira	F1	06/03/2015	
	“Orientação superior” impediu alerta maior sobre crise, diz presidente da Sabesp	F2	24/10/2014	
	Gravação agrava situação da presidente da Sabesp	F2	24/10/2014	
	Gestão Alckmin diz que Sabesp tem de esclarecer fala de presidente	F2	24/10/2014	
	Pressionada, presidente da Sabesp admite que deixará cargo em 2015	F2	20/12/2014	
	Promotora quer que Sabesp use índices negativos para o Cantareira	F3	18/03/2015	
Folha muda base de cálculo sobre Cantareira	F3	19/03/2015		

Fim da crise e lições decorrentes	Alckmin diz que crise da água acabou; vítimas de racionamento contestam	G1	07/03/2016	G
	Paulistanos reclamam de falta de água após Alckmin 'decretar' fim da crise	G1	09/03/2016	

Fonte: elaboração do autor.

Na presente dissertação, o capítulo “Episódios da narrativa sobre a crise hídrica da Região Metropolitana de São Paulo” é dedicado à análise dos sete episódios selecionados a partir da subdivisão deles em 13 partes (narrativas terciárias) e 38 notícias da *Folha* sobre a crise hídrica da Região Metropolitana de São Paulo – estas serão as unidades de análise. Esta sequência e estes materiais estão especificados nos Quadros 2 e 3 supracitados e na Figura 10 a seguir. Ao término do próximo capítulo, haverá uma seção sobre a análise deste conjunto de sete narrativas secundárias a respeito da narrativa maior sobre a crise hídrica de São Paulo levada a cabo pelo veículo de comunicação, visto que uma grande narrativa é constituída por várias narrativas menores. A explicação para tal estruturação do trabalho combina com a lógica da análise científica em si, já que este tipo de procedimento primeiro apreende componentes menores de um todo complexo para, daí, entender este todo.

Figura 10 – Esquema sobre a delimitação do objeto deste estudo.



Fonte: elaboração do autor.

4 EPISÓDIOS DA NARRATIVA SOBRE A CRISE HÍDRICA DA REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO

Este capítulo contém as análises propriamente ditas dos 38 materiais da *Folha de S. Paulo* sobre a crise hídrica da Região Metropolitana de São Paulo entre 2014 e 2016 selecionados para esta pesquisa. Nas análises em questão, busca-se trazer à luz como se dá a narrativa de um veículo de comunicação da grande imprensa, como a *Folha*, sobre tal fenômeno de crise hídrica na Grande São Paulo. Nestas análises também são observados os principais conflitos narrativos presentes nas notícias, a atuação dos personagens dentro delas e como as metanarrativas – narrativas de fundo – são configuradas nas histórias contadas pelo jornal a seus leitores. Adicionalmente é verificada como a questão da água é abordada pelo veículo de comunicação supracitado.

4.1 EPISÓDIO A: CONTEXTO DA CRISE HÍDRICA DE SÃO PAULO

4.1.1 Parte A2: Alertas que denunciaram a crise

No âmbito do episódio “Contexto da crise hídrica de São Paulo” foram selecionadas duas notícias da *Folha de S. Paulo* para esta análise. A primeira delas foi veiculada em 13 de março de 2014, início da crise, com o título “Governo paulista foi alertado em 2009 sobre riscos no Cantareira” (SANT’ANNA, 2014). O segundo texto foi publicado com o título “Relatório de 2011 já falava em risco de desabastecimento” (BRENHA, 2014) em 6 de outubro de 2014, num momento em que a situação se agravava.

A notícia intitulada “Governo paulista foi alertado em 2009 sobre riscos no Cantareira” (SANT’ANNA, 2014) informa que o Governo do Estado de São Paulo foi avisado sobre a necessidade de buscar alternativas para o abastecimento da Região Metropolitana de São Paulo de modo a reduzir a dependência do Sistema Cantareira, já que esta fonte hídrica poderia não ser mais suficiente para atender as demandas por água da região. Segundo este texto veiculado em 13 de março de 2014, o primeiro alerta aconteceu em 2004 durante o processo de renovação da outorga de direito de uso de recursos hídricos do Cantareira, documento que autorizou a captação de água do manancial pela SABESP para abastecimento da Grande São Paulo com vigência até 2014. A história, no entanto, focaliza essencialmente o relatório final do Plano da Bacia Hidrográfica do Alto Tietê, documento o qual informou o governo paulista sobre a

necessidade de realizar ações para evitar um possível colapso no abastecimento da RMSP. Acerca destas medidas que deveriam ter sido implementadas segundo a notícia, o texto concede espaço para que o Ministério Público do Estado de São Paulo (MPSP) apresentasse suas críticas à atuação da companhia de saneamento no sentido de evitar o desabastecimento na região. O Consórcio Intermunicipal das Bacias dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí (Consórcio PCJ) – associação composta por municípios e empresas – também criticou o trabalho da SABESP por não ter tomado providências tempestivamente para reduzir a dependência do Sistema Cantareira no contexto do abastecimento de água da Grande São Paulo. Por sua vez, a empresa de saneamento argumentou para o repórter Emilio Sant’Anna que seguia as determinações da Agência Nacional de Águas (ANA) sem detalhar de que forma o fazia. Naquele momento, em 12 de março de 2014, o Cantareira chegava ao volume útil de 15,7% – até aquela data o menor já registrado desde a entrada em funcionamento do sistema de reservatórios em 1974.

No tocante aos conflitos retratados nesta matéria, um deles diz respeito ao embate de visões entre o Ministério Público do Estado de São Paulo e o governo paulista. Isto ocorre porque o MPSP apontou que as ações governamentais para minimizar os riscos de desabastecimento da Grande São Paulo desconsideraram os alertas contidos nas condicionantes para a renovação da outorga do Cantareira para a captação de água pela SABESP em 2004. Outro conflito presente nesta estória se constitui na acusação do Consórcio PCJ, segundo o qual a empresa estatal não atuou para reduzir a dependência do Sistema Cantareira. O texto também deixa claro o descompasso entre os dados existentes que alertaram com antecedência sobre uma possível crise hídrica na Grande São Paulo – devido à grande dependência do Cantareira – e a inércia governamental para adotar as medidas recomendadas a fim de evitar o desabastecimento da região. Há, ainda, o embate travado entre a própria *Folha de S. Paulo* e órgãos relacionados ao governo paulista. Este conflito se evidencia pela ação do veículo de comunicação em apurar informações para esta pauta e a falta de transparência tanto da SABESP quanto da então existente Secretaria de Saneamento e Recursos Hídricos do Estado de São Paulo, que não se manifestaram quando procuradas pelo jornal, o que está escrito nos seguintes trechos da notícia: “Questionada pela **Folha** [grifo do autor], a Sabesp não detalhou quais das recomendações dadas foram adotadas desde então no sistema Cantareira” e “Procurada, a Secretaria de Saneamento e Recursos Hídricos não respondeu”.

Na composição desta estória, o governo paulista desempenha o papel de vilão responsável pela crise hídrica da RMSP por não ter seguido as recomendações diagnosticadas pelo Plano da Bacia Hidrográfica do Alto Tietê, nem os alertas contidos nas condicionantes da renovação da outorga de direito de uso das águas do Sistema Cantareira em 2004 – documento que autorizou

a SABESP a captar o líquido para abastecimento da Grande São Paulo com vigência inicial até 2014. Outro traço de vilania do governo paulista está na falta de transparência para esclarecer as medidas que havia promovido a fim de evitar a crise hídrica com base nos documentos que subsidiaram a notícia. Órgão integrante do governo paulista à época, a então Secretaria de Saneamento e Recursos Hídricos do Estado de São Paulo também é configurada como vilã devido à falta de transparência evidenciada pelo fato de a instituição não ter respondido ao contato da *Folha de S. Paulo*.

Outra vilã presente nesta notícia, a SABESP exerce o papel principal nesta estória por ser a instituição responsável por garantir o abastecimento da Grande São Paulo. A matéria evidencia que tal tarefa que poderia ter sido realizada a contento, caso a companhia tivesse atendido as recomendações do relatório final do Plano da Bacia Hidrográfica do Alto Tietê para evitar a crise hídrica na RMSP, bem como as condicionantes da renovação da outorga para uso da água do Cantareira. A empresa é posicionada nesta estória como ineficiente por não ter adotado tais medidas, mesmo tendo em mãos, desde 2009, as informações que previam um possível colapso no abastecimento da região mais urbanizada do Brasil. A SABESP argumentou sucintamente que cumpria as recomendações da Agência Nacional de Águas – órgão federal responsável pela gestão de recursos hídricos de domínio da União, aqueles interestaduais e transfronteiriços –, que consta do texto como coadjuvante.

Por sua vez, a *Folha de S. Paulo* assume o papel heroico de buscar, para seus leitores, as informações sobre as ações governamentais implementadas e que atenderam às recomendações presentes no Plano do Alto Tietê e nas condicionantes para a renovação da outorga do Sistema Cantareira. Os papéis de apuração e de questionamento das autoridades responsáveis por evitar a crise hídrica da Região Metropolitana de São Paulo ficam claros quando o veículo de comunicação evidencia a falta de transparência das instituições procuradas para prestar os esclarecimentos sobre a situação. Ao Ministério Público do Estado de São Paulo, representado pelo promotor Rodrigo Sanches Garcia, do Grupo Especial de Defesa do Meio Ambiente, também é atribuído um papel de heroísmo – o próprio nome do Grupo Especial denota em si uma carga semântica heroica. Isto ocorre porque a instituição é posicionada como questionadora da inércia governamental para adotar as condicionantes da renovação da outorga do Cantareira para a SABESP em 2004, além da falta de planejamento e da letargia em implementar medidas de prevenção à crise hídrica.

Como estratégias argumentativas do narrador, fica evidenciado que no título e mesmo no decorrer da matéria há uma ênfase que a SABESP e o Governo do Estado de São Paulo foram alertados anos antes da crise, em 2004 e 2009, sobre a vulnerabilidade de se manter uma

dependência tão grande do Sistema Cantareira para o abastecimento da região. Ainda assim, as medidas para evitar a crise hídrica da RMSP, ocorrida entre 2014 e 2016, não foram adotadas. Como consequência desta inércia, aconteceu a escassez de água, conforme os sentidos suscitados por esta notícia da *Folha*. Esta argumentação do narrador pode ser percebida no texto tanto por intermédio dos trechos escritos pelo jornalista quanto das declarações diretas ou indiretas das fontes consultadas: "O alerta foi dado em dezembro de 2009", "[...] houve demora do governo em tomar medidas para impedir a situação atual de iminente desabastecimento", "[...] há dez anos a Sabesp sabe que deveria buscar alternativas para o abastecimento da Grande São Paulo", "O grande problema foi a demora de planejamento". A utilização de um infográfico sobre o volume de água que entrou no Cantareira e a quantidade que saiu dele para o abastecimento da população, entre fevereiro de 2013 e fevereiro de 2014, foi outra estratégia argumentativa utilizada pelo jornal. Neste caso, o intuito foi de demonstrar didaticamente como o consumo de água do manancial passou a exceder o volume disponível em seus reservatórios para atender as demandas hídricas da RMSP e de parte do interior paulista, que também recebe águas do Sistema. Neste sentido, o jornalista se utiliza do seguinte trecho: "[...] descompasso entre o que deságua no Cantareira e o que é utilizado". Assim, fica evidenciada a inépcia governamental em não ter agido a tempo de evitar que esta situação culminasse no desabastecimento da Grande São Paulo.

Como metanarrativa, ou narrativa de fundo, presente nesta notícia fica implícito ao leitor que a falta de transparência por parte de instituições governamentais escamoteia informações importantes que seriam de interesse da sociedade, ou seja, algo relevante está supostamente sendo escondido do público. Outra concepção identificada na matéria de Emilio Sant'Anna é que as decisões de gestão de recursos hídricos e de planejamento do abastecimento para a Grande São Paulo foram pouco pautadas por critérios técnicos, como as recomendações que constavam dos documentos os quais avisaram sobre a possibilidade de crise hídrica na região. Aderente a esta metanarrativa, está a ideia segundo a qual o Estado não se atenta ao planejamento e à prevenção de problemas que impactam a vida do cidadão, o que gera uma ação estatal eminentemente reativa, extemporânea e ineficaz. Também consta desta estória a metanarrativa de que, para solucionar os problemas de abastecimento de uma cidade, basta buscar novos mananciais, mesmo que progressivamente mais distantes, e realizar as respectivas obras de infraestrutura hídrica para viabilizar o uso das novas fontes d'água. Tal ideia vem carregada da noção de que a água é um recurso natural ilimitado e de que o Estado detém recursos orçamentários suficientes e disponíveis para realizar tais intervenções, como adutoras

ou barragens, para o transporte da água proveniente dos novos mananciais ou para o armazenamento do líquido.

Nesta notícia, a questão da água é abordada de modo que os recursos hídricos parecem ter o abastecimento humano como sua finalidade precípua, sendo responsáveis por suprir as demandas hídricas das pessoas e instituições no cotidiano urbano. Fora desta abordagem utilitarista sobre a água, o texto não adentra em aspectos que também influenciam a disponibilidade hídrica, tais como ações de conservação de água em solo em áreas rurais – preservação de nascentes, por exemplo –, que acabam beneficiando os mananciais os quais abastecem as cidades.

Assim como a matéria intitulada “Governo paulista foi alertado em 2009 sobre riscos no Cantareira” (SANT’ANNA, 2014), cerca de sete meses depois, a *Folha de S. Paulo* deu continuidade à parte “Alertas que prenunciaram a crise” do episódio “Contexto da crise hídrica de São Paulo”. Esta segunda notícia foi motivada pelo fato de o governo paulista ter tido acesso a dados que anteviram a crise hídrica da RMSP anos antes de o problema acontecer. É o que aborda o texto “Relatório de 2011 já falava em risco de desabastecimento” (BRENHA, 2014), veiculada em 6 de outubro de 2014.

Esta matéria assinada pela repórter Heloisa Brenha informa que planos de abastecimento, entre eles um de 2006, estimaram a demanda e a oferta de água futuras para a Região Metropolitana de São Paulo. Tais documentos foram levados em consideração na elaboração de um relatório da SABESP, datado de 2011, o qual alertou para a possibilidade de desabastecimento da Grande São Paulo. De acordo com o estudo da companhia de saneamento, a crise hídrica poderia ter acontecido já em 2010 pelo fato de a empresa já estar operando com déficit hídrico naquele momento. Segundo o relatório da SABESP, a deficiência na prestação dos serviços de abastecimento pela empresa foi, contraditoriamente, o principal fator que evitou a crise já em 2010, pois esta situação acabou ocasionando uma demanda reprimida, devido à insuficiente entrega de água a uma parcela da população da Grande São Paulo.

O texto informa, ainda, que a Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo argumentou que, em 2014, as demandas por água na RMSP estavam abaixo do previsto no relatório de 2011, pois o documento se baseava nos “cenários mais desfavoráveis”. Naquele momento, com a crise hídrica já instalada, a SABESP também sustentava que sua atuação acontecia no sentido da redução das perdas de água nas redes de distribuição – provocadas tanto por vazamentos nas tubulações quanto por ligações clandestinas – e do aumento da oferta de água para a população da Grande São Paulo mediante a realização de obras de infraestrutura hídrica. Contudo, a notícia da *Folha* destaca que o relatório da estatal de saneamento já

apontava, em 2011, para uma tendência de elevação das demandas e, portanto, um agravamento do déficit hídrico na região até o horizonte de 2015, ano seguinte ao da publicação desta notícia. Por outro lado, especialistas foram consultados pelo jornal, sendo que estas fontes de caráter mais técnico ratificaram que houve uma redução nas perdas de água pela SABESP, mas insuficiente para evitar a ocorrência de uma crise hídrica justamente numa região conhecida como “terra da garoa” por ser caracterizada por chuvas regulares. Único especialista mencionado no texto, o professor Rubem Porto, da Escola Politécnica da Universidade de São Paulo, alertou que a companhia de saneamento operava, àquela altura de 2014, no limite da capacidade de produção de água pelos mananciais para abastecer a RMSP. A estória também é integrada por um trecho em que a empresa justificou suas ações para evitar a crise hídrica, que já estava em andamento no momento da publicação desta notícia. Por fim, o texto informou que, em 5 de outubro de 2014, o Sistema Cantareira atingiu seu menor volume útil já registrado até então.

A matéria intitulada “Relatório de 2011 já falava em risco de desabastecimento” (BRENHA, 2014) possui basicamente dois conflitos evidentes. O primeiro e principal deles é concernente à contradição da SABESP em não ter adotado as medidas necessárias para evitar a crise hídrica na Grande São Paulo, que ocorreu entre 2014 e 2016, mesmo tendo em mãos um relatório próprio concluído em 2011, contendo informações técnicas que atestavam um provável cenário de desabastecimento de água na Região Metropolitana de São Paulo. O segundo conflito intrínseco a esta narrativa da *Folha* refere-se à incompatibilidade entre as crescentes demandas por água na RMSP e as ineficazes medidas governamentais para aumentar a oferta hídrica. Deste modo, fica latente no texto a falta de perspectivas favoráveis para a Grande São Paulo em termos de segurança hídrica.

Diversos personagens integram esta notícia da *Folha*, sendo o principal deles o relatório da SABESP que alertou em 2011 a respeito da iminência do desabastecimento na Região Metropolitana de São Paulo. Apesar de o documento ser inanimado, seu papel no âmbito desta narrativa é notadamente ativo, pois a repórter Heloisa Brenha posiciona o relatório como um elemento-chave que diagnosticou problemas em potencial para o abastecimento da RMSP com antecedência suficiente para que medidas preventivas fossem adotadas pela companhia de saneamento. Por tudo isto, a SABESP desempenha um papel de vilã, visto que atuou de maneira imprevidente para evitar a crise hídrica da Grande São Paulo, mesmo dispondo de informações que poderiam ter sido utilizadas tempestivamente para prevenção ou mitigação do problema. No texto a Companhia também tem espaço para se justificar sobre sua atuação e apresenta sua versão para os questionamentos levantados pela *Folha*. Especialistas cujos nomes não são

explicitados desempenham um papel secundário com sutil viés heroico, questionando brevemente as medidas adotadas pela SABESP para evitar a crise hídrica da Grande São Paulo. O único deles que é mencionado expressamente no texto é Rubem Porto, professor da POLI/USP, que alerta para a operação dos sistemas hídricos – pela companhia de saneamento – no limite de sua capacidade de fornecimento de água. Porto aparece como coadjuvante e como fonte técnica que avalia a situação do abastecimento na região onde fica a capital paulista, alertando para os perigos de uma relação tão próxima entre oferta e demanda de água na RMSP.

Como estratégia argumentativa, a repórter apresenta e reforça a contradição entre o relatório da SABESP que apontou, em 2011, para o risco iminente de desabastecimento da Grande São Paulo e as medidas insuficientes da estatal para evitar o problema. Para conferir o efeito de real às informações apresentadas na matéria, a jornalista da *Folha* se refere a dados e conclusões do relatório da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo de maneira recorrente, de modo que o leitor perceba o contrassenso entre o planejamento da empresa e as atitudes adotadas por ela para evitar a crise hídrica. Outras incoerências evidenciadas estão no discurso da SABESP, que minimiza a gravidade da situação, e nas recomendações do relatório, que apontavam para uma situação progressivamente crítica. Além disso, com base em informações do documento, a repórter evidencia que as falhas na prestação do serviço de abastecimento prestado pela companhia foram, contraditoriamente, o principal motivo para que a crise não tivesse acontecido já em 2010 – ou seja, a inépcia da empresa acabou se convertendo num fator que contribuiu para evitar um colapso no abastecimento da capital paulista. A jornalista abre espaço, ainda, para o contraditório entre os dados do relatório e as ações implementadas pela SABESP, assim como ouve especialistas que reforçaram a criticidade da situação do abastecimento da Grande São Paulo, diferentemente da versão apresentada pela empresa de saneamento.

Uma das metanarrativas presentes nesta notícia da *Folha de S. Paulo* diz respeito à inépcia e à letargia do Estado para resolver problemas complexos, como foi o caso da crise hídrica da Região Metropolitana de São Paulo. Neste sentido fica evidente no texto que a culpa pela ocorrência da crise hídrica é estatal, já que a SABESP, cujo acionista majoritário é o Governo do Estado de São Paulo, dispunha das ferramentas para evitar o desabastecimento e não o fez. Esta estória também possui como narrativa de fundo a minimização e a negação de problemas sérios por parte de instituições estatais ao invés de uma postura de enfrentamento efetivo destas situações que geram riscos à sociedade. Outra metanarrativa contida no material veiculado pela *Folha* é que a demanda por água na RMSP aumentará cada vez mais e que a água disponível nos mananciais já utilizados poderá não ser mais suficiente para suprir tais demandas. Também

se percebe a narrativa de fundo segundo a qual a falta de água pode ser solucionada simplesmente com a busca de novas fontes hídricas.

Assim como na notícia intitulada “Governo paulista foi alertado em 2009 sobre riscos no Cantareira” (SANT’ANNA, 2014), analisada no primeiro momento desta parte do episódio sobre o contexto da crise hídrica de São Paulo, a questão da água é retratada na matéria “Relatório de 2011 já falava em risco de desabastecimento” (BRENHA, 2014) sob uma perspectiva meramente utilitária. O recurso é representado como algo cuja finalidade é precipuamente para atender os usos humanos de água, ou seja, o líquido é percebido como um suprimento para as demandas hídricas das pessoas e instituições presentes nos municípios da Grande São Paulo, tais como usos domésticos, atividades produtivas, lazer, paisagismo, entre outros. Nestas duas estórias a água é vista fundamentalmente sob a ótica que considera sua existência a partir de quando o recurso já chegou aos reservatórios até o momento em que ele é utilizado para atender as demandas hídricas. Antes destas duas etapas, o líquido é representado pelo planejamento da SABESP contido no relatório produzido pela companhia em 2011. Ainda assim, a água é retratada simplesmente como um insumo necessário para viabilizar o abastecimento vindouro da Grande São Paulo.

Em síntese, ao finalizar a análise do Episódio A, é possível perceber que o principal conflito existente nas duas notícias da *Folha de S. Paulo* supracitadas refere-se aos documentos que alertaram previamente tanto o Governo do Estado de São Paulo quanto a SABESP acerca dos riscos de crise hídrica na Grande São Paulo, caso não fossem implementadas medidas para aumento da oferta de água e para estimular o uso racional do recurso por parte da população da RMSP. Outro embate identificado é referente à falta de transparência do Estado para disponibilizar informações a respeito das medidas para contornar a crise. Em função da inércia governamental para prevenir o desabastecimento da Grande São Paulo, o governo Alckmin e a empresa de saneamento desempenham o papel de vilões no episódio “O contexto da crise hídrica de São Paulo”. Por outro lado, a *Folha*, o Ministério Público do Estado de São Paulo e o Consórcio PCJ questionam a atuação governamental para evitar a situação e, assim, exercem um papel heroico.

No Episódio A aparece a metanarrativa de que faltam planejamento e ações preventivas por parte do Estado para evitar problemas complexos, como uma crise hídrica do porte da que aconteceu na Grande São Paulo. Esta concepção contém os sentidos de que há uma inércia e uma letargia na tomada de decisões pelas instituições públicas. Ainda sobre as decisões, verifica-se nesta narrativa o sentido de que as iniciativas do governo paulista para solucionar a situação foram mais políticas do que técnicas. Outra narrativa de fundo presente neste episódio

diz respeito à falta de transparência governamental para informar a população sobre as medidas de enfrentamento à crise hídrica da RMSP, além da negação sobre a gravidade da situação pelas autoridades públicas. No Episódio A, a *Folha* aborda a questão da água na perspectiva do abastecimento urbano, sendo que o recurso desempenha a função precípua de atender às necessidades dos habitantes da Grande São Paulo, como, por exemplo, tomar banho ou cozinhar.

4.2 EPISÓDIO B: COTIDIANO DA ESCASSEZ

4.2.1 Parte B1: Adaptação e alternativas à escassez cotidiana

Nesta parte (narrativa terciária) do episódio (narrativa secundária) “Cotidiano da escassez”, há duas notícias analisadas. A primeira delas, intitulada “Motéis de SP criam multa contra desperdício em banheiras e piscinas” (SANT’ANNA, 2015), teve sua veiculação pela *Folha de S. Paulo* em 8 de fevereiro de 2015. Também publicada no primeiro trimestre daquele ano, momento agudo da crise, em 4 de março, a segunda matéria analisada possui o título “Contra gastões, academia em SP põe ampulheta e campanha em chuveiro” (MESQUITA, 2015).

A matéria “Motéis de SP criam multa contra desperdício em banheiras e piscinas” (SANT’ANNA, 2015) conta como a crise hídrica impactou até mesmo o uso da água por clientes deste tipo de estabelecimento, sendo que o repórter Emilio Sant’Anna trabalha com o inusitado como pano de fundo. Em seguida, o texto explica de que forma motéis da Grande São Paulo se adaptaram à crise hídrica mediante iniciativas de redução de consumo de água, o que incluiu multas para os clientes que desperdiçassem o líquido durante sua estadia, assim como a instalação de equipamentos ou recursos poupadores de água.

Neste texto da *Folha de S. Paulo*, o principal conflito é representado pelas ações de estímulo ao uso racional da água adotadas por motéis da RMSP com foco, sobretudo, no uso da água por hóspedes que desperdiçassem água nas suítes. Do mesmo modo, existe um embate entre o comportamento dos clientes dentro dos motéis e fora deles, o que deveria ser similar na visão do representante da Associação Paulista de Motéis entrevistado pela *Folha*. Há, ainda, uma contraposição entre a população da Grande São Paulo e a crise hídrica, o que fica nítido com base nas medidas de adaptação das pessoas à situação de racionamento de água.

Em termos de papéis desempenhados pelos personagens desta estória, representantes de motéis da Região Metropolitana de São Paulo exercem a função de heróis ao demonstrarem

preocupação com o uso racional da água em seus estabelecimentos, mesmo que tal inquietação tenha fundo econômico relacionado aos custos para prestação deste serviço. Já os vilões desta notícia são a crise hídrica em si, em virtude dos transtornos causados à população da RMSP, assim como os hóspedes que desperdiçavam água em suas estadias, o que demonstra um mau uso do recurso por este público.

Uma estratégia argumentativa utilizada pelo repórter Emilio Sant'Anna no decorrer do texto é o uso de expressões que remetem a relações amorosas, o que confere um tom mais informal à matéria sobre efeitos da crise hídrica até mesmo em motéis. Esta característica fica evidente no seguinte trecho: “Como sair dessa relação vai ser impossível (ao que tudo indica por um longo tempo) o melhor mesmo é relaxar e aprender pequenos truques para melhorar a convivência.” Outro recurso argumentativo perceptível é a utilização de breves comentários para manifestar pontos de vista do narrador, como é o caso do trecho supracitado e em outras partes da estória, como: “Os clientes, por exemplo, se hospedam numa das suítes do local que têm piscina, por algum motivo que cabe só a eles saber, acabam se animando demais e a água da piscina fica completamente inutilizável (isso acontece, acredite)”. Destarte, o jornalista busca proximidade junto a seus leitores.

A metanarrativa de que as pessoas apenas economizam água a partir de medidas punitivas, como multas, está clara nesta notícia. Além disso, o texto contém a concepção de que a água possui valor econômico e deve ser utilizada de maneira racional. Nesta linha de raciocínio, há uma narrativa de fundo segundo a qual preservar os recursos hídricos é economicamente vantajoso. Por fim, a estória possui claramente uma ideia de que as pessoas precisam usar água de modo racional tanto dentro quanto fora de casa.

A matéria intitulada “Contra gastões, academia em SP põe ampulheta e campainha em chuveiro” (MESQUITA, 2015) conta a estória de como as academias da Grande São Paulo estavam se adaptando, em março de 2015, ao aumento do número de frequentadores que tomavam banho nos vestiários para economizarem água em casa durante a crise hídrica. As medidas de adaptação incluíam equipamentos que alertavam sobre o tempo de uso do chuveiro, como ampulhetas ou campainhas que soavam em banhos demasiadamente longos, assim como obras para suprir o aumento da demanda. Outro prisma apresentado é o de frequentadores de academias que pretendiam passar a tomar banho neste tipo de estabelecimento em função da crise, assim como clientes que não se dispunham a mudar sua rotina somente para tomar banho nas academias.

A partir da leitura do texto é possível identificar uma lógica narrativa baseada nas mudanças nos hábitos de consumo de água da população da RMSP decorrentes da crise hídrica

local, como a substituição de banhos dentro de casa pela higiene pessoal em academias. O narrador também aborda as mudanças estruturais e em termos de educação ambiental por parte das academias para conseguir atender seus frequentadores adequadamente, mas dentro das limitações de uso da água impostas pela crise hídrica.

Dois conflitos se destacam no material publicado pela *Folha*. O primeiro deles diz respeito à contraposição entre a população da Grande São Paulo e a crise hídrica, já que as pessoas e empresas da região tiveram que se adaptar ao problema, mudando os hábitos quanto à utilização do líquido. Outro embate dá-se entre as academias, que estimulavam o uso racional da água, e os frequentadores que tinham um comportamento perdulário ao tomar banho nos estabelecimentos.

Academias de São Paulo que adotaram medidas para estimular o uso racional da água por parte de seus clientes são as personagens principais desta notícia e assumem um papel heroico devido às ações de educação ambiental implementadas para enfatizar a importância de se preservar o recurso – o que está explícito desde o título do texto. Soluções individuais quanto à crise hídrica, como o uso de poços artesianos e caminhões-pipa, também são configuradas de maneira heroica nesta estória. Por gerar transtornos à população, a crise hídrica é a grande vilã. Os frequentadores de academias que utilizavam água em excesso também exercem vilania na estória.

Uma das estratégias argumentativas do narrador é descrever detalhadamente mudanças na rotina de academias de São Paulo durante a crise hídrica e como estes estabelecimentos se adaptaram para estimular a redução do consumo de água pelos seus frequentadores. A utilização de foto a qual mostra a ampulheta mencionada no título da notícia enfatiza as medidas de adaptação à crise adotadas pelas academias. Uma série de relatos de gestores deste tipo de estabelecimento ratificam as iniciativas das academias para garantir a oferta de água a seus clientes. Outra foto destaca uma placa com a seguinte frase na entrada de um vestiário: “Nossos chuveiros são ecológicos. Eles economizam até 70% de água. Aproveite seu banho”. Apesar de a imagem supostamente remeter a uma ação de conscientização ambiental sobre o uso da água na hora do banho, o sentido da placa pode ser interpretado de maneira exatamente oposta: como um incentivo a um banho mais prolongado, já que os chuveiros são econômicos.

Nesta matéria de Lígia Mesquita, fica clara a metanarrativa de que, em função de uma cultura de abundância, o brasileiro faz naturalmente um uso perdulário da água. Relacionada a esta narrativa de fundo está presente a ideia de que é preciso conscientizar a população sobre a importância do uso racional dos recursos hídricos tanto dentro quanto fora de casa. Uma terceira concepção que consta desta estória refere-se à busca de novas fontes d'água, como poços

artesianos e caminhões-pipa, como soluções individuais para a crise hídrica. Este entendimento considera as consequências da escassez de água para as pessoas e não as causas do problema.

Nestas notícias, a questão da água é predominantemente voltada para o abastecimento urbano, sendo que uma delas focaliza o uso do recurso em quartos de motéis e a outra enfatiza a importância do líquido para a higiene pessoal de frequentadores de academias na Grande São Paulo. Ambos os textos apresentam uma abordagem notadamente econômica sobre o valor dos recursos hídricos como um dos fatores essenciais para que os motéis e academias possam desempenhar suas atividades e atender a seus clientes.

4.2.2 Parte B2: Falta de água e impactos no dia a dia

Esta parte do episódio “Cotidiano da escassez” possui quatro notícias da *Folha de S. Paulo* selecionadas. A primeira delas foi veiculada em 16 de agosto de 2014 com o título “Parcela dos paulistanos que relatam falta de água aumenta e vai a 46%” (RODRIGUES; BRENHA, 2014). Em 14 de janeiro de 2015, o jornal publicou a matéria intitulada “Alckmin admite que há racionamento de água em SP” (PAGNAN, 2015). No dia 30 daquele mês o veículo de comunicação divulgou o texto “Alckmin diz não haver necessidade imediata de rodízio de água no Estado” (HAUBERT, 2015). Poucos dias depois, em 13 de fevereiro de 2015, a *Folha* veiculou a notícia com o título “‘Não se pode dizer que não vai ter rodízio’, diz Alckmin” (URIBE, 2015b).

Intitulada “Parcela dos paulistanos que relatam falta de água aumenta e vai a 46%” (RODRIGUES; BRENHA, 2014), esta matéria da *Folha* destrincha os resultados de pesquisa realizada pelo instituto Datafolha com 2.045 pessoas em 56 municípios paulistas sobre quatro grandes temas relacionados à crise hídrica no Estado de São Paulo, como transparência na divulgação de informações sobre a falta de água, interrupção no fornecimento do líquido, ações de combate à crise e informações sobre o baixo volume dos reservatórios paulistas. O dado mais evidenciado pelo jornal é o que consta do título: 46% dos paulistanos relataram ter seu abastecimento interrompido pelo menos uma vez nos 30 dias anteriores ao levantamento.

Esta estória possui uma lógica fundada na sequência de dados provenientes da pesquisa Datafolha e na explicação sobre os números. A matéria demonstra, por meio dos percentuais obtidos mediante o levantamento, por exemplo, que o número de paulistas os quais relatavam ter sofrido alguma interrupção no abastecimento de água estava em ascensão à época. Também aponta que praticamente todos os entrevistados – 99% – tinham conhecimento sobre a crise. Um outro trecho da estória é dedicado à correlação entre os resultados da pesquisa Datafolha e

o comportamento do eleitorado paulista, pois naquele momento o então governador paulista, Geraldo Alckmin, liderava as pesquisas eleitorais com 55% das intenções de voto para o Governo do Estado de São Paulo. O político recebe destaque no texto, o que fica claro no intertítulo com seu sobrenome: “Alckmin”.

O principal conflito existente é entre a população paulista e o governo estadual. Isso fica demonstrado por intermédio de dados estatísticos que quantificavam o quão insatisfeitos estavam os paulistas com a condução da crise hídrica pela gestão Alckmin em quesitos diversos, como: a falta de transparência e a insuficiente eficácia das medidas governamentais adotadas até então para enfrentar a situação. No ponto sobre a transparência, a pesquisa apontou que 71% dos entrevistados tinham a percepção de que o governo paulista divulgava somente as informações de seu próprio interesse. Outra divergência entre população e governo decorre da versão governamental que negava que a redução na pressão da água nas redes de distribuição da SABESP equivalesse a um racionamento para os habitantes da Grande São Paulo.

O Datafolha exerce o papel de herói por trazer à luz a percepção dos paulistas sobre a gestão da crise hídrica no Estado de São Paulo e a divulgação de informações acerca do tema por parte da gestão Alckmin. Já a população paulista é retratada como vítima da falta de água em virtude da crise, fenômeno que também é apresentado na estória com traços de vilania, devido aos transtornos causados no cotidiano dos paulistas. Grande vilão desta estória, o Governo do Estado de São Paulo é retratado com atributos negativos em virtude da falta de transparência na divulgação de informações sobre a situação hídrica estadual e da falta de eficácia das ações adotadas na gestão da crise.

Neste texto, os repórteres Artur Rodrigues e Heloisa Brenha têm como principal estratégia argumentativa a utilização de dados estatísticos para conferir mais fidedignidade às informações veiculadas. Ainda no âmbito da pesquisa Datafolha, os narradores adicionalmente informam que determinados dados estão dentro da margem de erro. É o caso da variação no percentual de paulistas que relataram falta de água, durante cinco dias ou mais, em relação ao levantamento anterior do Datafolha, que caiu de 32% para 28% dos entrevistados. Neste caso específico, se a variação não estivesse dentro da margem de erro, o *lead* da matéria ficaria contraditório, pois havia um indicativo de aumento do número de paulistanos que relatavam ter tido corte no fornecimento de água, passando de 35% para 46% dos entrevistados. Outro recurso argumentativo perceptível é a utilização de infográfico para permitir uma melhor visualização e apreensão dos dados pelos leitores. Fotos que retratavam o reservatório Jaguari seco, o qual integra o Sistema Cantareira, cumprem, por sua vez, a função de conferir um sentido de dramaticidade à notícia.

A metanarrativa mais significativa nesta estória é a de que não se pode confiar nas informações do Estado sobre uma crise hídrica, pois neste tipo de situação são disponibilizadas fundamentalmente informações que interessam às próprias autoridades públicas. Também está explícita a concepção de que falta transparência ao Estado na divulgação de informações relevantes à sociedade. Há, ainda, a metanarrativa segundo a qual o Estado é ineficaz para solucionar problemas que afligem a população. A narrativa de fundo de que a crise hídrica pode ser utilizada politicamente pelos gestores públicos está presente, bem como a metanarrativa de que a parcela mais escolarizada e rica da população é mais exigente quanto à adequada prestação do serviço de abastecimento de água.

Na matéria intitulada “Alckmin admite que há racionamento de água em SP” (PAGNAN, 2015), há um depoimento do então governador paulista, Geraldo Alckmin, de setembro de 2014, em que garantia não haver risco de racionamento de água em 2015. Segundo a notícia, o governante apenas admitiu haver racionamento de água em território paulista após decisão da juíza Simone Viegas de Moraes Leme, da 8ª Vara da Fazenda Pública, que suspendeu a cobrança da sobretaxa para os consumidores que aumentassem seu consumo de água e determinou a declaração de racionamento pela gestão Alckmin. O mandatário atribuiu a situação à determinação da Agência Nacional de Águas que reduziu a captação de água do Sistema Cantareira pela SABESP, passando de 33 para 17 metros cúbicos por segundo. Por fim, o material da *Folha* aborda os efeitos da redução de pressão da água nas redes de distribuição da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo e as medidas da empresa para reduzir a captação do líquido no Sistema Cantareira.

A lógica desta narrativa está calcada na demonstração do contrassenso entre os discursos de Geraldo Alckmin sobre haver ou não racionamento em São Paulo, visto que inicialmente o governante negou o problema e posteriormente assumiu sua existência, mas atribuindo a situação a uma medida determinada pela ANA, agência reguladora federal responsável pela gestão de recursos hídricos da União (interestaduais), como parte dos reservatórios do Sistema Cantareira. Apesar de dar espaço para que o político emitisse sua opinião sobre o racionamento, o jornal coloca em xeque esta versão explicitamente no trecho “Na prática, o governador tenta atribuir às agências reguladoras a instituição do racionamento”. Os efeitos da redução de pressão nas tubulações da SABESP como medida de enfrentamento da crise hídrica pelo governo paulista também compõem a lógica da narração desta estória. A apuração da *Folha* destaca a redução de pressão em todos os bairros da capital paulista, informação que passou a ser divulgada pela empresa de saneamento, devido à determinação da Agência Reguladora de

Saneamento e Energia do Estado de São Paulo para que a estatal publicasse em seu *site* a relação das regiões que poderiam ser afetadas pela falta de água.

O conflito mais claro é travado entre o governo paulista e a ANA, visto que Geraldo Alckmin, a SABESP e a ARSESP adotavam o mesmo discurso de que já havia racionamento na Região Metropolitana de São Paulo em função da determinação da Agência Nacional de Águas para que a companhia de saneamento reduzisse a captação no Sistema Cantareira. O texto também deixa claro o conflito de versões de Alckmin sobre o racionamento durante a campanha eleitoral de 2014, quando negava reiteradamente a situação, conforme a notícia. Há um embate entre o governo paulista e a Justiça, pois uma decisão judicial determinou o fim da sobretaxa sobre os consumidores chamados “gastões” e a adoção do racionamento oficialmente pela gestão Alckmin. Fica clara, ainda, a contraposição entre o governo paulista e a crise hídrica combatida por ele mediante a instituição de sobretaxa, a redução da pressão da rede de distribuição de água e a diminuição da dependência do Cantareira para abastecer a RMSP.

Geraldo Alckmin é o principal personagem e vilão desta estória por apresentar contradições nas próprias declarações sobre a existência de racionamento em São Paulo. Ademais, sua gestão tem decisões questionadas judicialmente, como a adoção da sobretaxa e a não instituição do racionamento oportunamente. A SABESP também exerce um papel de vilã por apenas ter dado publicidade às regiões que sofreriam com cortes no fornecimento de água por causa de determinação da ARSESP, o que atribui heroísmo a esta instituição. Outra vilã da estória é a Agência Nacional de Águas, que é configurada especialmente por Alckmin como responsável pela existência de racionamento na Grande São Paulo. A juíza Simone Viegas de Moraes Leme, da 8ª Vara da Fazenda Pública, também desempenha a função de heroína ao suspender a cobrança de sobretaxa pela SABESP e determinar a instituição de racionamento oficialmente na capital paulista, o que tem uma acepção de prudência no contexto da notícia. A *Folha* atribui a si mesma o heroísmo de informar a seus leitores, em primeira mão, sobre a existência de racionamento em todos os bairros do município de São Paulo.

Nesta matéria, o repórter Rogério Pagnan utiliza a estratégia argumentativa de expor as idiosincrasias de Alckmin sobre a prática de racionamento na capital paulista ao reproduzir discursos contraditórios do político acerca do tema. Tanto as informações quanto os depoimentos são provenientes de fontes oficiais, conferindo maior efeito de real ao texto. Outra estratégia é o uso de infográfico para explicar o que é a redução de pressão, o porquê da medida e a proporção do volume de água que deixou de ser retirado do Sistema Cantareira por diferentes métodos – redução da pressão, transferência entre sistemas hídricos, bônus nas contas de água e diminuição do atendimento aos municípios paulistas de Guarulhos e São Caetano do Sul.

A principal metanarrativa presente nesta estória é a de que não se pode confiar em políticos, que variam suas versões conforme a conveniência do momento político, o que fica demonstrado por meio das contradições de Alckmin sobre a existência ou não de racionamento em São Paulo. Neste sentido, há uma concepção de que o Estado apenas divulga as informações de seu interesse durante uma crise hídrica, precisando de intervenções externas – como do Judiciário e da imprensa – para ser transparente. Esta estória possui a narrativa de fundo segundo a qual, num contexto de escassez de água, os gestores públicos logo atribuem a responsabilidade pelo problema a terceiros. A matéria também possui as seguintes metanarrativas: a população mais pobre é a que mais sofre com os efeitos do racionamento de água e a chuva é a principal solução para uma crise hídrica – em vez de ações de gestão.

A notícia “Alckmin diz não haver necessidade imediata de rodízio de água no Estado” (HAUBERT, 2015) relata que a SABESP informou, em 29 de janeiro de 2015, que não havia previsão para o início de racionamento no Estado de São Paulo. No dia seguinte, Geraldo Alckmin descartou a implementação imediata de cortes no fornecimento de água e explicou o uso da redução de pressão na rede de distribuição da empresa de saneamento estadual. Entretanto, esta matéria da *Folha de S. Paulo* mostra que o governo paulista tinha a projeção de iniciar um racionamento até a primeira quinzena de abril daquele ano. O texto também aborda a reunião entre representantes dos governos federal e paulista para discutir de que forma a União poderia auxiliar o Estado de São Paulo a mitigar os efeitos da crise hídrica.

A lógica para elaboração desta narrativa consiste no contraste das versões oficiais do então governador Geraldo Alckmin e da SABESP sobre a implementação de um racionamento em São Paulo, o que é questionado por esta notícia da *Folha de S. Paulo*, segundo a qual já haveria até mesmo um prazo para o início da medida: abril de 2015. Nesse sentido, a matéria dá espaço para que Alckmin explique o porquê da redução de pressão na rede de distribuição de água da companhia de saneamento. Esta estória conta, ainda, o contexto da reunião entre a então presidente da República, Dilma Rousseff, e o então governador paulista em termos de atuação conjunta para enfrentamento da crise hídrica de São Paulo.

Como conflito principal desta notícia, há um descompasso entre as informações apuradas pela *Folha* e a versão oficial do governo paulista e da SABESP sobre a inexistência de um prazo para início de racionamento de água no Estado de São Paulo. Conforme o jornal, o começo da medida se daria na primeira quinzena de abril de 2015. Outro conflito presente nesta estória é concernente à diferença de atribuições entre o governo federal e o governo estadual no caso da crise hídrica de São Paulo. Sobre esta questão, o então ministro da Casa Civil da Presidência da República, Aloizio Mercadante, destacou que a responsabilidade de solucionar a situação

era do Estado de São Paulo, mas que a União poderia dar sua contribuição a partir da construção de “parcerias republicanas”, segundo declaração do político reproduzida pelo veículo de comunicação.

Nesta notícia, a *Folha* desponta como heroína principal ao antecipar para seus leitores informações sobre a previsão de início do racionamento no Estado de São Paulo. O governo federal também exerce um papel heroico ao abrir suas portas para parceria com o governo paulista, mesmo sem ter a responsabilidade legal de fazê-lo. Em virtude do diálogo em andamento à época, Dilma Rousseff e Geraldo Alckmin também são configurados nesta estória de forma positiva. Já o governo paulista e a SABESP aparecem sobretudo de modo negativo por supostamente omitirem a informação sobre o início do racionamento no Estado de São Paulo para a população potencialmente afetada pela medida.

Desde o título da matéria, a repórter Mariana Haubert utiliza fala de Geraldo Alckmin descartando a iminência da implementação do rodízio de água em São Paulo, assim como informação oficial da SABESP que corrobora o discurso do então governador paulista. Entretanto, o texto contradiz tais versões por intermédio da citação de outra notícia da *Folha* que revelara o mês previsto para início do racionamento. Também é utilizado depoimento do então ministro da Casa Civil, Aloizio Mercadante, o qual marcou a posição do governo federal como ente disposto a contribuir para a solução da crise hídrica, mas sem assumir responsabilidades que competiam ao Governo do Estado de São Paulo. Para demonstrar o peso da reunião entre Dilma Rousseff e Geraldo Alckmin, a narradora cita detalhadamente as autoridades federais e paulistas que participaram do encontro. Outra estratégia argumentativa é a publicação de uma galeria de fotos que reforçam a gravidade da crise hídrica da Região Metropolitana de São Paulo. Um exemplo disso é uma imagem de duas pessoas caminhando dentro de um reservatório do Sistema Cantareira, numa região com solo rachado em virtude da seca – cenário que remete à realidade semiárida especialmente do Nordeste.

A metanarrativa de que o Estado apenas divulga as informações de seu interesse durante uma crise hídrica é identificada nesta matéria, o que conota falta de transparência. Nesta linha de pensamento é verificada, também, a narrativa de fundo segundo a qual a imprensa desempenha um papel essencial para que a sociedade tenha acesso a informações de interesse público que são omitidas por entes estatais. Outra ideia perceptível nesta estória é que diferentes esferas governamentais podem deixar de lado divergências político-partidárias a fim de solucionar problemas que afligem a população, como é o caso de uma crise hídrica. A concepção de que o Estado é moroso para solucionar crises hídricas também pode ser identificada neste material jornalístico.

A notícia intitulada “‘Não se pode dizer que não vai ter rodízio’, diz Alckmin” (URIBE, 2015b) tem como ponto de partida as eleições de 2014, quando o então governador paulista, Geraldo Alckmin, garantiu que o Estado de São Paulo não enfrentaria rodízio de água. Como principal tema abordado no texto está uma declaração do então governante, segundo a qual não se podia afirmar que não haveria rodízio de abastecimento, conforme consta do título. Por sua vez, o então secretário estadual de Saneamento e Recursos Hídricos do Estado de São Paulo, Benedito Braga, descartou o início do racionamento nas três semanas seguintes à publicação da matéria em 13 de fevereiro de 2015. De acordo com a *Folha*, àquela altura Alckmin tinha planejado decidir, em março daquele ano, sobre o rodízio no abastecimento da Grande São Paulo. O texto contempla, ainda, as discussões ocorridas na primeira reunião do Comitê da Crise Hídrica, integrado por representantes do governo paulista, prefeituras e entidades civis.

Nesta matéria a lógica narrativa é marcada pela indefinição do governo paulista sobre a adoção, ou não, de um rodízio no abastecimento de água na Grande São Paulo, o que fica expresso pelas declarações de Alckmin e Braga a respeito do tema. Na sequência, o repórter Gustavo Uribe informa sobre o aumento do volume acumulado nos reservatórios que abasteciam a Grande São Paulo e sobre as discussões e decisões tomadas na primeira reunião do Comitê da Crise Hídrica. O texto relata que, na ocasião, este grupo decidiu pela criação de um plano de contingência para ser adotado caso houvesse racionamento.

O conflito mais latente se refere à indefinição do governo paulista sobre a implementação do rodízio de abastecimento de água na Grande São Paulo. Também há uma contraposição entre o Comitê da Crise Hídrica e a própria crise em questão, pois o grupo de entidades atuou para solucionar o problema. Outro embate existente nesta notícia diz respeito à cobrança que o então prefeito paulistano, Fernando Haddad, do Partido dos Trabalhadores (PT), fez sobre a conclusão do plano de contingência para o caso de adoção de um rodízio de água pelo Governo do Estado de São Paulo. A produção de tal documento deveria ser coordenada pelo Comitê da Crise Hídrica, que era capitaneado pela gestão de Geraldo Alckmin, do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), legenda que se opunha ao PT nos cenários políticos nacional, estadual e municipal naquele contexto. Ainda na esfera política, há um conflito sobre o posicionamento de Alckmin acerca da adoção do rodízio de água, pois durante a campanha eleitoral de 2014, o político afirmava que o Estado de São Paulo não passaria por rodízio de água. Porém, depois do pleito, o governante passou a admitir a possibilidade de racionamento.

Em virtude da possível adoção de rodízio de água na Grande São Paulo e pelos discursos contraditórios acerca desta questão, o então governador paulista, Geraldo Alckmin, desempenha o papel de vilão e personagem principal desta estória. De maneira oposta, o então

prefeito paulistano, Fernando Haddad, exerce uma função heroica ao cobrar celeridade para a elaboração de um plano de contingência para ser adotado em caso de necessidade de racionamento na RMSP. Apesar desta cobrança, o Comitê da Crise Hídrica também é configurado como herói por ter proposto medidas para enfrentamento da situação, como a criação do plano de contingência, que garantiria o abastecimento em hospitais, escolas e penitenciárias, por exemplo.

Uma das estratégias argumentativas do jornalista Gustavo Uribe é demonstrar a gravidade da crise hídrica por meio de uma galeria de fotos com imagens dramáticas das represas do Sistema Cantareira. Uma delas mostra uma pequena bandeira do Brasil fincada em meio ao solo seco e rachado do fundo da represa Atibainha. A foto também retrata uma pequena porção de água na cena, remetendo ao baixo volume disponível no manancial. O repórter conta a estória com base em falas de autoridades públicas relacionadas à crise hídrica, o que confere efeito de real às informações veiculadas.

Há, nesta matéria, a metanarrativa de que não se pode confiar nos políticos, o que fica evidente a partir das contradições de Alckmin quanto à adoção, ou não, de rodízio de abastecimento de água em São Paulo. É perceptível, ainda, a narrativa de fundo segundo a qual o Estado adota medidas para remediar os efeitos de uma crise hídrica ao invés de realizar ações de prevenção ao problema. A noção de que a população é que sofre com impactos de uma crise desta natureza também está clara nesta estória, assim como a concepção de que a água é utilizada como instrumento político tanto pela oposição quanto pela situação.

Nos quatro textos que compõem a parte “Falta de água e impactos no dia a dia”, a questão da água é tratada sob a perspectiva do abastecimento urbano, ou seja, o recurso é visto como insumo para atender as demandas cotidianas dos moradores da Grande São Paulo. De diferentes formas, as estórias contêm abordagens sobre como a questão de recursos hídricos é utilizada politicamente – de modo negativo ou positivo, dependendo da situação. Neste sentido, existem abordagens que colocam a água como capital eleitoral e como fator de embates entre diferentes esferas de governo – é o caso das dualidades entre o governo federal e o governo paulista, assim como entre a prefeitura paulistana e o Governo do Estado de São Paulo.

4.2.3 Parte B6: Manifestações artísticas e religiosas relacionadas à crise

A narrativa terciária “Manifestações artísticas e religiosas relacionadas à crise”, dentro do episódio “Cotidiano da escassez”, é composta de duas notícias da *Folha de S. Paulo* publicadas em novembro de 2014, um dos momentos mais críticos da crise, pois a SABESP já

estava captando a segunda cota do volume morto do Sistema Cantareira. A primeira delas, veiculada no dia 9 daquele mês, tem como título “Rituais, orações, oferendas e pajelança são feitos para ‘chamar’ a chuva em SP” (OLIVEIRA, 2014). Em 21 de novembro, o jornal publicou a matéria “Contra a crise da água, centenas fazem ‘dança da chuva’ em São Paulo” (BEZERRA, 2014).

A notícia intitulada “Rituais, orações, oferendas e pajelança são feitos para ‘chamar’ a chuva em SP” (OLIVEIRA, 2014) descreve o ritual religioso do xamã Sthan Xanniã Tehuantepele, do núcleo Aos Filhos da Terra, para atrair chuvas para a cidade de São Paulo, assim como os rituais de xamãs brasileiros e mexicanos que dançavam, cantavam e rezavam em nome da chuva. O jornalista também utiliza uma série de falas de Xanniã com os motivos para a crise estar acontecendo naquele momento e previsões pessimistas sobre a questão da água na região. Desta matéria consta, ainda, o caso da médium Adelaide Scritori, da Fundação Cacique Cobra Coral, que atuava espiritualmente para evitar chuvas em situações específicas, tais como festas de Réveillon. O repórter também conta ações religiosas malsucedidas, como três missas na Catedral de Ribeirão Preto (SP), que, segundo o texto, se mostraram ineficazes pelo fato de as chuvas não terem acontecido até então. No fim da estória, a sacerdotisa ialorixá Mameto N’kisi do Omoloko avaliou as causas espirituais da crise hídrica, assim como conclamou a união de todas as crenças e manifestações religiosas em prol da água.

Na elaboração da notícia “Rituais, orações, oferendas e pajelança são feitos para ‘chamar’ a chuva em SP” (OLIVEIRA, 2014), o repórter Roberto de Oliveira utilizou a lógica narrativa de construir o texto apresentando a religiosidade como alternativa ou solução à crise hídrica da Grande São Paulo. O narrador conduz a estória por meio da descrição de rituais religiosos relacionados à água no intuito de provocar chuvas na RMSP por vertentes religiosas que fogem à tradição judaico-cristã. Também foram utilizados depoimentos de líderes religiosos sobre as causas espirituais da crise hídrica e prognósticos de agravamento da situação nos anos vindouros.

O principal conflito perceptível é entre a fé e a crise hídrica, já que líderes espirituais e manifestações religiosas atuam contra a situação de escassez de água na Região Metropolitana de São Paulo. Um embate entre o meio ambiente e a ação humana sobre ele também é recorrente na avaliação dos líderes religiosos entrevistados, devido à falta de uma convivência harmoniosa das pessoas com a natureza. Um terceiro conflito, que é rapidamente mencionado, diz respeito à contraposição entre ricos e pobres, ou seja, um conflito social representado pela seguinte frase do xamã Sthan Xanniã Tehuantepele: “Esta crise hídrica irá perpetuar esse universo de exclusão tão evidente em São Paulo.”

Nesta notícia, os personagens principais são o xamã Tehuantepele e a sacerdotisa ialorixá N'kisi do Omoloko, que desempenham um papel de heróis por alertarem sobre a importância da convivência harmoniosa entre as pessoas e o meio ambiente. Já a humanidade é apontada como vilã, devido à ação antrópica ambientalmente inadequada e pautada pelo materialismo, o que acabou por ocasionar uma crise hídrica como a vivida naquele momento pela Região Metropolitana de São Paulo na visão dos religiosos entrevistados. Conseqüentemente, o meio ambiente exerce um papel de vítima da ação humana.

O repórter Roberto de Oliveira conduz o texto descrevendo minuciosamente rituais de religiões diferentes da tradição judaico-cristã, o que permite ao leitor imaginar como tais rituais acontecem. Uma foto de uma sacerdotisa ialorixá em destaque reforça este aspecto. O narrador mexe com outros sentidos do público, além da visão. O trecho a seguir exemplifica esta estratégia argumentativa no próprio texto: “Atrás da área usada para a sauna sagrada ‘temaskal’ – cerimônia tradicional dos povos indígenas para regressar ao ‘útero da Mãe Terra’ – dá para ouvir o canto dos pássaros e o som da correnteza.” Como a narração sai do factual, o jornalista não segue a lógica da pirâmide invertida e se utiliza tanto de expressões informais quanto de termos que exploram o inusitado. Tal informalidade é percebida, por exemplo, em “De repente, uma ‘vibe’ toma conta daquela atmosfera”. Já o inusitado aparece na descrição do uso de elementos religiosos, como fadas ou gnomos, por personagens que compõem a estória. O autor também explora uma série de expressões que remetem à religiosidade para reforçar o sentido espiritual desta notícia.

A metanarrativa de que a água possui um papel espiritual, indo além de um recurso natural, está fortemente presente nesta estória. Neste sentido, há uma abordagem que correlaciona as atitudes humanas e seus reflexos sobre o meio ambiente, pois ambos são elementos integrados na percepção dos líderes religiosos entrevistados. Outra narrativa de fundo é a de que a fé é uma alternativa válida para solucionar os problemas concretos do cotidiano. Em conformidade com esta ideia, pode-se apreender que a fé é uma solução possível num contexto em que o Estado falha para prover a população com serviços básicos, como o abastecimento de água.

No caso da notícia “Contra crise da água, centenas fazem ‘dança da chuva’ em São Paulo” (BEZERRA, 2014), o repórter Elton Bezerra conta a estória de dois publicitários, Eduardo Lunardi e Leonardo Arcoverde, que decidiram promover um evento de “dança da chuva” como uma atividade de um curso sobre direção de arte. O evento aconteceu em 21 de novembro de 2014 no vão do Museu de Arte de São Paulo Assis Chateaubriand (MASP) com o título de “A maior dança da chuva do mundo” e contou com cerca de 200 participantes, sendo que 39 mil

peessoas haviam confirmado presença antecipadamente por meio da mídia social Facebook. O texto aborda, ainda, que o evento brasileiro não conseguiu bater o recorde mundial de “dança da chuva” pertencente à Irlanda, onde 395 pessoas realizaram o ato em 2011. Além disso, a estória conta que a iniciativa dos publicitários foi motivada pela fala do então secretário estadual de Saneamento e Recursos Hídricos, Mauro Arce, segundo a qual a primeira cota do volume morto duraria até 21 de novembro de 2014, data do evento no MASP. Neste material a *Folha* também informa sobre uma garoa que caiu após a dança acerca da previsão meteorológica para os dois dias subsequentes na cidade de São Paulo.

Esta notícia tem uma lógica narrativa iniciada a partir do recorde de maior evento do mundo de “dança da chuva” não atingido pela ação realizada na capital paulista. Daí o narrador descreve a iniciativa detalhadamente, o que permite uma imersão do leitor no assunto e a imaginação de como transcorreu a atividade. Em seguida há um balanço dos organizadores do evento, bem como informações sobre os fatores que motivaram a “dança da chuva”. O repórter também sugere que uma garoa que aconteceu após a ação foi supostamente decorrente da manifestação popular.

Um dos conflitos existentes nesta matéria diz respeito à ação da população paulistana contra a crise hídrica, por meio de manifestação que conciliou atos de fé e ironia ante a inépcia governamental. Na esteira desta questão, fica clara uma crítica da sociedade civil de São Paulo contra a gestão da crise hídrica por parte do governo paulista, já que a fé é apresentada como uma forma bem-humorada de demonstrar a incredulidade dos paulistanos quanto à capacidade governamental de solucionar a situação do abastecimento da capital.

Tanto os organizadores da “dança da chuva” quanto os participantes do evento são configurados pelo narrador como heróis, os quais questionam ironicamente a gestão da crise hídrica pelo governo paulista. Como os manifestantes também se autodenominam “torneiras secas”, estes personagens também se colocam como vítimas da falta de água em São Paulo. A chuva é elevada a uma condição salvadora, enquanto a crise hídrica desempenha uma função de vilã da estória. O Governo do Estado de São Paulo, principalmente na figura do então secretário estadual de Saneamento e Recursos Hídricos, Mauro Arce, exerce o papel de antagonista desta notícia.

No decorrer do texto, o jornalista Elton Bezerra utiliza um linguajar informal, o que pode ser claramente percebido por meio da expressão “deu uma força” no trecho “Nascido no Parque Nacional do Xingu, Altukumã Yawala-Piti, 21, mora em São Paulo há um ano e deu uma força ao ritual”. Até mesmo é utilizado um trocadilho, segundo o qual o evento “nafragou”. Outra estratégia utilizada é a de descrever detalhadamente o evento de “dança da chuva”, o que

permite ao leitor entender o acontecimento mais claramente. Esta descrição é reforçada por imagens do ato, como a presença de um indígena na manifestação e várias pessoas dançando com guarda-chuvas e alto-falantes em mãos. O trecho a seguir exemplifica este aspecto: “Os manifestantes fizeram um círculo e, ao som de baldes usados como tambores, giraram batendo palmas e pés. Ao céu, clamavam: Chu-va; chu-va; chu-va.” O sobrenatural é outra estratégia utilizada pelo repórter Elton Bezerra, pois ele sugere que a “dança da chuva” produziu efeitos, visto que depois do ato acabou chovendo em São Paulo. Mesmo com uma participação popular muito abaixo do esperado, o tom da notícia é positivo e condizente com a leveza empregada na narração do evento. Por outro lado, o jornalista recorre a dados oficiais sobre o volume acumulado no Sistema Cantareira e sobre previsões meteorológicas para a capital, a fim de manter o texto com um lastro no mundo não sobrenatural.

Uma das metanarrativas identificadas é a de que a fé é uma alternativa que resta à população quando o Estado falha ao provê-la com serviços básicos, como o abastecimento de água. Também pode ser percebida a seguinte narrativa de fundo: o brasileiro se utiliza do humor para se manifestar contra as mazelas que o afligem. Relacionada a esta questão, está presente a concepção de que o inusitado também é uma forma válida para se chamar atenção para os problemas que afetam a população, como é o caso de uma crise hídrica. Outra metanarrativa existente é a de que não se pode confiar nas previsões governamentais, o que é ilustrado pelo narrador em função de um erro na previsão do então secretário estadual de Recursos Hídricos, Mauro Arce, segundo o qual o Sistema Cantareira estaria na primeira cota do volume morto até 21 de novembro de 2014. Porém, naquele momento, o reservatório já estava na segunda cota, ou seja, numa situação ainda mais grave do que o previsto.

A notícia “Rituais, orações, oferendas e pajelança são feitos para ‘chamar’ a chuva em SP” (OLIVEIRA, 2014) aborda a questão da água por um prisma espiritual e como elemento indispensável ao meio ambiente e à própria vida. Por sua vez, o texto “Contra a crise da água, centenas fazem ‘dança da chuva’ em São Paulo” (BEZERRA, 2014) trata a questão da água numa perspectiva de abastecimento urbano, sendo que o líquido desempenha um papel de recurso essencial para atender as demandas cotidianas básicas das pessoas da Grande São Paulo, tais como cozinhar, tomar banho ou lavar roupas, por exemplo.

4.2.4 Parte B7: Maus exemplos que vêm de cima

Nesta parte do episódio “Cotidiano da escassez”, duas notícias da *Folha de S. Paulo* são objeto de análise. Veiculada em 22 de outubro de 2014, a matéria com título “Tribunal que

fiscaliza contas do Estado não atinge meta de economia de água” (MONTEIRO; RODRIGUES, 2014) aborda o gasto excessivo de água especialmente por parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCESP) durante a crise hídrica da RMSP. Em 1º de junho de 2015, o jornal publicou o texto “Prédios da gestão Alckmin extrapolam meta e viram ‘gastões’ de água em SP” (LOBEL, 2015e) sobre os maus exemplos no uso do recurso em edifícios de instituições do próprio governo paulista, o qual aprovou a cobrança de sobretaxa para consumidores da SABESP que não reduzissem o consumo de água naquele momento.

A matéria “Tribunal que fiscaliza contas do Estado não atinge meta de economia de água” (MONTEIRO; RODRIGUES, 2014) conta que o TCESP não havia atingido a meta de redução do consumo de água criada pela SABESP para bonificar com desconto de até 30% os consumidores que reduzissem o uso do líquido em pelo menos 20% em comparação com a média de consumo entre janeiro de 2013 e fevereiro de 2014. Segundo o texto, o órgão público não conseguiu reduzir seu consumo e até mesmo aumentou seu uso da água em alguns períodos. O órgão justificou que o aumento de consumo se deveu a um vazamento. A *Folha* informa, ainda, que houve redução de consumo em dois prédios anexos ao Tribunal, mas somente um deles vinha cumprindo a meta aplicada pela Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo para concessão de bônus na conta. Na estória, o repórter apresenta os contrapontos do TCESP, que explicou suas ações internas para reduzir o consumo de água, as quais já vinham surtindo efeito de acordo com a instituição. O mesmo acontece com o Tribunal de Contas do Município de São Paulo (TCMSP), pois a *Folha* aborda inicialmente que a instituição não vinha atingindo a meta da SABESP até então, mas ao término do texto concede espaço para o órgão municipal se manifestar sobre as medidas que vinha realizando para reduzir o consumo de água, além da efetividade destas ações.

Desde o título, a lógica narrativa desta notícia está centrada em mostrar o mau exemplo de economia de água por parte do TCESP, que deveria dar um bom exemplo por se tratar de um órgão de controle marcado por uma ação coercitiva junto a outros órgãos, como o próprio governo paulista e municípios do Estado de São Paulo. Os jornalistas da *Folha* também explicam como a SABESP concedia os bônus para os consumidores e quais eram as novas faixas de desconto em discussão naquele momento dentro da Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo. Está presente nesta estória uma menção a outros órgãos públicos denunciados pelo jornal, em matéria do dia anterior, também por não estarem atingindo sua meta de redução de consumo: Prefeitura de São Paulo, Câmara Municipal de São Paulo e Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. Os narradores, então, enfatizam os maus exemplos do TCESP e do TCMSP por não terem conseguido bater a meta de redução de

consumo de água. Na parte final do texto, ambos os tribunais de contas explicam o que vinham fazendo para utilizar os recursos hídricos de maneira mais racional.

Os maus exemplos de órgãos públicos paulistas que não conseguiam reduzir seu consumo de água durante a crise hídrica da Grande São Paulo – especialmente o Tribunal de Contas do Estado de São Paulo – é o principal conflito desta matéria. Outro embate recorrente no texto se refere a ações de uso racional de recursos hídricos, realizadas pelas instituições públicas mencionadas nesta notícia da *Folha*, para combater o desperdício de água.

Tanto o TCESP quanto o TCMSP exercem um papel predominantemente negativo por não conseguirem atingir a meta de redução do consumo de água verificada pela Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo. No entanto, ambos os tribunais de contas também possuem um viés heroico ao citarem uma série de ações realizadas para reduzir seu consumo de água. A própria *Folha* tem seu heroísmo demonstrado a partir de outra notícia que abordou a questão de órgãos públicos paulistas que não atingiram a meta que os qualificaria para receber o bônus da SABESP em suas contas de água. As instituições citadas brevemente – Prefeitura de São Paulo, Câmara Municipal de São Paulo e Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo – desempenham um papel de vilãs nesta notícia por também não estarem conseguindo reduzir seu consumo.

Uma das estratégias argumentativas adotadas pelos repórteres André Monteiro e Artur Rodrigues é mostrar a contradição dos tribunais de contas – os quais são órgãos fiscalizadores de outras instituições, como o governo paulista e prefeituras – não conseguirem atingir a meta de redução de consumo de água aprovada pelo Poder Público na figura da ARSESP. Há, também, a estratégia de enfatizar as falhas no consumo de água dos tribunais de contas mencionados, por meio de expressões e frases de cunho semântico negativo. Exemplos disso são os trechos “[...] o prédio da sede do TCE, na região central de São Paulo, não bateu a meta de gastar 607m³ de água nenhuma vez” e “Além da meta não ter sido atingida, houve até aumento de consumo”. Mesmo quando a informação é positiva, os narradores conferem uma carga de crítica aos órgãos públicos em questão. Um exemplo disso consta do trecho “Em outros imóveis, que servem de anexo do tribunal e têm contas separadas, houve redução do consumo, mas a meta só vem sendo atingida em um dos prédios”. Também há uma hierarquização das informações sobre o não atingimento da meta de redução de consumo pelos tribunais de contas no título, no *lead* e nos parágrafos iniciais, que costumam ser os mais lidos. Já as informações as quais relatam as atitudes das instituições para redução do uso de água apenas aparecem nos parágrafos finais, que costumam ser menos lidos segundo a lógica jornalística de narração conhecida como pirâmide invertida, que é definida por Pena (2017) como um relato que prioriza

os fatos mais essenciais num primeiro momento e posteriormente apresenta aqueles com menor apelo. Outra estratégia é demonstrar a gravidade da crise hídrica por meio de imagens dramáticas dos reservatórios do Sistema Cantareira, como uma embarcação abandonada em represa, margens secas e píeres sem função por estarem distantes do espelho d'água.

A principal metanarrativa desta notícia diz respeito à questão de que órgãos públicos não cumprem regras criadas pelo próprio Poder Público. Com isso, o texto reforça a ideia segundo a qual as autoridades públicas não dão exemplo de uso racional da água, apesar de exigirem esta mudança de postura por parte da população numa crise hídrica. Esta estória também contém a concepção de que as autoridades públicas logo buscam justificativas para suas falhas quando questionadas pela imprensa. Está presente, ainda, a noção de que o Estado apenas adota medidas paliativas, e não preventivas, para solucionar uma crise hídrica.

Intitulada “Prédios da gestão Alckmin extrapolam meta e viram ‘gastões’ de água em SP” (LOBEL, 2015e), esta notícia da *Folha de S. Paulo* conta a estória de três edifícios do governo paulista que excederam suas metas de consumo de água recorrentemente nos 12 meses anteriores à veiculação do texto, em 1º de junho de 2015. De acordo com a matéria, o conjunto de prédios administrado pela Companhia Paulista de Serviços e Obras, vinculada à Secretaria de Planejamento e Gestão do Estado de São Paulo, registrou um aumento de consumo do líquido e entrou na categoria dos consumidores “gastões”, conforme definição do então governador paulista, Geraldo Alckmin. Dentre os edifícios, os maiores da administração paulista segundo o texto, havia até mesmo um gabinete da gestão Alckmin. A matéria destrincha os dados de consumo dos prédios Cidade 1, Cidade 2 e Cidade 4, os quais registravam aumentos de 19% a 83% no volume de água consumido, sendo que a sobretaxa pelo aumento do consumo deveria ficar entre 40% e 100% nas contas dos órgãos localizados nos três edifícios públicos. Depoimentos de Alckmin e do então presidente da SABESP, Jerson Kelman, sobre os consumidores perdulários, os chamados “gastões”, também estão presentes.

Esta estória parte do mau exemplo de consumo de água por três prédios do governo paulista, que aumentaram suas demandas do recurso em pleno período de crise hídrica na Região Metropolitana de São Paulo, quando estava vigente a sobretaxa para os consumidores da SABESP que aumentassem seu consumo de água. O repórter Fabrício Lobel lista os órgãos presentes nos edifícios públicos em questão. São eles: secretarias de Habitação, do Emprego, dos Transportes Metropolitanos; da Subsecretaria de Assuntos Metropolitanos; do Metrô; da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos (CPTM); da Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo (CDHU); da Defensoria Pública; do Departamento de Águas e Energia Elétrica do Estado de São Paulo (DAEE); e um gabinete do

próprio governador paulista. A matéria ilustra, por meio de infográfico, a dimensão do consumo excessivo por estas instituições públicas. Na sequência, o jornal detalha os dados que confirmam o aumento no uso da água pelos órgãos paulistas. Por fim, há uma abordagem a respeito dos consumidores ditos “gastões”, relacionando-os a práticas de consumo de água de órgãos do próprio Governo do Estado de São Paulo.

Nesta estória o conflito mais latente diz respeito à contradição representada por órgãos do governo paulista – responsável pela gestão da crise hídrica – que aumentavam seu consumo de água num momento de esforço da sociedade para reduzir o uso do líquido. Um gabinete do próprio governador paulista evidencia o descompasso entre as medidas governamentais para estimular o uso racional da água pela população da Grande São Paulo e os hábitos de consumo perdulários dos órgãos citados nesta notícia da *Folha de S. Paulo*. Ainda nesta seara, os discursos de Alckmin e Kelman sobre “gastões”, termo utilizado de forma recorrente durante a crise hídrica pelo governo estadual, são contrapostos aos hábitos de consumo dos órgãos públicos presentes nos três prédios abordados pela matéria. Há, ainda, um conflito dentro do próprio governo paulista, que classifica como “injustificável” o aumento de consumo nos edifícios Cidade 1 e Cidade 2. Também é perceptível o embate entre o desperdício e o uso racional da água.

A *Folha de S. Paulo* aparece como única heroína desta estória, pois o jornal revela aos leitores dados comprometedores sobre o aumento do consumo de água de prédios públicos durante a crise hídrica. O principal vilão é o governo paulista, representado por três de seus edifícios com consumo crescente mesmo com a gravidade da escassez de água. A contradição causada pelo mau exemplo de órgãos da gestão Alckmin – que estavam descumprindo as metas de redução de consumo estabelecidas no âmbito do próprio Executivo paulista – deixa claro o caráter de vilania dos órgãos públicos mencionados pelo uso perdulário de água no contexto de crise. Nesse sentido, tanto Geraldo Alckmin quanto Jerson Kelman são posicionados negativamente nesta estória como críticos dos consumidores “gastões”, sendo que órgãos públicos paulistas se enquadravam exatamente neste perfil de usuário de água, o que transparece uma contradição entre discurso e realidade. O texto de Fabrício Lobel também destaca o papel de vítima desempenhado pela população da Grande São Paulo no âmbito da crise hídrica, que, naquele momento, levou a “uma política que deixa milhares de pessoas com torneiras secas durante horas, além de instituir sobretaxas para quem não economiza”, segundo o narrador.

Para enfatizar o mau exemplo dos órgãos públicos supracitados quanto ao uso excessivo de água, o repórter Fabrício Lobel utiliza o verbo “extrapolam” e o adjetivo “gastões”, logo no título, referindo-se ao uso da água realizado por tais instituições. Este recurso fica evidente na

frase “Três prédios centrais da administração do governo Geraldo Alckmin (PSDB) extrapolaram de forma recorrente a sua meta de consumo de água nos últimos 12 meses e se tornaram o que o governador chama de ‘gastões’”. Outra estratégia clara é a de apresentar os dados de consumo dos órgãos paulistas de modo didático, por intermédio de infográfico intitulado “Gastões do Estado”. Além do título, este recurso visual da *Folha* reforça o peso do volume de água utilizado pelos órgãos públicos, comparando-o ao consumo de casas de paulistanos que poderiam ser abastecidas apenas com o consumo excedente em relação à meta aferida pela SABESP mensalmente. Apenas o edifício com o uso de água que mais extrapolava a meta da companhia de saneamento, o Cidade 4, poderia abastecer 234 casas durante um mês inteiro, conforme a notícia. Além disso, consta do texto a estratégia de explicar minuciosamente como funcionava a sobretaxa para os usuários de água da SABESP que não reduzissem seu consumo durante a crise. A *Folha* também deixa clara sua atuação para levar a público dados sobre o uso de água inadequado por instituições do governo paulista.

Uma das metanarrativas existentes nesta estória é a de que o Estado não cumpre as próprias regras que estabelece, enquanto a população tem de cumpri-las. Conectada a esta questão, está presente a ideia de que, numa crise, as autoridades públicas não dão um bom exemplo de uso racional da água. É perceptível, ainda, a noção de que falta transparência às autoridades públicas para esclarecer seus atos passíveis de questionamentos – como no caso do uso excessivo de água por órgãos da gestão Alckmin. Assim, fica evidente a concepção de que as autoridades públicas logo buscam justificativas para suas falhas quando questionadas pela imprensa. Também pode ser identificada a metanarrativa segundo a qual a imprensa tem o papel de revelar para a sociedade informações inconvenientes para autoridades públicas e que evidenciam suas idiosincrasias.

Nas duas notícias analisadas nesta parte do episódio “Cotidiano da escassez”, a questão da água é eminentemente relacionada ao abastecimento urbano, pois ambas as estórias abordam o consumo inadequado de água por parte de tribunais de contas e órgãos do próprio Governo do Estado de São Paulo.

Os conflitos das quatro partes do Episódio B analisadas serão sintetizados a seguir. Na Parte B1, o grande embate ocorre entre a população paulista e a crise hídrica, já que a *Folha* destaca como os habitantes da Grande São Paulo se adaptaram à situação em seu dia a dia. O mesmo vale para motéis e academias da RMSA que atuaram proativamente estimulando o uso racional do líquido por seus frequentadores e utilizando equipamentos que reduziam o uso do recurso. Também há uma contraposição entre motéis e academias no combate ao desperdício de água por frequentadores menos conscientes quanto ao uso do líquido. Outro embate é entre

os hábitos de consumo do recurso dentro de casa e fora dela, pois, para alguns clientes desses estabelecimentos, a utilização da água principalmente fora de casa é mais descontrolada por não gerar consequências econômicas imediatas.

Na Parte B2 deste episódio, o Governo do Estado de São Paulo, a SABESP e a ARSESP se contrapõem à Agência Nacional de Águas ao adotarem um discurso em comum segundo o qual a determinação da ANA para que a empresa de saneamento reduzisse sua captação de água do Sistema Cantareira já era uma forma de racionamento para a Grande São Paulo. Outro embate presente é entre as diferentes declarações do então governador, Geraldo Alckmin, que oscilavam ora assumindo a existência de racionamento na RMSP, ora negando a medida. O governo paulista também trava um conflito com a *Folha de S. Paulo*, pois o jornal afirmava haver uma previsão de início do racionamento, enquanto a versão governamental negava esta informação. Há, também, uma contraposição entre a população paulista e a gestão Alckmin, devido às críticas de da população da Grande São Paulo quanto à condução governamental da crise e à falta de transparência acerca das medidas para solucionar a situação. A Justiça também vai de encontro ao Governo do Estado de São Paulo ao determinar o fim da sobretaxa para consumidores perdulários e o início do racionamento na RMSP como medida austera na condução da crise.

Na Parte B6, a população paulista também critica a gestão Alckmin em função de sua inépcia para garantir o abastecimento da Região Metropolitana de São Paulo. Os habitantes da maior metrópole sul-americana também atuam contra a crise hídrica ao darem sua contribuição para a questão, sobretudo por meio da redução do consumo de água. Nas notícias analisadas, a fé se contrapõe à crise hídrica como uma possível solução para o problema num contexto em que o Estado não conseguiu assegurar o abastecimento na Grande São Paulo. Também consta das histórias contadas pela *Folha* o embate entre o meio ambiente e os efeitos maléficos da ação humana sobre ele. Por fim, existe um conflito de classes sociais entre ricos e pobres, mencionado por líder religioso que apontou este aspecto como consequência de um meio ambiente desequilibrado pela humanidade.

O grande conflito da Parte B7 deste episódio envolve o mau exemplo do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo e de órgãos públicos do governo paulista quanto ao consumo de água excessivo durante a crise hídrica, além da atuação destas instituições para economizar mais água, por meio de ações de uso racional do líquido. Este fato relatado pela *Folha de S. Paulo* expôs a contradição de entidades públicas que davam mau exemplo no uso da água durante a crise por não conseguirem reduzir seu consumo do recurso e, em alguns casos, até mesmo aumentaram o volume de água utilizado em suas dependências. Relacionado a esta

questão, há um conflito interno do Governo do Estado de São Paulo com órgãos de sua estrutura enquadrados na definição de consumidores “gastões” utilizada pelo próprio Geraldo Alckmin.

Dentre os personagens da Parte B1 deste episódio, hotéis e academias da Grande São Paulo atuam heroicamente ao estimularem a redução do consumo de água por seus frequentadores e adotarem medidas para diminuir o uso do líquido em suas instalações. Os clientes mais perdulários no uso do recurso, assim como a crise hídrica em si, são posicionados como vilões nas histórias contadas pela *Folha de S. Paulo*. Na Parte B2, o governo paulista desempenha um papel de vilão por sua inépcia para solucionar a crise hídrica e sua falta de transparência sobre as medidas adotadas para resolvê-la. No caso do então governador, Geraldo Alckmin, o papel de vilão deve-se ao discurso contraditório que nega e depois confirma a existência de racionamento na Grande São Paulo. Por outro lado, Alckmin tem uma abordagem heroica assim como a então presidente da República, Dilma Rousseff, e o governo federal pelo fato de terem sentado à mesa para discutir soluções para a crise hídrica. O que confere vilania à SABESP é a falta de informações à população sobre o racionamento, o que também guarda relação com a falta de transparência. A ANA também exerce o papel de vilã, atribuído pela gestão Alckmin, por ter limitado a captação de água do Sistema Cantareira para o abastecimento da RMSP. O instituto Datafolha atua como herói por disponibilizar dados acerca da percepção da população do Estado de São Paulo quanto à gestão da crise pelo governo paulista. Já a *Folha de S. Paulo* tem um papel heroico por informar, em primeira mão, sobre a existência de racionamento em todos os bairros da capital e sobre a previsão para o início da medida em todo o Estado de São Paulo. Mais uma vez, a população exerce um papel de vítima do desabastecimento de água na RMSP.

Na Parte B6 deste episódio, dois líderes religiosos – o xamã Tehuantepele e a sacerdotisa Ialorixá N’kisi do Omoloko – são os protagonistas das notícias analisadas por avaliarem os fatores que levaram à crise hídrica da RMSP e por apontarem para a necessidade de uma convivência mais harmoniosa entre a humanidade e o meio ambiente. Neste contexto, a humanidade atua como vilã por causar danos ao meio ambiente, que é, assim, uma vítima de tal processo. Organizadores e participantes de um evento de “dança da chuva” são heróis que questionam a inépcia do Governo do Estado de São Paulo para solucionar a crise hídrica da Grande São Paulo – logo, a gestão Alckmin é a antagonista nesse contexto. Especificamente os participantes da “dança da chuva” desempenham, também, o papel de vítimas da situação ao se intitulem “torneiras secas”. Já na parte B7, órgãos do governo paulista que não conseguiam reduzir seu consumo de água durante a crise, que se enquadravam na definição de consumidores “gastões” segundo Geraldo Alckmin, são os grandes vilões desta subdivisão do episódio

“Cotidiano da escassez”. Uma série de outros órgãos públicos de fora da estrutura do governo estadual também atuam como vilões pelo mesmo motivo, como: TCESP, TCMSP, Prefeitura de São Paulo, Câmara Municipal de São Paulo e Assembleia Legislativa de São Paulo. Nos casos específicos dos dois tribunais de contas, há uma vertente heroica de ambos em função das iniciativas para reduzir seu consumo de água. Novamente a população paulista atua como vítima da crise e a *Folha* exerce uma função heroica ao revelar o consumo de água excessivo por parte de órgãos públicos que deveriam dar o exemplo no uso do líquido para a sociedade.

Na Parte B1 desta narrativa, a principal metanarrativa é a de que a água deve ser consumida de forma racional pelas pessoas tanto dentro quanto fora de casa, sobretudo em situações de crise hídrica. Também há uma concepção de que a água possui valor econômico. Outra narrativa de fundo presente é a de que o brasileiro faz um uso perdulário da água por conta de uma cultura de abundância do recurso no País e apenas economiza o líquido por intermédio de medidas punitivas, como multas ou sobretaxas. Já na Parte B2 do episódio “Cotidiano da escassez”, faz-se presente a metanarrativa de que falta transparência ao Estado para difundir informações de interesse público numa crise hídrica, sendo que a imprensa desempenha um papel fundamental para que a sociedade impactada pela escassez de água tenha acesso a informações omitidas pelas autoridades públicas. Outra concepção que consta das notícias analisadas é que não se pode confiar nas informações do Estado sobre uma crise dessa natureza, pois os gestores públicos acabam difundindo apenas temas de seu próprio interesse em detrimento do interesse público em torno da situação. A Parte B2 também possui a metanarrativa de que não se pode confiar em discursos de políticos, que variam conforme a conveniência do momento político e nem sempre possuem lastro na realidade. Relacionada a isso está a concepção de que uma crise hídrica é utilizada politicamente por autoridades públicas. Dentre as narrativas de fundo identificadas está a ideia de que o Estado é moroso para solucionar problemas que afligem a população. Por fim, pode-se verificar a presença da concepção de que a população pobre é a que mais sofre com uma crise hídrica.

Na Parte B6 deste episódio, a principal metanarrativa é que a fé se constitui numa possível solução ou alternativa válida num contexto de crise hídrica, quando o Estado não soluciona um problema que impacta a vida dos cidadãos. A narrativa de fundo segundo a qual o brasileiro se utiliza do humor como forma de manifestação contra as mazelas que o afligem também está perceptível nas notícias da *Folha de S. Paulo* analisadas. As ideias de que a água possui uma função espiritual e de que as ações humanas geram impactos ambientais também estão presentes nesta parte do Episódio B. A concepção de que não se pode confiar em previsões governamentais sobre uma crise hídrica, como as concernentes ao volume armazenado no

Sistema Cantareira, também consta dos materiais veiculados pelo jornal. Na Parte B7, está perceptível a metanarrativa de que os órgãos públicos descumprem regras criadas pelo Poder Público, como no caso de edifícios do governo paulista que não atingiram as metas de redução de consumo de água durante a crise. Assim, está presente a ideia de que as autoridades públicas não dão o devido exemplo de uso racional de água, apesar de exigirem uma mudança de comportamento da população nesse sentido. Conectada a esta questão está a narrativa de fundo de que as autoridades públicas logo buscam justificar suas falhas quando interpeladas pela imprensa. Em se tratando de imprensa, consta das notícias analisadas a concepção de que cabe aos jornalistas revelar para a sociedade informações omitidas pelas autoridades públicas, visto que lhes falta transparência para esclarecer seus atos.

Na Parte B1 do episódio “Cotidiano da escassez”, a questão da água é fundamentalmente centrada no abastecimento urbano num contexto de motéis e academias da Grande São Paulo. Os recursos hídricos são abordados numa perspectiva de insumo necessário para o funcionamento de ambas as formas de prestação de serviço. Na Parte B2, do mesmo modo, há um enfoque da água como elemento primordial para o abastecimento urbano da RMSP. Além disso, a *Folha* focaliza o líquido como arma política para melhorar ou piorar a percepção da opinião pública a respeito da atuação do governo estadual no âmbito da crise hídrica da Grande São Paulo. Já na Parte B6, a questão da água é abordada numa perspectiva espiritual que a enquadra como um elemento indispensável ao meio ambiente e à vida em si. No entanto, o aspecto primordial do líquido para o abastecimento urbano se repete nesta parte deste episódio. Por fim, a questão da água na Parte B7 fica restrita ao abastecimento da Grande São Paulo.

4.3 EPISÓDIO C: MEDIDAS PARA MITIGAÇÃO DA CRISE E SANEAMENTO

4.3.1 Parte C1: Bônus para quem economiza e sobretaxa para “gastões”

Três notícias da *Folha de S. Paulo* no âmbito do episódio “Medidas para mitigação da crise e saneamento” foram selecionadas para esta análise. A primeira delas, intitulada “Governo manterá bônus por economia de água até o fim do ano em SP” (KREPP, 2014), foi veiculada no início da crise hídrica em 11 de março de 2014. A segunda, cujo título é “Concessão de bônus na conta da Sabesp será mais rígida em 2016” (LOBEL, 2015b), teve sua publicação em 23 de dezembro de 2015, data próxima ao desfecho da situação. O terceiro material, “Fim do bônus e sobretaxa da Sabesp é inoportuno, diz entidade” (FOLHA DE S. PAULO, 2016), teve

sua divulgação em 1º de abril de 2016, posteriormente ao fim da crise hídrica anunciado pelo então governador paulista, Geraldo Alckmin, em 7 de março daquele ano.

A matéria “Governo manterá bônus por economia de água até o fim do ano em SP” (KREPP, 2014) informa que a gestão Alckmin afirmou, no início de 2014, que avaliaria mensalmente a necessidade de prorrogação do programa de economia de água, o qual oferecia desconto de até 30% na conta para consumidores de água abastecidos pelo Sistema Cantareira que reduzissem a partir de 20% de seu consumo em relação aos 12 meses anteriores. No entanto, em março daquele ano, a então presidente da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo, Dilma Pena, confirmou que a ação para preservar o Sistema Cantareira ao longo de 2014 seria prorrogada até o fim daquele ano. Tanto a dirigente da SABESP quanto o então governador paulista, Geraldo Alckmin, afirmaram que o problema de baixa acumulação de água estava localizado nos reservatórios do Cantareira em virtude da grave seca enfrentada em 2014 – a maior desde 1930 segundo o mandatário. Outra medida destacada pela notícia na condução da crise pelo Governo do Estado de São Paulo é a redução do número de pessoas abastecidas pelo Sistema Cantareira, o que passou a ser realizado com as águas dos sistemas Guarapiranga e Alto Tietê naquele ano, iniciativa da gestão Alckmin que viria a reduzir em aproximadamente 3 milhões o número de pessoas atendidas pelo Cantareira na Grande São Paulo.

Em termos de lógica da narrativa produzida pela *Folha*, esta notícia contém a carga semântica de que a excepcional falta de chuvas resultou na redução do volume de água armazenado nos reservatórios do Sistema Cantareira. Por isso, de acordo com o texto, o governo paulista e a SABESP implementaram o bônus de até 30% nas contas da parcela da população abastecida por este manancial e que reduzisse seu consumo de água. Dada a gravidade da crise, a decisão foi de prorrogar esta medida até o fim de 2014. Outra ação de gestão da crise foi reduzir o número de pessoas atendidas pelas águas do Cantareira. Como contraponto, o texto informa que o Consórcio Intermunicipal das Bacias dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá (Consórcio PCJ) criticou o governo paulista por não ter adotado medidas suficientes para a efetiva redução da dependência da Grande São Paulo quanto às águas do Sistema Cantareira, que também abastece a bacia hidrográfica dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiá (PCJ) e a Região Metropolitana de Campinas (RMC).

Dois conflitos se destacam no texto em questão. O primeiro coloca o governo paulista e a SABESP contra a crise hídrica, o que fica marcado pelas ações que ambos realizaram para mitigar a escassez de água, como foi o caso do bônus nas contas dos consumidores que economizassem o recurso. Por outro lado, a jornalista Ana Krepp (2014) contrapõe a Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo e o Consórcio PCJ. Esta entidade

acusou a SABESP de não ter reduzido sua dependência do Sistema Cantareira para abastecer a Grande São Paulo, o que supostamente fez o nível do manancial cair mais do que o necessário, resultando em risco à vida útil do Cantareira. Por outro lado, a empresa de saneamento se defendeu, por meio de sua então presidente, Dilma Pena. Segundo a dirigente, a atuação da SABESP se pautou por princípios técnicos. Pena também alertou para os riscos da politização da gestão hídrica em resposta às acusações do Consórcio PCJ. Tal conflito fica evidente no intertítulo “Queda de braço” e nos termos utilizados com esta carga semântica para enfatizar tal divergência: “ataques feito [sic] pelo consórcio”, “acusou a Sabesp”, “atentar contra a vida útil do sistema”, “guerra pela água”, “gestão de conflitos”, entre outros.

Em “Governo manterá bônus por economia de água até o fim do ano em SP”(KREPP, 2014), os personagens principais são o governo paulista e a SABESP, respectivamente personificados nas figuras do então governador, Geraldo Alckmin, e da então presidente da empresa de saneamento, Dilma Pena. Ambos possuem traços de heroísmo por serem retratados na notícia como agentes públicos em busca de soluções para a crise hídrica. Por outro lado, a Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo apresenta aspectos de vilania ao ter sua forma de utilização das águas do Sistema Cantareira duramente questionada pelo Consórcio PCJ. Esta entidade da sociedade civil desponta heroicamente apontando para uma dependência da SABESP quanto ao Cantareira para o abastecimento da Grande São Paulo, deixando pouca água do manancial disponível para atender à bacia hidrográfica dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí. Tanto o Sistema Cantareira quanto a população sem abastecimento regular de água devido à crise são configurados pela narradora como vítimas da forte seca que afetava o Estado de São Paulo à época.

Nesta matéria a jornalista Ana Krepp baseia suas estratégias argumentativas na explicação sobre os requisitos para concessão do bônus por economia de água e os motivos para sua prorrogação até o fim de 2014, o que é corroborado por declarações do então governador paulista, Geraldo Alckmin, e da então presidente da SABESP, que justificaram a decisão em função da gravidade da crise hídrica naquele momento. A narradora também sustenta suas informações em dados oficiais e do Consórcio PCJ sobre o consumo de água nos reservatórios do Sistema Cantareira e sobre o percentual de armazenamento acumulado neles.

Uma das metanarrativas contidas nesta notícia é a de que o Estado adota medidas para remediar a crise hídrica ao invés de realizar ações estruturais para evitá-la. Outra ideia presente é que a regulação da água se constitui num instrumento para mediação de conflitos pelo uso de recursos hídricos. A concepção de que a falta de chuvas é o principal fator causador de uma crise hídrica – e não questões referentes à gestão do recurso – também se faz presente. Neste

material veiculado pela *Folha de S. Paulo* está implícita, ainda, a concepção de que crises hídricas desencadeiam conflitos entre regiões que compartilham água, como no caso da Grande São Paulo e da bacia dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí no tocante ao uso do Sistema Cantareira como manancial em comum.

Já na notícia “Concessão de bônus na conta da Sabesp será mais rígida em 2016” (LOBEL, 2015b), o destaque vai para a decisão do governo paulista de prorrogar até o fim de 2016 – ou até que houvesse a melhora da situação hídrica – o bônus na conta de quem economizasse água e a sobretaxa para quem não reduzisse seu consumo do líquido na Grande São Paulo, medidas que estavam previstas para terminar em dezembro de 2015. De acordo com o texto, as regras para concessão de bônus passariam a ser mais rígidas devido ao prejuízo de R\$ 580 milhões no faturamento da SABESP no terceiro semestre de 2015, sendo R\$ 248,8 milhões decorrentes do bônus. Para os consumidores que gastassem acima do consumo registrado entre fevereiro de 2013 e janeiro de 2014, a sobretaxa instituída em fevereiro de 2015 continuaria variando de 40% a 100% do valor da tarifa de água conforme o consumo excedente registrado. De acordo com a notícia, o então governador paulista, Geraldo Alckmin, foi criticado por apenas ter instituído a sobretaxa – medida punitiva e impopular – após sua reeleição para o cargo em 2014. À época da publicação desta matéria, a prorrogação do bônus e da sobretaxa ainda precisariam passar pela aprovação da ARSESP.

Nesta notícia, a lógica narrativa é a de que os prejuízos causados à estatal e a própria redução do consumo pela população da Grande São Paulo levaram o governo paulista a dificultar a concessão de descontos nas contas de quem economizasse água. Nesta estória, outro fator apresentado ao leitor como responsável pelo agravamento da crise e da situação financeira da companhia foi a demora do Governo do Estado de São Paulo em implementar a sobretaxa nas contas dos consumidores que não reduzissem seu consumo de água.

Um dos principais conflitos presentes nesta notícia é representado pela ação do governo paulista e da SABESP contra a crise hídrica por meio das ações de estímulo à redução do consumo de água, como o bônus e a sobretaxa para os consumidores abastecidos pela companhia de saneamento. Neste sentido, há uma oposição entre a gestão Alckmin e os consumidores mais perdulários no uso da água – chamados de “gastões” pelo então governador paulista –, os quais foram penalizados com uma sobretaxa em suas contas de água e esgoto. A *Folha* também ressalta a contraposição entre o Governo do Estado de São Paulo e a própria SABESP, sendo o Executivo paulista o responsável pelo prejuízo econômico da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo em virtude da instituição do bônus para os consumidores de água que economizassem o recurso. Há, ainda, o conflito concernente às

decisões supostamente mais políticas do que técnicas adotadas pela gestão Alckmin na condução da crise hídrica, o que pode ser exemplificado pela instituição da sobretaxa somente em fevereiro de 2015, poucos meses após o processo eleitoral que resultou na reeleição de Geraldo Alckmin ao Palácio dos Bandeirantes²⁰.

Os principais personagens presentes na matéria “Concessão de bônus na conta da Sabesp será mais rígida em 2016” (LOBEL, 2015b) são o governo paulista, Geraldo Alckmin e a SABESP. Os três são vilões por terem decidido dificultar a concessão de bônus para a parcela da população que economizasse água durante a crise hídrica – vítima desta medida governamental. Por outro lado estes três personagens possuem uma vertente heroica ao prorrogarem a cobrança de sobretaxa para os consumidores ditos “gastões”, os quais desempenham o papel de vilões por supostamente utilizarem água em excesso. Sob outro prisma, a SABESP tem uma terceira forma de configuração nesta estória: vítima da crise hídrica, pois a empresa teve sua saúde financeira abalada pelo fenômeno em virtude de três fatores concomitantes: obras emergenciais de infraestrutura hídrica, concessão de bônus e redução no consumo de água na Grande São Paulo.

Uma das estratégias argumentativas utilizadas pelo jornalista Fabrício Lobel neste texto é a de explicar a nova forma de cálculo para concessão de bônus para consumidores que economizassem água, o que é feito com base em dados oficiais e por meio de um infográfico que confere didatismo a estas informações. O narrador também se utiliza do recurso de trazer definições simplificadas entre aspas para elucidar termos mais técnicos, como: “punição”, para explicar a sobretaxa para consumidores perdulários no uso da água, e “trabalhinho adicional”, para traduzir ao leitor a maior rigidez para a concessão do bônus pela SABESP. A notícia também demonstra a gravidade da crise hídrica por intermédio de fotos com uma carga que reforça a dramaticidade da situação. É o caso de uma imagem com o solo seco permeado por um pequeno volume de água dentro do Sistema Cantareira. Outra fotografia mostra desenhos grafitados representando um peixe morto e uma garrafa seca contendo um pedido por água dentro dela.

Esta matéria possui a metanarrativa segundo a qual a gestão da crise hídrica é mais pautada por decisões político-eleitorais do que por critérios técnicos. Nesta linha de pensamento, está presente a ideia de que autoridades públicas implementam medidas mais suaves na gestão da crise hídrica num contexto eleitoral e apenas após as eleições adotam medidas impopulares, como a instituição de sobretaxa para consumidores que não reduzissem

²⁰ O Palácio dos Bandeirantes é a sede do Governo do Estado de S. Paulo.

seu consumo de água na RMSP. Também há neste material a seguinte narrativa de fundo: o Estado oferece benefícios (como o bônus na conta de água) à população juntamente com malefícios (como a sobretaxa).

A terceira notícia que integra esta parte do episódio “Medidas para mitigação da crise e saneamento”, intitulada “Fim do bônus e sobretaxa da Sabesp é inoportuno, diz entidade” (FOLHA DE S. PAULO, 2016), traz uma seção de perguntas e respostas que contextualiza as razões para ter acontecido a crise hídrica. Também menciona as medidas adotadas pelo governo paulista para mitigar a situação e as iniciativas de adaptação realizadas pela própria população da Grande São Paulo para lidar com a falta de água. Neste material produzido pelo veículo de comunicação após o então governador paulista, Geraldo Alckmin, ter declarado o término da crise, o foco principal recai sobre o questionamento de Carlos Tadeu de Oliveira, representante do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (IDEC) e da Aliança pela Água, quanto ao fim do bônus para os consumidores da SABESP que economizassem água e da sobretaxa para a parcela da população da RMSP que não reduzisse seu consumo. Oliveira considerou imprudente esta decisão do Governo do Estado de São Paulo, pois àquela altura não havia garantias de que a possibilidade de uma nova crise hídrica na capital paulista estaria descartada nos anos seguintes a 2016. O representante do IDEC e da Aliança pela Água também ressaltou a necessidade de se discutir o modelo tarifário adotado pela Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo, que, em determinadas situações, segundo ele, poderia até mesmo desestimular o uso racional da água.

Neste texto da *Folha*, a lógica da estória contada parte da perspectiva de que o fim de medidas para estimular a redução do consumo de água – decisão do governo paulista – seria imprevidente, dadas as incertezas quanto à situação hídrica da Região Metropolitana de São Paulo nos anos subsequentes a 2016. Esta notícia também é construída de maneira retrospectiva, ao remontar às causas da crise e às medidas para mitigação da situação, e prospectiva, ao traçar uma visão sobre o estágio de preparação de São Paulo para uma eventual nova crise hídrica de proporções similares.

Está latente nesta matéria, desde o título, o conflito entre os pontos de vista do governo paulista e de representante do IDEC e da Aliança pela Água sobre o fim do bônus e da sobretaxa da SABESP. Esta questão também está entremeada no questionamento se o governo paulista havia tomado esta decisão sobre o fim do bônus e da sobretaxa baseado em critérios políticos ao invés de fundamentos técnicos. Outro embate perceptível no material é entre a gestão Alckmin e a população das periferias da Grande São Paulo, pois a notícia destaca que as populações mais vulneráveis foram as que mais sofreram com os efeitos do rodízio no

fornecimento de água adotado pela SABESP. Isto é reforçado na estória por meio de uma galeria de fotos, a qual conta, por intermédio de imagens e suas legendas, o sofrimento cotidiano de famílias de favelas da Grande São Paulo em virtude do racionamento. Relacionada a este conflito há uma oposição entre o privilégio para grandes consumidores de água da empresa estadual de saneamento, que pagavam tarifas mais baixas que o restante da população, o que também conota uma desigualdade na prestação dos serviços de abastecimento na RMSP.

Em “Fim do bônus e sobretaxa da Sabesp é inoportuno, diz entidade” o personagem principal é o representante do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor e da Aliança pela Água, Carlos Tadeu de Oliveira, o qual questiona o fim da aplicação do bônus e da sobretaxa pela SABESP. Neste ponto a notícia confere heroísmo a Oliveira, que apontou a necessidade de uma postura mais conservadora e previdente na gestão hídrica pelo governo paulista, por Geraldo Alckmin e pela SABESP – vilões por sua imprudência –, devido ao risco de uma nova crise hídrica na Grande São Paulo. Carlos Tadeu também exerce heroísmo nesta estória ao apontar a revisão da estrutura tarifária da estatal de saneamento como forma de estimular o uso racional da água e prevenir novas crises. A população também é configurada como heroína por ter contribuído para a redução do consumo de água da RMSP durante a crise hídrica. Outro traço da vilania de Alckmin é a incongruência entre seu discurso sobre o fim da crise e o fato de moradores da periferia da Região Metropolitana de São Paulo continuarem a sofrer como vítimas do desabastecimento de água àquela altura. Já a SABESP tem um viés heroico ao planejar o fornecimento de água para públicos mais vulneráveis – hospitais, clínicas de hemodiálise e presídios – em caso de colapso no abastecimento de água da capital paulista.

Nesta matéria sem assinatura de um jornalista como autor, o veículo de comunicação constrói sua estratégia argumentativa com base nas ponderações de Carlos Tadeu de Oliveira, do IDEC e da Aliança pela Água, sobre a inadequação da decisão tomada pelo governo paulista de acabar com o bônus e a sobretaxa para estimular a redução do consumo de água na Grande São Paulo. Outra estratégia adotada é a publicação conjunta de perguntas e respostas, além de infográficos, sobre a crise hídrica, o que oferece ao leitor uma série de informações oficiais acerca da situação didaticamente.

Dentre as metanarrativas identificadas nesta notícia, uma que fica evidente desde o título é a de que o Estado realiza a gestão da água de maneira imprevidente, sobretudo quando a situação hídrica se torna confortável, e não aprende com as crises hídricas vivenciadas. Relacionada a isto, outra narrativa de fundo perceptível é de que o Estado adota medidas para remediar a crise hídrica ao invés de realizar ações estruturais para evitá-la. Ademais, está presente a ideia de que medidas de estímulo ao uso racional da água somente são implementadas

quando há uma crise hídrica em curso. Há, ainda, a metanarrativa segundo a qual a gestão da crise hídrica é mais pautada por decisões político-eleitorais do que por critérios técnicos. Neste sentido, consta a concepção de que autoridades públicas implementam medidas mais suaves na gestão da crise hídrica num contexto eleitoral e apenas após as eleições adotam medidas impopulares, como a instituição de sobretaxa para consumidores mais perdulários no uso da água. Outra narrativa de fundo verificada é a de que a chuva – e não ações de gestão – é a panaceia para uma crise hídrica. A notícia contém, por fim, o sentido de que as populações mais pobres são as que mais sofrem numa crise deste tipo.

A questão da água é retratada nas três notícias sob a perspectiva do abastecimento urbano. Outra visão em comum nos textos deste episódio da narrativa sobre a crise hídrica de São Paulo é a de que a água é utilizada como capital político em termos eleitorais. O líquido também é posicionado pela *Folha* como razão para conflitos entre diferentes regiões que dependem de um mesmo manancial, como é o caso do Sistema Cantareira, o qual abastece simultaneamente a Grande São Paulo e a Região Metropolitana de Campinas. Especificamente na notícia “Concessão de bônus na conta da Sabesp será mais rígida em 2016” (LOBEL, 2015b), a questão da água também é abordada considerando os recursos hídricos como um elemento dotado de valor econômico por ser um insumo essencial para atividades produtivas.

Nesta análise do Episódio C, em síntese, o principal conflito existente nas três notícias da *Folha de S. Paulo* mencionadas diz respeito ao caráter mais político do que técnico das decisões do governo paulista tanto para instituir quanto para suspender a sobretaxa para os consumidores mais perdulários da SABESP e o bônus para a parcela dos paulistanos que conseguiram reduzir seu consumo de água durante a crise. Também há uma contraposição do Governo do Estado de São Paulo junto com a estatal de saneamento contra a crise hídrica, o que foi materializado por intermédio do bônus e da sobretaxa para desestimular o consumo de água naquele contexto. Por outro lado, a gestão Alckmin e a SABESP ficam em lados contrários em virtude do bônus proposto pelo governo estadual ter causado prejuízo econômico à empresa. O governo paulista também é questionado por Carlos Tadeu de Oliveira, representante da Aliança pela Água e do IDEC, à época do anúncio sobre o fim do bônus e da sobretaxa num contexto de melhora das condições hídrica dos reservatórios que abastecem a Grande São Paulo. Oliveira considerou precipitado o fim das duas medidas para redução do consumo de água por ainda, naquele momento, haver um risco de nova crise hídrica. Também há um confronto entre o Governo do Estado de São Paulo e a população da periferia da RMSP, pois esta parcela da população é retratada como grande vítima do racionamento implementado pela gestão Alckmin.

Por ser a instituição responsável por aplicar o bônus e a sobretaxa nas contas de água da população da Grande São Paulo, a SABESP é a principal personagem deste episódio. A estatal atua principalmente como vilã por não ter adotado medidas tempestivamente para reduzir a dependência do Sistema Cantareira para o abastecimento da RMSP. Além disso, a companhia dificultou a concessão do bônus para a população que economizava água e, depois, suspendeu a medida quando a situação se mostrou mais próxima da normalidade. Por outro lado, a SABESP desempenha heroísmo ao trabalhar para minimizar os efeitos da crise, cobrar sobretaxa de consumidores mais perdulários e planejar o abastecimento emergencial de públicos mais vulneráveis ao racionamento, como escolas e hospitais. Além disso, a empresa de saneamento atua como vítima por ter sofrido prejuízos econômicos causados pela concessão do bônus. Personificado na figura de Geraldo Alckmin, o governo paulista desempenha sua vilania por dificultar a concessão do bônus e pela sua imprevidência na gestão hídrica por não ter buscado fontes de abastecimento alternativas às existentes antes da crise ter se instalado. Alckmin e sua gestão também são negativamente retratados em função do descompasso entre o anúncio do então governante sobre o fim da crise, enquanto parte da população da Grande São Paulo ainda sofria com cortes no fornecimento de água pela SABESP. Alckmin e sua gestão, porém, desempenham um papel heroico por buscarem alternativas à crise, como no caso da instituição do bônus e da sobretaxa. A população da Grande São Paulo, por sua vez, atua especialmente como vítima dos efeitos da crise em seu cotidiano. Os habitantes da região também desempenham seu heroísmo por terem reduzido o consumo de água, dando sua contribuição para a superação do problema. De modo oposto, a parcela da população da Grande São Paulo que não reduziu seu consumo, os “gastões”, desempenha uma função de vilã neste episódio.

Uma das metanarrativas presentes no Episódio C é que o Estado adota ações para remediar uma crise hídrica ao invés de medidas preventivas, o que conota um caráter imprevidente da atuação estatal em termos de gestão de recursos hídricos. Relacionada a esta questão está a concepção de que o Estado não aprende com as crises vivenciadas, já que ações austeras deixam de ser adotadas tão logo a situação volta à normalidade ou se aproxima disso. Outra narrativa de fundo presente nas notícias deste episódio é que a atuação governamental em crises hídricas é mais pautada por critérios políticos do que técnicos, sendo que medidas mais brandas são adotadas antes de processos eleitorais e ações mais severas acabam ficando para depois dos pleitos. A metanarrativa segundo a qual as chuvas são a panaceia para solucionar uma crise hídrica também pode ser verificada, assim como a concepção de que as populações mais pobres são as que mais sofrem com uma crise hídrica.

No Episódio C, a *Folha de S. Paulo* aborda a questão da água predominantemente sob o prisma do abastecimento urbano. O líquido também é retratado neste episódio da narrativa como capital político-eleitoral que pode ser utilizado para evitar a perda de votos ou mesmo o aumento do número de eleitores, conforme as medidas governamentais adotadas para lidar com uma crise hídrica. Ademais, o valor econômico da água também está presente nas notícias analisadas por sua importância como insumo necessário para diversas atividades produtivas. Outro sentido conferido à água no Episódio C diz respeito ao papel central do recurso como fator de conflitos entre diferentes regiões que compartilham um mesmo manancial.

4.4 EPISÓDIO D: BUSCA DE ALTERNATIVAS PARA GARANTIR O ABASTECIMENTO

4.4.1 Parte D1: Volume morto como alternativa à crise hídrica

No contexto da parte “Volume morto como alternativa à crise hídrica”, que integra o episódio “Busca de alternativas para garantir o abastecimento”, quatro notícias da *Folha de S. Paulo* foram selecionadas para esta análise. A primeira delas, com o título “‘Reserva é para ser usada’, diz Alckmin sobre ‘volume morto’ do Cantareira” (SAMPAIO, 2014), foi publicada em 20 de março de 2014, período anterior à utilização da água do fundo dos reservatórios do Sistema Cantareira. Intitulado “Sabesp vai começar a usar reserva emergencial a partir de amanhã; veja” (GERAQUE; SAMPAIO, 2014), o segundo texto foi veiculado em 14 de maio de 2014, véspera do início da utilização desta fonte emergencial de água. A terceira matéria, “Volume morto do sistema Cantareira faz um ano e vira ‘reserva fixa’” (LOBEL, 2015f), foi publicada em 16 de maio de 2015, um ano após o início do bombeamento da água do volume morto do Sistema Cantareira. O quarto e último material jornalístico desta parte do Episódio D consiste na notícia intitulada “Cantareira sai do volume morto após 535 dias e ganha fôlego para 2016” (LOBEL, 2015a), cuja publicação ocorreu em 30 de dezembro de 2015.

A matéria “‘Reserva é para ser usada’, diz Alckmin sobre ‘volume morto’ do Cantareira” (SAMPAIO, 2014) conta a estória das obras da SABESP iniciadas em 17 de março de 2014 para permitir a utilização da água do fundo dos reservatórios do manancial. Publicado três dias depois, o texto destaca pronunciamento do então governador paulista, Geraldo Alckmin, segundo o qual o volume morto deveria ser utilizado em caso de necessidade. Com uma visão oposta, fontes técnicas consultadas pela *Folha* questionaram o uso da água desta reserva do Cantareira sem que antes o governo paulista adotasse outras medidas de gestão de recursos

hídricos, como a instituição de um racionamento de água na Região Metropolitana de São Paulo.

Nesta matéria, a lógica narrativa utilizada pelo jornalista Lucas Sampaio consiste na exposição dos argumentos do então mandatário paulista acerca do possível uso da água do volume morto do Sistema Cantareira. Em seguida, há uma sequência de pontos de vista discordantes sobre a utilização da reserva técnica do manancial, que demonstram uma preocupação concernente ao inédito uso desta água acumulada abaixo do nível de captação adotado pela Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo em condições de normalidade. Esta mudança de perspectiva fica marcada pelo intertítulo “Racionamento”, já que as fontes técnicas ouvidas consideravam a instituição de um racionamento àquela altura como uma medida mais prudente do que o iminente bombeamento da água do volume morto para o abastecimento da Grande São Paulo. Estas fontes de cunho técnico também apontavam o racionamento como uma iniciativa que poderia, até mesmo, evitar a necessidade da utilização desta reserva técnica de água pela SABESP.

O conflito mais perceptível neste texto da *Folha* é entre o governo paulista, representado por Geraldo Alckmin, e especialistas no setor de recursos hídricos, devido às visões diametralmente opostas quanto ao uso da água do volume morto do Sistema Cantareira. Enquanto o então governador paulista via com bons olhos a utilização da reserva técnica como uma ação de curto prazo contra a crise, especialistas – acadêmicos, representante do Consórcio PCJ e promotora pública do Ministério Público do Estado de São Paulo – apontavam para a adoção de um racionamento de água como primeira alternativa a ser tomada justamente para evitar o uso do volume morto. Também há um conflito semântico relativo à expressão usada para definir esta água: “reserva técnica” era utilizada pelo governo paulista, enquanto a *Folha* se referia a este recurso como “volume morto” – expressão que contém uma carga semântica negativa devido à palavra “morto”, que remete a uma água sem vida ou de baixa qualidade.

Geraldo Alckmin é o personagem principal desta estória ao externar sua pretensão de utilizar a água do volume morto do Sistema Cantareira, caso necessário. Até o intertítulo “Racionamento”, o político tem um papel neutro na estória. Todavia, a partir deste ponto, Alckmin tem sua vilania revelada pela contraposição de diversos pontos de vista discordantes quanto ao uso da reserva técnica antes da instituição de um racionamento. Pelo mesmo motivo do ex-governador, o governo paulista e a SABESP também atuam como vilões. Já os acadêmicos Carlos Zuffo, da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), e Rodrigo Moruzzi, da Universidade Estadual Paulista (UNESP), exercem uma função heroica ao questionarem o uso iminente do volume morto. Ambos demonstraram, ainda, prudência ao

indicarem que esta medida deveria ser evitada. Da mesma forma o representante do Consórcio PCJ, José Cezar Saad, e a promotora pública Alexandra Faccioli Martins, do Grupo de Atuação Especial do Meio Ambiente do Ministério Público do Estado de São Paulo (GAEMA/MPSP), são configurados como heróis nesta estória por questionarem a iminente utilização do volume morto. A promotora, por exemplo, alertou: “Quanto mais se avançar no consumo dessa reserva, haverá maior dificuldade na recuperação do sistema.”

Desde o título da matéria, o narrador enfatiza a posição de Geraldo Alckmin sobre o uso do volume morto, o que fica marcado pelo trecho “Reserva é para ser usada”. Esta ideia é reforçada pela frase “Reserva é exatamente para ser usada em momentos que você precisa. Senão não tem sentido”, dita pelo ex-governador e mencionada no texto pelo jornalista Lucas Sampaio. A contraposição a esta perspectiva fica evidente nas falas das fontes contrárias ao uso do volume morto, o que pode ser exemplificado por dois posicionamentos de Saad. Num primeiro momento, o representante do Consórcio PCJ afirma que “O ideal seria adotar o racionamento, sem dúvida. O governo do Estado conta com essa carta na manga [o ‘volume morto’], mas ela não deveria ser utilizada”. Numa segunda frase, Saad alerta para os riscos da reserva do fundo dos reservatórios do Cantareira: “É um risco muito grande a utilização do ‘volume morto’. Dependendo da quantidade de chuva [que cair nos próximos meses] e do volume utilizado, o sistema Cantareira pode nunca mais se recuperar como um todo.”

Esta matéria possui como principal metanarrativa a ideia de que o Estado é imprevidente na gestão de recursos hídricos, sendo que deveria dar exemplo de precaução para a sociedade. Ainda neste sentido, é possível perceber no texto a concepção de que numa crise hídrica a prudência na gestão da água deve prevalecer. Há, também, a narrativa de fundo segundo a qual os gestores públicos evitam medidas impopulares num contexto de crise hídrica, como o racionamento de água, para minimizar impactos eleitorais negativos. Destarte, fica evidente que tais decisões têm um viés político que se sobrepõe a critérios técnicos para a tomada de decisão. Outra metanarrativa é a de que, quando falta água, a solução é buscar novas fontes hídricas em vez de medidas de conservação dos mananciais e estímulo ao uso racional do líquido, por exemplo. Esta abordagem de aumento da oferta hídrica conota uma percepção da água como fonte inesgotável.

A notícia “Sabesp vai começar a usar reserva emergencial a partir de amanhã; veja” (GERAQUE; SAMPAIO, 2014) conta a estória do uso da água do volume morto pela Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo a partir de 15 de maio de 2014. Conforme o governo estadual, a previsão era que a reserva técnica assegurasse o abastecimento da Grande São Paulo até março de 2015. Segundo o texto, a Agência Nacional de Águas,

representada pelo então diretor-presidente, Vicente Andreu, questionou esta estimativa ao afirmar que este volume de água adicional poderia atender a população da RMSP somente até novembro de 2014.

Esta notícia tem sua lógica narrativa baseada inicialmente na informação de que o uso do volume morto começaria já em 15 de maio de 2014, dia seguinte à publicação do texto. A partir de então, há uma sequência de posicionamentos do então diretor-presidente da ANA contendo questionamentos quanto ao uso da água da reserva técnica. Também há uma lógica de prestação de serviço ao leitor evidenciada por vídeo e infográfico contendo informações detalhadas e simplificadas sobre o volume morto.

O principal conflito que permeia esta matéria é a contraposição da visão da ANA e do governo paulista acerca do uso da água do fundo dos reservatórios do Sistema Cantareira. Diferentemente do Governo do Estado de São Paulo, a Agência Nacional de Águas pediu precaução na gestão da crise e demonstrou preocupação quanto à comunicação junto à sociedade, iniciativa que deveria estimular a redução no consumo de água pela população da RMSP e informar a real gravidade do quadro. Com menor relevância, existe o conflito entre o governo paulista e a crise hídrica, devido às ações governamentais para solucionar o problema.

Com um papel heroico, o então diretor-presidente da ANA, Vicente Andreu, é o personagem principal desta notícia da *Folha de S. Paulo* por difundir a prudência na gestão da crise hídrica e na utilização do volume morto do Sistema Cantareira. O dirigente também alertou para a necessidade de se estimular a redução do consumo de água por parte da população da Região Metropolitana de São Paulo. A Agência Nacional de Águas desempenha um papel de heroína ao questionar previsões do governo paulista referentes ao uso do volume morto. Por sua vez, o governo de Alckmin desponta como vilão por adotar medidas supostamente imprudentes na condução da crise hídrica.

Os jornalistas Eduardo Geraque e Lucas Sampaio utilizam a estratégia argumentativa de contrapor estimativas do governo paulista e da ANA relativas à capacidade que o volume morto do Cantareira teria para suprir as demandas de água da população da Grande São Paulo abastecida pelo manancial. Ademais, os narradores enfatizam a posição mais cautelosa da Agência Nacional de Águas quanto à gestão da crise, o que fica claro em frase do então diretor-presidente da ANA: “Não sabemos quando essa crise hídrica vai acabar, então temos de nos preparar para o pior cenário possível.” A utilização de infográficos confere didatismo a um tema de natureza técnica, bem como a disponibilização de um vídeo no qual o repórter Geraque explica o que é o volume morto e como o governo paulista poderia utilizá-lo, além dos benefícios e malefícios da medida.

Destaca-se a metanarrativa de que diferentes esferas de governo – federal e estadual – não se entendem sobre a gestão de uma crise hídrica. A narrativa de fundo segundo a qual a prudência na gestão da água deve prevalecer numa situação de crise, para minimizar riscos de desabastecimento, também está presente. Outra ideia perceptível é a de que o próprio Estado é imprevidente na gestão de recursos hídricos. Consta do texto, ainda, a concepção governamental de que em crises hídricas a solução é buscar novas fontes de abastecimento, em vez de estimular o uso racional da água, o que transmite a sensação de que a água é um recurso inesgotável que sempre pode ser obtido, mesmo que em lugares mais distantes.

A notícia intitulada “Volume morto do sistema Cantareira faz um ano e vira ‘reserva fixa’” (LOBEL, 2015f) conta como a crise hídrica na Grande São Paulo teve início e o que levou a população local a incorporar o termo “volume morto” ao seu vocabulário cotidiano. O texto também aborda como a situação hídrica se agravou a ponto de ter levado a SABESP a utilizar a reserva técnica do Sistema Cantareira. Esta estória também conta como esta solução inicialmente provisória se tornou quase permanente, pois já estava em uso há um ano naquele momento e não tinha previsão de término. Esta mudança de estado fica clara pelo uso do verbo “vira” no título da matéria.

Neste texto, o repórter Fabrício Lobel subverte a lógica da pirâmide invertida ao contar cronologicamente a estória sobre o uso do volume morto desde o início de 2014 até maio de 2015, momento em que a utilização da água do fundo dos reservatórios do Sistema Cantareira completava um ano. O jornalista também se utiliza de uma relação de causa e consequência que levou à situação contada. A partir do intertítulo “A crise”, Lobel dá uma guinada ao passado para explicar os fatores que culminaram na crise hídrica e explica os temores que existiam em maio de 2014, quando do início da utilização do volume morto para o abastecimento da Grande São Paulo. Por fim, há uma visão prospectiva de um empresário afetado pela crise, o qual esperava o retorno das chuvas para normalização do quadro.

Esta notícia tem como conflito mais aparente as ações do governo paulista e da SABESP contra a crise hídrica. A busca de alternativas técnicas para captar a água do fundo das represas do Sistema Cantareira evidencia tal embate. O texto também coloca em lados opostos um empresário, dono de uma marina às margens de reservatório do Cantareira, impactado pelos prejuízos da escassez de água, e a crise hídrica responsável pela situação. Outra contraposição existente é entre o caráter provisório da utilização do volume morto e o fato desta solução ter se tornado quase que perene, haja vista não tinha prazo para acabar até então. Além disso, o material brevemente destaca o embate semântico proposto pela gestão Alckmin ao utilizar o termo “reserva técnica” em vez de “volume morto” de modo a evitar possíveis danos políticos

decorrentes de uma expressão supostamente de cunho negativo sobretudo por conta da palavra “morto”.

Nesta matéria, a grande vilã é a crise hídrica, sendo que a SABESP desponta como heroína que buscou soluções técnicas para utilizar a água do fundo dos reservatórios do Sistema Cantareira a fim de manter o abastecimento da Grande São Paulo durante aquela situação crítica. Também com um viés heroico, o volume morto do manancial aparece como solução para a crise. Já o governo paulista atua nesta estória de modo neutro e como coadjuvante que estava num impasse sobre até quando precisaria recorrer ao volume morto. Outro coadjuvante é o empresário Sidney Trindade, que afirmou esperar o retorno das chuvas para voltar a lucrar com sua pousada e sua marina na região do principal manancial da RMSP.

A estratégia argumentativa do narrador é calcada nas razões que transformaram o uso do volume morto numa “reserva fixa”, como o repórter Fabrício Lobel enfatiza a partir do título da notícia. Ademais, o texto possui um caráter explicativo, o que pode ser percebido em infográfico que detalhou como funcionava o bombeamento da água do volume morto para que o líquido pudesse atingir o nível necessário para sua captação e transporte até a estação de tratamento da SABESP. Também há um caráter retrospectivo, sendo que o narrador relembra seus leitores sobre como a Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo operacionalizou a captação da reserva técnica, algo inédito para a empresa até então. Outra ativação da memória do público se refere ao contexto que levou à naturalização do termo “volume morto” pela população da Grande São Paulo.

Nesta matéria está presente a metanarrativa segundo a qual a falta de planejamento dos gestores públicos quanto à gestão de recursos hídricos transforma alternativas que seriam inicialmente provisórias em soluções perenes. A narrativa de fundo de que uma crise hídrica força os gestores públicos a procurar novas alternativas para garantir o abastecimento público, especialmente a busca por novos mananciais, remete a uma percepção da água como recurso infundável. Outra metanarrativa contida nesta estória diz respeito à chuva como panaceia para uma crise hídrica, ou seja, com o retorno das chuvas a crise automaticamente acaba. Também consta da matéria a ideia de que os gestores públicos jogam com as palavras para suavizar a gravidade de uma crise hídrica, como é o caso da utilização da expressão “reserva técnica” em vez de “volume morto” pelo Governo do Estado de São Paulo. Ao término do texto, fica latente a metanarrativa segundo a qual a população mais carente é a que mais sofre com impactos de uma crise hídrica.

A notícia “Cantareira sai do volume morto após 535 dias e ganha fôlego para 2016” (LOBEL, 2015a) aborda o fim do uso da água do fundo dos reservatórios do Sistema Cantareira

em 30 de dezembro de 2015, quase um ano e meio após o início do bombeamento desta reserva emergencial de água utilizada para abastecer a Grande São Paulo. Nesta matéria o governo paulista comemorou uma suposta virada na crise hídrica, enquanto ambientalistas olharam para o novo quadro com ceticismo em virtude de uma perspectiva de mudanças climáticas cada vez mais intensas. O texto explica, ainda, que a volta do uso apenas do volume útil do Cantareira, captado naturalmente por meio da gravidade, não representava o fim do racionamento na Região Metropolitana de São Paulo. Nesta estória o repórter Fabrício Lobel também conta o histórico da inédita utilização do volume morto pela gestão Alckmin como medida emergencial para manter o abastecimento da Grande São Paulo, ação que começou com um conjunto de bombas para captação da água e terminou com dois conjuntos desses equipamentos. Segundo o texto, a iniciativa do governo paulista foi inicialmente criticada por especialistas devido ao risco de “secar” o Sistema Cantareira permanentemente, mas acabou se mostrando uma opção que contribuiu para evitar o colapso do abastecimento da capital paulista. Além do uso do volume morto, também são mencionadas outras ações adotadas na condução da crise hídrica, como a redução de pressão na rede de distribuição de água da SABESP e a utilização de outros mananciais para o atendimento de parte da população anteriormente abastecida pelo Cantareira, o que reduziu a utilização da água do principal sistema de abastecimento de São Paulo. Lobel conta, ainda, que foi instituída uma sobretaxa para punir consumidores que aumentassem seu consumo durante a crise, mas tal medida impopular ocorreu apenas no fim de 2014, após as eleições que reconduziram Geraldo Alckmin para o cargo de governador paulista. Por fim, as chuvas que caíram no Estado de São Paulo em 2015 são apontadas como outro fator para a melhora da situação do Sistema Cantareira naquele momento.

Esta notícia foi elaborada a partir da melhora das condições de armazenamento de água do Cantareira, o que permitiu o fim da dependência do uso do volume morto de suas represas. Na sequência, o repórter Fabrício Lobel explica o que é o volume morto e sua capacidade de armazenamento de água: 1,3 trilhão de litros. O jornalista apresenta, ainda, visões divergentes do governo paulista e de ambientalistas acerca dos prognósticos sobre as condições climáticas para o Estado de São Paulo daquele momento, dezembro de 2015, em diante. O jornalista da *Folha* conduz o texto com um histórico sobre a evolução do uso do volume morto, conforme a crise hídrica se agravava. Em seguida há uma abordagem sobre críticas de especialistas ao uso do volume morto e os riscos da medida à existência do manancial. A estória continua com a importância desta medida para ter evitado o colapso do abastecimento da Grande São Paulo, bem como a iniciativa de reduzir a população atendida pelo Cantareira, o que se deu mediante o remanejamento de águas de outros mananciais. Neste sentido, a matéria também focaliza a

medida de redução de pressão na rede de distribuição de água da SABESP, a qual deixou milhares de pessoas sem água principalmente nas áreas mais periféricas da capital paulista. Após este ponto o texto enfatiza a influência das eleições de 2014 sobre a gestão da crise hídrica pela gestão Alckmin, sendo que, logo após o período eleitoral, o Governo do Estado de São Paulo implementou a sobretaxa para punir consumidores de água que não reduzissem seu consumo. Lobel termina a matéria informando que as chuvas que caíram em 2015 contribuíram para melhorar o volume acumulado no Sistema Cantareira, deixando clara a dependência das chuvas para que a gestão Alckmin não viesse a recorrer novamente ao volume morto para assegurar o abastecimento da Grande São Paulo.

Nesta matéria há diversos conflitos perceptíveis. Um deles é entre o governo paulista e ambientalistas, pois enquanto a gestão Alckmin olhava com otimismo para o fim da dependência do volume morto e a melhora das condições climáticas no Estado de São Paulo, ambientalistas afirmavam com pessimismo que a crise hídrica de São Paulo seria apenas um prenúncio de um clima ainda mais extremo. Outro embate é semântico, pois enquanto o governo estadual utilizava a expressão “reserva técnica” para se referir à água do fundo dos reservatórios do Cantareira, o termo utilizado popularmente e pela *Folha de S. Paulo* era “volume morto”. Esta nomenclatura era evitada pela gestão Alckmin por conter na palavra “morto” uma carga semântica negativa que poderia indicar que aquela água seria estéril ou com má qualidade. Há, também, a contraposição entre o Governo do Estado de São Paulo e a população da RMSP, já que haveria a continuidade do racionamento mesmo com uma melhora do volume acumulado nos reservatórios do Sistema Cantareira.

Especialmente no tocante à população mais pobre, a que mais teve interrupções no abastecimento de água segundo o texto, este conflito fica ainda mais latente. Em outra linha, há o embate do governo paulista e da SABESP contra a crise hídrica em si, o que fica manifesto em função das ações empreendidas para o enfrentamento da situação, como o uso do volume morto, a redução de pressão de água na rede de distribuição da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo e a instituição de bônus e sobretaxa para desestimular tanto o consumo quanto o desperdício do líquido. Especialistas em saneamento e recursos hídricos também são contrapostos à gestão Alckmin nesta estória, visto que criticavam o uso do volume morto devido ao risco de exaurir o manancial de modo quase que irreversível. Por outro lado, o narrador enfatiza a medida como uma das soluções para o abastecimento da Região Metropolitana de São Paulo durante a crise. Por fim, há um conflito entre o caráter eleitoral das medidas de gestão da crise adotada pelo governo estadual e o caráter técnico das ações implementadas, já que medidas impopulares, como a instituição de sobretaxa para os usuários

mais perdulários da água fornecida pela SABESP, somente foram adotadas após a reeleição de Geraldo Alckmin ao cargo de governador paulista.

Tanto Alckmin quanto o Governo do Estado de São Paulo desempenham papéis dúbios nesta estória, já que são heróis por terem implementado medidas de enfrentamento à crise hídrica e concomitantemente são vilões por terem adotado ações controversas, como a instituição de sobretaxa para punir consumidores de água chamados por Alckmin de “gastões” apenas após o então governador já ter sua reeleição assegurada. A SABESP também é heroína e vilã. Positivamente, a empresa estatal, por meio de seus empregados, aparece na notícia buscando alternativas técnicas para conseguir captar a água do volume morto do Cantareira. Negativamente, a Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo tem suas falhas evidenciadas, como é o caso do seguinte trecho a respeito dos motivos que levaram à redução da pressão de água em sua rede de distribuição: “O objetivo dessa manobra é diminuir a água perdida nos inúmeros vazamentos na rede da Sabesp (estima-se que 19% da água tratada da Sabesp se perca por essas falhas).” Tanto a crise hídrica quanto as mudanças climáticas aparecem como vilãs nesta estória. Ambos os fenômenos colocam a população paulista como vítima da situação, papel também exercido pelo próprio Sistema Cantareira. Já os ambientalistas e especialistas citados realizam uma função de contraponto técnico às visões expressas pelo Governo do Estado de São Paulo sobre a crise e as mudanças climáticas.

O narrador utiliza a estratégia argumentativa de contrapor visões divergentes à da gestão Alckmin. Além disso, o repórter Fabrício Lobel se utiliza de expressões para facilitar o entendimento dos leitores sobre o tema, como no caso de “poupança da água” para explicar que a SABESP ainda precisaria deixar o Sistema Cantareira acumular mais água para, daí, poder suspender o rodízio no abastecimento. O jornalista também personifica o manancial no título da notícia ao mencionar que o Cantareira “ganha fôlego” para 2016. Em outro sentido, o narrador se faz presente ao emitir uma opinião sobre a importância do uso do volume morto no seguinte trecho “De qualquer forma, caso o volume não fosse explorado, cerca de 8 milhões de pessoas ficariam sem água em São Paulo”. De modo didático, Lobel traça uma retrospectiva para situar seu leitor sobre o contexto que levou ao agravamento da crise hídrica e à melhora que fez com que o Cantareira tivesse saído do volume morto naquele momento. Fotos são utilizadas para reforçar a noção de que o manancial estava se recuperando do período mais seco de sua história.

Nesta matéria fica clara a metanarrativa de que, quando falta água, a única alternativa que resta ao Estado é buscar novas fontes de abastecimento, sendo que consta desta estória a noção de que em crises hídricas são adotadas medidas paliativas ao invés de ações estruturais para

solucionar o problema. A chuva, contudo, ainda é vista como principal solução para a escassez de recursos hídricos, o que pode ser verificado no trecho “É possível, no entanto, que em 2016, a Sabesp tenha que voltar a recorrer a essa porção de água. Tudo depende da atual estação chuvosa”. Outra noção presente na notícia diz respeito às mudanças climáticas, que são citadas como um novo fator a ser considerado na gestão de recursos hídricos. Nesta linha de pensamento, também é possível identificar a narrativa de fundo segundo a qual a gestão da água numa crise hídrica é mais pautada por critérios políticos do que técnicos, o que fica claro em “Após a eleição, já no final de 2014, a Sabesp e a gestão Alckmin decidiram instaurar uma política que punisse moradores da Grande São Paulo que aumentasse [sic] o consumo de água, medida considerada impopular”. Este trecho também evidencia a metanarrativa de que gestores públicos implementam medidas suaves para solucionar uma crise hídrica antes de processos eleitorais, sendo que apenas depois dos pleitos acabam adotando medidas consideradas impopulares, tais como sobretaxas, aumentos de tarifas ou mesmo racionamentos. O texto contém, ainda, a concepção de que os gestores públicos jogam com as palavras para minimizar a gravidade de problemas complexos, como uma crise hídrica – esta questão é perceptível pelo uso da expressão “rodízio” em vez de “racionamento” pela gestão Alckmin para se referir à irregularidade no fornecimento de água para os paulistanos e demais habitantes, especialmente os que vivem nas regiões mais altas e periféricas da Grande São Paulo. Daí decorre a narrativa de fundo segundo a qual os mais pobres são os que mais sofrem com uma crise hídrica. Outra ideia presente nesta estória contada por Fabrício Lobel é que a população precisa de estímulos econômicos – como bônus e sobretaxa – para economizar água. Há, ainda, a noção de que o Estado também desperdiça água e dá um mau exemplo nesse sentido, como na citação dos “inúmeros vazamentos na rede da Sabesp”.

Nas quatro notícias que integram esta parte do episódio “Busca de alternativas para garantir o abastecimento”, a questão da água é abordada predominantemente por um prisma de abastecimento urbano, sendo que fica clara a noção de que a solução para a crise hídrica está na busca por água em novos mananciais ou mesmo no fundo dos reservatórios disponíveis. Esta perspectiva utilitária da água considera o recurso como algo inesgotável, pois há uma concepção de que, quando ele acaba numa região, basta procurá-lo em outros lugares. O líquido também é colocado na Parte 1 do Episódio D como um instrumento político que pode ser utilizado para fins eleitorais. Ademais, no texto intitulado “Sabesp vai começar a usar reserva emergencial a partir de amanhã; veja” (GERAQUE; SAMPAIO, 2014), há um tratamento da questão da água considerando o líquido como recurso essencial para diferentes atividades econômicas, como

indústria e agricultura – ou seja, transcende à visão da água apenas como insumo necessário para o abastecimento urbano.

Ao concluir a análise do Episódio D, em síntese, percebe-se que um dos principais conflitos verificados dentre as quatro notícias analisadas é semântico, já que o governo paulista e seus representantes insistiam em utilizar a expressão “reserva técnica” em vez de “volume morto” com o intuito de evitar o uso de um termo com sentido negativo em virtude da palavra “morto”, que poderia indicar uma água estéril ou inutilizável. Outro conflito significativo no episódio “Busca de alternativas para garantir abastecimento” é travado entre a gestão Alckmin e especialistas diversos, que questionaram o uso do volume morto do Sistema Cantareira como primeira opção de solução à crise, sem antes haver outras medidas, como um racionamento. Especificamente ambientalistas pontuaram a possibilidade de que a crise hídrica seria apenas um prenúncio de um clima cada vez mais extremo, devido às mudanças climáticas, enquanto o Governo do Estado de São Paulo considerava a crise encerrada. Tanto a gestão estadual quanto a SABESP se contrapõem à crise hídrica da Grande São Paulo por meio de ações de enfrentamento da situação, como o uso do volume morto dos reservatórios do Sistema Cantareira. Mais uma vez, estão presentes os seguintes conflitos: os critérios mais políticos do que técnicos na tomada de decisão da gestão Alckmin para solucionar a crise e a contraposição entre o governo paulista e a população da Grande São Paulo afetada pelo rodízio no fornecimento de água, principalmente a parcela mais pobre dos habitantes da metrópole. Outro confronto identificado é entre o Governo do Estado de São Paulo e a ANA, que cobrava mais transparência da gestão estadual para informar a população devidamente sobre a gravidade da crise.

No Episódio D, o governo paulista, Alckmin e a SABESP são os principais personagens e desempenham simultaneamente as funções de heróis e vilões. Os três desempenham um papel de vilões por terem utilizado o volume morto do Sistema Cantareira antes mesmo de tentarem outras medidas menos arriscadas, como a instituição de um racionamento. Tal imprudência também retrata Alckmin e seu governo como antagonistas, assim como a decisão de se instituir a sobretaxa para os consumidores “gastões” apenas depois da reeleição do político para o Palácio dos Bandeirantes. À SABESP também é atribuída vilania pelas suas falhas na prestação do serviço de abastecimento, como vazamentos em suas redes de distribuição. Por outro lado, Geraldo Alckmin e sua gestão exercem uma função heroica por terem concedido bônus para os consumidores que economizassem água durante a crise e por terem buscado soluções para reestabelecer o abastecimento da RMS. A companhia de saneamento também tem um viés de heroína por ter buscado soluções técnicas para utilizar a água do volume morto do Cantareira.

Por intermédio de seu então diretor-presidente, Vicente Andreu, a ANA tem uma atuação heroica ao pedir por mais prudência e transparência na condução da crise hídrica pelo Governo do Estado de São Paulo, bem como questionar previsões da gestão Alckmin concernentes ao uso do volume morto. Diversos personagens exercem um papel heroico ao questionarem o governo paulista quanto ao uso da água do fundo dos reservatórios do Sistema Cantareira antes de outras medidas mais prudentes no bojo da crise hídrica, como a instituição de racionamento de água na Grande São Paulo. O professor da UNICAMP Carlos Zuffo, a promotora do MPSP Alexandra Faccioli e José Cezar Saad, representante do Consórcio PCJ, são exemplos de personagens que criticam o uso do volume morto como primeira alternativa. Mais uma vez, a população da RMSP desempenha a função de vítima da crise hídrica, devido ao intermitente abastecimento de água.

Neste episódio a principal metanarrativa presente é a de que em crises hídricas a solução é buscar novos mananciais em vez de se estimular medidas de conservação dos mananciais ou de uso racional da água. Outra narrativa de fundo perceptível nas notícias analisadas se refere à chuva como panaceia para solucionar a crise hídrica da Grande São Paulo. No Episódio D, também há uma concepção de que o Estado é imprevidente na gestão de recursos hídricos por não prevenir crises dessa natureza. Relacionada a isso, pode ser verificada a metanarrativa de que a prudência na gestão da água deve prevalecer em contextos de crise hídrica. A narrativa de fundo segundo a qual critérios políticos se sobrepõem a critérios técnicos na tomada de decisão quanto a uma crise hídrica também se faz presente no Episódio D, bem como a concepção de que gestores públicos jogam com as palavras para atenuar a gravidade de uma crise hídrica ao usarem eufemismos, como “reserva técnica” ou “rodízio”, em vez de “volume morto” e “acionamento” respectivamente. Mais uma vez, a metanarrativa de que a população mais pobre é a que mais sofre com uma crise hídrica pode ser verificada nesta narrativa da *Folha* sobre a crise hídrica da Grande São Paulo.

A questão da água é retratada nas quatro notícias desta parte do Episódio D fundamentalmente como um insumo para o abastecimento urbano da Grande São Paulo. Também consta dos materiais analisados uma concepção de que a solução para uma crise hídrica está na busca por novas fontes de abastecimento, mesmo que seja a água do fundo dos reservatórios já existentes. Em menor escala, a *Folha de S. Paulo* também retrata o líquido como recurso necessário para o desenvolvimento de atividades econômicas, como a agricultura e a produção industrial. Além disso, a questão da água é abordada considerando o líquido como instrumento que pode ser utilizado positiva ou negativamente para fins político-eleitorais num contexto de crise hídrica.

4.5 EPISÓDIO E: ESCASSEZ DE ÁGUA NA AGENDA POLÍTICA

4.5.1 Parte E2: Interligação do Sistema Cantareira com a bacia hidrográfica do rio Paraíba do Sul

A parte “Interligação do Sistema Cantareira com a bacia hidrográfica do rio Paraíba do Sul”, que integra o episódio “Escassez de água na agenda política”, possui três notícias selecionadas. A primeira delas foi publicada pela *Folha de S. Paulo* em 21 de março de 2014 com o título “Cabral volta a dizer que ‘não vai tolerar nada’ que afete abastecimento do Rio” (NALON, 2014). Na sequência vem a matéria “Governador do Rio diz que acatará decisão para transpor Paraíba do Sul” (HAUBERT, 2014), veiculada em 5 de novembro de 2014. O terceiro e último material analisado, cuja publicação aconteceu em 10 de dezembro de 2015, é intitulado “SP, MG e RJ fecham acordo de gestão do rio Paraíba do Sul para beneficiar Cantareira” (FALCÃO, 2015). Esta estória conta o desfecho desta narrativa terciária.

A notícia “Cabral volta a dizer que ‘não vai tolerar nada’ que afete abastecimento do Rio” (NALON, 2014) veicula posicionamentos do então governador fluminense, Sérgio Cabral, contrários à transposição de águas do rio Paraíba do Sul para abastecer a Região Metropolitana de São Paulo. As declarações foram dadas em 21 de março de 2014 após uma reunião no Palácio do Planalto entre Cabral e a então presidente da República, Dilma Rousseff, sobre o tema. No texto, Cabral cita a importância de um debate técnico entre a União e os Estados do Rio de Janeiro e de São Paulo quanto à tomada de decisão sobre a transposição do rio Paraíba do Sul, que corta as duas unidades da Federação. Na sequência, há opiniões de acadêmicos com conhecimento em recursos hídricos, sendo que um deles minimiza os impactos deste desvio de água para o abastecimento da Grande São Paulo, enquanto o outro especialista aponta para o temor dos fluminenses relativo à possível redução do volume de água do Paraíba do Sul a ser disponibilizado para os municípios do Estado do Rio de Janeiro abastecidos pelo manancial, como sua capital.

Tai Nalon, narrador desta estória, aborda o posicionamento radicalmente contrário à transposição do Paraíba do Sul por parte do então governador fluminense, Sérgio Cabral, sob a justificativa de que tal intervenção no curso d’água prejudicaria o abastecimento do Grande Rio. Contudo, as falas do político são contraditoriamente atenuadas por declarações que abrem a possibilidade de uma parceria entre Cabral e o então governador paulista, Geraldo Alckmin, na busca conjunta de solução para a crise hídrica da Grande São Paulo. O repórter da *Folha*

também expõe a importância do Paraíba do Sul para o abastecimento de 15 milhões de fluminenses, sendo 11 milhões apenas na cidade do Rio de Janeiro. Em seguida, há uma parte dedicada a tratar da discussão técnica sobre a transposição entre os governos de São Paulo e do Rio de Janeiro, sob mediação da União, e acerca da seriedade que este assunto demandava. Ao término do texto, Nalon expõe a visão do professor da Universidade de São Paulo (USP) Rubem Porto, que minimizou os impactos da transposição para o rio Paraíba do Sul. Outro professor que tem voz é Paulo Ferreira, da Universidade Presbiteriana Mackenzie, segundo o qual a medida gerava temor na população fluminense, pois futuramente poderia ensejar a retirada de uma vazão maior do que a inicialmente prevista: 5 metros cúbicos por segundo (m^3/s). Encerra o texto a conclusão em comum dos acadêmicos de que a transposição seria uma medida paliativa para solucionar o abastecimento da Grande São Paulo.

O grande conflito evidenciado por esta estória diz respeito à disputa entre Rio de Janeiro e São Paulo quanto às águas do rio Paraíba do Sul, que tem sua bacia hidrográfica localizada nos dois estados e em Minas Gerais. O então governador fluminense, Sérgio Cabral, faz uma série de declarações incisivamente contrárias à proposta de transposição do Paraíba do Sul feita pelo Governo do Estado de São Paulo. Também está presente o conflito entre a adoção de medidas paliativas, ao invés de medidas estruturais, para evitar a crise hídrica por parte da gestão Alckmin. Também há um conflito entre critérios técnicos e políticos para a tomada de decisão sobre a transposição, pois a definição desta medida com base técnica é apontada por Cabral como um pré-requisito primordial para a execução da obra.

Por aparentemente defender os interesses da população fluminense quanto ao abastecimento de água, Sérgio Cabral possui um papel heroico do ponto de vista de quem mora no Rio de Janeiro, sendo que seu papel pode ser exatamente o oposto pelo prisma de quem reside em São Paulo. Mesmo com um papel de coadjuvante nesta notícia, Geraldo Alckmin pode ser visto como vilão pelos fluminenses e como herói pelos paulistas por querer retirar água do Paraíba do Sul para abastecer a Grande São Paulo, que naquele momento já enfrentava crise hídrica. A Agência Nacional de Águas é apresentada como heroína por ter a capacidade de apresentar uma solução técnica para o impasse sobre a transposição, assim como a Presidência da República assume um papel de mediadora do conflito entre os estados pelo uso da água do rio. Os acadêmicos Rubem Porto e Paulo Ferreira atuam como fontes especializadas no tema e que apresentam visões divergentes sobre os impactos da intervenção no rio Paraíba do Sul, mas concordam ao afirmar que tal medida teria caráter paliativo para garantir o abastecimento da RMSP.

Desde o título e no decorrer do texto, o repórter utiliza largamente frases do então governador fluminense, Sérgio Cabral, que expõem a intransigência do político a respeito da transposição do Paraíba do Sul para abastecer a Grande São Paulo. Um exemplo disso é o seguinte pronunciamento de Cabral: “Eu já deixei clara a nossa posição: nada que afete o abastecimento de água do Rio de Janeiro, nada, nada, uma gota sequer, nós vamos tolerar. Não há possibilidade.” Ainda por meio de frases do político fluminense, o narrador enfatiza a sensibilidade deste tema. É o caso dos trechos “Esse é um assunto muito sério” e “[...] isso não é uma matéria fácil, é uma matéria delicada”. Esta estória contém, ainda, visões acadêmicas distintas sobre os impactos da transposição, o que permite ao leitor perceber a complexidade da questão.

A metanarrativa mais clara nesta notícia é a de que numa crise hídrica acontecem conflitos entre doadores e receptores de água – sejam eles estados ou municípios. Portanto, cada qual pensa primeiramente em suas necessidades hídricas, o que conota falta de solidariedade. Outra narrativa de fundo é a de que num conflito pelo uso da água é preciso haver um mediador para solucionar a situação. Relacionada a isto está a ideia de que uma crise hídrica repercute no cenário político, envolvendo até mesmo as maiores autoridades do País. A metanarrativa de que a gestão de recursos hídricos deve ser pautada por questões técnicas também está evidente. Em outro sentido, fica clara a narrativa de fundo de que o Estado adota medidas para remediar uma crise hídrica ao invés de realizar ações estruturais para evitá-la, sendo que a solução apontada para resolver o problema é buscar novas fontes de água cada vez mais distantes, o que remete a uma percepção da água como bem inesgotável que pode ser obtido em outras regiões sempre que falta localmente.

Na notícia “Governador do Rio diz que acatará decisão para transpor Paraíba do Sul” (HAUBERT, 2014), a repórter Mariana Haubert conta a estória segundo a qual o então governador do Rio de Janeiro, Luiz Fernando Pezão, afirmou em 5 de novembro de 2014 que acataria a decisão da ANA sobre a transposição das águas do rio Paraíba do Sul para o Sistema Cantareira. Segundo o texto, ao sair de reunião com a então presidente da República, Dilma Rousseff, Pezão negou que estivesse em andamento um conflito com o então governador paulista, Geraldo Alckmin, pelo uso da água do Paraíba do Sul – principal manancial do Estado do Rio de Janeiro – para o abastecimento da Região Metropolitana de São Paulo. O então governador fluminense também enfatizou que o uso prioritário da água do Paraíba do Sul naquele momento era para abastecimento e não mais para geração de energia hidrelétrica.

A lógica desta matéria parte de declaração de Luiz Fernando Pezão segundo a qual acataria a decisão da Agência Nacional de Águas sobre a viabilidade técnica da transposição

do rio Paraíba do Sul para o Sistema Cantareira. Na sequência, é mencionada fala do então diretor-presidente da ANA, Vicente Andreu, durante a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da SABESP sobre a viabilidade da obra. Em seguida, a notícia enfatiza a polêmica envolvendo a retirada de água do maior manancial para abastecimento do Rio de Janeiro a fim de atender o Sistema Cantareira, maior fonte hídrica da Grande São Paulo. Sobre encontro entre Rouseff e Pezão, o então governador fluminense rechaça que a questão da transposição tivesse sido discutida entre ambos. No texto, o político também nega um conflito com o então governador paulista quanto ao uso das águas do rio Paraíba do Sul, destacando a parceria entre ambos e a atuação conjunta com órgãos federais responsáveis pela regulação das águas do manancial. A lógica narrativa do texto segue com fala de Pezão acerca da importância do Paraíba do Sul para o abastecimento do Estado do Rio de Janeiro e sua capital. A jornalista da *Folha* aborda, ainda, a mudança de postura sobre a transposição na comparação entre o tom conciliador de Pezão e o tom conflituoso adotado pelo antecessor Sérgio Cabral.

Basicamente está presente o conflito pelo uso da água do rio Paraíba do Sul pelas duas maiores metrópoles brasileiras, São Paulo e Rio de Janeiro, representadas pelos governadores de ambos os estados. Este ponto fica claro no seguinte trecho: “Questionado se continuaria brigando com São Paulo pela decisão de transpor as águas ou não, Pezão disse não estar brigando com ninguém.” Entretanto, a amenização deste embate também é destacada em “O tom adotado por Pezão hoje é mais conciliador do que o de tempos atrás”. Consta deste texto, ainda, o conflito pelo uso das águas do Paraíba do Sul para as finalidades de geração hidrelétrica e de abastecimento, sendo que Pezão afirmou que a principal finalidade do rio passara a ser o abastecimento.

O então governador fluminense, Luiz Fernando Pezão, é o personagem principal desta estória e desempenha um papel de herói ao adotar um tom conciliador quanto à transposição do rio Paraíba do Sul para o Sistema Cantareira. A ANA também exerce um papel heroico ao contribuir tecnicamente para a mediação entre os governos paulista e fluminense, declarando a viabilidade da transposição das águas para a represa Jaguari²¹, na bacia hidrográfica do Paraíba do Sul, que seria interligada ao reservatório Atibainha, no Sistema Cantareira. No caso de Geraldo Alckmin, seu papel é neutro e se resume à proposta de transposição do Paraíba do Sul para o Sistema Cantareira apresentada. Por outro lado, o vilão desta estória é o ex-governador fluminense, Sérgio Cabral, que antes de Pezão adotou um tom beligerante com São Paulo ao afirmar que jamais permitiria a retirada de água do povo fluminense. A população do Estado

²¹ Esta represa fica na calha do rio Jaguari, que é afluente do rio Paraíba do Sul. Portanto este reservatório Jaguari é diferente do homônimo que faz parte do Sistema Cantareira.

do Rio de Janeiro, por sua vez, desempenha o papel de possível vítima da transposição, o que é reforçado, ainda que num tom mais conciliador, pela seguinte fala de Pezão: “Claro que não vou deixar nunca o Estado do Rio de Janeiro ser prejudicado.”

A repórter Mariana Haubert adota a estratégia argumentativa de utilizar expressões que indicam o conflito deflagrado pela proposta de Geraldo Alckmin para transposição das águas do rio Paraíba do Sul em direção ao Sistema Cantareira. Isto é exemplificado pelas palavras “polêmica” e “contra”, que constam do trecho “A proposta é polêmica porque o Paraíba do Sul é principal fonte de abastecimento do Rio, que é contra o aumento da retirada de água do rio por São Paulo”. A resignação de Pezão também fica evidente com o uso do verbo “acatar”, como no título da notícia e na fala “Se os técnicos chegaram a essa conclusão, eu só tenho a acatar”. A mudança de postura pelo governo fluminense no que diz respeito à possível transposição do Paraíba do Sul também é narrada nesta matéria a partir da comparação dos posicionamentos de Pezão, mais conciliador, e Sérgio Cabral, mais intransigente quanto ao compartilhamento das águas do principal manancial fluminense.

Neste texto, pode ser apreendida a metanarrativa de que numa crise hídrica acontecem conflitos entre doadores e receptores de água, ou seja, cada qual olha para suas próprias necessidades hídricas. Outra narrativa de fundo é que a presença de um mediador é necessária para solucionar um conflito pelo uso da água, como o vivenciado pelo Rio de Janeiro e São Paulo quanto à transposição do rio Paraíba do Sul. A concepção de que a crise hídrica repercute no cenário político pode ser verificada nesta notícia, assim como a ideia de que decisões sobre a gestão de recursos hídricos – como uma transposição – devem ter cunho mais técnico do que político. Consta desta estória, ainda, a metanarrativa de que a solução para uma crise hídrica é buscar mananciais em outras regiões, o que contém a noção de que a água é um bem inesgotável e passível de ser encontrado cada vez mais distante dos grandes centros urbanos.

A matéria intitulada “SP, MG e RJ fecham acordo de gestão do rio Paraíba do Sul para beneficiar Cantareira” (FALCÃO, 2015) conta a estória do entendimento firmado em 10 de dezembro de 2015 pela União e os três estados da bacia hidrográfica do Paraíba do Sul – Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo. Tal acordo foi articulado por meio da atuação do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Luiz Fux. Conforme o texto da *Folha*, a gestão Alckmin já havia assinado, em outubro daquele ano, o contrato para início das obras da transposição do rio Paraíba do Sul para o Sistema Cantareira, intervenção que beneficiaria este que é o principal manancial responsável pelo abastecimento da Região Metropolitana de São Paulo com uma vazão de aproximadamente 5,1 mil litros por segundo e um incremento de 1,2 trilhão de litros para a capital paulista. Por envolver o abastecimento das duas maiores cidades brasileiras – o

Paraíba do Sul é o principal manancial do Grande Rio e o Cantareira é o maior da Grande São Paulo –, a notícia faz uma retrospectiva sobre a polêmica provocada pelo plano do então governador paulista, Geraldo Alckmin, para realizar esta obra, o que envolveu a ação do Ministério Público Federal (MPF), da União e dos três estados da bacia do Paraíba do Sul. Além dos embates concernentes à disputa pela água, a notícia conta como o STF atuou para conciliar os interesses envolvidos e chegar a um entendimento sobre a questão.

O acordo de gestão compartilhada das águas do rio Paraíba do Sul sacramentado no Supremo Tribunal Federal entre a União e os três estados da bacia hidrográfica dá início à lógica desta estória. Em seguida, o repórter Márcio Falcão aborda o benefício da transposição para o Sistema Cantareira e a mudança do uso prioritário do Paraíba do Sul, que passaria a ser o abastecimento e não mais a geração de energia hidrelétrica. Na sequência o narrador informa que o acordo permitiria ao Governo do Estado de São Paulo a realização da obra e traz uma série de informações técnicas a respeito da intervenção no rio Paraíba do Sul. Outro ponto tratado diz respeito aos ganhos da transposição para o abastecimento da Região Metropolitana de São Paulo e da Região Metropolitana de Campinas, ambas atendidas pelo Sistema Cantareira. Daí o texto perpassa a história do conflito, sobretudo entre Rio de Janeiro e São Paulo, devido ao projeto de desvio de parte das águas do Paraíba do Sul rumo ao Cantareira. Segundo a matéria, tanto o governo federal quanto a ANA compartilharam a gestão do rio com os três estados da bacia hidrográfica para que o acordo pudesse ser sacramentado. Por fim, o ministro do STF Luiz Fux enaltece os benefícios do entendimento firmado, assim como o então governador paulista, Geraldo Alckmin, e o então governador fluminense, Luiz Fernando Pezão.

Um dos conflitos que constam desta notícia diz respeito ao embate entre União e os três estados da bacia hidrográfica do Paraíba do Sul, visto que o rio é de domínio da União por ser interestadual, o que torna sua gestão de competência federal. Tal contraposição foi dirimida pela decisão do governo federal e da ANA de realizar uma gestão compartilhada do manancial juntamente com Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo. Outro conflito é referente à disputa dos governos paulista e fluminense pelo uso da água do Paraíba do Sul para o abastecimento sobretudo de suas respectivas capitais, o que fica explícito no trecho “O uso do rio Paraíba do Sul provocou uma disputa judicial, troca de acusações entre os governo [sic] de Rio e São Paulo, e chegou ao Supremo em meio a grave crise que atingiu os três Estados em 2014”. A estória também evidencia um enfrentamento do Ministério Público Federal contra o governo paulista, pois o MPF havia protocolado uma ação contra a transposição. É possível identificar, ainda, o conflito entre diferentes usos das águas do Paraíba do Sul, cuja principal finalidade deixou de ser a geração hidrelétrica e passou a ser o abastecimento público.

O ministro Luiz Fux e o próprio STF são os personagens principais desta matéria, devido à atuação no sentido de construir um acordo entre a União e os estados da bacia do rio Paraíba do Sul para que houvesse uma gestão compartilhada das águas do manancial. Neste sentido, o governo federal e a Agência Nacional de Águas também exercem seu heroísmo por terem renunciado à prerrogativa legal de realizar a gestão do rio independentemente de Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo. Devido à conciliação demonstrada, os governadores paulista e fluminense à época, Alckmin e Pezão, também desempenham um papel de heróis nesta notícia. A crise hídrica é a vilã desta estória, assim como o Governo do Estado de São Paulo tem uma vilania brevemente atribuída em função dos possíveis danos ambientais da transposição apontados pelo MPF, órgão que atua heroicamente por ter buscado garantir uma vazão mínima do Paraíba do Sul para o abastecimento de água do Rio de Janeiro.

Esta estória tem uma abordagem positiva, uma exceção na cobertura sobre a crise hídrica da Região Metropolitana de São Paulo empreendida pela *Folha*. O repórter enfatiza a conciliação entre a União e os três estados da bacia do Paraíba do Sul, o que fica claro pelas palavras “acordo” e “beneficiar” utilizadas no título da matéria, bem como no decorrer do texto. Outra estratégia argumentativa é informar detalhadamente as características técnicas e os custos da transposição para que o leitor pudesse compreender como seria a obra. Os dados oficiais utilizados no infográfico e no texto conferem efeito de real, assim como os mapas produzidos pelo jornal. Também constam da matéria declarações do ministro do STF Luiz Fux e dos ex-governadores paulista e fluminense, respectivamente Geraldo Alckmin e Luiz Fernando Pezão, sobre os ganhos do acordo firmado. Por outro lado, o repórter Márcio Falcão não dá voz a representantes da União acerca do entendimento em torno da gestão compartilhada do rio Paraíba do Sul.

Uma das metanarrativas presentes nesta notícia é a de que numa crise hídrica acontecem embates entre doadores e receptores de água, sendo que num conflito a presença de um mediador – neste caso, o ministro do STF Luiz Fux – é necessária para solucionar a situação. Ademais consta do texto a narrativa de fundo segundo a qual a cooperação e o compartilhamento de recursos hídricos contribuem para solucionar a escassez hídrica. Além disso, há uma concepção de que a solução em situações de crise hídrica é buscar novas fontes d'água, o que conota uma visão do líquido como recurso inesgotável que sempre pode ser buscado em outras regiões. Por fim, é identificada a metanarrativa segundo a qual uma crise hídrica repercute no cenário político, envolvendo até mesmo as instâncias mais elevadas da República, como o Supremo Tribunal Federal, por exemplo.

A questão da água é retratada numa perspectiva espiritual, o que pode ser identificado no seguinte depoimento de Fux: “E em um plano, digamos, mais elevado, espiritual, esse pacto das águas é um pacto pela vida digna porque a água, como aqui se afirmou, ela corresponde à própria vida humana.” O ministro do STF ainda enfatiza esta visão na fala “o acordo está protegido, juridicamente e também sob o ângulo espiritual”. A água é retratada, ainda, como insumo para o abastecimento público e a geração hidrelétrica. Nesta estória, os recursos hídricos também são configurados como instrumento político causador de conflitos, por um lado, e agregador de diferentes atores políticos, por outro lado.

4.5.2 Parte E6: Prêmio da Câmara dos Deputados pela gestão da crise pelo então governador paulista, Geraldo Alckmin

Esta parte do episódio “Escassez de água na agenda política” possui quatro notícias para análise. Publicada em 22 de setembro de 2015, a primeira delas é intitulada “Mesmo com SP sem água, Alckmin ganhará prêmio de gestão hídrica” (LOBEL, 2015d). No dia seguinte, o jornal veiculou o texto “‘É merecido’, diz Geraldo Alckmin sobre prêmio à sua gestão hídrica” (GERAQUE, 2015), dando continuidade à cobertura do tema. Ainda em 23 de setembro, a *Folha de S. Paulo* publicou a matéria “Entidades criticam prêmio de gestão de água a governador Alckmin” (LOBEL, 2015c). No dia da entrega do Prêmio Lucio Costa de Mobilidade, Saneamento e Habitação para o então governador paulista, Geraldo Alckmin, em 13 de outubro de 2015, o jornal veiculou a notícia “Secretário de Alckmin enfrenta vaias e protesto ao receber prêmio em Brasília” (CANCIAN, 2015).

Na matéria “Mesmo com SP sem água, Alckmin ganhará prêmio de gestão hídrica” (LOBEL, 2015d), a *Folha* conta a estória sobre a indicação do então governador paulista, Geraldo Alckmin, do PSDB, para receber o Prêmio Lucio Costa de Mobilidade, Saneamento e Habitação. De acordo com o texto, o deputado federal João Paulo Papa, também do PSDB, indicou o nome de Alckmin para a premiação em virtude do trabalho do governante em prol da universalização do saneamento em território paulista. A notícia, todavia, informa que a gestão da crise hídrica por Alckmin foi objeto de críticas de acadêmicos. Uma delas apontava que a instituição de sobretaxa para consumidores perdulários somente acontecera após a reeleição do então governador e a outra questionava o aumento do consumo de água em prédios do próprio Governo do Estado de São Paulo em pleno contexto de crise hídrica. Neste texto, o jornalista Fabrício Lobel também publica nota do então secretário estadual de Saneamento e Recursos Hídricos, Benedito Braga, em defesa da gestão Alckmin. A estória aborda, ainda, impactos do

acionamento de água e as obras do governo paulista para aumentar a oferta de água para o abastecimento da Grande São Paulo.

Esta matéria indica tanto em seu título quanto em seu *lead* a contradição entre a situação de racionamento de água em São Paulo e a indicação de Alckmin para receber um prêmio da Câmara dos Deputados por sua gestão da crise hídrica e pelas ações em prol da universalização do saneamento no Estado de São Paulo. A partir deste ponto, o repórter Fabrício Lobel constrói o texto partindo de uma lógica que explica como se deu a escolha do então governador paulista para receber o Prêmio Lucio Costa de Mobilidade, Saneamento e Habitação. Em seguida, o narrador expõe críticas de especialistas do meio acadêmico e de órgãos públicos, como a ANA e o Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, quanto à morosidade de gestão Alckmin para adotar medidas de enfrentamento à crise hídrica. Na sequência, o jornalista da *Folha* aborda a criação de sobretaxa para punir consumidores perdulários abastecidos pela SABESP – chamados de “gastões” por Alckmin – apenas após a reeleição do político para o Palácio dos Bandeirantes em 2014. A estória segue com a defesa da gestão da crise hídrica por integrantes do próprio Governo do Estado de São Paulo, especialmente por parte do então secretário estadual de Saneamento e Recursos Hídricos, Benedito Braga, que tem nota reproduzida pelo jornal. A lógica da estória é conduzida, ainda, com exemplos de moradores que enfrentavam o racionamento sobretudo em periferias da Grande São Paulo. Lobel finaliza o texto com informações a respeito de obras hídricas para enfrentar a crise e questionamentos ambientais inerentes a estas intervenções do governo estadual a fim de aumentar a oferta de água para o abastecimento da RMSP. Também há dados acerca do armazenamento do Sistema Cantareira, que era de 12,6% naquele momento, já se levando em conta as duas cotas do volume morto.

O principal conflito evidenciado pela notícia “Mesmo com SP sem água, Alckmin ganhará prêmio de gestão hídrica” (LOBEL, 2015d) já aparece neste título: a contradição de um governador que foi indicado para receber prêmio pela gestão da crise hídrica, embora a população da Grande São Paulo enfrentasse racionamento. Outra contraposição existente é entre especialistas do meio acadêmico e de órgãos públicos – ANA e TCESP – e as medidas de condução da crise hídrica adotadas pela gestão Alckmin. O então presidente da SABESP, Jerson Kelman, por exemplo, é citado como um antigo crítico da atuação do Governo do Estado de São Paulo antes de ter sido nomeado como gestor da empresa de saneamento. Há, ainda, o embate entre os relatos de paulistanos que sofriam com o racionamento de água diariamente e a versão oficial de que o governo paulista havia evitado a adoção de um rodízio na Grande São Paulo. Neste sentido, há um conflito entre o Governo do Estado de São Paulo e a população da periferia da RMSP, principal afetada pela irregularidade no fornecimento de água pela

SABESP. Ambientalistas e organizações não governamentais também se confrontam com a gestão Alckmin por questionarem obras de infraestrutura hídrica realizadas sem o devido licenciamento ambiental. Outra questão perceptível é a falta de exemplo por parte de três prédios do governo estadual que tinham um consumo do líquido acima da meta de redução estabelecida pela Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo durante a crise.

Os diferentes personagens que contestam a gestão da crise hídrica realizada pelo governo Alckmin desempenham um papel heroico nesta estória. São eles: acadêmicos, ANA, TCESP, organizações não governamentais e ambientalistas. Uma série de vilões compõem esta notícia, sobretudo Alckmin por sua suposta inépcia quanto à prevenção e ao enfrentamento da escassez de água na Região Metropolitana de São Paulo. O deputado federal João Paulo Papa, que indicou o nome de Alckmin à premiação, e os parlamentares da Comissão de Desenvolvimento Urbano da Câmara dos Deputados – que aprovaram a indicação – também são apresentados como vilões, devido à insensibilidade quanto ao sofrimento da população da RMSP que enfrentava racionamento à época. O então secretário estadual de Saneamento e Recursos Hídricos, Benedito Braga, também realiza uma função de vilão ao defender a gestão da crise hídrica pelo governo estadual, mesmo com uma série de críticas às medidas governamentais adotadas. Outro vilão é o então presidente da SABESP, Jerson Kelman, que antes de ser nomeado para o cargo fazia críticas à condução da crise pela gestão Alckmin e, ainda assim, aceitou gerir a empresa estatal de saneamento durante aquele governo.

A foto utilizada como destaque da matéria mostra Alckmin bebendo uma taça de água, o que transmite uma ideia como se ele brindasse ou celebrasse sua indicação ao Prêmio Lucio Costa de Mobilidade, Saneamento e Habitação, concedido pela Câmara dos Deputados. Por meio de uma galeria de imagens, a notícia conta a estória da moradora Maria Cristina, que enfrentava uma rotina de percalços em seu cotidiano em função da irregularidade no fornecimento de água pela SABESP. Assim, o repórter Fabrício Lobel contrasta a premiação de Alckmin à realidade de sofrimento vivenciada por uma família da periferia da Grande São Paulo devido à falta de água. Este contraste também fica evidente no intertítulo “Torneiras secas”, que conta a rotina de racionamento de populações carentes da RMSP. Ademais, o jornalista da *Folha* mostra a contradição da honraria para Alckmin no trecho “Apesar do prêmio, a gestão de água em São Paulo recebeu, desde o início de 2014, diversas críticas de especialistas e entidades”. O narrador também evidencia a influência eleitoral na condução da crise pelo então governo estadual, o que fica claro em “A tarifa mais cara para os ‘gastões’ como o próprio governador gosta de chamar, só foi instituída um ano após o início da crise e depois de sua reeleição”. Como forma de permitir o contraponto governamental quanto às

críticas concernentes à gestão da crise hídrica, o repórter publica integralmente nota assinada pelo então secretário estadual de Saneamento e Recursos Hídricos, Benedito Braga, defendendo as ações adotadas pela gestão Alckmin na tentativa de solucionar a situação. O narrador se deixa perceber claramente a partir da formulação da seguinte hipótese expressa no texto: “A redução de pressão, no entanto, poderia ter seus efeitos diminuídos se, ao longo dos anos, a Sabesp não tivesse afrouxado suas metas de trocas de tubulações quebradas pela cidade.”

Nesta matéria estão claras as metanarrativas de que os políticos não se compadecem do sofrimento da população e que a parcela mais pobre da sociedade é a que mais sofre numa crise hídrica. A concepção de que uma situação deste tipo repercute no cenário político também está presente, sendo que a gestão de uma crise hídrica se pauta mais por decisões políticas do que técnicas. Constam desta estória, ainda, as narrativas de fundo de que o Estado descumpra as próprias regras que estabelece e que numa crise hídrica as autoridades públicas não dão o devido exemplo quanto ao uso racional da água, evidenciando a noção de que o Estado é imprudente na gestão de recursos hídricos. Outra ideia perceptível é a de que as autoridades públicas induzem a população à desinformação, visto que jogam com as palavras para atenuar a gravidade de uma situação de crise hídrica – como utilizar o termo “redução de pressão” em vez de “acionamento”. Com isso, é possível apreender que não se pode confiar em discursos de políticos. Também fica latente a narrativa de fundo segundo a qual autoridades públicas implementam medidas suaves para evitar impactos negativos numa campanha eleitoral e só depois do respectivo pleito acabam adotando medidas supostamente impopulares, como a cobrança de sobretaxas para consumidores perdulários de água, ou seja, uma crise hídrica pode ser utilizada com finalidades eleitorais. Está clara nesta notícia a metanarrativa de que preocupações ambientais, como o licenciamento concedido por órgãos ambientais, ficam em segundo plano em obras emergenciais para enfrentamento de uma crise hídrica. Por fim, a ideia de que a solução para uma escassez hídrica é buscar novas fontes d’água também pode ser verificada, o que remete à concepção de que a água é um recurso sempre disponível, mesmo que precise ser buscado em regiões cada vez mais longínquas.

A matéria intitulada “‘É merecido’, diz Geraldo Alckmin sobre prêmio à sua gestão hídrica” (GERAQUE, 2015) conta a reação do então governador paulista à sua indicação para receber o Prêmio Lucio Costa de Mobilidade, Saneamento e Habitação, oferecido pela Câmara dos Deputados. Segundo o texto, o político afirmou ser merecedor da honraria, cuja indicação partiu de um deputado federal também do PSDB e ex-diretor da SABESP: João Paulo Papa. O parlamentar justificou a indicação por conta da atuação de Alckmin na área de saneamento de São Paulo, enquanto o então governante afirmou que o Estado de São Paulo era um modelo a

ser seguido na área de recursos hídricos e que havia tomado medidas históricas, como a decisão de realizar a transposição do rio Paraíba do Sul para o Sistema Cantareira. O texto da *Folha* também relata o cotidiano de racionamento vivido pela população da Grande São Paulo, com alguns bairros sem água até 20 horas por dia, e a dimensão da gravidade da pior estiagem dos últimos 85 anos, segundo o jornal naquele momento, fator que agravou a crise hídrica e deixou os principais reservatórios da RMSP “à beira do colapso”. Conforme a matéria de Eduardo Geraque, o governo Alckmin adotou medidas impopulares de gestão da crise, como a criação de sobretaxa para consumidores que não reduzissem seu consumo naquele contexto crítico, o que levou órgãos públicos a criticarem a condução da situação, como a ANA e o Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

Esta estória parte da contradição entre o racionamento enfrentado pela população da Grande São Paulo em setembro de 2015 e a indicação de Geraldo Alckmin para o Prêmio Lucio Costa de Mobilidade, Saneamento e Habitação, promovido pela Câmara dos Deputados. A lógica do texto segue com declaração de Alckmin se julgando merecedor da premiação e as justificativas para tal indicação pelo deputado federal João Paulo Papa, que era filiado ao mesmo partido do então governador paulista: o PSDB. Na sequência, o narrador contextualiza a gravidade da crise hídrica da RMSP e os impactos no dia a dia da população, bem como aborda a conduta supostamente eleitoreira de Alckmin ao deixar para depois de sua reeleição a adoção de medidas impopulares, como a sobretaxa para consumidores perdulários – também chamados de “gastões” pelo próprio mandatário. A notícia segue com o mau exemplo de edifícios do governo estadual que aumentaram o consumo de água em plena crise. Na sequência, o repórter da *Folha de S. Paulo* menciona críticas de órgãos públicos quanto à condução da crise pela gestão Alckmin. Como fechamento para este texto, Geraque dá espaço tanto para justificativas de Alckmin sobre seu merecimento para receber a premiação quanto para o político dividir os supostos méritos com a população paulista, a Secretaria de Saneamento e Recursos Hídricos do Estado de São Paulo e a SABESP.

Nesta estória, o principal conflito é representado pela premiação concedida pela Câmara dos Deputados ao então governador paulista, Geraldo Alckmin, por sua atuação na gestão da crise hídrica da Grande São Paulo, mesmo com bairros da capital paulista ainda enfrentando até 20 horas de desabastecimento de água por dia naquele momento. Outro embate que pode ser percebido é entre o sofrimento cotidiano da população paulista com o racionamento de água em contraposição a uma visão elogiosa do deputado federal João Paulo Papa referente à gestão da crise hídrica por Alckmin. Também há um conflito latente entre especialistas de órgãos públicos, como a ANA e o TCESP, que criticavam a falta de planejamento do Governo do

Estado de São Paulo para evitar a crise. O repórter Geraque também apresenta o confronto entre a população paulista e a gestão Alckmin, devido às críticas dos habitantes à falta de água vivenciada durante a crise hídrica. Há, ainda, o embate representado pelo mau exemplo de três prédios públicos do governo paulista “flagrados”, segundo o narrador, consumindo mais água do que deveriam durante a escassez de água vivida pela RMSP. Outra contraposição presente no texto é entre a visão elogiosa de Alckmin quanto à própria gestão de recursos hídricos no Estado de São Paulo e as críticas que recebia tanto da população paulista quanto de especialistas no tema. Também há um embate entre o governo estadual e a própria crise hídrica, enfrentada por meio de medidas estruturais e de gestão.

Nesta estória o personagem principal é Geraldo Alckmin, que desempenha um papel de vilão por ter sua indicação ao Prêmio Lucio Costa de Mobilidade, Saneamento e Habitação contestada por meio de críticas da população paulista e de especialistas em recursos hídricos e saneamento. O deputado federal responsável pela indicação do então governador para a premiação da Câmara dos Deputados, João Paulo Papa, também exerce a função de vilão por ter proposto, para receber tal honraria, um nome tão contestado por sua atuação na crise hídrica. Os consumidores ditos “gastões” também possuem um aspecto de vilania na notícia. Já a população paulista é tratada com heroísmo pelo próprio Alckmin, juntamente com a SABESP e a Secretaria de Recursos Hídricos do Estado de São Paulo, no trecho “O prêmio não é a mim, mas a toda população de São Paulo, ao esforço que foi feito pela Secretaria de Recursos Hídricos e pela Sabesp”. Conforme a estória contada por Eduardo Geraque, especialistas representados pela ANA e pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo desempenham o papel de heróis por criticarem a condução do governo Alckmin na gestão da crise hídrica da Região Metropolitana de São Paulo.

A ironia é uma das estratégias argumentativas utilizadas pelo repórter da *Folha de S. Paulo* nesta matéria, o que fica claro nas aspas do intertítulo “Ações ‘históricas’”, pois o narrador informa que uma das medidas históricas adotada pelo governo Alckmin para enfrentar a crise hídrica, a transposição do rio Paraíba do Sul para o Sistema Cantareira, sequer havia saído do papel àquela altura. O mesmo vale para o uso de aspas para enfatizar a “conquista” do prêmio, sendo que sua indicação partiu de um político do mesmo partido de Alckmin. Também é utilizada a estratégia de apresentar os autoelogios do governante quanto à sua condução da crise, seguidos de críticas à sua atuação. Neste sentido, Geraque deixa claro que as supostas virtudes que levaram ao prêmio da Câmara dos Deputados são enumeradas pelo próprio governador de São Paulo. Assim como na notícia do dia anterior, intitulada “Mesmo com SP sem água, Alckmin ganhará prêmio de gestão hídrica” (LOBEL, 2015d), esta matéria tem como

destaque uma foto que mostra o então governador bebendo uma taça de água como se brindasse ou celebrasse sua indicação ao Prêmio Lucio Costa de Mobilidade, Saneamento e Habitação. Por intermédio de uma galeria de fotos, a notícia da *Folha* contrapõe a premiação da Câmara dos Deputados à estória da moradora Maria Cristina, que enfrentava uma rotina de dificuldades em seu dia a dia gerados pela irregularidade no fornecimento de água pela SABESP.

A matéria “‘É merecido’, diz Geraldo Alckmin sobre prêmio à sua gestão hídrica” (GERAQUE, 2015) contém a metanarrativa de que a classe política não se compadece do sofrimento da população. A narrativa de fundo de que a crise hídrica repercute no cenário político também se faz presente, bem como a concepção de que este tipo de crise pode ser utilizado como arma eleitoral. Outra ideia que pode ser identificada é que não se pode confiar em informações divulgadas por autoridades públicas, que costumam informar especialmente sobre o que é de seu interesse, deixando o interesse público em segundo plano. Sobre esta questão também é possível verificar que discursos de políticos nem sempre condizem com a realidade da população e seguem uma lógica própria. A metanarrativa de que as autoridades públicas implementam medidas mais brandas antes de uma eleição e ações mais drásticas e impopulares após o período eleitoral é perceptível nesta matéria da *Folha* e guarda relação com a ideia de que a gestão de uma crise hídrica é mais pautada por decisões políticas do que técnicas. Também está presente a noção de que numa crise deste tipo as autoridades públicas jogam com as palavras para atenuar a gravidade da situação. Neste texto há, ainda, a narrativa de fundo segundo a qual as autoridades públicas dão mau exemplo quanto ao uso da água, descumprindo as próprias regras que estabelecem, demonstrando a imprudência estatal no uso da água. Outra ideia perceptível é a de que a população mais pobre é a que mais sofre numa crise hídrica. A chuva também pode ser percebida como principal solução para este tipo de situação crítica, sendo que a busca por novos mananciais também é retratada como uma das principais alternativas ao problema.

Por sua vez, a notícia “Entidades criticam prêmio de gestão de água a governador Alckmin” (LOBEL, 2015c) aborda a reação negativa de entidades da sociedade civil e trabalhistas à indicação do então governador paulista ao Prêmio Lucio Costa de Mobilidade, Saneamento e Habitação, concedido pela Câmara dos Deputados. As fontes entrevistadas pelo repórter Fabrício Lobel, da *Folha de S. Paulo*, tecem suas críticas à premiação e mencionam a gravidade da crise hídrica da Região Metropolitana de São Paulo naquele momento. Já o deputado federal João Paulo Papa, responsável pela indicação de Alckmin à premiação, justifica os motivos da escolha do então governador paulista ao Prêmio. Neste sentido, o então secretário estadual de Saneamento e Recursos Hídricos, Benedito Braga, defende a condução da crise pela

gestão Alckmin por meio de nota. O narrador também conta que o governo paulista estava realizando obra de transferência de água da represa do rio Grande, que estava cheia, para o Sistema Alto Tietê, o qual estava “agonizando” segundo o repórter. Sobre esta obra, o texto destaca questionamentos de ambientalistas e organizações não governamentais a respeito de um suposto afrouxamento do licenciamento ambiental das obras de infraestrutura hídrica da gestão Alckmin, o que foi negado pela Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (CETESB), um dos órgãos responsáveis pelo licenciamento dos empreendimentos. Porém, a notícia utiliza declaração de Braga para a própria *Folha*, afirmando que para a construção de obras emergenciais não foram respeitados os devidos ritos exigidos pela legislação ambiental.

A lógica narrativa desta matéria começa com a reação negativa de entidades do terceiro setor ou trabalhistas, referente à indicação de Geraldo Alckmin ao Prêmio Lucio Costa de Mobilidade, Saneamento e Habitação em virtude da atuação do político na gestão de saneamento e recursos hídricos no Estado de São Paulo. Na sequência, o repórter da *Folha* aborda a contradição entre a concessão da honraria e a realidade de forte racionamento vivenciada pelos paulistas naquele momento. Em seguida, há declarações contrárias à premiação de Alckmin proferidas por representantes do Instituto Trata Brasil, da Fundação SOS Mata Atlântica, do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor e do sindicato dos funcionários da SABESP. Esta estória segue com justificativas do deputado federal João Paulo Papa acerca dos motivos que o levaram a indicar o nome de Alckmin para a premiação, sendo que a escolha foi ratificada por unanimidade pelos deputados da Comissão de Desenvolvimento Urbano da Câmara dos Deputados. Segundo Papa, a escolha do então governador se deu “por causa dos avanços de São Paulo, nos últimos anos, para atingir a universalização do saneamento”. Também há um espaço para a defesa da gestão da crise hídrica pelo governo Alckmin, o que é feito pelo então secretário estadual de Saneamento e Recursos Hídricos, Benedito Braga, por intermédio de nota segundo a qual “a condução da crise por parte do Governo de São Paulo e da Sabesp foi absolutamente irrepreensível, dentro dos mais rigorosos padrões técnicos”. Na sequência o repórter Fabrício Lobel traz informações a respeito das obras hídricas emergenciais feitas pelo governo paulista, supostamente sem o devido licenciamento ambiental, o que é negado pela CETESB. O texto, porém, cita depoimento de Braga à *Folha* afirmando que os ritos ambientais para as obras emergenciais de enfrentamento à crise hídrica não haviam sido respeitados.

O principal conflito travado nesta estória ocorre entre entidades da sociedade civil e Geraldo Alckmin, devido às críticas ao prêmio concedido a ele pela Câmara dos Deputados por sua condução da crise hídrica. Estes questionamentos têm relação com a crise, que ainda

persistia àquela altura no Estado de São Paulo. Renê Vicente, então presidente do sindicato dos funcionários da SABESP, também levanta a hipótese de conflito de interesses na indicação de Alckmin ao Prêmio Lucio Costa por parte do deputado federal João Paulo Papa, pois o parlamentar era ex-integrante da Companhia de Saneamento do Estado de São Paulo – estatal cujo acionista majoritário é o Governo do Estado de São Paulo. A questão fica latente na seguinte fala de Vicente: “Parece uma autopromoção, já que o prêmio advém de alguém que era do seio da administração da Sabesp.” Outro conflito existente é entre o governo paulista e a empresa de saneamento contra a crise hídrica, o que fica manifesto pela citação das obras emergenciais realizadas conjuntamente para solucionar o problema. Ainda sobre estas intervenções, há uma contraposição entre a gestão Alckmin e ambientalistas, visto que representantes de organizações não governamentais questionavam a realização de obras sem o devido cumprimento da legislação ambiental no sentido de licenciamento para realização dos empreendimentos.

Desde o título desta notícia, representantes de entidades da sociedade civil desempenham um papel heroico por criticarem a indicação de Geraldo Alckmin para receber o Prêmio Lucio Costa de Mobilidade, Saneamento e Habitação. Também há questionamentos de ambientalistas quanto ao descumprimento da legislação ambiental, devido à falta de licenciamento adequado das obras emergenciais do Governo do Estado de São Paulo contra a crise hídrica. Como consequência destas duas questões, o então governador paulista aparece como principal vilão desta estória. O deputado federal João Paulo Papa, que indicou o nome de Alckmin à premiação da Câmara dos Deputados, e os deputados da Comissão de Desenvolvimento Urbano, que aprovaram a indicação por unanimidade, atuam como vilões nesta notícia. O então secretário estadual de Saneamento e Recursos Hídricos, Benedito Braga, também exerce vilania ao defender a condução da crise hídrica pelo governo paulista num contexto em que uma série de outros atores da sociedade civil criticavam a atuação da gestão Alckmin para solucionar o problema.

Uma das estratégias argumentativas utilizadas pelo repórter Fabrício Lobel nesta notícia é a publicação de críticas de representantes de entidades da sociedade civil referentes à indicação de Geraldo Alckmin ao prêmio concedido pela Câmara dos Deputados. Destas falas constam palavras que reforçam tal sentido sobre a premiação ao governante, como “acinte”, “equivocado” e “inoportuno”. O jornalista também evidencia as justificativas ao prêmio tanto pelo deputado federal responsável pela indicação, João Paulo Papa, quanto pelo então secretário estadual de Saneamento e Recursos Hídricos, Benedito Braga. Outra estratégia empregada é contrastar o reconhecimento à atuação de Alckmin na condução da crise à sofrida realidade da

dona de casa Maria Cristina da Silva, que é narrada por uma sequência de fotos que se constituem numa estória própria, a qual gera efeitos de sentido de compaixão. As imagens retratam, por exemplo, o esforço diário de Maria Cristina para dar banho com água quente em seu filho com deficiência, Raí, dentro de uma bacia. A imagem de destaque da matéria também dá ao leitor uma impressão que o secretário estadual Braga tenta pegar um copo d'água distante em sua mesa sem, todavia, conseguir fazê-lo – o que remete a uma ideia de que nem mesmo o secretário consegue acesso ao líquido.

Esta matéria possui a metanarrativa segundo a qual a classe política não se compadece do sofrimento da população numa crise hídrica, sendo que a parcela mais pobre é a que mais padece com a irregularidade no fornecimento de água. Também está presente a concepção de que discursos de políticos nem sempre condizem com a realidade vivida pela população e tal distorção tira credibilidade das colocações proferidas pela classe política. A ideia segundo a qual uma crise hídrica repercute no cenário político está presente, assim como a noção de que a gestão da crise hídrica é mais pautada por critérios políticos do que técnicos. Há, ainda, a narrativa de fundo de que o próprio Estado descumpra a legislação, sendo que as preocupações ambientais ficam em segundo plano, como no caso da flexibilização do licenciamento das obras emergenciais para contornar a crise. Outra metanarrativa existente diz respeito à concepção e que a solução para uma crise hídrica é buscar novos mananciais, o que remete ao pensamento de que a água é um recurso inesgotável que sempre pode ser trazido de outras regiões. A narrativa de que o Estado realiza uma imprevidente gestão das águas é percebida pelas medidas emergenciais do governo paulista para remediar a crise já instalada, ao invés da adoção de ações preventivas para que o problema não acontecesse.

A notícia “Secretário de Alckmin enfrenta vaias e protesto ao receber prêmio em Brasília” (CANCIAN, 2015) conta a estória da entrega do Prêmio Lucio Costa de Mobilidade, Saneamento e Habitação para o então governador paulista, Geraldo Alckmin, em 13 de outubro de 2015. Escalado para representar Alckmin, o então secretário estadual de Saneamento e Recursos Hídricos, Benedito Braga, recebeu a premiação em solenidade na Câmara dos Deputados que contou com protesto de manifestantes contrários à indicação do então governador por sua atuação durante a crise hídrica de São Paulo. Quando Braga foi chamado para receber a honraria em nome de Alckmin, um grupo de manifestantes subiu ao palco, o que desencadeou uma confusão a qual terminou com um manifestante retirado à força por um segurança da Câmara, segundo descrição da repórter Natália Cancian. Em seu discurso, o então secretário estadual defendeu a indicação de Alckmin para receber a premiação. O texto contém, ainda, críticas de entidades da sociedade civil ao prêmio concedido.

Esta matéria se inicia com Benedito Braga recebendo o Prêmio Lucio Costa de Mobilidade, Saneamento e Habitação em nome de Geraldo Alckmin. Em seguida, a repórter da *Folha* explica a premiação e descreve as reações críticas de manifestantes – tais como vaias e a invasão do palco – em virtude da honraria concedida ao então governador paulista pela Câmara dos Deputados. Como consequência destas reações, a jornalista aborda a confusão provocada pela manifestação. Na sequência, o então secretário estadual de Saneamento e Recursos Hídricos do Estado de São Paulo defende a indicação do então governador paulista ao Prêmio Lucio Costa pelo fato de sua gestão ter se esforçado para enfrentar “uma crise das mais complexas possíveis”, segundo Braga. Como contraponto, há críticas de entidades da sociedade civil à indicação de Alckmin para receber a premiação da Câmara dos Deputados, devido às falhas na gestão da crise hídrica pelo Governo do Estado de São Paulo.

Desde o título da notícia, fica evidente o principal conflito em questão: o questionamento da indicação de Geraldo Alckmin ao Prêmio Lucio Costa de Mobilidade, Saneamento e Habitação justamente pela condução da crise hídrica de São Paulo, dada a situação de racionamento ainda enfrentada, naquele momento, pela população da RMSP. Esta contrariedade é manifesta por meio de vaias, faixas que ironicamente davam a Alckmin a alcunha de “Vencedor do Prêmio Torneira Seca”, assim como por declarações de representantes de organizações não governamentais, os quais demonstraram indignação quanto à premiação para o então governador paulista e à falta de transparência na divulgação de informações sobre a gravidade da situação para a população pela gestão Alckmin. Literalmente há a descrição de um conflito entre o deputado Júlio Lopes e um dos manifestantes, pois o parlamentar arrancou um cartaz das mãos de um deles, segundo descreve a repórter da *Folha de S. Paulo*. Outro embate latente é travado pelo governo paulista contra a própria crise hídrica, questão que fica explícita no discurso do secretário estadual, em que citou medidas implementadas para mitigar os efeitos da crise hídrica pela gestão Alckmin.

Mesmo sem ter participado da solenidade de entrega do Prêmio Lucio Costa, Geraldo Alckmin é o personagem principal desta estória, pois sua indicação gerou uma série de reações contrárias. Além do mandatário, o governo paulista também exerce o papel de vilão nesta notícia. Um aspecto de vilania também é atribuído ao então secretário estadual, Benedito Braga, por tentar justificar a premiação da Câmara dos Deputados para Alckmin. Outro vilão é o deputado Júlio Lopes em virtude de sua intransigência ao retirar um cartaz das mãos de um dos manifestantes. Mais um personagem que atua com vilania é um segurança da Câmara, que expulsou um dos manifestantes à força da solenidade. Por outro lado, as pessoas que compareceram à cerimônia e se manifestaram contrariamente à premiação de Alckmin são

retratadas pela narradora como heroínas, devido à sua indignação quanto ao supostamente injusto reconhecimento do então mandatário paulista por sua condução da crise hídrica de São Paulo. Os dois representantes de organizações não governamentais entrevistados também desempenham uma função heroica ao demonstrarem sua contrariedade com a premiação. A coordenadora da campanha pela água do Greenpeace, Fabiana Alves, externou este sentimento com a frase “A situação é bastante séria e o que mais indigna é que continuaram dizendo que ninguém está sem água”. A indignação do coordenador da entidade Minha Sampa, Guilherme Coelho, fica demonstrada em “Quando soubemos do prêmio, nos sentimos desrespeitados”.

Dentre as estratégias argumentativas da narradora, está a utilização de fotos que complementam os sentidos apresentados pelo texto. Logo na imagem de destaque são mostrados manifestantes segurando cartazes que ironizam a ausência de Geraldo Alckmin na solenidade e sua própria indicação ao Prêmio Lucio Costa com a frase “Procura-se o ganhador do Prêmio Torneira Seca”. Nesta mesma foto, o secretário Benedito Braga, representante de Alckmin, aparece no canto da imagem e atrás de um dos cartazes, o que permite uma leitura de que Braga estava se escondendo ou constrangido. Foto com um dos manifestantes sendo retirado à força por um segurança da Câmara, enquanto o deputado Carlos Marun, não identificado no texto, observa a cena com um sorriso de aprovação, indica a tensão da solenidade. Outra estratégia utilizada pela repórter para reforçar a noção de conflito foi o uso de descrições minuciosas da manifestação. Esta questão pode ser exemplificada pelo trecho “Braga foi vaiado por parte da plateia que acompanhava a cerimônia. Em seguida, aos gritos de ‘água é um direito humano’, um grupo pequeno [sic] manifestantes se aproximou e subiu ao palco”.

A metanarrativa de que os políticos não se compadecem do sofrimento da população, como o vivido pelos habitantes da Grande São Paulo durante a crise hídrica, está presente neste texto. Ademais, é possível identificar a ideia de que as autoridades públicas induzem a população à desinformação por faltarem com a transparência quanto à real gravidade de um problema como uma crise hídrica, o que pode ser feito por intermédio do emprego de termos para atenuar a gravidade da situação – é o caso do uso de “rodízio” em vez de “acionamento”. A partir deste ponto emerge a concepção de que não se pode confiar em discursos de políticos, pois tais declarações nem sempre condizem com a realidade efetivamente vivida pela população. Ainda sobre a questão da transparência, o texto deixa perceptível a metanarrativa de que não se pode confiar nas informações do Estado, que as divulga predominantemente segundo seus próprios interesses e não de acordo com o interesse público. Outra clara narrativa de fundo nesta notícia é que uma crise hídrica repercute no cenário político e que sua condução

é mais pautada por decisões de cunho político do que por critérios técnicos. Ainda sobre a questão política, pode-se perceber a concepção de que os políticos fogem de manifestações contrárias a eles, o que fica evidente com a ausência de Alckmin na premiação. Por fim, a metanarrativa segundo a qual o Estado é imprevidente na gestão das águas também pode ser verificada nesta matéria.

Nas quatro notícias desta parte do Episódio E, a questão da água é retratada principalmente na seara política. Os recursos hídricos são abordados como capital político que pode ser utilizado para reduzir o desgaste perante a opinião pública, bem como pode gerar ganhos de imagem a um governo junto ao eleitorado. A água também é posicionada na narrativa como um insumo fundamental para uma finalidade específica: abastecimento urbano. Outros usos do líquido, no entanto, não aparecem neste material analisado.

Em síntese, a Parte E2 do episódio “Escassez de água na agenda política” contém como principal conflito a disputa pela água do rio Paraíba do Sul pelos governos estaduais do Rio de Janeiro e de São Paulo. Este embate fica evidente especialmente em declarações do então governador fluminense, Sérgio Cabral, contrárias à transposição do principal manancial do Grande Rio para o Sistema Cantareira, fonte hídrica mais importante para o abastecimento da Grande São Paulo. Por outro lado, falas do então governador paulista, Geraldo Alckmin, defenderam a obra. A partir da posse de Luiz Fernando Pezão como governador do Rio de Janeiro, este confronto é atenuado por um tom mais conciliador do político quanto à transposição do Paraíba do Sul. O Ministério Público Federal também se opõe ao Governo do Estado de São Paulo ao protocolar uma ação judicial contra a transposição. Outra contraposição existente nas estórias analisadas diz respeito ao uso prioritário das águas do Paraíba do Sul, que deixaria de ser para a finalidade de geração de energia hidrelétrica e passaria a ser o abastecimento urbano. Há, ainda, um embate entre a União, representada pela ANA, e os três estados da bacia hidrográfica do Paraíba do Sul – Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo – no quesito da gestão das águas deste rio interestadual. Para conciliar as divergências, o ministro do STF Luiz Fux mediou a situação, que culminou num acordo para a gestão compartilhada dos recursos hídricos do Paraíba do Sul pela União e pelos três estados supracitados.

A Parte E6 desta narrativa da *Folha de S. Paulo* gira em torno da indicação do então governador paulista, Geraldo Alckmin, ao Prêmio Lucio Costa de Mobilidade, Saneamento e Habitação. Uma série de críticas especialmente de entidades da sociedade civil – além da ANA e do TCESP – questionam a indicação do político à premiação da Câmara dos Deputados justamente pela sua condução da crise hídrica, sendo que o problema persistia na Grande São Paulo à época. Até mesmo na solenidade de entrega da honraria houve confusão por

manifestantes de organizações não governamentais que criticaram fortemente a entrega do Prêmio Lucio Costa a Alckmin, representado na ocasião pelo então secretário estadual de Saneamento e Recursos Hídricos, Benedito Braga. Ambientalistas também se opõem à gestão Alckmin ao apontarem a falta de licenciamento ambiental para obras de enfrentamento à crise hídrica e a falta de transparência na divulgação de informações sobre a real gravidade da situação na RMSP. Outro conflito presente nas notícias analisadas diz respeito ao mau exemplo dado por órgãos do governo paulista à sociedade por não conseguirem reduzir seu consumo de água durante a crise. Novamente estão em lados opostos o governo estadual e a população das periferias da Grande São Paulo impactada pelo racionamento de água. Também há dois conflitos de interesse. O primeiro é pela indicação de Alckmin à premiação pelo deputado João Paulo Papa, também do PSDB e ex-dirigente da SABESP. O segundo corresponde à mudança de posicionamento por parte de Jerson Kelman, que criticou a condução da crise pelo governo paulista e mudou de discurso depois de se tornar presidente da Companhia de Saneamento do Estado de São Paulo ainda na gestão Alckmin.

Dentre os personagens principais da Parte E2 estão os ex-governadores do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral e Luiz Fernando Pezão, e de São Paulo, Geraldo Alckmin. Cabral desempenha concomitantemente um papel heroico ao defender os interesses de seu estado quanto ao uso das águas do rio Paraíba do Sul para abastecimento do Grande Rio. Por outro lado, tal atuação pode ter uma conotação de vilania na perspectiva da população paulista. De modo inverso, Alckmin atua heroicamente para assegurar uma oferta de água suficiente para suprir as demandas de São Paulo, o que pode ser percebido como algo negativo a partir da visão da população fluminense. Por outro lado, Pezão exerce o papel de herói que busca garantir a segurança hídrica do Rio de Janeiro ao mesmo tempo em que abre oportunidade para o diálogo com São Paulo acerca do compartilhamento das águas do rio Paraíba do Sul. Tanto o governo federal quanto a então presidente da República, Dilma Rousseff, desempenham um papel heroico de conciliação e diálogo para solucionar a crise hídrica da Grande São Paulo. Ainda na esfera federal, a Agência Nacional de Águas realiza uma função de heroína por ter apresentado alternativas técnicas que demonstravam a viabilidade da transposição e por ter renunciado à prerrogativa legal de realizar a gestão das águas do Paraíba do Sul sem a participação dos estados da bacia. O ministro do STF Luiz Fux é o grande herói que atuou para costurar o acordo entre a União, Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo em torno da gestão compartilhada do manancial. Já o MPF se contrapõe à transposição proposta pelo governo paulista.

O grande vilão da Parte B6 é Geraldo Alckmin, que recebe diversas críticas por ter sido indicado ao Prêmio Lucio Costa de Mobilidade, Saneamento e Habitação. Os questionamentos

partem do pressuposto de que o então governador não fazia jus à honraria da Câmara dos Deputados por não ter prevenido a crise hídrica e por ter supostamente falhado na condução do problema. Outros vilões são o deputado federal João Paulo Papa, responsável pela indicação de Alckmin à premiação, e os parlamentares da Comissão de Desenvolvimento Urbano da Câmara dos Deputados, que aprovaram a indicação por unanimidade. Ao então secretário estadual de Saneamento e Recursos Hídricos, Benedito Braga, também é conferida uma carga de vilania por conta de sua defesa ao merecimento de Alckmin para receber a premiação. De maneira oposta, a ANA, o TCESP, acadêmicos e representantes de organizações não governamentais exercem um papel heroico ao criticarem a entrega da honraria ao então governador paulista por considerarem ineptas as medidas de prevenção e enfrentamento à crise adotadas pelo Governo do Estado de São Paulo, que também atua como vilão. Mais uma vez, a população paulista é retratada como vítima do abastecimento de água irregular praticado na Região Metropolitana de São Paulo.

Diversas metanarrativas estão presentes na Parte E2, como o embate travado entre doadores e receptores de água de uma bacia hidrográfica compartilhada, funções respectivamente desempenhadas por Rio de Janeiro e São Paulo no caso do Paraíba do Sul. Relacionada a esta questão, pode-se identificar a narrativa de fundo segundo a qual um conflito pelo uso da água precisa de um mediador para ser solucionado, como foi o caso do ministro Luiz Fux. Outra ideia que consta das notícias analisadas é a de que uma crise hídrica repercute no cenário político a ponto de envolver altas autoridades, como a então presidente da República, Dilma Rousseff, além do próprio ministro Fux. Outra metanarrativa perceptível é: a gestão de recursos hídricos deve se pautar mais por critérios técnicos do que por critérios políticos. A narrativa de fundo de que a solução para uma crise hídrica é buscar novos mananciais também pode ser identificada, bem como a concepção de que a cooperação federativa é uma solução para uma crise dessa natureza.

Na Parte E6, há quatro metanarrativas principais que estão presentes em todas as quatro notícias da *Folha* analisadas. Uma delas é a concepção de que a classe política não se compadece do sofrimento da população, como o causado pela crise hídrica principalmente nas periferias da Grande São Paulo. Outra narrativa de fundo principal é que uma crise desse tipo repercute no cenário político. Também está presente em todas as notícias desta parte a ideia de que não se pode confiar em discursos de políticos, pois frequentemente não possuem lastro na realidade vivenciada pela população. A quarta metanarrativa perceptível ao longo de toda a Parte E6 é de que a gestão de recursos hídricos se pauta mais por critérios políticos do que por critérios técnicos. A concepção de que a população mais pobre é a que mais sofre com uma

crise hídrica também fica evidente, assim como a narrativa de fundo de que as autoridades públicas induzem à desinformação da população sobre uma crise dessa natureza ao usarem eufemismos para atenuar a gravidade da situação. Também consta dos materiais analisados a metanarrativa de que o Estado é imprevidente na gestão de recursos hídricos por priorizar medidas para remediar crises em vez de ações preventivas. Outro traço identificado de imprudência refere-se à narrativa de fundo segundo a qual órgãos públicos descumprem as próprias regras estabelecidas pelo Poder Público numa crise hídrica, já que edifícios públicos da gestão Alckmin se enquadravam no perfil de consumidores ditos “gastões” por não terem reduzido seu consumo de água. Novamente está presente a concepção de que a solução para uma crise hídrica é buscar novos mananciais, como se a água fosse um recurso inesgotável. Pode ser observada, ainda, a metanarrativa de que numa crise hídrica o licenciamento ambiental fica em segundo plano na execução de obras para minimizar os efeitos do problema. Por fim, a ideia de que as autoridades públicas adotam ações mais brandas na condução de uma crise hídrica antes de eleições e medidas mais severas após os processos eleitorais, como a instituição de sobretaxa pela não redução do consumo de água.

Na Parte E2 desta narrativa da *Folha de S. Paulo*, a questão da água tem um enfoque espiritual, que é destacado pelo ministro do STF Luiz Fux em virtude da característica que o líquido tem de solucionar conflitos entre populações de diferentes regiões que compartilham um mesmo manancial, como é o caso do rio Paraíba do Sul utilizado para abastecer parte do Grande Rio e da Grande São Paulo. O líquido também é abordado como um fator causador de conflitos especialmente quando se torna escasso. O caráter político marca a Parte E6, pois a questão da água é retratada como um capital político que pode ser utilizado para gerar ganhos ou perdas político-eleitorais para o governo que realiza a gestão de recursos hídricos num contexto de crise. Em menor medida, a água é posicionada nesta parte do episódio “Escassez de água na agenda política” como um elemento essencial para o abastecimento urbano.

4.6 EPISÓDIO F: TRANSPARÊNCIA NA COMUNICAÇÃO SOBRE A CRISE

4.6.1 Parte F1: Divulgação insuficiente do governo paulista para informar a sociedade sobre a gravidade da crise

Quatro notícias integram esta parte do episódio “Transparência na comunicação sobre a crise”. Em 16 de agosto de 2014, a *Folha de S. Paulo* publicou o texto intitulado “Maioria da

população diz que Alckmin omite dados da estiagem em SP” (FOLHA DE S. PAULO, 2014b). Em 10 de novembro daquele ano, o jornal veiculou a matéria “Não há racionamento, mas redução de pressão, diz dirigente da Sabesp” (FOLHA DE S. PAULO, 2014c). A terceira estória, publicada em 7 de fevereiro de 2015, tem como título “Gestão Alckmin cria ‘glossário da água’ para reduzir desgaste na crise hídrica” (LOBEL; URIBE, 2015). Veiculado em 6 de março de 2015, o texto “ANA cobra maior transparência na divulgação da capacidade do Cantareira” (URIBE, 2015a) encerra esta narrativa terciária.

A notícia intitulada “Maioria da população diz que Alckmin omite dados da estiagem em SP” (FOLHA DE S. PAULO, 2014b) informa os principais resultados da pesquisa do Instituto Datafolha, realizada em agosto de 2014, sobre a percepção dos paulistas acerca da crise hídrica de São Paulo. O dado mais enfatizado aponta que 64% dos entrevistados no Estado de São Paulo e 71% dos entrevistados na capital paulista acreditavam que a gestão Alckmin divulgava apenas as informações de seu próprio interesse. O texto também ressalta que 56% dos entrevistados, os quais pretendiam votar para a reeleição do então governador paulista, consideravam que o político omitia dados da população, sendo que para os entrevistados mais escolarizados e mais ricos tal índice subia respectivamente para 75% e 71%. Conforme a matéria, em outro sentido, a parcela menos escolarizada do eleitorado de Alckmin demonstrava ter mais confiança na transparência de sua gestão: 51% dos entrevistados acreditavam nisto. A notícia também focaliza a redução de reclamações dos paulistas quanto à falta de água registradas pela SABESP, que baixaram de 39.400 em maio para 31.000 em junho daquele ano.

A lógica narrativa desta matéria parte do resultado do levantamento Datafolha segundo o qual a maioria da população paulista percebia uma falta de transparência na divulgação de informações sobre a crise hídrica pela gestão Alckmin. Em seguida, a *Folha de S. Paulo* aborda dados sobre eleitores de Geraldo Alckmin, por nível de renda e escolaridade, que desconfiavam da falta de transparência por parte do Governo do Estado de São Paulo à época. Por fim, há uma ênfase na queda das reclamações de consumidores abastecidos pela SABESP entre maio e junho de 2014.

O grande conflito presente nesta notícia ocorre entre a população paulista e a gestão Alckmin, mas por motivos diferentes. Primeiramente há um embate no que diz respeito à falta de transparência do Governo do Estado de São Paulo em relação à divulgação de informações de interesse público sobre a crise hídrica. Por outro lado, a contraposição entre ambos acontece devido às reclamações de consumidores de água abastecidos pela SABESP – empresa estatal cujo acionista majoritário é o governo paulista – no tocante à falta de regularidade no fornecimento do líquido.

Além de desempenhar o papel principal nesta matéria, a população paulista entrevistada pelo Datafolha é configurada pelo jornal como vítima tanto pela falta de água como pela falta de informações sobre a situação. Já o Governo do Estado de São Paulo, Geraldo Alckmin e a SABESP atuam como vilões desta estória pela sua falta de transparência sobre a crise hídrica e por não conseguirem abastecer adequadamente a população com água. O Datafolha tem uma aceção heroica ao fornecer informações sobre a crise hídrica à população paulista, traçando um panorama da situação.

Uma das estratégias argumentativas utilizadas pelo jornal nesta notícia é o uso de uma série de dados estatísticos provenientes da pesquisa Datafolha mencionada, o que confere um significativo efeito de real para a estória. Por meio de números, o texto expõe até mesmo contradições, como no caso dos 56% de entrevistados que declaravam votar para a reeleição de Alckmin, embora considerassem que sua gestão omitia informações relevantes para a população paulista. O texto também é complementado por infográfico, que mostra didaticamente os principais números levantados pelo Datafolha sobre quatro temas principais referentes à crise na Grande São Paulo: corte de água, transparência, combate à crise e informação sobre o tema. Dentre os dados mostrados há, por exemplo, 38% dos entrevistados que avaliavam a atuação de Alckmin na crise como ruim ou péssima ante 21% que a consideravam boa. Quanto à transparência das informações fornecidas pelo governo estadual, o levantamento apontou que 71% dos entrevistados acreditavam que a gestão Alckmin informava apenas o que era de seu próprio interesse, enquanto 23% consideravam que todas as informações disponíveis eram divulgadas. A utilização de fotos que retratavam a seca na represa Jaguari, que integra o Sistema Cantareira, enfatiza a gravidade da escassez de água no Estado de São Paulo naquele momento.

A principal metanarrativa identificada se refere à ideia de que numa crise hídrica o Estado informa a população conforme seus próprios interesses e não segundo o interesse público, ou seja, não se pode confiar no Estado. É possível identificar, ainda, a narrativa de fundo segundo a qual a parcela menos escolarizada da população tende a acreditar mais na boa-fé governamental. Outra concepção presente é a de que eleitores votam até mesmo em candidatos que consideram pouco transparentes.

A notícia “Não há racionamento, mas redução de pressão, diz dirigente da Sabesp” (FOLHA DE S. PAULO, 2014c) informa sobre o posicionamento da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo sobre a inexistência de racionamento na Grande São Paulo e a prática de uma redução na pressão de água em sua rede de distribuição. O texto reproduz falas do então superintendente de produção de água da SABESP, Marco Antônio

Lopez de Barros, proferidas em entrevista ao programa *Fantástico*, da *TV Globo*, em 9 de novembro de 2014. Conforme Barros, os casos de desabastecimento na RMSP eram isolados e aconteciam por conta da redução de pressão durante a noite pela estatal. Também consta da matéria uma fala de Barros com uma previsão de que o abastecimento estaria assegurado na Grande São Paulo, caso as chuvas daquele período chuvoso fossem regulares. De acordo com a notícia, o então governador paulista, Geraldo Alckmin, afirmou que aumentaria a captação do reservatório Guarapiranga, que estava com 36,6% de sua capacidade naquele momento, para atender parte da população abastecida pelo Sistema Cantareira até então. Por fim, a matéria aborda a mobilização do governo federal para auxiliar o governo estadual a solucionar a crise hídrica. Conforme apuração da própria *Folha*, a então presidente da República, Dilma Rousseff, e Alckmin se reuniram em 10 de novembro de 2014, data de publicação da estória, para discutir um conjunto de medidas que custaria R\$ 18,7 bilhões para solucionar a crise.

Este texto é iniciado com uma abordagem sobre o aumento do número de reclamações de clientes da SABESP em função da falta de água na Região Metropolitana de São Paulo. Apesar desta situação, o então superintendente de produção de água da empresa de saneamento, Marco Antônio Lopez de Barros, afirmou ao *Fantástico* que não havia racionamento na Grande São Paulo. Em seguida, o jornal destacou o nível do Sistema Cantareira naquele momento: 11,4% de sua capacidade já considerando a segunda cota do volume morto. Na sequência, Barros explicou a medida de redução de pressão de água na rede de distribuição da SABESP, definida pelo então superintendente como “gestão de pressão noturna”. A partir daí, a notícia traz prognóstico de Barros sobre a situação do abastecimento da Grande São Paulo para novembro de 2015. A estória segue com a proposta de Alckmin para aumentar a captação de água da represa Guarapiranga para abastecer parte da população atendida pelo Sistema Cantareira, que estava operando em seu volume morto àquela altura. Como contraponto, a matéria informa que o Guarapiranga era o manancial com queda mais expressiva entre os principais sistemas de abastecimento da RMSP e estava com 36,6% de sua capacidade. A notícia também enfatiza a atuação da então presidente da República, Dilma Rousseff, para oferecer apoio ao Governo do Estado de São Paulo quanto à crise hídrica. Por fim, a *Folha de S. Paulo* informa que Rousseff e Alckmin se encontrariam para discutir uma série de medidas conjuntas de enfrentamento da situação de escassez hídrica, segundo apuração realizada pelo veículo de comunicação.

Nesta notícia, fica claro o conflito semântico encampado pelo governo paulista para negar o racionamento e retratar a situação como um caso de “redução de pressão” ou “gestão de pressão noturna”. Esta forma de minimizar a gravidade da situação pode ser percebida no seguinte depoimento do então superintendente da SABESP, Marco Antônio Lopez de Barros:

“Não, não está tendo o racionamento. Não existe corte como foi falado, não existe nenhuma situação onde [sic] a Sabesp deliberadamente provoque condições. O que a Sabesp está fazendo é a gestão de pressão durante o período da noite.” Outro embate perceptível é entre o governo paulista, que negava o racionamento, e a população da Grande São Paulo, que aumentava o número de reclamações sobre a falta de água. Neste sentido, a população da periferia da Região Metropolitana de São Paulo é configurada nesta estória como a mais afetada pelo racionamento, como fica explícito em fala de Borges reproduzida pela *Folha*: “Pontualmente, alguns problemas podem surgir nos locais que têm um abastecimento menos favorável: pontos mais altos e mais distantes.”

O personagem principal desta notícia e seu maior vilão é o superintendente de produção de água da SABESP, Marco Antônio Lopez de Barros, que nega a existência de racionamento de água na Grande São Paulo e utiliza os eufemismos “redução de pressão” e “gestão de pressão noturna” para minimizar os cortes no fornecimento de água pela empresa de saneamento – sobretudo nas regiões mais altas e distantes da RMSP, ou seja, os bairros mais periféricos. Com isso, a população mais carente, bem como a população da metrópole de modo geral, desempenha um papel de vítima da crise hídrica. Enquanto a própria SABESP é retratada como vilã pela prestação insuficiente do serviço de abastecimento de água, a busca pela solução conjunta do problema pela então presidente da República, Dilma Rousseff, e pelo então governador paulista, Geraldo Alckmin, confere heroísmo a ambos os políticos. A *Folha de S. Paulo* também exalta o próprio heroísmo ao buscar para seus leitores informações que antecipavam o tema a ser discutido em reunião de Rousseff com Alckmin: um pacote de medidas no valor de R\$ 18,7 bilhões para solucionar a crise hídrica em São Paulo.

Identifica-se como estratégia argumentativa do jornal a ênfase na negação da SABESP sobre a existência de um racionamento na Grande São Paulo, o que fica nítido nas declarações do superintendente da SABESP, extraídas pela *Folha de S. Paulo* da entrevista de Marco Antônio Lopez de Barros para o programa *Fantástico* exibido na noite anterior à publicação desta notícia. Também são reproduzidas falas de Borges no sentido da minimização dos impactos da falta de água causada pela redução de pressão, como pode ser percebido no trecho “O que a Sabesp está fazendo é a gestão de pressão durante o período da noite. Diminuir a pressão”. A notícia também utiliza uma série de dados percentuais que reforçam a gravidade da situação tanto dos reservatórios do Sistema Cantareira quanto da represa Guarapiranga, manancial que seria uma alternativa para reduzir a dependência das águas do Cantareira pela Grande São Paulo.

Nesta estória pode ser identificada a metanarrativa segundo a qual o Estado induz a população à desinformação, pois as autoridades públicas jogam com as palavras para atenuar a gravidade de situações complexas, como uma crise hídrica. Em contraposição a isto está a ideia de que a imprensa possui papel fundamental para levar a público informações omitidas por políticos ou demais autoridades públicas. Outra concepção que pode ser verificada é a de que a população mais pobre é a que mais sofre com uma crise deste tipo. Consta da notícia a noção de que a chuva é a panaceia para uma crise hídrica, assim como a narrativa de fundo segundo a qual é preciso buscar novas fontes de água para suprir as demandas de uma região que enfrenta escassez do recurso. Há, ainda, a concepção de que numa crise hídrica a união de esforços entre diferentes esferas governamentais é essencial para solucionar o problema.

Na matéria “Gestão Alckmin cria ‘glossário da água’ para reduzir desgaste na crise hídrica” (LOBEL; URIBE, 2015), os repórteres da *Folha* que assinam o texto contam como o governo paulista atuou para reduzir o desgaste à sua imagem causado pela maior crise hídrica da história da Grande São Paulo. A matéria cita um suposto vocabulário adotado pela gestão Alckmin, como o uso das expressões “ônus”, “escassez de chuva”, “redução de pressão nos canos” e “reserva técnica”, por exemplo, respectivamente no lugar de “sobretaxa”, “crise hídrica”, “acionamento” e “volume morto”. Esta estória também aborda as ações internas da SABESP para minimizar o vazamento de informações da empresa sobre a crise por seus funcionários, assim como a movimentação do Governo do Estado de São Paulo junto aos deputados estaduais e vereadores da base aliada para afinar o discurso governamental sobre a situação do abastecimento da Região Metropolitana de São Paulo no sentido de evitar polêmicas acerca do tema.

Esta notícia se inicia com medidas do Governo do Estado de São Paulo para minimizar o desgaste causado pela crise hídrica ante a opinião pública, assim como medidas da SABESP para coibir a divulgação de informações internas da empresa a respeito da situação do abastecimento da Grande São Paulo. Três funcionários da companhia de saneamento entrevistados pela *Folha* sob a condição de anonimato – o que deixa implícito o medo de represálias no âmbito profissional – relataram o aumento do rigor da SABESP sobre a divulgação de informações internas. Os repórteres citam alguns termos contidos no “dicionário do tucanês” e os respectivos significados adotados por pessoas externas à gestão Alckmin. Em seguida, o jornal conta como o governo paulista atuava para centralizar as informações sobre a crise a fim de evitar o vazamento de declarações como as do diretor metropolitano da SABESP, Paulo Massato, acerca da possibilidade da adoção de rodízio de água na Grande São Paulo. Na parte final do texto, os jornalistas dão exemplos da lógica por trás de termos utilizados pelo

governo estadual sobre a situação, o que fica latente no trecho “A rejeição à palavra ‘crise’ vem da tentativa de evitar a imagem de descontrole ou incapacidade da atual gestão”.

Tanto o Governo do Estado de São Paulo quanto a SABESP têm um embate com os funcionários da empresa de saneamento por adotarem medidas para evitar que os trabalhadores vazassem informações sobre a condução da crise, ou seja, há uma contraposição entre a transparência e a coerção para evitá-la. Outro conflito nítido nesta notícia da *Folha de S. Paulo* diz respeito à linguagem própria – também descrita na notícia como “glossário da água” ou “dicionário do tucanês” – adotada pela gestão Alckmin para atenuar a gravidade da crise e reduzir os danos à imagem do governo causados pela crise hídrica da Região Metropolitana de São Paulo. Portanto, a transparência na divulgação de informações sobre a crise para a população afetada pela situação acabava relegada a um plano secundário.

A SABESP, o governo paulista e Geraldo Alckmin são os grandes vilões desta estória, devido à falta de transparência para informar adequadamente a população acerca da gravidade da crise hídrica, além de ações de coerção junto aos funcionários da empresa de saneamento para evitar que informações de interesse público fossem vazadas. Mesmo coadjuvantes, políticos aliados da gestão Alckmin são configurados na estória com traços de vilania por coadunarem com a postura de pouca transparência adotada pelo governo estadual. Os trabalhadores da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo exercem o papel de vítimas da repressão da empresa e do governo Alckmin. Ao mesmo tempo, os funcionários desempenham seu heroísmo ao denunciar tal coerção e ao demonstrar preocupação em informar a sociedade sobre a real gravidade da crise hídrica.

Uma das estratégias argumentativas utilizadas por Fabrício Lobel e Gustavo Uribe é o uso da ironia para definir a linguagem própria adotada pelo governo paulista sobre a crise hídrica da Grande São Paulo, o que fica claro em função das aspas utilizadas em “glossário da água”, “dicionário da água” e “dicionário do tucanês” – o próprio neologismo “tucanês” indica tal ironia. Para reforçar o sentido do uso de eufemismos pela gestão Alckmin, os repórteres da *Folha* explicam termos empregados para atenuar a gravidade da situação e o motivo para o uso de expressões mais brandas. A falta de transparência é evidenciada, ainda, por meio da utilização de termos nesse sentido pelos narradores, como: “manter sigilo”, “garantir a confidencialidade”, “reduzir o desgaste”, dentre outras ações atribuídas ao Governo do Estado de São Paulo. Outra estratégia adotada é a complementação do texto com infográfico, o qual mostra didaticamente os sistemas que abastecem as diferentes regiões da Grande São Paulo.

Dentre as metanarrativas presentes está a ideia de que o Estado induz a população à desinformação, pois as autoridades públicas utilizam eufemismos para minimizar a gravidade

de problemas que são efetivamente graves, como uma crise hídrica. Outra noção perceptível na estória é que as autoridades governamentais informam a população, neste tipo de situação, conforme seus próprios interesses e não segundo o interesse público. Com isso, é possível verificar no texto que o Estado é pouco transparente na divulgação de informações de interesse público num contexto de crise, ou seja, não se pode confiar no Estado. Também há uma narrativa de fundo segundo a qual o Estado não se compadece com o sofrimento da população, pois esta matéria revela que a prioridade do governo Alckmin em reduzir seu desgaste se sobrepôs à preocupação para solucionar a situação de escassez hídrica enfrentada pela população da Região Metropolitana de São Paulo.

A notícia “ANA cobra maior transparência na divulgação da capacidade do Cantareira” (URIBE, 2015a) informa que o então diretor-presidente da Agência Nacional de Águas, Vicente Andreu, cobrou, em 6 de março de 2015, que o governo paulista divulgasse a situação de armazenamento de água do Sistema Cantareira de uma maneira mais transparente e que também considerasse o volume útil do manancial. Tal proposta era para que a população tivesse uma ideia mais precisa sobre a real situação do principal sistema de abastecimento da Grande São Paulo. O repórter Gustavo Uribe também conta que o dirigente da ANA alertava para a importância de uma gestão de recursos hídricos prudente, baseada em medidas de restrição do uso da água do Cantareira, devido às incertezas climáticas para 2016 naquele momento. Conforme o texto, a Justiça Federal havia confirmado decisão liminar que obrigava a Agência Nacional de Águas e o Departamento de Águas e Energia Elétrica do Estado de São Paulo a limitar a retirada do manancial para preservar um mínimo de 10% do volume útil até o fim de abril de 2015. A notícia informa que o então diretor-presidente da ANA se mostrou favorável à decisão judicial, mesmo sem conhecer detalhadamente o conteúdo da liminar. Por fim, a estória aborda a reunião entre Andreu e o Consórcio Intermunicipal Grande ABC – formado por prefeitos de municípios de Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano, Diadema, Mauá, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra – na data da publicação deste material assinado por Gustavo Uribe. De acordo com a notícia, os políticos se mostraram preocupados quanto à qualidade da água da represa Billings para a finalidade de abastecimento, cuja transferência para o rio Grande era uma das alternativas propostas pelo governo paulista naquele contexto.

A lógica desta notícia da *Folha* tem como ponto de partida a cobrança do então diretor-presidente da ANA, que pedia mais transparência do governo paulista na divulgação dos dados de armazenamento de água dos reservatórios do Sistema Cantareira. A mudança proposta por Andreu incluía uma fórmula de cálculo a qual permitisse, até mesmo, a utilização de volumes negativos quando o manancial estivesse operando em seu volume morto, o que acontecia à

época da publicação desta matéria. Na sequência, o narrador informa que o dirigente da ANA defendia uma gestão de recursos hídricos mais cautelosa e transparente sobre a crise hídrica, além de um diálogo com prefeitos e usuários de água a respeito de medidas que restringissem o uso da água do Sistema Cantareira. Em seguida, há em enfoque sobre liminar reiterada pela Justiça Federal para que a Agência Nacional de Águas e o DAEE mantivessem uma reserva de segurança mínima de 10% do volume útil do manancial até o fim de abril de 2015. Uribe relata, ainda, a reação favorável de Andreu à medida judicial e termina esta estória abordando a reunião entre o então diretor-presidente da ANA e prefeitos da região do Grande ABC a propósito da utilização da represa Billings para abastecimento público destas cidades da RMSP.

Nesta notícia, o grande conflito existente ocorre entre a Agência Nacional de Águas e o Governo do Estado de São Paulo. Este embate é retratado em duas frentes, sendo uma delas a transparência na divulgação da capacidade do Sistema Cantareira. Isso porque há declarações do então diretor-presidente da ANA as quais indicavam que a forma vigente de divulgar o nível do manancial supostamente induziria a população à desinformação, o que fica evidente no trecho “O reservatório não está com 11,7% de sua capacidade. Ele está com -17% em relação ao seu volume útil. Era importante que esses números fossem mais esclarecidos e mais divulgados. Ao se divulgar 11,7%, dá uma sensação diferente da real, que é a capacidade do reservatório”. Outra frente de divergência da ANA com o governo Alckmin é sobre a necessidade de uma gestão da crise baseada na prudência e que deveria ter implementado medidas mais restritivas quanto ao uso da água do Cantareira ainda em 2014. Isto fica claro na seguinte declaração de Andreu reproduzida pela *Folha*: “O que nós temos insistido há muito tempo é que desde fevereiro de 2014 deveríamos operar aquele sistema com medidas mais restritivas do que as que foram adotadas.” Outro conflito que se dá nesta estória é entre a Justiça Federal e os órgãos gestores de recursos hídricos responsáveis pela gestão conjunta do Sistema Cantareira: ANA e DAEE. Esta contraposição se deve ao deferimento da liminar que obrigava as duas instituições a preservar pelo menos 10% do volume útil do Cantareira até abril de 2015. Há, ainda, o embate entre prefeitos do Grande ABC e o governo paulista, pois a gestão Alckmin propunha transpor águas da represa Billings para o Sistema Rio Grande, enquanto os prefeitos do Consórcio Intermunicipal Grande ABC questionavam o uso da Billings para abastecimento humano em virtude da baixa qualidade de suas águas.

Desde o título da notícia “ANA cobra maior transparência na divulgação da capacidade do Cantareira”, a Agência Nacional de Águas exerce um papel de heroísmo por pleitear mais transparência na divulgação dos dados sobre o armazenamento do Sistema Cantareira pelo governo paulista. Esta função de protagonista é reforçada pelos posicionamentos de seu então

diretor-presidente, Vicente Andreu, os quais são reproduzidos no texto. Conforme a narração, o ex-dirigente pedia uma divulgação mais clara sobre dados do manancial e defendia uma gestão de recursos hídricos mais prudente e, por isso, mais restritiva quanto ao uso das águas do Cantareira. A posição favorável de Andreu à decisão da Justiça Federal que obrigava a ANA e o DAEE a preservarem pelo menos 10% do armazenamento do sistema hídrico também atenua um traço de vilania da Agência nesta estória. Devido à sua postura cautelosa concernente ao uso da água do Sistema Cantareira, também é atribuído heroísmo à Justiça Federal. Prefeitos do Grande ABC também são dispostos positivamente no tabuleiro da estória, visto que demonstravam preocupação com o possível abastecimento de suas cidades a ser realizado com as águas supostamente poluídas da represa Billings. Por outro lado, o governo paulista desempenha o papel de vilão da notícia por informar a população de maneira pouco transparente e por não ter adotado medidas mais prudentes e restritivas quanto ao uso da reserva do Sistema Cantareira.

Nesta notícia, é possível identificar uma estratégia argumentativa de introduzir os depoimentos do ex-diretor-presidente da ANA com descrições do que seria dito por Vicente Andreu na sequência. Assim, ocorre um reforço das ideias contidas no texto. Um exemplo disto está na menção às expressões “diferente da real”, “muito prudente”, “tremendamente reduzida” e “nível de segurança”, as quais são destacadas entre aspas no texto do repórter Gustavo Uribe antes das respectivas falas de Vicente Andreu. Tais declarações citavam estes termos que reforçavam a preocupação do dirigente federal quanto à transparência na divulgação dos dados do Cantareira e sobre a importância de uma gestão de recursos hídricos mais cautelosa naquele contexto.

Dentre as metanarrativas perceptíveis está a noção de que não se pode confiar nas informações do Estado, que divulga as informações conforme seus interesses e não segundo o interesse público. Neste sentido, há nesta notícia a concepção de que as autoridades públicas jogam com os dados para atenuar a gravidade de uma situação crítica, como no caso da crise hídrica da Grande São Paulo. Destarte, também é possível identificar que o Estado induz a população à desinformação. Outra narrativa de fundo presente é a de que numa crise hídrica o Estado precisa adotar medidas mais prudentes e restritivas para garantir o abastecimento de água. Neste sentido, fica nítida a metanarrativa de que o Estado é imprevidente na gestão de recursos hídricos. Outra ideia que pode ser identificada é que a solução para uma crise hídrica é simplesmente buscar novos mananciais, como se a água fosse um recurso sempre disponível para ser captado, mesmo que em locais cada vez mais distantes.

Nas quatro notícias deste trecho do episódio “Transparência na comunicação sobre a crise”, há uma abordagem da questão da água como sendo um instrumento de disputas políticas. Exceto no texto “Gestão Alckmin cria ‘glossário da água’ para reduzir desgaste na crise hídrica” (LOBEL; URIBE, 2015), nos demais a questão da água é retratada de modo que o recurso é percebido como insumo para o abastecimento urbano. Outra característica em comum nestas três histórias se refere à noção de que uma crise hídrica pode ser solucionada simplesmente por intermédio da captação de água de novos mananciais. Desse modo, há um pressuposto de que, quando ocorre uma crise hídrica, o líquido está sempre disponível para ser buscado em outros lugares para suprir as demandas dos locais onde há escassez.

4.6.2 Parte F2: O caso dos áudios vazados de dirigentes da SABESP

Esta parte do episódio “Transparência na comunicação sobre a crise” é composta de quatro matérias da *Folha*. A primeira delas, publicada em 24 de outubro de 2014, tem como título “‘Orientação superior’ impediu alerta maior sobre crise, diz presidente da Sabesp” (BOGHOSSIAN; GAMA, 2014). Na mesma data, o jornal repercutiu o tema por meio do texto “Gravação agrava situação da presidente da Sabesp” (RODRIGUES, 2014). Ainda no dia 24, o veículo de comunicação publicou a notícia “Gestão Alckmin diz que Sabesp tem de esclarecer fala de presidente” (FOLHA DE S. PAULO, 2014a). A quarta notícia desta narrativa terciária possui como título “Pressionada, presidente da Sabesp admite que deixará cargo em 2015” (MACHADO, 2014) e consta da edição da *Folha de S. Paulo* de 20 de dezembro de 2014.

A notícia intitulada “‘Orientação superior’ impediu alerta maior sobre crise, diz presidente da Sabesp” (BOGHOSSIAN; GAMA, 2014) repercutiu áudios vazados pela *Folha de S. Paulo* referentes a dois dirigentes da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo: a então presidente, Dilma Pena, e o então diretor metropolitano, Paulo Massato. Em 24 de outubro de 2014, às 11h27, em seu *site*, o jornal levou a público o conteúdo de falas de Pena e Massato durante reunião da cúpula da empresa de saneamento. Segundo a matéria, a então presidente da SABESP afirmou que a mensagem para que a população paulista economizasse água durante a crise hídrica deveria ser mais enfatizada por meio da mídia, mas que a orientação de seus superiores – os quais não são especificados – divergia neste ponto. Durante a reunião, Pena também manifestou sua contrariedade à decisão de não haver uma amplificação deste tipo de mensagem de estímulo ao uso racional da água. Já o diretor metropolitano demonstrou preocupação com a gravidade da crise, afirmando que a questão o angustiava. Por meio de nota, a SABESP explicou o contexto em que as falas aconteceram e que o intuito da reunião da estatal

seria o de “ampliar ao máximo as ações de comunicação para o uso racional da água junto aos funcionários da companhia”. Assim como a empresa, o governo paulista se manifestou por intermédio de nota segundo a qual “nunca vetou qualquer alerta sobre a crise hídrica”.

Esta notícia destaca em seu título e em seu *lead* a seguinte fala de Dilma Pena, para quem a SABESP deveria ser mais incisiva na mensagem à população sobre a importância de se economizar água durante a crise hídrica: “Cidadão, economize água. Isso tinha de estar reiteradamente na mídia, mas nós temos de seguir orientação, nós temos superiores, e a orientação não tem sido essa. Mas é um erro.” Na sequência, os repórteres Bruno Boghossian e Paulo Gama disponibilizam aos leitores *link* para o áudio da então presidente da empresa e publicam trecho de nota da SABESP a respeito do objetivo da reunião que teve as declarações vazadas pela imprensa. A estória segue com a informação de que o Governo do Estado de São Paulo era o acionista majoritário da companhia de saneamento e que tinha a prerrogativa de indicar a maioria dos nomes para integrar o conselho de administração da estatal. Outra abordagem desta notícia foi sobre a gravidade da crise, sendo que o Sistema Cantareira operava com 3% de sua capacidade quando da veiculação do material. O texto continua com um enfoque nas críticas à gestão Alckmin pela falta de transparência na condução da crise, supostamente devido às eleições de 2014 para o Governo do Estado de São Paulo. Por outro lado, contém a defesa do governo paulista, por meio de nota, ressaltando a transparência do então mandatário paulista, que “concedeu mais de uma centena de entrevistas coletivas, desde fevereiro [de 2014], para salientar a gravidade da maior seca já registrada na história”. Frases de Dilma Pena sobre a divulgação frustrada por orientações superiores não especificadas e falas de Paulo Massato sobre sua preocupação quanto à crise são reproduzidas. Em uma das declarações transcritas pela *Folha*, o diretor metropolitano da SABESP cita uma brincadeira de um amigo para ilustrar a criticidade da situação: “Ele falou: ‘saio de São Paulo, porque aqui não tem água, não vai ter água pra tomar banho, limpeza da casa’.” Ao término da matéria, os repórteres reproduzem integralmente a nota da empresa de saneamento sobre a reunião em que foram gravados os áudios vazados.

O grande embate presente nesta notícia diz respeito à transparência sobre a crise hídrica e às ações para que ela não acontecesse. Este conflito fica evidente por meio das falas da então presidente da SABESP, Dilma Pena, sobre a necessidade de melhor informar à população paulista sobre a importância de se utilizar a água de modo racional naquele contexto de escassez hídrica. Novamente o conflito em torno da transparência aparece na notícia quando os repórteres da *Folha* citam que o Governo do Estado de São Paulo vinha sendo acusado de falta de transparência sobre a crise por causa das eleições, enquanto a gestão Alckmin se defendeu

argumentando que o então governador falava reiteradamente acerca do tema por meio de “mais de uma centena de entrevistas coletivas” para enfatizar a gravidade da situação.

Nesta notícia a personagem principal é Dilma Pena, que exerce um papel dúbio de heroína e vilã. No caso da então presidente da SABESP, seu viés heroico se refere à sua consciência sobre o equívoco da não divulgação acerca do uso racional da água durante a crise hídrica, o que Dilma Pena verbalizou da seguinte maneira: “É um erro. Tenho consciência absoluta, e falo para as pessoas com quem eu conversei sobre esse tema, mesmo meus superiores.” Já a vilania da ex-presidente da companhia pode ser percebida pela sua omissão ao não fazer o que considerava correto: a efetiva divulgação para conscientização dos consumidores de água a respeito da preservação do recurso naquele contexto crítico. No caso de Massato, sua preocupação quanto à gravidade da crise lhe confere heroísmo. No sentido oposto, uma brincadeira citada pelo então diretor metropolitano sobre a possibilidade de os paulistanos precisarem tomar banho fora da capital paulista lhe confere uma carga de vilania. A orientação superior é a grande vilã desta estória, mas sua autoria não é explicitada, apesar de ficar implícito que o governo paulista era a instância com maior poder dentro da SABESP, pois era o acionista majoritário da empresa e indicava a maioria dos membros de seu conselho de administração – instância máxima da estatal. Além disso, a gestão Alckmin exerce um papel de vilã por ter sido acusada de faltar com a transparência durante a gestão da crise. A própria SABESP, que se manifesta por meio de nota veiculada na íntegra, assume uma função de vilã devido à sua submissão às ordens superiores mencionadas. Por sua vez, a *Folha de S. Paulo* desempenha o papel de heroína por trazer a público declarações de dirigentes da empresa de saneamento, explicitando a falta de transparência sobre a condução da crise hídrica da Grande São Paulo.

Os áudios vazados conferem forte efeito de real à notícia, pois contêm uma carga de irrefutabilidade, o que ainda é enfatizado pela reprodução das falas de Dilma Pena e Paulo Massato no decorrer da estória. Ademais, os repórteres Bruno Boghossian e Paulo Gama publicam integralmente nota da SABESP explicando o contexto da reunião em que os áudios foram gravados, posicionamento oficial que confere um maior efeito de real para a matéria, já que estatal não desmente a existência de tal reunião. Os narradores não escrevem explicitamente que a “orientação superior” teria partido da gestão Alckmin, mas deixam isto implícito especialmente quando explicam que o governo paulista era o acionista majoritário e tinha a prerrogativa de indicar integrantes do conselho de administração da SABESP. Há, ainda, a estratégia argumentativa de ressaltar frase de Massato, por meio do intertítulo “Banho em Ubatuba”, pois o então diretor metropolitano afirmou que “Quem puder compra [sic] garrafa de água mineral, quem não puder vai tomar banho na casa da mãe, em Santos, Ubatuba, Águas

de São Pedro. Aqui não vai ter”. As fotos utilizadas no material da *Folha* reforçam a dramaticidade da crise hídrica da Grande São Paulo ao mostrarem efeitos negativos da situação, tais como: reservatórios com o solo rachado pela seca, embarcação abandonada em parte seca da represa Jaguari, animais pastando dentro de represa do Sistema Cantareira, entre outras.

A principal metanarrativa verificável é que não se pode confiar nas informações das autoridades públicas, que divulgam informações sobre uma crise hídrica conforme seus próprios interesses e não segundo o interesse público, ou seja, o Estado induz a população à desinformação neste tipo de situação crítica. Neste sentido, está contida a ideia de que o Estado é opaco para divulgar informações de interesse público durante uma crise. Outra narrativa de fundo evidente é que uma crise hídrica repercute no cenário político, sendo que a gestão de uma crise desta natureza é mais pautada por decisões políticas do que por critérios técnicos. Também fica clara a concepção de que a imprensa é necessária para que a população saiba qual é a realidade de uma situação que a prejudica, como uma crise hídrica. Além disso, consta da notícia a metanarrativa segundo a qual a mídia possui papel significativo para mobilizar a população sobre a importância do uso racional da água. A ideia de que a chuva é a principal solução para uma crise hídrica também está presente nesta estória contada pela *Folha de S. Paulo*.

Ainda em 24 de outubro de 2010, às 14h16, o jornal veiculou a notícia “Gravação agrava situação da presidente da Sabesp” (RODRIGUES, 2014). Este texto conta como as declarações de Dilma Pena e Paulo Massato sobre a gravidade da crise hídrica repercutiram dentro do governo paulista. De acordo com a matéria, ambos os dirigentes da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo ficaram numa situação politicamente insustentável em virtude do vazamento dos áudios pela *Folha*. O texto do repórter Artur Rodrigues também cita que o desgaste de Pena já vinha de outra declaração da dirigente vazada pelo jornal. No áudio em questão, Dilma classificou como “teatrinho” a atuação dos vereadores paulistanos em CPI da Câmara Municipal durante conversa com o então vereador Andrea Matarazzo. Outro fator de desgaste de Pena, segundo a notícia, foi a demora da ex-dirigente em informar para Alckmin sobre a gravidade da crise hídrica. O jornalista da *Folha* cita, ainda, frases de Massato sobre a situação que causaram desconforto no Governo do Estado de São Paulo. Numa delas, o então diretor metropolitano da SABESP disse que, se a crise do Cantareira se agravasse, a estatal teria que “distribuir água com canequinha”. Em outra ocasião, Massato afirmou que a redução de pressão na rede de distribuição da empresa havia gerado uma “economia fabulosa”, expressão que causou desconforto político para a gestão Alckmin por seu caráter inadequadamente positivo em meio a uma situação tão deletéria.

A lógica desta notícia parte dos efeitos políticos do vazamento dos áudios de Dilma Pena e Paulo Massato principalmente dentro do governo Alckmin. O texto menciona brevemente a declaração de Pena sobre a orientação superior que impediu uma divulgação mais transparente de alertas sobre a crise hídrica por parte da empresa de saneamento, bem como a declaração de Massato acerca da gravidade da situação. Em seguida, o repórter Artur Rodrigues aborda a iminência de saída de ambos da SABESP, devido ao vazamento dos áudios pela *Folha de S. Paulo*. No caso de Pena, a matéria informa que a então presidente da estatal já havia solicitado sua saída do cargo antes mesmo dos áudios serem vazados. A lógica desta estória tem como fechamento um histórico sobre polêmicas anteriores de Pena e Massato, que já vinham se desgastando politicamente ante o governo paulista.

Nesta notícia fica claro um conflito entre a gestão Alckmin e a SABESP, pois dirigentes da empresa de saneamento declaravam sua discordância quanto a aspectos da condução da crise hídrica na Região Metropolitana de São Paulo pela gestão de Geraldo Alckmin, como a divulgação de informações insuficientemente para conscientização da sociedade no sentido do uso racional da água e o iminente risco de colapso no abastecimento da Grande São Paulo. Outra contraposição perceptível é entre o governo estadual e os dois dirigentes da estatal, sendo que as declarações proferidas por ambos contrariavam os posicionamentos do governo Alckmin até então sobre a crise. É possível identificar, ainda, o embate entre Dilma Pena e vereadores paulistanos em CPI na Câmara Municipal de São Paulo a respeito da crise hídrica na capital paulista, o que fica claro em áudio vazado a respeito do tema.

Tanto Dilma Pena quanto Paulo Massato desempenham três funções simultâneas: vítimas, heróis e vilões. A iminência da perda de seus cargos vitimiza, de certa maneira, os dois personagens. O heroísmo de ambos é evidenciado pela preocupação com a gravidade da crise e, no caso de Pena, pela importância que a ex-presidente da SABESP dava para a intensificação de alertas para a população sobre a necessidade de se economizar água naquele contexto crítico. A vilania dos ex-funcionários da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo pode ser percebida de modos distintos. No caso de Dilma Pena, há uma crítica por sua suposta demora em alertar Alckmin sobre a gravidade da crise hídrica, o que lhe confere uma característica de vilã. Para Massato, seu antagonismo fica nítido em declaração sobre a “economia fabulosa” gerada pelo racionamento na Grande São Paulo – o que conota insensibilidade quanto à população desabastecida. O governo paulista desempenha um papel de vítima das declarações dos dois ex-dirigentes da SABESP, sendo que a gestão Alckmin implicitamente é a vilã por trás da orientação superior que barrou a ampla divulgação sobre a gravidade da crise hídrica por parte da empresa de saneamento. O então governador paulista é

sutilmente retratado como vítima por não ter sido informado sobre a gravidade da crise tempestivamente. Já a *Folha* se posiciona no tabuleiro da estória como heroína que trouxe à luz declarações sobre o problema proferidas intramuros na SABESP e que só puderam vir a público por meio da atuação do veículo de comunicação.

Nesta notícia, a disponibilização de *links* para os áudios vazados de Dilma Pena e Paulo Massato confere forte efeito de real ao material, o que ainda é reforçado pela citação de trechos das falas de ambos os ex-dirigentes da SABESP. Outra estratégia argumentativa adotada pelo repórter Artur Rodrigues é mencionar falas controversas de Pena e Massato que incomodaram a cúpula do Governo do Estado de São Paulo. Deste modo, o leitor pode entender como ambos se desgastaram dentro da gestão Alckmin durante a crise. Assim como na notícia anterior, as fotos são empregadas para reforçar a noção de gravidade da crise hídrica da Grande São Paulo, o que pode ser percebido pelo solo rachado e seco da represa Atibainha, bombas captando água do volume morto do reservatório Jaguari, píeres longe da água desta represa, entre outras imagens com conotação dramática do Sistema Cantareira.

A principal metanarrativa perceptível nesta notícia é a de que a crise hídrica repercute no cenário político. Neste sentido, consta da estória a narrativa de fundo segundo a qual a gestão de uma crise hídrica desta natureza é mais pautada por decisões de cunho político do que por critérios de ordem técnica. A concepção de que não se pode confiar nas informações das autoridades públicas, pois elas divulgam informações conforme seus próprios interesses e não segundo o interesse público, também está presente. Assim, pode-se verificar que o Estado induz a população à desinformação e é pouco transparente na divulgação de informações numa situação crítica, como é o caso de uma crise hídrica. Há, também, a metanarrativa segundo a qual a imprensa é necessária para que a população saiba qual é a real situação de um problema que a impacta no cotidiano, como uma crise deste tipo.

Ainda em 24 de outubro de 2014, às 16h02, a *Folha de S. Paulo* publicou a notícia intitulada “Gestão Alckmin diz que Sabesp tem de esclarecer fala de presidente” (FOLHA DE S. PAULO, 2014a). Neste texto, o jornal informa sobre a reação do governo paulista provocada pela divulgação de um áudio em que a então presidente da SABESP, Dilma Pena, afirmava que uma orientação superior conteve a ampla divulgação de alertas para a população acerca da gravidade da crise hídrica de São Paulo. Conforme a matéria, a gestão Alckmin se manifestou por nota, afirmando que o então governador pedia reiteradamente à população paulista uma colaboração no sentido da utilização racional da água durante a crise. O comunicado ressaltou, ainda, que o mandatário havia falado a respeito da gravidade da situação em “mais de uma centena de entrevistas” até aquele momento. Ademais, o governo Alckmin argumenta, na nota

oficial, que não foi citado por Pena em nenhum momento do áudio e que as frases dela e do diretor metropolitano da SABESP, Paulo Massato, haviam sido supostamente “vazadas seletivamente a dois dias das eleições” para o cargo de governador do Estado de São Paulo. Além das falas de Pena sobre os impedimentos para que a empresa amplificasse a divulgação sobre a importância do uso racional da água durante a crise hídrica, o texto contém depoimentos de Massato sobre sua preocupação quanto à gravidade da situação de abastecimento da Grande São Paulo naquele contexto.

A lógica desta notícia tem início com o governo estadual exigindo explicações da SABESP sobre falas da então presidente da empresa sobre um cerceamento de sua atuação para divulgar mais amplamente alertas à população abastecida pela empresa sobre a crise hídrica da RMSP. O texto continua com nota da gestão Alckmin a qual listou ações de transparência adotadas pelo governo estadual durante a crise, como as mais de cem coletivas de imprensa e discursos do então mandatário quanto à gravidade da situação hídrica do Estado de São Paulo. Em seguida, o jornal cita fala de Dilma Pena a respeito da orientação superior, que impedia a divulgação ampla e recorrente de informações sobre a crise na mídia, e disponibiliza acesso ao áudio vazado da dirigente. Na sequência é concedido espaço para nota da gestão Alckmin se isentando de qualquer relação com a “orientação superior” mencionada pela então presidente da SABESP. Além disso, o comunicado levanta a hipótese de uso eleitoral dos vazamentos de Pena e Massato às vésperas das eleições de 2014 para o Governo do Estado de São Paulo. A estória é finalizada com uma sequência de falas de Massato contidas no áudio vazado, por meio das quais o diretor metropolitano da SABESP expressou sua preocupação relativa à gravidade da crise e à possibilidade de colapso no abastecimento da Grande São Paulo.

Nesta notícia, o principal conflito dá-se entre o governo paulista e a Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo, já que a gestão Alckmin cobra explicações da empresa sobre as declarações de sua então presidente, Dilma Pena, para quem a divulgação sobre a crise hídrica na mídia estava abaixo do que deveria, devido a uma orientação superior não atribuída especificamente a nenhuma pessoa ou instituição. O Governo do Estado de São Paulo também se manifesta contrariamente à ilação de que estaria cerceando a divulgação sobre a crise por parte da SABESP ao argumentar que não é citado em nenhum momento no áudio de Pena. Portanto, há uma contraposição entre a transparência e a falta dela na divulgação sobre a gravidade da crise e sobre a importância do uso racional da água pela população naquele contexto. Além desta questão, o governo estadual deixa claro um embate político em torno da crise ao levantar a possibilidade de uso eleitoral dos áudios vazados dias antes das eleições pela *Folha de S. Paulo* referentes às falas dos dois dirigentes da estatal supracitados.

O governo paulista é o personagem principal desta estória e atua de três modos distintos: como vítima das declarações de dirigentes da SABESP vazadas pelo jornal, como suspeito de ter cerceado a empresa na divulgação sobre a crise hídrica na mídia e como herói que adotou ações para dar transparência sobre a gravidade da situação. Dilma Pena, por sua vez, desempenha um papel dúbio de heroína, por ter demonstrado a preocupação de informar a população paulista sobre a gravidade do problema, e de vilã, por ter sucumbido à orientação superior que vetava a ampla divulgação do assunto na mídia. Também com atuação dúbia, o diretor metropolitano da estatal, Paulo Massato, exerce heroísmo pela preocupação demonstrada acerca da gravidade da crise hídrica, mas possui um aspecto de vilania por ter expressado tal sensação apenas dentro da companhia de saneamento. Por sua vez, a *Folha de S. Paulo* se mostra como heroína que levou a público informações escamoteadas pelos dirigentes da SABESP a respeito da situação.

Ao informar que o governo estadual era o acionista majoritário da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo, esta notícia permite ao leitor subentender que a gestão Alckmin tinha poder de influência suficiente para interferir na divulgação realizada pela SABESP sobre a crise hídrica. Além desta estratégia, há uma confrontação entre nota oficial emitida pela gestão Alckmin e trechos dos áudios vazados de Pena e Massato. Nesta estória há, ainda, a disponibilização de ambos os áudios, o que confere forte efeito de real para o material em virtude de sua irrefutabilidade. Outra estratégia utilizada pelo jornal é a utilização de fotos que reforçam a gravidade da crise, como uma imagem do solo seco no fundo do reservatório Jaguari, que integra o Sistema Cantareira. As fotos desta notícia são basicamente as mesmas dos dois textos que integram esta parte do Episódio F.

Na notícia “Gestão Alckmin diz que Sabesp tem de esclarecer fala de presidente” (FOLHA DE S. PAULO, 2014a), pode-se perceber a metanarrativa segundo a qual uma crise hídrica repercute no cenário político. Ademais, consta do texto a concepção de que o Estado é pouco transparente na divulgação de informações de interesse público numa crise desta natureza, ou seja, o Estado induz a população à desinformação acerca da escassez de água neste tipo de contexto. Neste sentido, está presente a ideia de que as autoridades governamentais levam a público prioritariamente informações de seu próprio interesse e não de interesse público. A narrativa de fundo segundo a qual uma crise hídrica pode ser utilizada como arma eleitoral está presente nesta estória, bem como a noção de que a gestão de uma crise deste tipo é mais pautada por decisões políticas do que por critérios técnicos. Outra metanarrativa perceptível é de que a chuva é a principal solução para uma crise hídrica em vez de ações de gestão. Também se percebe a ideia de que a imprensa é necessária para que a população saiba

qual é a situação de um problema grave, tal qual uma crise hídrica. Por fim, a notícia contém a concepção de que a mídia tem papel significativo para mobilizar a população quanto ao uso racional da água.

Com o título “Pressionada, presidente da Sabesp admite que deixará cargo em 2015” (MACHADO, 2014), esta notícia da *Folha de S. Paulo*, veiculada em 20 de dezembro de 2014, informa sobre carta da então presidente da empresa, Dilma Pena, dirigida aos funcionários da SABESP. No documento, a dirigente anunciou sua saída da estatal para o início de 2015. Segundo o texto do jornal, Pena demonstrou seu desgaste na condução da crise e sua admiração ao trabalho desempenhado pelos funcionários da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo, chamados de “lutadores” pela então dirigente. De acordo com a notícia, o desgaste de Dilma Pena foi acentuado pelo agravamento da crise hídrica paulista e por áudios vazados contendo falas polêmicas da ex-presidente da SABESP. Numa delas, Pena afirmou a dirigentes da estatal que uma “orientação superior” evitara a divulgação adequada de alertas à população paulista a respeito da necessidade de se economizar água durante a crise. Em outra fala vazada, Dilma definiu como “teatrinho” a CPI da Câmara Municipal de São Paulo que tratou do contrato firmado entre a companhia de saneamento e a Prefeitura de São Paulo para abastecimento de água da capital paulista. Esta notícia informa, também, sobre a proposta de sobretaxa para consumidores da SABESP que não reduzissem seu consumo de água, medida que dependia de aprovação por parte da ARSESP, agência reguladora estadual.

A lógica deste texto parte da informação sobre carta da então presidente da SABESP, Dilma Pena, aos funcionários da empresa, segundo a qual deixaria o posto a partir do início de 2015. O repórter Leandro Machado, então, aborda o desgaste da gestora na condução da crise hídrica ante o governo paulista. Na sequência, é mencionado um trecho da carta sobre a transição a ser realizada por Pena. Depois disso, o narrador conta que a saída da então dirigente era dada como certa pela cúpula da gestão Alckmin àquela altura e descreve falas da gestora vazadas pela *Folha* e que desgastaram sua imagem dentro do Governo do Estado de São Paulo. Em seguida, a notícia traz informações detalhadas acerca da proposta de sobretaxa para os consumidores da SABESP que não reduzissem seu consumo de água naquele contexto de crise. O fechamento do texto dá-se com citações da carta de Dilma se despedindo e elogiando os funcionários da estatal de saneamento.

Nesta estória, o conflito mais evidente é entre o governo paulista e Dilma Pena, pois, segundo a notícia da *Folha*, tanto a atuação da dirigente na condução da crise hídrica quanto suas declarações vazadas pela imprensa deixaram a gestão Alckmin em situação desconfortável perante a opinião pública. O texto possui, ainda, uma contraposição entre Pena e uma orientação

superior – cujo autor não é identificado – que impediu uma ampla divulgação da SABESP sobre a necessidade de a população economizar água durante a crise. Também consta desta estória um conflito entre Pena e os vereadores da CPI da Câmara Municipal de São Paulo a respeito do contrato entre a estatal e a Prefeitura de São Paulo para o abastecimento da RMSP.

A personagem principal desta estória é Dilma Pena, que desempenha dois papéis simultaneamente. A vilania da gestora fica clara no seguinte trecho da notícia: “Sob a gestão de Dilma Pena, que está no cargo desde 2011, reservatórios de água que abastecem a Grande São Paulo bateram recordes negativos de armazenamento.” A personagem também exerce o papel de vítima das circunstâncias que levaram à sua saída do comando da SABESP. Devido à falta de transparência referente à saída de Pena e em virtude da pressão para que a dirigente deixasse o cargo, o governo paulista exerce um papel de vilão. Por outro lado, os funcionários da estatal são investidos de heroísmo por terem sido “lutadores”, conforme as palavras de Dilma Pena, no enfrentamento à crise hídrica.

O repórter Leandro Machado utiliza a estratégia argumentativa de citar trechos da carta de despedida de Dilma Pena aos funcionários da SABESP a fim de conferir efeito de real à notícia e evidenciar posicionamentos da dirigente ante os fatos relatados. O narrador se vale, ainda, de frases que evidenciam o desgaste da gestora, como “A executiva se desgastou na condução da empresa”, “A saída de Dilma já era dada como certa na cúpula do governo Geraldo Alckmin” ou “Sua situação ficou insustentável após vazamentos de gravações dela”. A estratégia de evidenciar as supostas falhas cometidas por Pena em sua atuação durante a crise hídrica também consta da notícia, como no caso de declarações controversas da executiva vazadas pela imprensa. Outra estratégia perceptível é a publicação de um didático infográfico, o qual detalha a proposta do Governo do Estado de São Paulo para o início da cobrança de sobretaxa de consumidores da SABESP que não reduzissem seu consumo de água naquele contexto crítico.

Uma das metanarrativas presentes é que uma crise hídrica repercute no cenário político. Deste modo, é possível identificar que a gestão de uma crise desta natureza é mais baseada em decisões políticas do que em critérios técnicos. Também está presente a narrativa de fundo segundo a qual não se pode confiar nas informações divulgadas pelo Estado, que leva ao conhecimento da população informações conforme seus próprios interesses e não segundo o interesse público. Outra concepção perceptível nesta estória é que o Estado induz a população à desinformação por meio da falta de transparência ao informar sobre problemas complexos, como uma crise hídrica. Há, ainda, a metanarrativa segundo a qual a chuva é a panaceia para solucionar a escassez de água.

Em todas as quatro notícias que compõem a parte “O caso dos áudios vazados de dirigentes da SABESP”, que integra o episódio “Transparência na comunicação sobre a crise”, a água é retratada numa perspectiva de abastecimento urbano, ou seja, como insumo necessário para o suprimento da população abastecida pelos principais sistemas hídricos do Estado de São Paulo. Outra característica recorrente nas quatro histórias analisadas refere-se ao papel da água como instrumento político-eleitoral pela gestão Alckmin.

4.6.3 Parte F3: Mudanças na forma de divulgação dos dados dos reservatórios do Sistema Cantareira

Esta parte do episódio “Transparência na comunicação sobre a crise” é composta de duas notícias da *Folha de S. Paulo*. A primeira delas é intitulada “Promotoria quer que Sabesp use índices negativos para o Cantareira” (TUFFANI, 2015), veiculada em 18 de março de 2015. A segunda tem como título “Folha muda base de cálculo sobre Cantareira” (FOLHA DE S. PAULO, 2015) e foi publicada pelo jornal no dia seguinte ao primeiro texto. Estes materiais tiveram sua veiculação num momento em que o Ministério Público do Estado de São Paulo cobrava da empresa de saneamento uma maior transparência na divulgação dos dados sobre o volume acumulado nos reservatórios que abasteciam a Grande São Paulo, o que incluía a divulgação de dados abaixo de 0% de armazenamento, ou seja, considerando o volume morto dos mananciais em questão, sobretudo o Sistema Cantareira.

A matéria “Promotoria quer que Sabesp use índices negativos para o Cantareira” (TUFFANI, 2015) informa que, em 18 de março de 2015, o Ministério Público do Estado de São Paulo estava na iminência de tomar medidas judiciais contra a Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo para que a empresa passasse a divulgar índices negativos referentes ao volume acumulado pelo Sistema Cantareira para “não se prejudicar a eficácia de medidas de economia no consumo de água pela população”. Segundo o texto, a SABESP já havia recebido recomendação do MPSP em fevereiro daquele ano para adotar os percentuais negativos para o manancial, mas ainda não havia atendido à solicitação, segundo o coordenador do núcleo Cabeceiras do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Meio Ambiente, o promotor de Justiça Ricardo Manuel de Castro. O texto informa, ainda, que a estatal havia passado a divulgar, em 17 de março de 2015, dois índices que sempre indicavam percentuais positivos.

Esta notícia parte da ameaça de medidas judiciais por parte do MPSP contra a SABESP, após recomendação para que a empresa passasse a divulgar índices negativos de armazenamento de água do Sistema Cantareira, que estava em seu volume morto naquele

momento. A lógica narrativa segue com base nas duas formas de cálculo utilizadas pela Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo, ambas que indicavam percentuais positivos do Cantareira. Enquanto uma delas tomava como base o volume útil já esgotado, a outra somava este total ao volume morto em uso a cada dia. Na sequência, o promotor Ricardo Manuel de Castro ameaçou adotar medidas judiciais contra a SABESP, caso a empresa insistisse em não divulgar o índice de armazenamento do Sistema Cantareira de maneira transparente. Em seguida, o repórter Maurício Tuffani explica a lógica de se aplicar um percentual negativo para indicar a situação do Cantareira, segundo formas de cálculo propostas pelo MPSP e pelo professor da UNICAMP Antonio Carlos Zuffo. Por fim, a Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo se defendeu com o argumento de que ainda não utilizava os índices negativos pelo fato de as solicitações do Ministério Público se constituírem apenas em recomendações. De acordo com o texto, a empresa de saneamento contraditoriamente considerou procedente a recomendação do MPSP quanto à adoção de níveis negativos para o Cantareira.

O grande conflito existente nesta matéria é travado entre o Ministério Público do Estado de São Paulo e a SABESP. Por um lado, o promotor de Justiça Ricardo Manuel de Castro solicita à estatal a divulgação de índices negativos referentes ao armazenamento do Sistema Cantareira enquanto o manancial estivesse em seu volume morto. A solicitação visava ao esclarecimento da população paulista acerca da gravidade da situação dos mananciais da Grande São Paulo. Por sua vez, a SABESP mantinha a divulgação de índices sempre positivos e não atendia à recomendação do MPSP por não se considerar obrigada a cumpri-la. Enfim, neste conflito está implícita a contraposição entre a transparência exigida pelo Ministério Público e a falta dela por parte da empresa estatal.

Tanto o MPSP quanto seu promotor Ricardo Manuel de Castro desempenham o papel de heróis desta estória por defenderem o direito da população de saber a gravidade da situação do principal manancial da Região Metropolitana de São Paulo. Já a SABESP exerce o papel de vilã por não deixar clara a gravidade da crise hídrica em função de sua insistência em utilizar somente índices positivos referentes ao volume acumulado no Sistema Cantareira. Segundo o promotor, esta forma de divulgação dos dados pela companhia estadual prejudicava a eficácia de medidas de estímulo à economia no consumo de água pela população da Grande São Paulo. Sobre este ponto, a lógica do MPSP era de que a difusão de índices sempre positivos não dava, aos habitantes da metrópole, uma dimensão de que o Cantareira estava operando numa condição excepcionalmente crítica com uso da água do fundo de seus reservatórios – o que poderia desestimular a redução do consumo de água pela população. Já o professor da UNICAMP

Antonio Carlos Zuffo é brevemente mencionado como personagem técnico que também sugeriu um cálculo que indicasse um índice negativo em caso de uso do volume morto do Sistema Cantareira.

A estratégia argumentativa do repórter Maurício Tuffani está alicerçada nas fórmulas de cálculo propostas tanto pelo MPSP quanto pelo professor Zuffo, que indicariam percentuais negativos do Sistema Cantareira, assim como na explicação sobre as fórmulas utilizadas para os dois índices sempre positivos calculados pela SABESP. No texto, o jornalista da *Folha* explica detalhadamente como eram realizados os cálculos sobre a situação do armazenamento de água no manancial, evidenciando uma preocupação do Ministério Público do Estado de São Paulo para que a população pudesse ter a noção exata da gravidade da crise hídrica. De modo oposto, pode ser percebido um desinteresse da SABESP em dar a devida transparência à situação, o que fica claro, devido às aspas simples utilizadas pela notícia no trecho em que a companhia de saneamento afirma que o Ministério Público “apenas ‘recomendou’ a adoção do novo índice”.

Um das metanarrativas presentes nesta matéria de Maurício Tuffani é que o Estado somente é transparente quando pressionado – neste caso, pelo Ministério Público do Estado de São Paulo. Outra narrativa de fundo perceptível é a de que numa crise hídrica os dados são atenuados de modo a mascarar a gravidade da situação, dados os efeitos políticos gerados pelo problema. Neste sentido, também está perceptível a concepção de que não se pode confiar nas informações do Estado, que divulga apenas o que é de seu interesse, deixando o interesse público em segundo plano. Ainda é possível identificar a metanarrativa de que é obrigação do Estado manter a população devidamente informada sobre a real situação de um problema grave e que afeta um grande contingente populacional, como é o caso de uma crise hídrica.

Na notícia “Folha muda base de cálculo sobre Cantareira” (FOLHA DE S. PAULO, 2015), que não é assinada por nenhum repórter, o jornal informa que passaria a adotar uma nova fórmula de cálculo para o volume de água acumulado pelo Sistema Cantareira a partir de 19 de março de 2015, tomando como base a quantidade de água a cada dia e a capacidade total do reservatório, que era de 1,3 trilhão de litros, segundo o veículo de comunicação. Até então, conforme o texto, o índice utilizado pela *Folha* considerava o somatório entre o volume útil, de 1 trilhão de litros, e o total do volume morto que vinha sendo utilizado diariamente. De acordo com a notícia, a Companhia de Saneamento do Estado de São Paulo passou a divulgar em seu *site* os novos índices a partir de 17 de março daquele ano com as duas formas de cálculo mencionadas por pressão do MPSP.

Esta estória tem como ponto de partida a adoção da nova forma de cálculo sobre os volumes dos reservatórios do Sistema Cantareira por parte da *Folha*. A lógica narrativa segue com uma explicação sobre o novo modo de calcular o armazenamento das represas em questão, além de um esclarecimento sobre a antiga fórmula de cálculo percentual. Por fim, o jornal contextualiza a adoção do novo modo de se calcular o volume dos mananciais pela SABESP como uma reação da companhia de saneamento à pressão do Ministério Público do Estado de São Paulo.

Um conflito perceptível nesta notícia é travado entre a Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo e o MPSP, já que o Ministério Público cobrou da estatal a divulgação dos dados dos reservatórios – principalmente do Sistema Cantareira – de modo mais didático e condizente com a realidade, considerando o volume morto por inteiro e não apenas a reserva técnica que estava sendo utilizada. Destarte, os dados percentuais ficavam menores, o que evidenciava mais para a população da Grande São Paulo a real gravidade da crise hídrica vigente à época. Relacionada a esta questão estava a busca por transparência pelo Ministério Público do Estado de São Paulo e um maior esclarecimento dos habitantes da metrópole acerca dos volumes de água efetivamente acumulados nos reservatórios que os abasteciam.

A própria *Folha de S. Paulo* é a personagem principal desta estória por esclarecer didaticamente a seus leitores de que forma passaria a informar os índices de armazenamento de água dos reservatórios responsáveis pelo abastecimento da Região Metropolitana de São Paulo. Este gesto de transparência confere heroísmo ao jornal num contexto marcado pela falta de divulgação adequada de informações sobre a crise hídrica de São Paulo. Embora mencionado brevemente, o MPSP também desempenha um papel heroico ao cobrar da SABESP transparência na divulgação de informações a respeito desta crise. Por outro lado, o jornal configura a Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo como vilã por supostamente divulgar os índices dos reservatórios de modo menos fidedigno do que deveria.

Nesta estória, a *Folha de S. Paulo* explica minuciosamente como passaria a veicular os dados de armazenamento dos reservatórios responsáveis pelo abastecimento da Grande São Paulo, descrevendo a nova fórmula de cálculo para indicar o volume acumulado nos mananciais. Outra estratégia argumentativa é vincular esta mudança ao novo cálculo que o Ministério Público do Estado de São Paulo havia exigido que a SABESP passasse a utilizar na divulgação dos dados. Assim, o jornal justificou a mudança em sua forma de veicular o percentual de água armazenado nos reservatórios, conferindo um maior efeito de real aos dados que passariam a ser divulgados daquele momento em diante.

Uma das metanarrativas presentes neste texto é a de que a imprensa possui um importante papel na difusão de informações sobre uma crise hídrica, especialmente quando o Estado falha ao fazê-lo. A narrativa de fundo de que é obrigação do Estado manter a população devidamente informada sobre uma situação que a impacta, como uma crise dessa natureza, também é perceptível. Outra ideia presente é a de que não se pode confiar nas informações do Estado, que divulga fundamentalmente o que é conveniente para si e não as informações de interesse público – no caso de uma crise hídrica, dados são atenuados para mascarar a gravidade da situação, por exemplo. Ainda pode ser percebida a metanarrativa de que o Estado apenas é transparente quando pressionado, seja pela imprensa ou pelo Ministério Público.

Em ambas as notícias que compõem a parte “Mudanças na forma de divulgação dos dados dos reservatórios do Sistema Cantareira” do Episódio F, a questão da água é abordada sob a perspectiva do abastecimento urbano. Neste sentido, os dois textos tão somente retratam o líquido como um índice percentual de recursos hídricos disponíveis para uso pela população abastecida pelo Sistema Cantareira.

O Governo do Estado de São Paulo e a população paulista travam o maior conflito da Parte F1 do episódio “Transparência na comunicação sobre a crise” em função de dois fatores. O primeiro deles é a falta de transparência governamental para comunicar informações de interesse público durante a crise, como as regiões que teriam corte no fornecimento de água. O segundo motivo é o racionamento em si, que causou transtornos para o cotidiano dos habitantes da Grande São Paulo, como a impossibilidade de realizar atividades prosaicas, como cozinhar ou tomar banho – esta é a mesma razão para o confronto entre a população e a SABESP, empresa que abastece a RMSP. Tanto a Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo quanto o governo paulista, seu acionista majoritário, têm um embate com os funcionários da SABESP para evitar vazamentos de informações pelos trabalhadores da estatal. Esta questão traz à tona o confronto entre a transparência e a falta dela pela gestão Alckmin, dualidade também presente no conflito semântico representado pelo esforço do Governo do Estado de São Paulo em utilizar eufemismos para atenuar a gravidade da crise hídrica – ação que foi definida ironicamente pela *Folha* como “dicionário do tucanês” ou “glossário da água”. Por intermédio do então diretor-presidente, Vicente Andreu, a ANA também se contrapõe ao governo paulista ao cobrar uma maior transparência na divulgação dos índices de armazenamento de água no Sistema Cantareira, além de uma maior prudência na condução da crise com a aplicação de medidas para estimular a redução do consumo de água na Grande São Paulo. Há, ainda, uma dualidade entre a Justiça Federal e os dois órgãos responsáveis pela gestão das águas do

Cantareira, ANA e DAEE, pois decisão judicial determinou que fossem preservados pelo menos 10% do volume útil do manancial até abril de 2015.

Um dos principais conflitos da Parte F2 deste episódio é travado entre a SABESP, representada por sua então presidente, Dilma Pena, e a orientação superior – não atribuída claramente a nenhuma instituição ou autoridade pública – para que a estatal deixasse de ampliar a divulgação sobre a gravidade da crise hídrica vigente e a necessidade da população economizar água naquele contexto. Outro embate que pode ser percebido é entre o governo paulista e a SABESP, já que a gestão Alckmin cobrou explicações da estatal acerca das declarações da então presidente, Dilma Pena, e do então diretor metropolitano, Paulo Massato, vazadas pela *Folha de S. Paulo*. A dissonância entre as falas de Pena e de Massato em relação à forma de condução da crise pelo governo estadual reflete outra contraposição existente na Parte F2. Outro confronto que perpassa as notícias analisadas é entre ações para dar transparência às medidas para solucionar a crise e dimensionar sua gravidade e os movimentos para evitar tal transparência, como a “orientação superior” citada por Pena. A executiva da SABESP também trava um embate com vereadores em CPI na Câmara Municipal de São Paulo sobre o contrato de abastecimento entre a empresa e a prefeitura da capital paulista, o que também foi vazado por meio de áudio obtido e veiculado pela *Folha*. O Governo do Estado de São Paulo também levanta a possibilidade de um conflito de interesse, com caráter eleitoral, referente à divulgação dos áudios de Pena e Massato às vésperas das eleições de 2014.

O grande conflito presente na Parte F3 é travado entre o MPSP e a SABESP, pois o Ministério Público do Estado de São Paulo pressionou a empresa de saneamento a adotar um índice negativo quando o Sistema Cantareira estivesse operando em seu volume morto, o que não vinha sendo seguido pela estatal até então. Este embate contém, ainda, a contraposição entre a transparência e a desinformação da população da Grande São Paulo sobre a gravidade da crise hídrica, sendo que uma população ciente do tamanho do problema tenderia a consumir água de maneira mais racional, segundo a lógica seguida pelo MPSP.

O Governo do Estado de São Paulo, Geraldo Alckmin e a SABESP são antagonistas da Parte F1 por terem faltado com a transparência na divulgação de informações de interesse público durante a crise hídrica, tais como índices que indicassem didaticamente a gravidade da situação. A empresa de saneamento também é retratada pela *Folha* como vilã por ter falhado em manter o abastecimento regular na Grande São Paulo. Por outro lado, os funcionários da SABESP atuam simultaneamente como vítimas da opressão para não vazarem informações sobre a crise e como heróis interessados em levar a público informações acerca do problema. No entanto, um dirigente em específico exerce o papel de vilão: o superintendente de produção

de água, Marco Antônio Lopez de Barros, que negou veementemente a existência de racionamento na RMSP durante entrevista para o programa *Fantástico*, da TV Globo, repercutida pelo jornal. Por terem dialogado em busca de soluções conjuntas para a crise, Alckmin e a então presidente da República, Dilma Rousseff, desempenham uma função heroica numa das notícias analisadas. A ANA tem um papel dúbio exercido por meio do então diretor-presidente, Vicente Andreu. A Agência Nacional de Águas atua como heroína que cobra mais transparência da gestão Alckmin quanto à divulgação de informações sobre a crise, assim como tem uma faceta de vilã intimada a manter um volume útil mínimo nos reservatórios do Sistema Cantareira. Esta decisão da Justiça Federal, heroína por sua atuação em prol de uma gestão de recursos hídricos mais austera naquele contexto, também impactou o DAEE, órgão estadual responsável pela gestão das águas do Cantareira, assim como a ANA. Novamente a população paulista, principalmente das periferias da Grande São Paulo, atua como a grande vítima desta narrativa.

A então presidente da SABESP, Dilma Pena, e o então diretor metropolitano da estatal, Paulo Massato, são os principais personagens da Parte F2 deste episódio, exercendo os papéis de heróis, vilões e vítimas. O papel heroico de ambos está na preocupação demonstrada pelos dois dirigentes em suas falas vazadas e publicadas pela *Folha de S. Paulo*. Pena e Massato exercem o papel de vítimas por passarem a ter seus postos em perigo a partir dos vazamentos dos áudios via imprensa. Em termos de vilania, a então presidente da empresa é posicionada como antagonista por ter se submetido à “orientação superior”, citada por Dilma e não atribuída claramente a nenhuma pessoa ou instituição, que não permitiu a ampliação da divulgação sobre a importância do uso racional da água para a população paulista naquele contexto de crise. No caso de Massato, o que lhe confere vilania são brincadeiras inapropriadas acerca da crise hídrica num contexto em que a população da Grande São Paulo sofria os efeitos da crise, além de sua declaração de que o racionamento havia gerado uma “economia fabulosa”. De maneira distinta, funcionários da SABESP são posicionados heroicamente como agentes que trabalharam para contornar a situação de escassez hídrica na RMSP. O governo paulista desempenha as funções de herói, vilão, vítima e suspeito. O caráter heroico desta atuação da gestão Alckmin diz respeito às medidas de transparência realizadas, como uma série de coletivas de imprensa e entrevistas do então governador sobre a crise. De modo oposto, o Governo do Estado de São Paulo é configurado como vilão por ter faltado com a transparência durante a situação, por ter pressionado para que Pena deixasse o comando da estatal de saneamento e por não ter conseguido assegurar o abastecimento contínuo de água para a Grande São Paulo naquele contexto. Tanto Alckmin quanto seu governo desempenham o papel de vítimas, pois foram

surpreendidos pelas inesperadas declarações dos dois dirigentes da companhia estadual. A gestão paulista é suspeita de ter dado a “orientação superior” para que a divulgação sobre a crise hídrica não fosse amplificada, segundo Dilma Pena. Nas notícias da *Folha*, esta leitura pode ser feita com base na informação de que o Governo do Estado de São Paulo é o acionista majoritário da SABESP e o responsável por indicar a maior parte dos membros do conselho de administração da estatal. Por sua vez, o jornal exerce o papel heroico de informar a seus leitores sobre a real gravidade da crise hídrica supostamente omitida pela gestão Alckmin, trazendo à tona declarações de pessoas da empresa de saneamento que acompanhavam o problema de perto e não poderiam se pronunciar publicamente, da forma que o fizeram dentro da companhia, sob pena de perderem seus cargos.

Na Parte F3 deste episódio, a grande vilã é a Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo por não adotar formas de cálculo que indicassem índices negativos para os volumes armazenados nos reservatórios do Sistema Cantareira quando eles estivessem operando em seu volume morto. Para o Ministério Público do Estado de São Paulo, representado pelo promotor Ricardo Manuel de Castro, a não adoção da fórmula de cálculo proposta pelo MPSP desestimulava um uso mais racional da água pela população da metrópole por não indicar claramente a real gravidade da crise hídrica da Grande São Paulo. Com um caráter técnico, o professor da UNICAMP Antonio Carlos Zuffo é citado pela *Folha* por também ter sugerido uma fórmula que permitisse volumes negativos. O jornal desempenha um papel heroico por esclarecer a seus leitores como passaria a divulgar os novos índices para o volume do Cantareira num contexto de falta de transparência na condução da crise.

Na Parte F1 do episódio “Transparência na comunicação sobre a crise”, a principal metanarrativa é a de que, numa crise hídrica, o Estado informa a população conforme seus interesses em detrimento do interesse público. Outra concepção presente nas notícias analisadas é que as autoridades públicas jogam com as palavras e com os dados para atenuar a gravidade de uma crise dessa natureza, induzindo a população à desinformação acerca do tema. A narrativa de fundo segundo a qual a imprensa desempenha um papel fundamental para levar a público informações omitidas por autoridades públicas também pode ser identificada. Também é perceptível a metanarrativa de que o Estado não se compadece do sofrimento da população numa crise hídrica, sendo que os moradores das periferias são os que mais padecem do problema. A ideia de que eleitores votam até mesmo em candidatos que não consideram transparentes também é perceptível. Estão presentes, ainda, duas narrativas de fundo relacionadas à solução de uma crise hídrica: o Estado precisa adotar medidas prudentes para

garantir o abastecimento de água e a conjunção de esforços entre diferentes esferas governamentais contribui para solucionar o problema da falta de água.

A Parte F2 contém a metanarrativa de que as autoridades públicas divulgam informações sobre uma crise hídrica conforme seus próprios interesses em detrimento do interesse público, o que conduz à concepção de que tais autoridades induzem a população à desinformação nesse tipo de contexto. Ainda sobre a questão da transparência, consta das notícias analisadas a ideia de que o Estado falha ao dar a devida publicidade a informações de interesse público durante uma crise hídrica, como a importância do uso racional do recurso pela população. Está presente a metanarrativa de que a imprensa possui papel necessário para desvelar à sociedade informações omitidas por autoridades públicas a respeito de uma crise dessa natureza, assim como o sentido de que a imprensa contribui para mobilizar a população acerca da importância do uso racional da água – sobretudo em situações de escassez. A metanarrativa segundo a qual uma crise hídrica repercute no cenário político também pode ser verificada nas quatro notícias da *Folha de S. Paulo* analisadas, assim como a concepção de que uma crise dessa natureza é mais conduzida com base em critérios políticos do que técnicos, sendo que o problema pode até mesmo ser utilizado com fins político-eleitorais. Por fim, consta da Parte F2 a metanarrativa de que a chuva é a panaceia para solucionar uma crise hídrica.

No decorrer da Parte F3, está presente a metanarrativa segundo a qual não se pode confiar nas informações do Estado, que divulga o que é de seu interesse em detrimento do interesse público. Relacionada a este ponto está a narrativa de fundo de que numa crise hídrica dados são atenuados para mascarar a real gravidade da situação. Além disso, consta das duas notícias analisadas a concepção de que o Estado apenas dá a devida transparência para as informações acerca de uma questão grave, como uma crise hídrica, quando é pressionado por agentes externos, como a imprensa e o Ministério Público. Outra metanarrativa que pode ser observada é a de que o Estado tem a obrigação de manter a população devidamente informada a respeito da gravidade de uma crise dessa natureza. Por fim, percebe-se a ideia de que a imprensa possui o papel de difundir para a sociedade informações sobre uma crise hídrica omitidas pelo Estado.

Tanto na Parte F1 quanto na Parte F2 deste episódio, a questão da água é abordada pela *Folha de S. Paulo* numa perspectiva de uso da crise hídrica como instrumento político-eleitoral para melhorar a imagem – ou mesmo evitar danos a ela – de um governo perante a opinião pública. Em ambas as narrativas terciárias e na Parte F3, o líquido é retratado basicamente como insumo para o abastecimento urbano. Ademais, as histórias analisadas contêm um pressuposto de que a crise pode ser solucionada simplesmente com o uso de novos mananciais, o que traz consigo um sentido de que a água é um recurso sempre disponível, mesmo que cada vez mais

distante das grandes cidades. Especificamente na Parte F3, a questão da água tem uma abordagem que considera o líquido como um índice percentual que representa a situação do volume acumulado nos reservatórios do Sistema Cantareira.

4.7 EPISÓDIO G: FIM DA CRISE E LIÇÕES DECORRENTES

4.7.1 Parte G1: Anúncio do fim da crise pelo então governador de São Paulo

Duas matérias da *Folha de S. Paulo* no contexto do episódio “Fim da crise e lições decorrentes” foram selecionadas para análise. A primeira delas é intitulada “Alckmin diz que crise da água acabou; vítimas de racionamento contestam” (LOBEL; BRENDLER; GOMES, 2016) e foi veiculada em 7 de março de 2016, dia em que o então governador paulista, Geraldo Alckmin, declarou que a crise hídrica na Região Metropolitana de São Paulo estava encerrada. Publicada dois dias depois, a notícia “Paulistanos reclamam de falta de água após Alckmin ‘decretar’ fim da crise” (ZYLBERKAN; LOBEL, 2016) é a outra estória selecionada para o estudo desta narrativa terciária.

A matéria “Alckmin diz que crise da água acabou; vítimas de racionamento contestam” (LOBEL; BRENDLER; GOMES, 2016) pode ser reconstituída a partir do rodízio, ou racionamento, no fornecimento de água pela SABESP na Grande São Paulo em virtude da crise hídrica que se abateu sobre a região entre 2014 e 2016. No texto o então governador paulista anunciou o fim da crise. Contudo, habitantes da Região Metropolitana de São Paulo, principalmente de bairros mais periféricos, questionaram o fim dos cortes no fornecimento de água pela empresa estatal naquele momento de 2016, contrariando o discurso de Geraldo Alckmin.

Esta matéria é elaborada a partir da lógica que contrapõe a versão governamental de que a crise hídrica já havia terminado e uma série de relatos de paulistanos, especialmente de bairros periféricos, que continuavam a sofrer com a irregularidade no abastecimento de água por parte da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo. Deste modo, a visão atenuadora de Alckmin sobre o fim da crise é logo desmentida por uma série de relatos de cidadãos comuns ainda impactados pelo problema.

O maior conflito presente nesta estória é o que coloca o governo paulista em oposição à população das periferias da Grande São Paulo, já que o então governador minimizou a crise e o sofrimento de quem continuava a ter racionamento de água, como fica claro na seguinte frase de Geraldo Alckmin reproduzida no texto: “Isso já acabou. Voltou ao que era normal, aquele

período curto de madrugada para evitar desperdício”. Como se pode perceber, o político chega a definir o rodízio do fornecimento de água com o eufemismo “aquele período curto de madrugada”. Neste sentido, há um conflito semântico, pois o governo paulista atenuou a gravidade da situação com a utilização de expressões que suavizavam os acontecimentos durante a crise hídrica. Por exemplo, em vez do uso de “acionamento”, as autoridades paulistas se referiam à situação como “redução da pressão nos encanamentos”, conforme destaca a própria notícia. Seguindo a mesma lógica, o governo paulista contrariava a realidade ao declarar o suposto fim da crise, enquanto a população da RMSP continuava a sofrer com a irregularidade no fornecimento de água. Outro conflito evidente é entre classes sociais, pois fica clara a percepção que os moradores das periferias da Grande São Paulo tinham sobre a diferença na prestação de serviços públicos em comparação com bairros nobres. Isto é explicitado pela seguinte frase do motorista Ronie Caputt, que ainda sofria com o racionamento: “Só se for no Morumbi, no Pacaembu. Vai para os morros ver como a água continua faltando.”

O grande personagem desta estória é o então governador Alckmin, que atua fortemente como vilão ao declarar o fim de uma crise que seguia ocorrendo no abastecimento da Região Metropolitana de São Paulo segundo relatos de cinco cidadãos paulistanos entrevistados pela *Folha de S. Paulo*. Estes moradores desempenham concomitantemente os papéis de vítimas da crise e de heróis que desmentem a versão governamental sobre o fim de um problema que permanecia até então. O governo paulista também tem traços de vilania devido ao questionamento direto à sua atuação para solucionar a crise. De acordo com o aposentado Manoel Andrade, “[...] a situação melhorou, mas não foi o governo que fez melhorar. Foi o tempo que melhorou, e a chuva encheu a represa”.

Fabrcio Lobel, Guilherme Brendler e Paulo Gomes utilizam como estratégia argumentativa uma série de depoimentos os quais comprovaram que a crise hídrica permanecia acontecendo na Grande São Paulo apesar de o então governador, Geraldo Alckmin, ter anunciado o término do problema. Os narradores também enfatizam as idiossincrasias do Governo do Estado de São Paulo, devido ao esforço semântico de minimizar a gravidade do problema e suas responsabilidades na prevenção e gestão da crise hídrica. Outra estratégia diz respeito ao uso do intertítulo “Bairros da Zona Norte sem água”, já que esta região da cidade possui bairros menos abastados e foi uma das mais afetadas pelo racionamento. Por outro lado, a estória contém infográficos e fotos que demonstram a melhora da situação dos reservatórios que abastecem a RMSP em relação aos momentos mais agudos da crise. Porém, esta característica não minimiza o descolamento do governo paulista quanto à realidade de moradores que ainda passavam por racionamento nas periferias paulistanas.

Este texto contém fortemente a metanarrativa de que as populações mais pobres são as que mais sofrem numa crise hídrica, como aquela vivida pela Grande São Paulo. Consonante a esta ideia está presente a narrativa de fundo segundo a qual as autoridades públicas não se compadecem do sofrimento da população. Outra concepção intrínseca a esta notícia é a de que não se pode confiar em declarações de políticos, já que nem sempre tais discursos possuem lastro na realidade vivida pela população sobretudo em contextos de crise. Além disso, é possível observar a seguinte metanarrativa: os gestores públicos jogam com as palavras para minimizar a gravidade de problemas sérios, como a crise hídrica vivenciada pela Região Metropolitana de São Paulo entre 2014 e 2016. Outra narrativa de fundo é que a chuva – e não ações de gestão – é a panaceia para solucionar uma crise hídrica. Há, ainda, a concepção de que buscar novas fontes de água é outra alternativa prioritária numa situação crítica deste tipo. Esta noção contém em si a lógica de que a água é um recurso inesgotável e que basta ir mais longe para obtê-la, como se os recursos hídricos fossem inesgotáveis.

Publicada em 9 de março de 2016, a notícia intitulada “Paulistanos reclamam de falta de água após Alckmin ‘decretar’ fim da crise” (ZYLBERKAN; LOBEL, 2016) conta a estória das reações de moradores das zonas Leste e Norte de São Paulo ao fim da crise hídrica anunciada dois dias antes pelo então governador paulista, Geraldo Alckmin. Neste texto há uma série de relatos de moradores paulistanos sobre o racionamento ainda presente em seu cotidiano, situação que levava as pessoas a adotar medidas de adaptação à falta de abastecimento regular de água, como o armazenamento do líquido em reservatórios improvisados, tais como baldes, latões ou tambores. A matéria da *Folha* faz, ainda, uma retrospectiva sobre o racionamento de água na RMSP desde os momentos mais agudos da crise até o anúncio do fim da situação pelo então governador.

A lógica com que esta estória contada por Mariana Zylberkan e Fabrício Lobel foi concebida consiste numa sequência de depoimentos de paulistanos – especialmente de bairros mais periféricos – sobre as dificuldades ainda enfrentadas em função do racionamento de água na Grande São Paulo. Tais relatos contrariam o discurso de Geraldo Alckmin, segundo o qual a crise teria supostamente chegado ao fim.

Dentre os conflitos presentes neste material, o mais perceptível é o travado entre a população paulista, especialmente aquela residente em regiões periféricas da Grande São Paulo, e o governo paulista. Os moradores desempenham simultaneamente os papéis de vítimas do racionamento e de heróis que contestam o fim do problema e que contribuem para a solução da crise, devido à redução de seu consumo de água. Consequentemente o governo paulista e o então governador Geraldo Alckmin atuam como vilões que não reconhecem mais a crise hídrica

ainda vivida pela população da Região Metropolitana de São Paulo. A SABESP também exerce um papel de vilã em virtude da redução de pressão de água em suas tubulações, medida que acarretou a irregularidade do abastecimento especialmente das periferias da Grande São Paulo e das regiões mais altas da capital paulista.

Como estratégia argumentativa dos narradores, o texto contém uma série de expressões que indicam críticas à gestão da crise hídrica pelo governo estadual. Logo no início, os jornalistas utilizam o verbo “decretar” entre aspas, o que conota uma ironia ao fato de um governante decretar o término de uma situação que ainda estava em curso. Outra ironia se refere ao uso do termo “redução da pressão” entre aspas, já que os jornalistas da *Folha* esclarecem que este foi um eufemismo utilizado pela gestão Alckmin para evitar o uso de palavras com sentido negativo, como “acionamento”. Segundo os jornalistas Mariana Zylberkan e Fabrício Lobel, o então governador paulista anunciou que “a crise hídrica que castiga o Estado há mais de dois anos chegou ao fim”, sendo que o verbo “castigar” enfatiza a gravidade da situação. O descrédito governamental também é ressaltado pela frase “recebida com ceticismo”, referente à reação da população quanto à declaração de Alckmin sobre o suposto término da crise hídrica. Uma estratégia argumentativa presente é a utilização de expressões as quais reforçam a continuidade do racionamento na RMSP, como “rotina de aperto e desabastecimento”. Por fim, a dramaticidade da situação dos paulistanos quanto ao abastecimento é reforçada por meio da fotografia de uma idosa de 65 anos de idade em meio aos baldes que precisava encher diariamente, devido ao frequente racionamento enfrentado em sua rua, o que é reforçado pela seguinte declaração da personagem: “Armazeno água em tambores porque não confio mais se vamos ser abastecidos todos os dias”. Outra estratégia utilizada foi a publicação de uma série de perguntas e respostas sobre a crise hídrica, o que oferece didaticamente ao leitor uma série de informações oficiais sobre a crítica situação.

Uma das metanarrativas desta estória é a de que a população precisa se adaptar a uma crise hídrica, sendo que os mais pobres são quem mais costuma sofrer com o racionamento de água. A narrativa de fundo segundo a qual o Estado induz a população à desinformação está presente, visto que os gestores públicos jogam com as palavras de maneira a minimizar a gravidade de problemas relevantes, como uma crise desta natureza. Ainda neste aspecto, pode-se perceber a ideia de que os discursos de políticos nem sempre condizem com a realidade – devido à distorção dos fatos. Por isso, pode-se perceber a concepção de que não se pode confiar neste tipo de declaração. A noção de que os políticos não se compadecem do sofrimento da população também pode ser percebida. Outra metanarrativa é a de que as medidas de gestão de uma crise hídrica seguem mais parâmetros políticos do que técnicos. Nesta linha, há a

concepção de que os políticos implementam medidas suaves para gestão de uma crise desta natureza num contexto eleitoral e somente após as eleições adotam medidas impopulares, como sobretaxas para consumidores de água perdulários. O texto também contém a narrativa de fundo segundo a qual o Estado adota medidas para remediar uma crise hídrica ao invés de realizar ações estruturais para evitá-la. Neste sentido, está contida a ideia de que medidas de uso racional apenas são adotadas quando ocorre uma crise. Dentre as metanarrativas que podem ser observadas a partir desta matéria, uma que fica evidente é a de que o Estado é imprudente na gestão da água, especialmente quando a situação hídrica se torna confortável, e não aprende com as crises hídricas já vivenciadas. Outra narrativa de fundo é a de que a chuva – e não ações de gestão – é a grande solução para uma crise deste tipo.

A questão da água é retratada nestas duas notícias sob o prisma do abastecimento urbano. Outra abordagem em comum nos textos deste episódio é a de que a água pode ser utilizada como instrumento político. Esta questão também é contemplada de modo a considerar a água como um recurso inesgotável, pois, quando o líquido falta numa região, a solução é simplesmente buscá-lo em locais onde ainda há fontes d'água em abundância.

Em síntese, por meio da análise das duas notícias do Episódio G selecionadas, é possível identificar que o principal conflito existente nelas diz respeito ao embate entre a população paulista – sobretudo das periferias da Grande São Paulo – e o governo paulista. Esta parcela da população mais afetada pelos cortes no fornecimento de água pela SABESP, durante a crise hídrica, demonstra insatisfação com a gestão Alckmin por ter anunciado o fim do problema num contexto em que ainda havia desabastecimento de água em diversas regiões da RMSP. Os paulistanos de baixa renda também apontam uma diferenciação do serviço de abastecimento de água prestado em bairros mais nobres da capital paulista, que seria melhor do que o serviço oferecido em bairros periféricos, o que evidencia um conflito de classes sociais. Outra divergência entre a gestão Alckmin e a população refere-se aos eufemismos utilizados pelos representantes do Governo do Estado de São Paulo para transmitir um sentido que atenuasse a gravidade da crise hídrica. É o caso do uso das expressões “aquele período curto de madrugada” e “redução da pressão dos encanamentos” no lugar de “acionamento”.

Tanto o Governo do Estado de São Paulo quanto o então governador, Geraldo Alckmin, desempenham o papel de antagonistas nestas duas histórias analisadas. Isso se deve ao anúncio do fim da crise por Alckmin quando o problema ainda persistia na Grande São Paulo e pelas críticas de moradores das periferias da RMSP sobre a eficácia das medidas tomadas pelo governo estadual para garantir o abastecimento de água no decorrer da crise. A SABESP também desempenha um papel de vilã por ter implementado o racionamento na Região

Metropolitana de São Paulo. Por outro lado, a população das periferias da capital paulista exerce simultaneamente a função de vítima da falta de água e de heroína a qual reduziu seu consumo de água durante a crise e, assim, deu sua contribuição para que o problema fosse resolvido. Outro viés heroico da população é o de questionamento sobre o fim da crise hídrica, o que contradiz a versão governamental que a situação já estava sob controle.

Neste episódio, uma das metanarrativas mais significativas é que a população mais pobre é a que mais sofre numa crise hídrica e precisa criar meios para contornar a situação. Ademais, está presente a narrativa de fundo segundo a qual os gestores públicos jogam com as palavras para minimizar a gravidade de uma crise dessa natureza, induzindo a população à desinformação. Arelada a esta questão está a ideia de que não se pode confiar em declarações de políticos, pois comumente não possuem lastro na realidade vivenciada pela população. Também consta das duas notícias analisadas a metanarrativa segundo a qual os políticos não se compadecem do sofrimento da população. Outra narrativa de fundo perceptível é que a chuva se constitui na panaceia para solucionar uma crise hídrica. Mais uma vez, duas metanarrativas se fazem presentes: a de que a gestão de uma crise desse tipo é mais pautada por critérios políticos do que por critérios técnicos e a concepção de que buscar novos mananciais é uma iniciativa inexorável para se solucionar uma crise hídrica.

No episódio “Fim da crise e lições decorrentes”, a questão da água é abordada pela *Folha de S. Paulo* essencialmente sob a perspectiva do abastecimento urbano. Há uma percepção de que uma crise hídrica pode ser solucionada simplesmente por intermédio de novos mananciais, o que traz consigo uma ideia de que o líquido é um recurso inesgotável e que está à disposição, mesmo que cada vez mais distante. Outro enfoque sobre os recursos hídricos no Episódio G é como instrumento político, visto que uma crise hídrica pode ser utilizada para angariar novos eleitores ou pode ser um fator para perda de votos.

4.8 A NARRATIVA DA *FOLHA DE S. PAULO* SOBRE A CRISE HÍDRICA DA GRANDE SÃO PAULO

Nesta seção há abordagens acerca dos quatro aspectos específicos a serem observados no âmbito deste estudo. Por isso, a maneira como se desenvolvem os principais conflitos na narrativa da *Folha de S. Paulo* sobre a crise hídrica da Região Metropolitana de São Paulo. Em seguida há um enfoque que diz respeito ao modo como agem os personagens mais atuantes nas 38 notícias analisadas. Na sequência são apresentadas as principais metanarrativas (narrativas

de fundo) identificadas em tais textos do veículo de comunicação. Em atendimento ao quarto aspecto específico, são objeto de análise as perspectivas sobre a questão da água retratadas nas estórias contadas pela *Folha* sobre a crise hídrica na Grande São Paulo. Por meio destes quatro enfoques esta pesquisa busca atender o objetivo geral, que é compreender como se dá a narrativa de um veículo de comunicação da grande imprensa sobre a crise hídrica da RMSP entre 2014 e 2016.

4.8.1 Conflitos

Diversos conflitos são retratados pela *Folha de S. Paulo* em sua narrativa sobre esta crise hídrica na maior metrópole brasileira. Nos embates existentes nas 38 notícias analisadas, o Governo do Estado de São Paulo – personificado sobretudo pelo então governador, Geraldo Alckmin – é o personagem que mais se contrapõe a outros nesta narrativa jornalística. Assim, o principal conflito observado em 13 textos foi entre a gestão Alckmin e a população paulista, especialmente os moradores da periferia da Região Metropolitana de São Paulo – os mais atingidos pelo racionamento de água. Nesta questão, o governo estadual é criticado em diversos sentidos, como: falta de transparência ao não assumir o racionamento, falha em evitar a crise, continuação do racionamento mesmo após o então governador haver anunciado o término da medida, falta de divulgação de informações para a população paulista sobre a gravidade da situação e demais temas de interesse público sobre o assunto. Tanto o governo estadual quanto a SABESP recebem críticas da população em virtude da falta de água durante a crise em questão. Há, ainda, uma ocorrência do conflito entre o Governo do Estado de São Paulo e os consumidores chamados de “gastões” por Geraldo Alckmin – aqueles que não reduziram ou aumentaram seu consumo durante a crise. Para eles, a gestão estadual instituiu uma sobretaxa a ser paga na conta de água. Na notícia “Fim do bônus e sobretaxa da Sabesp é inoportuno, diz entidade” (FOLHA DE S. PAULO, 2016), o gerente técnico do IDEC e membro da Aliança pela Água, Carlos Tadeu de Oliveira, questionou a estrutura tarifária praticada pela companhia, que permitia uma tarifa menor aos grandes consumidores da SABESP em comparação ao restante da população paulista.

O embate entre o governo paulista e a crise hídrica em si é outro conflito recorrente nesta narrativa da *Folha*, pois o jornal abordou em oito textos as ações realizadas pela gestão estadual no intuito de solucionar a crise em questão e retomar a regularidade do abastecimento de água da Grande São Paulo. O uso do volume morto do Sistema Cantareira, a transposição das águas do rio Paraíba do Sul para o Cantareira, a instituição de bônus para os consumidores que

economizassem água e sobretaxa para os mais perdulários foram algumas das ações implementadas para solucionar o problema. Neste sentido, a SABESP foi mencionada pelo veículo de comunicação conjuntamente com a gestão Alckmin.

Outro conflito perceptível em seis notícias da *Folha de S. Paulo* analisadas é entre o governo estadual e o próprio veículo de comunicação. Em regra, este embate gira em torno da questão da transparência sobre a gravidade da crise hídrica da Grande São Paulo, sendo que o jornal atuou para desvelar informações escamoteadas pela gestão Alckmin sobre o tema. Neste sentido a *Folha* demonstra para seus leitores sua busca por informações em contraposição à atitude pouco transparente do governo paulista no contexto da crise. Na notícia intitulada “Alckmin diz não haver necessidade imediata de rodízio de água no Estado” (HAUBERT, 2015), por exemplo, o veículo de comunicação informou que a previsão da gestão Alckmin era de que o racionamento de água na Grande São Paulo estaria previsto para abril de 2015. Por outro lado, a versão governamental, a qual também envolvia a SABESP, era de que ainda não havia uma definição sobre o início da medida. O Governo do Estado de São Paulo teve outro embate com a *Folha de S. Paulo* ao afirmar que áudios de dirigentes da empresa de saneamento, com críticas veladas à gestão Alckmin, teriam sido vazados seletivamente a dois dias do segundo turno das eleições de 2014. Há, ainda, um embate em torno da transparência na divulgação de informações sobre a crise entre a gestão Alckmin – na figura da Secretaria de Saneamento e Recursos Hídricos do Estado de São Paulo e da empresa de saneamento – e o jornal na notícia “Governo paulista foi alertado em 2009 sobre riscos no Cantareira” (SANT’ANNA, 2014). Nesta estória a Secretaria e a SABESP não responderam a questionamentos da *Folha* acerca de medidas para redução da dependência das águas do Sistema Cantareira para o abastecimento da Grande São Paulo, o que poderia ter evitado a crise.

Em quatro notícias há um conflito entre o Governo do Estado de São Paulo e a Agência Nacional de Águas. Uma das divergências entre ambos diz respeito à existência de um racionamento na Região Metropolitana de São Paulo, que foi negada pela gestão Alckmin até janeiro de 2015, quando o governante assumiu o problema juntamente com a ARSESP e a SABESP, atribuindo o racionamento à ANA, conforme consta da notícia “Alckmin admite que há racionamento de água em SP” (PAGNAN, 2015). Outro atrito entre a agência reguladora federal e o governo paulista se refere às visões divergentes quanto à gravidade da situação, ao uso do volume morto e à importância da devida divulgação sobre a criticidade da crise à sociedade, como fica claro na notícia “Sabesp vai começar a usar reserva emergencial a partir de amanhã; veja” (GERAQUE; SAMPAIO, 2014). Nesta estória o então diretor-presidente da ANA, Vicente Andreu, criticou a previsão de que o volume morto do Sistema Cantareira

garantiria o abastecimento da Grande São Paulo até março de 2015, enquanto o órgão federal estimava que esta reserva adicional duraria apenas até novembro de 2014. Outra crítica da Agência Nacional de Águas foi que esta informação acerca do volume morto seria contraproducente por não dar uma dimensão exata da gravidade da crise hídrica para a população, o que poderia até mesmo desestimular a adoção de práticas de uso racional da água naquele contexto. Juntamente com o governo federal, a ANA se contrapõe ao governo paulista sobre a questão da transparência na divulgação sobre o volume acumulado no Sistema Cantareira, o que fica evidente até mesmo no título da matéria “ANA cobra maior transparência na divulgação da capacidade do Cantareira” (URIBE, 2015a). Neste texto o então diretor-presidente, Vicente Andreu, criticou a gestão Alckmin por divulgar o armazenamento do Cantareira de modo que ele sempre estivesse positivo, mesmo quando operava em seu volume morto. No decorrer da parte “Prêmio da Câmara dos Deputados pela gestão da crise pelo então governador paulista, Geraldo Alckmin”, no episódio “Escassez de água na agenda política”, tanto a ANA quanto o Tribunal de Contas do Estado de São Paulo são posicionados duas vezes pela *Folha* como críticos à condução da crise hídrica pela gestão Alckmin devido à falta de planejamento e ações efetivas para mitigar o problema.

Juntamente com os governos mineiro e fluminense, o governo paulista se contrapõe à ANA e ao governo federal no tocante à gestão da bacia do rio Paraíba do Sul, que é um rio gerido pela União por ser interestadual – sua bacia hidrográfica tem trechos nos três estados mencionados. Por meio de um acordo selado pelo ministro do Supremo Tribunal Federal Luiz Fux, pela União e pelos três estados para a gestão compartilhada do rio Paraíba do Sul, abriu-se a possibilidade para a interligação deste curso d’água com o Sistema Cantareira. Porém, antes disso, houve um conflito entre os governos paulista e fluminense representado por declarações do então governador do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral, fortemente contrárias à transposição do Paraíba do Sul para o Cantareira, o que está manifesto principalmente na notícia intitulada “Cabral volta a dizer quem ‘não vai tolerar nada’ que afete abastecimento do Rio” (NALON, 2014). Ainda sobre o embate entre o governo federal (conduzido pelo PT naquele momento) e o governo paulista (gerido pelo oponente PSDB) durante a crise hídrica, houve uma disputa sutil entre ambos com um viés por parte da gestão Dilma Rousseff atribuindo o problema à gestão Alckmin. Ainda assim, segundo a narrativa do jornal, o governo federal ofereceu ajuda por meio de recursos federais para que o estado pudesse executar obras emergenciais a fim de garantir mais água para a Grande São Paulo.

Na notícia “‘Não se pode dizer que não vai ter rodízio’, diz Alckmin” (URIBE, 2015b) a *Folha* evidencia o embate entre o Governo do Estado de São Paulo (PSDB) e a Prefeitura de

São Paulo (PT), pois o então prefeito Fernando Haddad cobrou a conclusão de um plano de contingência pelo Comitê da Crise Hídrica, instituído pela gestão Alckmin, em até 30 dias a partir de 13 de fevereiro de 2015, data da reunião do Comitê e da publicação desta estória pelo jornal. Ademais, prefeitos de municípios do Grande ABC Paulista manifestaram sua preocupação quanto à proposta do governo estadual para transferência da água da represa Billings para o Sistema Rio Grande a fim de abastecer o Grande ABC, já que o manancial supostamente estaria com suas águas poluídas.

Num caso específico, a ANA e o DAEE são colocados pela *Folha de S. Paulo* no mesmo lado num conflito contra a Justiça Federal. Segundo a notícia “ANA cobra maior transparência na divulgação da capacidade do Cantareira” (URIBE, 2015a), a Justiça Federal reiterou decisão liminar que obrigava a Agência Nacional de Águas e o Departamento de Águas e Energia Elétrica do Estado de São Paulo, órgãos responsáveis pela gestão do principal manancial da Grande São Paulo, a limitarem a retirada de água do Sistema Cantareira até o fim de abril de 2015 para que fosse preservado um mínimo de 10% do volume útil. Outro conflito envolve o governo paulista e o Judiciário, mais especificamente a 8ª Vara da Fazenda Pública do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (TJSP). Neste caso, informado pela notícia “Alckmin admite que há racionamento de água em SP” (PAGNAN, 2015), a juíza Simone Viegas de Moraes Leme proferiu decisão judicial a qual suspendeu a cobrança de sobretaxa para os consumidores da SABESP que aumentassem seu consumo de água durante a crise, penalidade que variava entre 40% e 100% do valor da conta, conforme o aumento verificado no uso do líquido.

Tanto o Ministério Público Federal quanto o Ministério Público do Estado de São Paulo se contrapõem à gestão Alckmin na narrativa da *Folha* sobre a crise hídrica na Região Metropolitana de São Paulo. Logo no início da crise, em março de 2014, o jornal publicou a notícia “Governo paulista foi alertado em 2009 sobre riscos no Cantareira” (SANT’ANNA, 2014). No texto o promotor Rodrigo Sanches Garcia, do Grupo Especial de Defesa do Meio Ambiente do MPSP, afirmou que o governo paulista havia demorado em se planejar e adotar medidas que impedissem a crise hídrica na Grande São Paulo, pois sabia, desde 2004, que deveria reduzir a dependência do Cantareira para o abastecimento da RMSP. Já no texto intitulado “‘Reserva é para ser usada’, diz Alckmin sobre ‘volume morto’ do Cantareira” (SAMPAIO, 2014), o MPSP questionou as autorizações para as obras de captação das águas do fundo dos reservatórios do Sistema Cantareira. Nesta estória a promotora Alexandra Faccioli Martins, do Grupo de Atuação Especial do Meio Ambiente do Ministério Público do Estado de São Paulo (GAEMA/MPSP), ressaltou a dificuldade para recuperação do manancial quanto mais seu volume morto fosse utilizado. Além disso, no texto “Promotoria quer que Sabesp use

índices negativos para o Cantareira” (TUFFANI, 2015), o MPSP, representado pelo promotor Ricardo Manuel de Castro, ameaçou tomar medidas judiciais contra a SABESP se a estatal não passasse a divulgar o armazenamento de água do Sistema Cantareira com percentuais negativos enquanto o volume morto estivesse em uso. O MPF²² também se posicionou contra o governo paulista ao protocolar uma ação contra a transposição do rio Paraíba do Sul para o Cantareira. Segundo o Ministério Público Federal, a medida buscava resguardar o abastecimento da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, fortemente dependente das águas do Paraíba do Sul.

O Consórcio PCJ também se contrapôs ao Governo do Estado de São Paulo na narrativa da *Folha* sobre a crise hídrica da RMSP. Na notícia “Governo manterá bônus por economia de água até o fim do ano em SP” (KREPP, 2014), esta entidade – que reúne instituições públicas e privadas de mais de 40 municípios da bacia dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiá (PCJ) – acusou a SABESP de não ter reduzido a dependência das águas do Cantareira para o abastecimento da Grande São Paulo, colocando em risco a existência deste manancial. Por outro lado, a estatal de saneamento, por meio de sua então presidente, Dilma Pena, defendeu-se alertando para uma tentativa de politização da gestão da crise por parte do Consórcio PCJ. No texto do jornal intitulado “‘Reserva é para ser usada’, diz Alckmin sobre ‘volume morto’ do Cantareira” (SAMPAIO, 2014), José Cezar Saad, representante do Consórcio PCJ, mostrou-se contrário à utilização do volume morto em virtude do grande risco representado pela utilização desta reserva de água, que poderia nunca mais se recuperar.

Tanto organizações não governamentais quanto ambientalistas se opuseram às medidas da gestão Alckmin quanto à condução da crise hídrica. Na notícia “Fim do bônus e sobretaxa da Sabesp é inoportuno, diz entidade” (FOLHA DE S. PAULO, 2016), o veículo de comunicação dá espaço para o gerente técnico do Instituto de Defesa do Consumidor (IDEC) e membro da Aliança pela Água, Carlos Tadeu de Oliveira, explicar sua oposição ao fim do bônus para os consumidores da SABESP que reduzissem seu consumo de água e à extensão da sobretaxa para os consumidores mais perdulários. De acordo com Oliveira, o fim das medidas era inoportuno por não haver garantias suficientes de que a crise estivesse solucionada. No texto “Cantareira sai do volume morto após 535 dias e ganha fôlego para 2016” (LOBEL, 2015), ambientalistas não identificados pelo veículo de comunicação discordam da visão do governo paulista de que a recuperação do volume morto marcaria uma virada nas condições climáticas do Estado de São Paulo, pois afirmavam que a crise hídrica em questão seria apenas um

²² Em fevereiro de 2015, o Ministério Público Federal apontou a responsabilidade da ANA, juntamente com o governo paulista, pela crise hídrica da Grande São Paulo pelo fato de a gestão do Sistema Cantareira ser compartilhada entre ambos, já que o manancial possui reservatórios estaduais e federais (SHALOM, 2015).

prelúdio de tempos com clima ainda mais extremo na região. Já na notícia “Mesmo com SP sem água, Alckmin ganhará prêmio de gestão hídrica” (LOBEL, 2015d) a *Folha* publica críticas de ONGs e ambientalistas ao Governo do Estado de São Paulo por ter descumprido o devido rito legal para licenciamento ambiental de obras emergenciais a fim de aumentar a oferta de água para a Região Metropolitana de São Paulo – o oceanógrafo Fabrício Gandini personifica este questionamento. Novamente as organizações não governamentais e ambientalistas se contrapõem ao governo paulista, devido à indicação de Geraldo Alckmin ao Prêmio Lucio Costa de Mobilidade, Saneamento e Habitação, honraria concedida pela Câmara dos Deputados. Esta contrariedade ficou evidente sobretudo no texto “Entidades criticam prêmio de gestão de água a governador Alckmin” (LOBEL, 2015c), no qual diversos entrevistados questionaram a premiação, como: Édison Carlos, do Instituto Trata Brasil; Mario Mantovani, da Fundação SOS Mata Atlântica; e Carlos Tadeu de Oliveira, do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor. O principal motivo de divergência, neste caso, referiu-se ao fato de que a crise aconteceu justamente na gestão de Alckmin, agraciado com o Prêmio Lucio Costa. Desta premiação decorreu um conflito de interesse, já que o deputado federal responsável pela indicação de Geraldo Alckmin, João Paulo Papa, era do mesmo partido político do então mandatário paulista: o PSDB. Esta questão perpassa a parte “Prêmio da Câmara dos Deputados pela gestão da crise pelo então governador paulista, Geraldo Alckmin”, que integra o episódio “Escassez de água na agenda política”. A escolha do governante por um correligionário gerou questionamentos de entidades da sociedade civil que colocaram em xeque a indicação. A *Folha* também ressalta outro conflito ocasionado pela indicação de Alckmin ao Prêmio Lúcio Costa de Mobilidade, Saneamento e Habitação: a insensibilidade dos deputados federais em relação ao sofrimento da população da Grande São Paulo prejudicada pelo racionamento de água imposto pelo governo paulista naquele momento.

Nesta narrativa da *Folha de S. Paulo* há um conflito semântico representado pelo vocabulário marcado por eufemismos pela gestão Alckmin para se referir à crise hídrica. O uso de “redução de pressão nos canos” e “reserva técnica”, respectivamente em vez de “acionamento” e “volume morto”, exemplificou esta estratégia política adotada pelo Governo do Estado de São Paulo para minimizar os impactos negativos da crise. Outro intuito desta estratégia foi o de escamotear informações de interesse público, como a real gravidade da situação, conferindo menos transparência às informações divulgadas. Esta conduta foi destacada especialmente no texto “Gestão Alckmin cria ‘glossário da água’ para reduzir desgaste na crise hídrica” (LOBEL; URIBE, 2015). Quanto à gestão da crise pelo governo estadual há dois conflitos presentes na narrativa da *Folha*. O primeiro deles consta da matéria

“Cabral volta a dizer que ‘não vai tolerar nada’ que afete abastecimento do Rio” (NALON, 2014) e se refere à adoção de medidas paliativas ao invés de medidas estruturais para solucionar a situação de escassez de água pela gestão Alckmin, o que é exemplificado pela transposição de parte das águas do rio Paraíba do Sul para o Sistema Cantareira. Na notícia supracitada de autoria do jornalista Tai Nalon e no texto “Cantareira sai do volume morto após 535 dias e ganha fôlego para 2016” (LOBEL, 2015a), há um conflito entre o caráter técnico e o caráter político-eleitoral das decisões tomadas por governantes durante a crise em questão. Na matéria que tem o ex-governador fluminense Sérgio Cabral como personagem principal, o político mencionou que os aspectos técnicos deveriam prevalecer neste tipo de situação complexa. Já na estória assinada por Fabrício Lobel, o embate entre critérios técnicos e políticos na gestão de recursos hídricos foi explicitado pela informação de que Geraldo Alckmin somente instituiu uma política que punisse consumidores perdulários de água, por meio de uma sobretaxa aplicada pela SABESP, após as eleições de 2014, que reconduziram o político ao Palácio dos Bandeirantes. O mesmo jornalista da *Folha de S. Paulo* aborda esta conduta do governo paulista quanto à aplicação da sobretaxa na matéria “Concessão de bônus na conta da Sabesp será mais rígida em 2016” (LOBEL, 2015b).

Até mesmo o Governo do Estado de São Paulo e a SABESP – estatal que possui a gestão estadual como sua controladora e acionista majoritária – travam conflitos na narrativa da *Folha* a respeito da crise hídrica da RMSP. Conforme o texto “Concessão de bônus na conta da Sabesp será mais rígida em 2016” (LOBEL, 2015d), a Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo teve prejuízo econômico causado pelo bônus conferido aos consumidores que reduzissem seu consumo durante a crise hídrica, medida proposta pela gestão Alckmin. Nas notícias que constituem a parte “O caso dos áudios vazados de dirigentes da SABESP”, a qual integra o episódio “Transparência na comunicação sobre a crise”, dois dirigentes da estatal voluntariamente se confrontaram com o Governo do Estado de São Paulo. A então presidente da empresa, Dilma Pena, teve áudio vazado no qual afirmava a necessidade de reforço da divulgação para estimular a população paulista a ter um uso racional da água durante a crise. Segundo a dirigente, uma orientação superior estaria impedindo este tipo de divulgação, o que deixa implícita a interferência da gestão Alckmin sobre a companhia de saneamento, já que o governo estadual detinha o controle acionário e de gestão da SABESP. Em outro áudio vazado, Pena criticou os vereadores paulistanos na CPI da Câmara Municipal de São Paulo que tratou do contrato firmado entre a estatal e a Prefeitura de São Paulo para abastecimento de água da capital paulista. No caso do diretor metropolitano da empresa de saneamento, Paulo Massato, ele ressaltou a gravidade da crise hídrica e seu receio de colapso no abastecimento da Grande

São Paulo, o que ia de encontro à abordagem governamental que atenuava a gravidade do problema sempre que possível.

Na matéria “Gestão Alckmin cria ‘glossário da água’ para reduzir desgaste na crise hídrica” (LOBEL; URIBE, 2015), tanto o Governo do Estado de São Paulo quanto a SABESP atuaram em consonância para coibir o vazamento de informações pelos funcionários da estatal, o que evidenciou um conflito relativo à transparência sobre a crise hídrica. Dentro da própria empresa de saneamento houve um embate, já que a SABESP produziu um relatório em 2011 segundo o qual haveria risco de desabastecimento na Grande São Paulo de 2010 em diante, devido a um déficit hídrico na RMSP. Os tomadores de decisão da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo, porém, desconsideraram o alerta que poderia ter evitado a crise, segundo informou a notícia “Relatório de 2011 já falava em risco de desabastecimento” (BRENHA, 2014).

Especificamente na matéria “Prédios da gestão Alckmin extrapolam meta e viram ‘gastões’ de água em SP” (LOBEL, 2015e), há uma contraposição entre o Governo do Estado de São Paulo e os órgãos dentro de sua própria estrutura que não cumpriam a meta de redução de consumo de água estabelecida pela própria gestão Alckmin. A *Folha de S. Paulo* também informa no texto “Tribunal que fiscaliza contas do Estado não atinge meta de economia de água” (MONTEIRO; RODRIGUES, 2014) sobre o descumprimento da meta de redução de consumo de água por parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, órgão de controle responsável por fiscalizar as ações do governo paulista.

Ainda na seara governamental está presente outro embate na narrativa da *Folha* sobre a crise hídrica na Região Metropolitana de São Paulo. Uma destas divergências concerne ao conflito pelo uso da água do rio Paraíba do Sul para geração hidrelétrica e saneamento. Conforme consta da matéria “SP, MG e RJ fecham acordo de gestão do rio Paraíba do Sul para beneficiar Cantareira” (FALCÃO, 2015), o uso prioritário das águas do manancial passaria a ser para o abastecimento e não mais para a geração de energia hidrelétrica.

Sobre a atuação ativa da população ante a crise hídrica na Grande São Paulo, a *Folha* demonstrou como academias e motéis da RMSP trabalharam para reduzir o consumo de água em suas atividades, o que passou pela conscientização diária de seus clientes quanto ao uso racional da água. Esta questão consta da parte “Adaptação e alternativas à escassez cotidiana” do episódio “Cotidiano da escassez” e contém um conflito específico referente às pessoas em sua relação com a água. Nos dois textos analisados há uma contraposição entre o padrão de consumo dos clientes dentro e fora de casa, sendo que num contexto coletivo as pessoas tendem a aumentar a utilização do líquido por não pagarem diretamente a conta dos estabelecimentos

que frequentam e por ainda haver uma cultura de abundância de água no País. No decorrer desta narrativa da *Folha de S. Paulo* há, ainda, uma série de exemplos de como a população da RMSP se adaptava à escassez de água no dia a dia.

Ainda no episódio “Cotidiano da escassez”, mas na parte “Manifestações artísticas e religiosas relacionadas à crise”, as manifestações de fé da população como tentativa para solucionar o problema da falta de água ou para protestar contra a atuação da gestão Alckmin na condução da crise hídrica receberam destaque. Nesta parte da narrativa o veículo de comunicação evidenciou a escassez de água como mais um fator de exclusão social, pois mesmo numa crise as pessoas mais abastadas podem recorrer a fontes alternativas para seu abastecimento, como caminhões-pipa ou galões de água mineral. Na parte “Anúncio do fim da crise pelo então governador de São Paulo” dentro do episódio “Fim da crise e lições decorrentes”, este conflito ressurgiu no questionamento de moradores da periferia da RMSP entrevistados pela *Folha de S. Paulo*, segundo os quais o serviço de abastecimento prestado pela SABESP em bairros mais abastados da capital paulista seria melhor do que nos bairros periféricos.

4.8.2 Personagens

O personagem mais presente nesta narrativa da *Folha* é o governo paulista, que aparece por intermédio de seus órgãos integrantes em 18 ocasiões e por meio de autoridades que o representavam em 17 oportunidades. Destas 35 participações, o Governo do Estado de São Paulo é posicionado como vilão em 22 ocorrências por uma série de motivos: imprevidência na gestão de recursos hídricos, mesmo com alertas anteriores à crise; falta de transparência sobre a situação; inépcia para solucionar a escassez de água; estimativas irrealistas sobre a melhora da situação; mau exemplo pela falta de uso racional da água em prédios públicos; aumento da dificuldade para a concessão de bônus aos consumidores que economizassem água; fim do bônus e da sobretaxa, mesmo sem a garantia sobre o término da crise; possíveis danos ambientais devido à transposição do rio Paraíba do Sul para o Sistema Cantareira; descumprimento da legislação ambiental na realização de obras emergenciais contra a crise; coerção junto aos funcionários da SABESP para que não vazassem informações sobre as ações de enfrentamento à crise; ordens superiores para a estatal de saneamento não divulgar amplamente a necessidade do uso racional da água naquele contexto, o que fica subentendido pelo fato de o Governo do Estado de São Paulo ser acionista majoritário e controlador da SABESP. Dentre as 22 ocorrências como vilão, oito fazem referência ao então governador

paulista, Geraldo Alckmin, por diferentes motivos, como: contradição sobre a existência ou não de racionamento na Grande São Paulo, descompasso entre suas críticas aos consumidores “gastões” e as práticas perdulárias de uso da água por órgãos de seu governo, discurso sobre o fim da crise hídrica mesmo com parte da população ainda sofrendo com racionamento, decisão de recorrer ao volume morto do Cantareira sem ter previamente adotado medidas que desestimulassem o consumo de água, inépcia na prevenção à crise, falta de transparência sobre a gravidade da situação, instituição de sobretaxa para os consumidores mais perdulários em seu uso da água somente após sua reeleição em 2014 e pela sua atuação na condução da escassez de água na Região Metropolitana de São Paulo.

Em apenas duas vezes o governo paulista exerce o papel de vítima nesta narrativa da *Folha de S. Paulo*. Numa delas a gestão Alckmin é vítima dos efeitos políticos negativos ocasionados pelas declarações vazadas da então presidente da SABESP, Dilma Pena, e do então diretor metropolitano da estatal, Paulo Massato. Enquanto Pena considerava essencial uma divulgação mais ampla para a população da Grande São Paulo sobre a necessidade do uso racional da água naquele contexto crítico, Massato demonstrava medo de um colapso no abastecimento da RMSP. Na outra ocorrência do governo estadual como vítima, Geraldo Alckmin desempenha esta função por ter sido alertado extemporaneamente sobre a gravidade da crise hídrica por Dilma Pena, o que induziu seu governo a adotar medidas para solucionar a situação de modo tardio.

Uma terceira forma de atuação do Governo do Estado de São Paulo nesta narrativa é como herói, o que acontece por 11 vezes. Este tipo de abordagem é sobretudo pelo fato de a gestão estadual ter adotado medidas para solucionar a situação, como a realização de obras de infraestrutura hídrica para aumentar a disponibilidade de água para a Região Metropolitana de São Paulo, além da instituição de sobretaxa para consumidores perdulários da SABESP e a prorrogação desta medida. Em duas oportunidades há um autoelogio do governo paulista ao ressaltar as centenas de entrevistas de Alckmin sobre a crise, medida que supostamente deu transparência à situação conforme a visão governamental, e a atuação da Secretaria de Saneamento e Recursos Hídricos do Estado de São Paulo para solucionar a crise. Ainda sobre a transparência, a Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo realiza a função heroica de determinar à SABESP a divulgação prévia das regiões da capital paulista que sofreriam cortes no abastecimento. Somente Geraldo Alckmin exerce cinco vezes o papel de herói por buscar soluções para a crise hídrica junto ao governo federal, apesar das diferenças partidárias entre as duas esferas de governo; por prorrogar a sobretaxa aos consumidores “gastões”; e por defender o abastecimento da Grande São Paulo ao propor a transposição do rio

Paraíba do Sul para o Sistema Cantareira – neste caso, esta atuação pode ser interpretada positivamente pela perspectiva de um habitante da RMSP, bem como negativamente pela visão de um carioca.

A Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo é outra personagem com forte presença na narrativa da *Folha* sobre a crise hídrica da Região Metropolitana de São Paulo. Das 25 vezes em que a estatal atua, em 12 delas a SABESP desempenha o papel de vilã como instituição ou por meio de seus dirigentes. Esta vilania deve-se aos seguintes fatores: responsabilidade da empresa pela crise por não ter adotado medidas para evitar a situação, mesmo tendo alertas a respeito do déficit de água na Grande São Paulo; falta de transparência sobre o início do racionamento e sobre regiões que sofreriam cortes no abastecimento; utilização prioritária da água do Sistema Cantareira para o abastecimento da RMSP em prejuízo à Região Metropolitana de Campinas; aumento da dificuldade para a concessão de bônus nas contas dos consumidores que economizassem água; falhas no abastecimento e desperdício de água, como vazamentos nas tubulações; uso do volume morto do Cantareira antes mesmo de adotar medidas de estímulo à redução do consumo de água; coerção junto a seus funcionários para evitar vazamento de informações a respeito da crise hídrica; submissão à orientação superior para não ampliar a divulgação sobre a importância do uso racional de água naquele contexto de escassez do recurso. Por duas vezes o então presidente da SABESP, Jerson Kelman, atua como vilão. Numa delas a *Folha* informa que o dirigente criticava a atuação do governo paulista quanto à crise hídrica e mesmo assim aceitou o convite para dirigir a estatal durante a gestão Alckmin. Em outra oportunidade, o jornal deixa clara a contradição da crítica de Kelman aos consumidores mais perdulários, enquanto órgãos do próprio Governo do Estado de São Paulo continuavam consumindo água acima da meta da SABESP. Outros representantes da companhia também têm traços de vilania, mas por motivos distintos. A ex-presidente da estatal, Dilma Pena, exerce o papel de vilã por não ter atuado para conscientizar os consumidores abastecidos pela empresa sobre a importância do uso racional da água no contexto de crise, assim como por ter demorado a avisar Alckmin acerca da gravidade da situação do abastecimento da Grande São Paulo. Já o então diretor metropolitano da SABESP, Paulo Massato, desempenha um antagonismo em função de brincadeiras sobre a crise num contexto de reunião da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo e por ter afirmado que o racionamento gerava uma “economia fabulosa”, como se a medida fosse positiva em sua essência. Já o superintendente de Produção de Água da empresa, Marco Antônio Lopez de Barros, tem um aspecto de vilão nesta narrativa por negar a existência de racionamento

mediante o uso de eufemismos para descrever e atenuar a situação, tais como: “redução de pressão” e “gestão de pressão noturna”.

A SABESP exerce uma função heroica em nove ocasiões por ter buscado soluções para a crise, como obras de infraestrutura hídrica, e por ter planejado ações para garantir o abastecimento para públicos vulneráveis. O protagonismo da estatal também se deve a iniciativas, como a aplicação de sobretaxa para consumidores perdulários e a concessão de bônus para as pessoas que economizassem o líquido. Por três vezes os funcionários da empresa são retratados pelo jornal como heróis por terem buscado soluções técnicas para utilização do volume morto do Sistema Cantareira, medida inédita no Estado de São Paulo até então. Os empregados também desempenham seu heroísmo por denunciarem as ações da SABESP e do governo paulista para coibir o vazamento de informações internas sobre a crise hídrica. Em sua carta de despedida, a então presidente da companhia, Dilma Pena, adjetiva os funcionários positivamente como “lutadores” que trabalhavam para vencer a guerra contra a crise hídrica. Em duas ocasiões, Pena também atua como heroína por demonstrar a consciência sobre a necessidade de uma ampla divulgação a respeito da importância do uso racional de água para que a população da Grande São Paulo pudesse reduzir seu consumo de água durante a crise. Por sua vez, o diretor metropolitano Paulo Massato é retratado com um aspecto heroico ao externar sua preocupação referente à gravidade da crise hídrica da Grande São Paulo.

Em quatro ocasiões há um papel de vítima exercido pela SABESP, sendo que numa delas a empresa é vitimizada devido aos prejuízos econômicos ocasionados pela concessão de bônus na conta dos consumidores que reduzissem seu uso de água. Os funcionários da companhia também realizam a função de vítima por sofrerem com a coerção da estatal e da gestão Alckmin para não vazarem informações sobre a condução da crise hídrica realizada por ambos. Tanto Dilma Pena quanto Paulo Massato, dirigentes da SABESP, também exercem o papel de vítimas em virtude das consequências dos áudios com declarações de ambos em desconformidade com as diretrizes adotadas pelo Governo do Estado de São Paulo – acionista majoritário e controlador da empresa. Por isso, Pena e Massato ficaram ameaçados em seus respectivos cargos naquele contexto de crise.

Um dos principais personagens desta narrativa sobre a crise hídrica da Grande São Paulo entre 2014 e 2016 é a população afetada pelo problema de falta de água. Em nove notícias, a atuação da população tem caráter heroico devido à busca de alternativas para a crise e pelos questionamentos à condução da situação pela gestão Alckmin. Neste sentido, há referências específicas para os consumidores que reduziram seu consumo de água durante aquele contexto crítico, organizadores de um evento de “dança da chuva” como forma de manifestação irônica

contra a condução da crise pelo governo estadual, além de academias e motéis da Grande São Paulo que adotaram medidas para economizar água e estimular o uso racional do líquido por parte de seus clientes. Outro papel desempenhado pela população também nove vezes é de vítima da escassez hídrica sobretudo decorrente do racionamento de água empreendido pela Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo, especialmente a população das periferias da RMSP. A população também é vítima da maior dificuldade imposta pela gestão Alckmin para a concessão de bônus na conta de água pela redução do consumo do líquido. A população aparece como vítima nesta narrativa, ainda, pela falta de transparência do governo estadual sobre a situação e pela continuação do racionamento, embora a gestão Alckmin já tivesse anunciado o fim da crise. Em quatro textos a população também realiza a função de vilã em função dos consumidores perdulários que não reduziram seu consumo de água durante a crise, inclusive os frequentadores de academias e motéis da Grande São Paulo que gastavam excessivamente o líquido enquanto frequentavam estes estabelecimentos.

O governo federal também tem um importante papel nesta narrativa da *Folha de S. Paulo*, especialmente como herói. Das 12 participações, em dez a União desempenha um papel de protagonista especialmente por meio da Agência Nacional de Águas, que em seis oportunidades tem uma atuação marcada pelo heroísmo devido aos seguintes motivos: questionamento quanto às previsões do governo paulista referentes ao uso do volume morto do Sistema Cantareira, apresentação de solução técnica para o impasse sobre a transposição do rio Paraíba do Sul para o Cantareira, mediação entre os governos paulista e fluminense para que a transposição pudesse acontecer, renúncia à prerrogativa legal de gestão independente do rio Paraíba do Sul, questionamentos sobre a condução da crise pela gestão Alckmin e pedido de maior transparência sobre a situação pelo Governo do Estado de São Paulo. Por duas vezes, o então diretor-presidente da ANA, Vicente Andreu, foi retratado como herói pela *Folha* por enfatizar a importância de uma gestão da crise e de uma utilização do volume morto do Cantareira marcadas pela prudência. Ademais, o dirigente pleiteou mais transparência por parte do governo paulista na divulgação de informações que dessem a real dimensão sobre a gravidade do problema e concordou com a decisão da Justiça Federal que obrigava a própria ANA e o DAEE a manterem o Sistema Cantareira com um volume útil de pelo menos 10% até abril de 2015. Tanto o governo federal quanto a então presidente da República, Dilma Rousseff, exercem por duas vezes, cada, a função de heróis. Simultaneamente ambos desempenham um protagonismo marcado pela iniciativa de abrir as portas ao governo paulista em torno de um diálogo a fim de solucionar a crise hídrica da Grande São Paulo. Rousseff atua, ainda, como protagonista por ter buscado uma solução conjunta para a crise hídrica juntamente com Geraldo Alckmin. Já o

governo federal desempenha o papel de mediador do conflito pelo uso da água do rio Paraíba do Sul por Rio de Janeiro e São Paulo, além de ter renunciado à prerrogativa legal de realizar a gestão das águas deste rio de modo independente dos estados em questão mais Minas Gerais. Sobre esta questão, o ministro do STF Luiz Fux exerce heroísmo por buscar um entendimento entre União e os três estados da bacia do Paraíba do Sul quanto à sua transposição para o Sistema Cantareira. O então governador fluminense, Luiz Fernando Pezão, também atua com protagonismo por ter aceitado esta transferência de maneira pacífica diferentemente de seu antecessor, Sérgio Cabral, que adotara um tom beligerante sobre esta proposta da gestão Alckmin.

Nas duas ocorrências remanescentes, o governo federal exerce vilania por intermédio da Agência Nacional de Águas, sendo que numa ocasião o então governador paulista, Geraldo Alckmin, atribui ao órgão regulador a responsabilidade pelo racionamento na Grande São Paulo. No outro caso, a ANA atua juntamente com o DAEE como ré da ação judicial na Justiça Federal que obrigava os dois órgãos gestores de recursos hídricos a manter um mínimo de 10% do volume útil do Sistema Cantareira até o fim de abril de 2015 para preservar o armazenamento do manancial.

Devido aos prejuízos econômicos e transtornos no cotidiano da população da Grande São Paulo, a crise hídrica aparece como vilã em todas as suas ocorrências nas notícias analisadas. De modo oposto, a *Folha de S. Paulo* se apresenta heroicamente em todas as seis ocorrências explícitas do jornal como personagem por levar transparência acerca da crise hídrica da RMSP a seu público. O veículo de comunicação busca informações sobre medidas de prevenção à crise adotadas pelo governo paulista e pela SABESP, bem como leva a público informações sobre maus exemplos de órgãos públicos que não cumpriam a meta de redução de consumo aplicada pela empresa de saneamento no cálculo das contas de água. A *Folha* também antecipa a seus leitores informações sobre o prazo para o início do racionamento e sobre a existência da medida em todos os bairros da capital paulista – contradizendo o governo paulista. O jornal também informa antecipadamente a pauta de discussões da reunião entre Dilma Rousseff e Geraldo Alckmin a respeito de repasse de recursos para obras de infraestrutura hídrica para aumentar a oferta de água na Grande São Paulo. Além disso, a *Folha* esclarece a gravidade da situação da crise hídrica para seus leitores, por meio do vazamento de áudios de Dilma Pena e Paulo Massato, dirigentes da SABESP, que elucidam a criticidade da situação. Ademais, o veículo explica didaticamente a seus leitores a mudança na forma de divulgar dados do volume de água acumulado no Sistema Cantareira, que passaria a considerar a capacidade total do reservatório, 1 trilhão de litros, mais 300 milhões de litros referentes às duas cotas do volume morto.

Nesta narrativa a *Folha de S. Paulo* também recorre a cientistas como fontes de informação marcadas pelo posicionamento técnico. Em duas ocasiões, o professor Rubem Porto, da USP, alerta para a relação próxima ao limite entre a oferta de água e a demanda pelo recurso na Grande São Paulo. Porto e o professor Paulo Ferreira, da Universidade Mackenzie, falam sobre o caráter paliativo da transposição do Paraíba do Sul para o Cantareira como solução para garantir o abastecimento da RMSP. Os professores Carlos Zuffo, da UNICAMP, e Rodrigo Moruzzi, da Universidade Paulista (UNIP), foram citados pelo jornal por considerarem temerário o uso do volume morto pela gestão Alckmin antes da adoção de outras medidas de economia de água. Carlos Tucci, professor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), apresenta condições favoráveis do Cantareira para que seu volume morto fosse utilizado. Zuffo sugere, ainda, que fosse realizado um cálculo que indicasse um índice negativo do Cantareira em caso de uso do volume morto do manancial, o que poderia ter dado uma noção mais clara sobre a gravidade da crise para a população da Grande São Paulo.

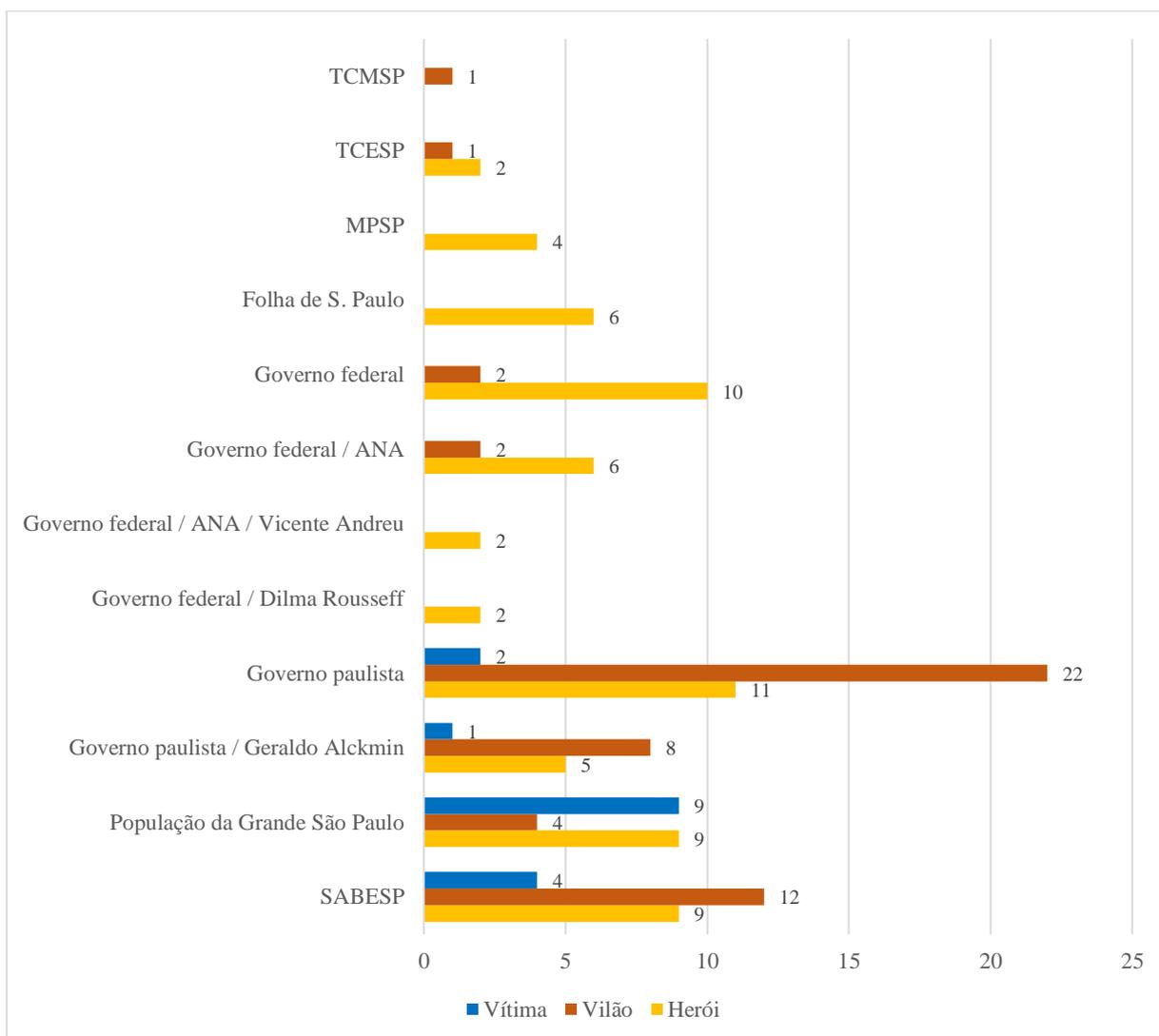
O Ministério Público do Estado de São Paulo também tem papel relevante de herói nesta narrativa, aparecendo por quatro vezes nas estórias da *Folha* analisadas. De modo direto, o MPSP defende institucionalmente o direito da população da Grande São Paulo de saber efetiva e didaticamente qual era a real gravidade da situação do armazenamento de água do Sistema Cantareira. Conforme a instituição, isso seria facilitado pela divulgação de dados negativos do manancial quando seu volume morto estivesse em uso. Esta questão também é defendida pelo promotor de justiça do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Meio Ambiente (GAEMA/MPSP). Por sua vez, o promotor Rodrigo Sanches Garcia, também atuante neste Grupo do Ministério Público do Estado de São Paulo, questiona a falta de planejamento e medidas do Governo do Estado de São Paulo para prevenir a crise hídrica. Outra promotora do GAEMA/MPSP presente nesta narrativa é Alexandra Faccioli Martins. Para evitar que esta reserva fosse exaurida, a servidora pública ameaça questionar judicialmente as obras para captação do volume morto do Cantareira.

Os tribunais de contas também exercem um papel significativo nesta narrativa da *Folha*. No caso do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, a instituição exerce por duas vezes o papel de heroína e por uma vez a função de vilã. Numa delas o órgão público, por meio de relatório, informa que o governo paulista tinha indícios da possibilidade de uma crise hídrica na Região Metropolitana de São Paulo e, ainda assim, não tomou as medidas cabíveis para evitar o problema. Na notícia “Tribunal que fiscaliza contas do Estado não atinge meta de economia de água” (MONTEIRO; RODRIGUES, 2014), o TCESP é o grande vilão por não ter atingido a meta de redução de consumo do recurso aplicada pela SABESP nas contas de água,

o que conota um mau exemplo para a população. Por outro lado, em menor medida, o órgão público demonstra heroísmo ao informar as ações que vinham sendo implementadas em suas instalações para diminuir o uso do líquido. Nesta mesma estória o Tribunal de Contas do Município de São Paulo desempenha um papel sobretudo de vilão por também não ter atingido a meta de redução de consumo. Assim como o TCESP, o TCMSP se defende ao apontar as iniciativas que já estavam em curso na instituição para reduzir o volume de água consumido em suas instalações.

A Figura 11 quantifica a atuação dos principais personagens presentes nesta narrativa da *Folha de S. Paulo* acerca da crise hídrica da Grande São Paulo entre 2014 e 2016.

Figura 11 – Papéis desempenhados pelos personagens principais da narrativa da *Folha de S. Paulo*.



Fonte: elaboração do autor.

4.8.3 Metanarrativas

No conjunto das 38 notícias da *Folha* analisadas, uma questão recorrente como metanarrativa (narrativa de fundo) é a da transparência. A principal concepção neste sentido é a de que não se pode confiar nas informações do Estado – no caso, aquelas referentes à crise hídrica na Grande São Paulo. Em 17 textos examinados em quatro episódios, fica clara a ideia de que os agentes públicos induzem a população à desinformação por divulgarem informações sobre a escassez de água de modo a atender aos próprios interesses, deixando o interesse público em segundo plano. Em 12 ocorrências também em quatro episódios da narrativa do jornal sobre

a crise em questão, pode-se perceber a ideia de que numa situação desta natureza as autoridades públicas jogam com as palavras a fim de atenuar a gravidade da situação, ou seja, tais discursos nem sempre condizem com a realidade. Isto fica tão evidente a ponto de a *Folha de S. Paulo* ter veiculado a notícia “Gestão Alckmin cria ‘glossário da água’ para reduzir desgaste na crise hídrica” (LOBEL; URIBE, 2015), na qual cita o “Dicionário do tucanês”. Nesta estória, por exemplo, o jornal menciona o uso das expressões “reserva técnica”, “escassez de chuva”, “ônus” e “redução de pressão nos canos” pelo governo paulista respectivamente no lugar de “volume morto”, “crise hídrica”, “sobretaxa” e “acionamento”. Também está presente a narrativa de fundo segundo a qual a falta de transparência escamoteia informações de interesse da sociedade numa crise hídrica. Esta ideia aparece em seis matérias que compõem três episódios da narrativa da *Folha* sobre a crise hídrica da Região Metropolitana de São Paulo. Ainda referente à questão da transparência, há uma metanarrativa segundo a qual a imprensa desempenha um papel fundamental para que a sociedade tenha acesso a informações de interesse público omitidas pelo Estado, o que consta de sete notícias analisadas em dois episódios: “Cotidiano da escassez” e “Transparência na comunicação sobre a crise”.

Diferentes metanarrativas quanto à gestão de recursos hídricos e saneamento de São Paulo são identificadas dentre as 38 notícias analisadas. A principal delas, presente em 16 notícias em seis episódios, é a de que tal gestão foi mais pautada por critérios políticos do que por requisitos técnicos. Os textos do jornal enfatizam esta questão informando que o então governador paulista, Geraldo Alckmin, somente adotou medidas impopulares após o processo eleitoral de 2014 que o reelegeu ao cargo – é o caso da instituição de sobretaxa aos consumidores mais perdulários da SABESP e do reconhecimento, pelo mandatário, de que havia racionamento na Grande São Paulo. Somente no episódio “Cotidiano da escassez” esta narrativa de fundo não fica perceptível.

Outra metanarrativa recorrente sobre a gestão diz respeito ao fato de que o Estado não previne problemas complexos, como uma crise hídrica, e adota medidas reativas para solucioná-los, o que aponta para uma postura de falta de planejamento. Neste sentido, até mesmo ações de estímulo ao uso racional da água por parte da população são estimuladas apenas quando a crise já está instalada. No total esta questão pode ser verificada em 12 notícias da *Folha de S. Paulo* e perpassa por seis episódios sobre a crise hídrica da RMSP. Apenas no episódio “Transparência na comunicação sobre a crise” esta ideia não está perceptível. Uma terceira narrativa de fundo sobre gestão pode ser identificada em oito notícias analisadas em cinco episódios distintos: a de que o Estado é imprevidente na gestão das águas e do saneamento por não adotar tempestivamente medidas de prevenção ao problema. Ademais, está presente a

noção de que o Estado não aprende com as crises hídricas, pois basta a situação hídrica melhorar para que medidas de estímulo ao uso racional do recurso sejam abandonadas pelas próprias autoridades públicas. Esta concepção pode ser apreendida em oito notícias que integram cinco episódios distintos da narrativa em questão.

No quesito soluções para a crise hídrica da Grande São Paulo, duas grandes metanarrativas podem ser identificadas na narrativa da *Folha de S. Paulo*. A primeira delas se refere à ideia de que para se solucionar uma crise deste tipo basta o Estado buscar novos mananciais ou fontes de água e está presente em 16 notícias analisadas em seis episódios – somente o episódio “Medidas para mitigação da crise e saneamento” não contém esta narrativa de fundo. Já a segunda metanarrativa sobre soluções para a crise refere-se à chuva como uma panaceia para este tipo de situação, ou seja, basta chover o suficiente para que uma crise hídrica chegue ao fim. Esta questão está presente em 11 notícias também em seis episódios, ficando de fora apenas do episódio “Contexto da crise hídrica de São Paulo”. Em ambos os casos, portanto, o jornal relega ações de gestão de recursos hídricos a um plano secundário.

A política partidária é o tema de fundo de três metanarrativas identificadas nas notícias da *Folha de S. Paulo* analisadas. A primeira delas é concernente à ideia de que uma crise desta natureza repercute no cenário político, chegando a envolver até mesmo as maiores autoridades públicas de um país, como foi o caso da então presidente da República, Dilma Rousseff, e do ministro do Supremo Tribunal Federal Luiz Fux. Esta narrativa de fundo aparece em 11 oportunidades nos episódios “Escassez de água na agenda política” e “Transparência na comunicação sobre a crise”. Outra ideia neste sentido é de que uma crise hídrica pode ser utilizada politicamente por autoridades públicas tanto como capital político quanto como arma para atacar adversários políticos, o que consta de cinco matérias da *Folha* analisadas que fazem parte de três episódios. A terceira narrativa de fundo no âmbito político é a de que órgãos e autoridades públicas não cumprem regras criadas pelo próprio Poder Público, o que pode ser percebido em cinco notícias também em três episódios. Um exemplo disso fica perceptível na notícia intitulada “Prédios da gestão Alckmin extrapolam meta e viram ‘gastões’ de água em SP” (LOBEL, 2015e). Segundo este texto, edifícios do governo paulista descumpriam as metas de economia fixadas pela própria gestão Alckmin.

Dois metanarrativas sobre a população também podem ser identificadas nas notícias da *Folha* analisadas. Em dez delas, presentes em seis episódios, há uma concepção de que a população mais carente é a que mais sofre com os efeitos de uma crise hídrica por geralmente estar em regiões com uma prestação insatisfatória dos serviços de abastecimento e por não ter recursos suficientes para recorrer a novas fontes hídricas. Apenas no episódio “Contexto da

crise hídrica de São Paulo” esta narrativa de fundo não aparece. A metanarrativa segundo a qual as autoridades públicas não se compadecem do sofrimento da população, como numa situação de escassez de água, também pode ser detectada, visto que as estórias contadas demonstram a insensibilidade governamental com o sofrimento da população por meio da negação de que havia um racionamento na RMSP naquele contexto de crise. Outro traço de insensibilidade concerne à utilização de eufemismos pelos representantes do Governo do Estado de São Paulo para minimizar a gravidade da situação e, por conseguinte, atenuar seus prejuízos políticos. Esta narrativa de fundo consta de sete notícias em três episódios da narrativa da *Folha*.

4.8.4 Perspectivas sobre a água

Nos sete episódios analisados a questão da água é retratada pela *Folha de S. Paulo* com foco no abastecimento urbano de água. Deste modo, o líquido é apresentado pelos textos do jornal de uma forma utilitária, como se a própria existência deste recurso natural fosse para suprir as demandas de água das pessoas em cidades. Nas notícias analisadas há exemplos de usos urbanos de água os mais diversos que foram prejudicados pela crise hídrica, tais como: a prática de esportes náuticos, rega de jardins, preparo de alimentos, higiene pessoal, manutenção de atividades para o funcionamento de estabelecimentos comerciais, limpeza doméstica, dentre outros usos.

Ainda sobre esta abordagem no que diz respeito à água como insumo para o abastecimento urbano, a maioria dos textos da *Folha* considera a existência do líquido a partir dos reservatórios da Grande São Paulo até as torneiras dos habitantes da região. Com isso, outros usos do recurso são colocados em segundo plano, sendo que apenas o episódio “Busca de alternativas para garantir o abastecimento” aborda a importância da água para as atividades industriais e de agricultura. Por sua vez, a única narrativa secundária a evidenciar o papel do líquido para a geração de energia é “Escassez de água na agenda política”. Tão somente no episódio “Contexto da crise hídrica de São Paulo” as notícias analisadas possuem uma ênfase acerca dos antecedentes que culminaram na crise hídrica da RMSP, numa perspectiva que aborda a água antes mesmo de sua chegada aos reservatórios – neste caso, como elemento chave do planejamento realizado pela SABESP para a capital paulista.

Outra perspectiva recorrente com que a água é retratada pela *Folha* diz respeito ao uso do recurso natural como capital político tanto pelo Governo do Estado de São Paulo quanto por atores de outras esferas governamentais, como a Presidência da República e a Prefeitura de São Paulo. Tal forma de utilização política do líquido fica evidente especialmente nas estórias que

citam como a gestão de Geraldo Alckmin frente ao governo paulista, à época da crise hídrica da Grande São Paulo, esforçou-se para não adotar medidas impopulares a fim de mitigar os problemas trazidos pela falta de água. Segundo textos do jornal analisados neste estudo, este tipo de medida coercitiva e impopular – como a criação de uma sobretaxa para os consumidores ditos “gastões” – foi tomada apenas depois do processo eleitoral que reelegeu Alckmin ao Palácio dos Bandeirantes.

A água também aparece nas estórias da *Folha* como um elemento central causador de conflitos políticos, especialmente entre o Governo do Estado de São Paulo e opositores às medidas adotadas pela gestão Alckmin na condução da crise hídrica da RMSP entre 2014 e 2016. Devido à escassez do recurso na Grande São Paulo, a água também é colocada como fator de embates entre diferentes regiões abastecidas por um mesmo manancial, como no caso do Sistema Cantareira, que abastece tanto a Região Metropolitana de São Paulo quanto a Região Metropolitana de Campinas. Outro conflito latente é entre as cidades do Rio de Janeiro e de São Paulo em virtude da proposta de transposição das águas do rio Paraíba do Sul (principal manancial carioca) para o Sistema Cantareira (principal fonte hídrica da capital paulista). Esta perspectiva fica clara sobretudo nos episódios “Medidas para mitigação da crise e saneamento” e “Transparência na comunicação sobre a crise”.

Principalmente nos episódios “Busca de alternativas para garantir o abastecimento” e “Transparência na comunicação sobre a crise”, a *Folha* transmite aos leitores a ideia de que a busca por novas fontes de água seria a solução para a crise hídrica da RMSP, o que incluía a captação do recurso em regiões mais distantes, como na bacia do rio Paraíba do Sul, e mesmo a utilização do volume morto dos reservatórios do Sistema Cantareira. Deste modo, fica implícita a ideia de que para se solucionar o problema de escassez hídrica basta buscar novas fontes de água, como se esta opção estivesse invariavelmente disponível. Por outro lado, as notícias analisadas pouco abordam os fatores que conduziram a Grande São Paulo à maior crise hídrica de sua história, como a questão da ocupação irregular e desmatamento das margens dos reservatórios. Outra solução para a crise que está contida nas matérias se refere às chuvas, que são apresentadas em textos do veículo de comunicação como uma panaceia que resolveria a situação automaticamente.

Sobretudo na parte “Manifestações artísticas e religiosas relacionadas à crise”, que compõe o episódio “Cotidiano da escassez”, a água é retratada como um elemento indispensável ao meio ambiente e como condição à própria existência dos seres vivos. A *Folha* também aborda a água como elemento espiritual e a relaciona a diversos tipos de manifestações

religiosas, tais como: orações em missas para pedir chuvas a Deus, danças da chuva, oferendas, pajelanças, dentre outras.

Há, ainda, uma abordagem numérica da *Folha de S. Paulo* quanto à água. Isso porque o jornal explica a crise hídrica da RMSP aos seus leitores baseando-se especialmente em índices percentuais dos volumes acumulados nos principais reservatórios responsáveis pelo abastecimento da Grande São Paulo. Principalmente no episódio “Transparência na comunicação sobre a crise” o veículo de comunicação demonstra a importância desta abordagem ao enfatizar a mudança que faria na fórmula de cálculo do volume de água efetivamente acumulado no Sistema Cantareira. Destarte, a *Folha* passou a divulgar dados negativos quando da utilização do volume morto do manancial pela SABESP, o que aconteceu a partir da data deste anúncio do jornal aos leitores, que aconteceu em 19 de março de 2015, quando o Cantareira já operava em seu volume morto.

CONCLUSÕES

Esta dissertação partiu da seguinte pergunta de pesquisa: como se apresenta a narrativa de um veículo de comunicação da grande imprensa – no caso, a *Folha de S. Paulo* – sobre a crise hídrica que ocorreu na Região Metropolitana de São Paulo?

No intuito de procurar respostas a esta questão, realizamos a análise de 38 notícias veiculadas pelo jornal acerca da mais grave crise dessa natureza já registrada na Grande São Paulo, que foram agrupadas em sete episódios que identificamos durante este estudo. São eles: o contexto da crise hídrica; cotidiano da escassez; medidas para mitigação da crise e saneamento; busca de alternativas para garantir o abastecimento; escassez de água na agenda política; transparência na comunicação sobre a crise; e fim da crise e lições decorrentes.

Para tanto, o percurso metodológico por nós empreendido teve como ponto de partida a contextualização das causas que resultaram na crise hídrica da Região Metropolitana de São Paulo. Na sequência, focalizamos a utilização de métodos analíticos no contexto científico, bem como o estudo de narrativas e a própria narratologia. O passo seguinte trata da escolha da Análise Crítica da Narrativa, abordagem teórico-metodológica proposta por Motta (2013), para este estudo e explica tanto as três instâncias analíticas quanto os sete movimentos da ACN, sobretudo os quatro principais utilizados na análise da narrativa da *Folha* a respeito da crise hídrica em questão. São eles: deixar que surjam novos episódios, permitir ao conflito dramático se revelar, compreender os papéis dos personagens e permitir que as metanarrativas – narrativas

de fundo moral ou ético – aflorem. De modo complementar, também lançamos um olhar para a forma com que a questão da água é abordada nos materiais analisados.

Em termos de conflitos, identificamos que o grande embate desta narrativa é travado entre o Governo do Estado de São Paulo e a população da Região Metropolitana de São Paulo, sobretudo os moradores de bairros periféricos, que foram os mais atingidos pelo racionamento. Esta dualidade é reforçada pelo jornal especialmente pelos transtornos causados aos habitantes da metrópole em virtude da falta de água em suas torneiras. A falta de transparência governamental sobre a existência de um racionamento na Grande São Paulo e sobre a real gravidade da situação é destacada pelo veículo de comunicação, que chega a usar o irônico neologismo “dicionário do tucanês” para demonstrar como o governo estadual se esforçava para escamotear a criticidade da crise. Ainda na questão da falta de transparência, a *Folha* ressalta as insuficientes ações da gestão Alckmin para conscientizar a população acerca da importância de práticas cotidianas de uso racional da água sobretudo naquele contexto crítico. Portanto, há um conflito recorrente entre o jornal e a gestão Alckmin em busca de transparência a respeito do estágio real da crise hídrica na RMSP.

Outro conflito existente nesta narrativa é entre o Governo do Estado de São Paulo e a Agência Nacional de Águas, sendo que ambos realizavam uma gestão conjunta do uso das águas do Sistema Cantareira, principal manancial da Grande São Paulo, que possui reservatórios federais e estaduais. Por um lado, a ANA pediu mais transparência na divulgação dos dados sobre o armazenamento dos reservatórios do Cantareira, que deveriam indicar um percentual negativo quando as águas do volume morto das barragens estivesse em uso. No sentido oposto, o governo paulista acusa a Agência de ter instituído o racionamento na Região Metropolitana de São Paulo ao limitar a retirada de água do manancial pela SABESP. Dentre os demais conflitos identificados, outro destaque vai para o enfrentamento da gestão Alckmin e da SABESP contra a própria crise hídrica, por meio de obras de infraestrutura hídrica, racionamento, sobretaxa para consumidores perdulários de água e bônus para aqueles que conseguissem reduzir seu consumo no decorrer da crise.

Em termos de personagens, a narrativa da *Folha de S. Paulo* é repleta de vilões, heróis e vítimas. O Governo do Estado de São Paulo – especialmente na figura do então governador, Geraldo Alckmin – e a SABESP são os grandes antagonistas por não terem prevenido a situação, mesmo tendo em mãos documentos que alertavam para o risco de desabastecimento na RMSP. A inépcia do governo paulista e da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo para solucionar a situação do abastecimento metropolitano também confere vilania a ambos. Outro aspecto negativo atribuído a Alckmin e sua gestão diz respeito à falta de

transparência na divulgação das informações acerca da gravidade da situação – o que pôde ser observado em função do esforço semântico de atenuar a crise por meio de eufemismos – e a falta de divulgações que estimulassem o uso racional da água pela população da RMSP. O político também atua como antagonista por supostamente ter adotado medidas de enfrentamento à situação mais pautadas no contexto eleitoral de 2014 do que em critérios técnicos. Este papel de vilão é enfatizado, ainda, pelos maus exemplos dados por prédios do governo estadual que não conseguiam reduzir seu consumo de água em plena crise hídrica, o que os enquadrava na definição de consumidores “gastões” criada por Alckmin.

No sentido oposto, o Governo do Estado de São Paulo e a SABESP desempenham heroísmo por tentarem solucionar a situação a partir de obras emergenciais para aumentar a disponibilidade hídrica da Grande São Paulo e de medidas de gestão para desestimular o consumo do líquido, como a criação de sobretaxa para consumidores “gastões” e a concessão de bônus para os usuários que conseguissem reduzir seu uso de água no durante a crise.

A população da Grande São Paulo afetada pelos constantes cortes no fornecimento de água pela SABESP é a grande vítima desta narrativa da *Folha*, principalmente a parcela dos habitantes que viviam em bairros periféricos da RMSP, onde o rodízio no abastecimento era mais comum. O jornal recorre a exemplos de moradores que tinham suas rotinas alteradas pela falta de água e que, por isso, precisavam encontrar alternativas individuais para conseguirem realizar tarefas básicas, tais como: lavar roupas, cozinhar ou tomar banho. Este aspecto confere heroísmo à população da RMSP em geral, bem como a redução do consumo médio de água pelos habitantes da metrópole, o que é retratado pelo jornal como uma contribuição popular para solucionar a crise. Empresas que desenvolveram alternativas para diminuir o consumo do recurso, como motéis e academias, também são personagens desta narrativa. Por outro lado, a parcela dos habitantes da Grande São Paulo que não conseguiu reduzir seu consumo do recurso, os “gastões”, desempenha um papel de vilã pelo uso inadequado do líquido num contexto de escassez hídrica.

O Ministério Público do Estado de São Paulo e o Ministério Público Federal, representados por seus promotores, exercem um papel heroico por questionarem as ações do governo paulista na condução da crise hídrica e antes mesmo da ocorrência do problema. O mesmo acontece com órgãos do Judiciário, que são retratados pela *Folha de S. Paulo* com base em sua atuação para assegurar os interesses coletivos da população da RMSP concernentes ao abastecimento de água e à segurança hídrica. Ainda no contexto do Judiciário, o ministro do STF Luiz Fux atua heroicamente para solucionar o impasse referente ao uso das águas do rio Paraíba do Sul, que vinha sendo objeto de disputa entre os estados do Rio de Janeiro e São

Paulo. Já o Tribunal de Contas do Estado de São Paulo desempenha a função dúbia de herói e vilão. Se por um lado o TCESP criticou a falta de prevenção à crise pelo governo estadual, por outro lado deu um mau exemplo por não ter conseguido reduzir o consumo de água em suas instalações.

Outro personagem presente nesta narrativa da *Folha* é o governo federal. Quando a abordagem é dada à Presidência da República e à então presidente, Dilma Rousseff, ambas desempenham um papel heroico de busca por soluções para garantir o abastecimento da Grande São Paulo – o que legalmente seria uma atribuição estadual. Outra característica que confere heroísmo ao governo federal é sua disposição em dialogar com a gestão Alckmin num ambiente em que havia uma bipolaridade partidária entre a União, gerida pelo PT, e o Estado de São Paulo, governado pelo PSDB. A Agência Nacional de Águas, órgão federal, também exerce o papel de heroína por ter cobrado prudência e transparência na condução da crise hídrica pela gestão Alckmin, especialmente por meio de seu então diretor-presidente, Vicente Andreu. Ademais, a ANA e a União concordaram em firmar acordo com Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro para que a gestão das águas do rio Paraíba do Sul – que viria a ser interligado ao Sistema Cantareira – fosse realizada de modo compartilhado. Porém, a Agência exerce a função de vilã ao ser acusada, por Geraldo Alckmin, de ter iniciado o racionamento na RMSP em virtude de sua medida para limitar a retirada de água do Cantareira pela SABESP. Em outra ocasião, o jornal confere uma carga negativa à ANA pelo fato de a instituição, juntamente com o Departamento de Águas e Energia Elétrica do Estado de São Paulo, ter sido intimada judicialmente a manter um volume útil mínimo de 10% no Sistema Cantareira até o fim de abril de 2015.

Em relação às metanarrativas recorrentes nas notícias analisadas, uma delas é a concepção de que não se pode confiar nas informações do Estado, que as divulga conforme seus próprios interesses em detrimento do interesse público. Outra narrativa de fundo referente à transparência é que as autoridades públicas jogam com as palavras para atenuar a gravidade de uma situação crítica, induzindo a população à desinformação sobre tal problema. Num sentido exatamente oposto, as notícias contêm a ideia de que a imprensa desempenha um papel essencial para que a sociedade tenha acesso a informações omitidas pelo Estado.

Outra metanarrativa recorrente nos materiais estudados é que a gestão da crise hídrica pelo governo Alckmin foi mais pautada por interesses político-eleitorais do que por critérios técnicos para solucionar o problema. Ademais, pode-se verificar a narrativa de fundo segundo a qual o Estado é imprevidente na gestão de recursos hídricos e atua fundamentalmente para mitigar uma crise dessa natureza ao invés de preveni-la. Também pode ser observada a

metanarrativa de que os políticos não se compadecem do sofrimento da população em situações que geram transtornos no dia a dia dos cidadãos, como é o caso de uma situação crítica desse tipo. No que tange os efeitos de uma crise hídrica no cotidiano das pessoas, consta desta narrativa da *Folha* a concepção de que a população mais pobre é a que mais sofre com o desabastecimento de água em virtude de sua vulnerabilidade social para buscar novas fontes de acesso ao líquido.

Basicamente a questão da água é focalizada pelo veículo de comunicação na perspectiva de um insumo necessário para o abastecimento urbano e, conseqüentemente, para suprir as demandas de quem vive na Região Metropolitana de São Paulo. Há uma concepção de que a solução para a crise hídrica é buscar novos mananciais em vez de uma ênfase em ações para a preservação das áreas no entorno das fontes hídricas, bem como a ideia de que a chuva é a panaceia para este tipo de situação. Nas notícias o líquido é retratado desde os reservatórios da Grande São Paulo até a torneira dos habitantes da metrópole. Outra abordagem frequente confere à água uma condição de recurso dotado de valor econômico, especialmente para os moradores das cidades afetadas pelo racionamento. A água é, ainda, configurada como um instrumento político capaz de gerar dividendos ou prejuízos político-eleitorais sobretudo no contexto das eleições de 2014 para os governos estaduais e federal.

A narrativa da *Folha* sobre a crise é essencialmente baseada em questões de cunho político, envolvendo autoridades públicas das esferas federal, estadual e municipal; assim como representantes do Executivo, Legislativo, Judiciário e Ministério Público. Até mesmo por se tratar da pior crise hídrica da história da Região Metropolitana de São Paulo, a repercussão do tema tomou proporções de caráter nacional a ponto de ser debatida em pleno Palácio do Planalto pela então presidente da República, Dilma Rousseff, e pelo então governador paulista, Geraldo Alckmin. Outro indicativo da relevância da questão foi o envolvimento pessoal do ministro do STF Luiz Fux para costurar um acordo entre a União, Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo no sentido da gestão compartilhada das águas do rio Paraíba do Sul, que geravam conflito principalmente entre Rio e São Paulo.

Destarte, durante o percurso trilhado no contexto desta dissertação, ficou clara a pouca aderência entre a cobertura da *Folha de S. Paulo* e uma abordagem de jornalismo ambiental para a temática. Também ficou ainda mais evidente, para o autor, como as questões que envolvem recursos hídricos são indissociáveis das questões ambientais. Logo, o jornalismo ambiental cumpre um papel relevante em coberturas jornalísticas sobre crises hídricas, fenômeno cada vez mais recorrente em diferentes regiões do Brasil, desde o Nordeste, historicamente marcado por secas, até o Sudeste, região caracterizada pela regularidade de

chuvas. Outro ponto identificado diz respeito ao potencial que o tema água tem para novos estudos acerca de jornalismo ou em políticas públicas de comunicação alinhadas à própria Política Nacional de Recursos Hídricos. Em se tratando de crises referentes a água, o estudo empreendido abre, ainda, possibilidades para pesquisas concernentes a gestão de crises dessa natureza com foco em comunicação.

Nesta narrativa, a *Folha* constantemente adota um tom crítico à atuação do Governo do Estado de São Paulo para solucionar a crise hídrica e retomar a regularidade do abastecimento de água da população da RMSP. Principalmente em relação à falta de transparência da gestão Alckmin sobre os volumes dos reservatórios, e mesmo sobre a existência de um racionamento na Grande São Paulo, o veículo de comunicação evidencia as estratégias governamentais de dissimulação. Para tanto, um recurso utilizado em diversas oportunidades foi dar espaço a uma série de depoimentos que contradiziam ações ou discursos do governo paulista. Um exemplo deste tipo de estratégia adotada pela *Folha* está no episódio “Anúncio do fim da crise pelo então governador de São Paulo”, em que uma série de relatos de moradores da capital paulista desmentem Alckmin ao afirmarem que o racionamento ainda persistia mesmo depois do anúncio do então governador acerca do fim da crise hídrica.

Outro aspecto da narrativa analisada é o caráter didático adotado pelo jornal para tornar compreensíveis temas relativamente complexos e pouco conhecidos pela população em geral – gestão de recursos hídricos e saneamento. Para tanto, o veículo de comunicação recorre especialmente a infográficos e a um vocabulário que simplifica os termos mais técnicos a ponto de a expressão “volume morto” ter entrado no vocabulário cotidiano dos paulistanos e demais populações da RMSP naquele contexto de racionamento de água.

A narrativa da *Folha de S. Paulo* tem como característica, ainda, uma visão eminentemente urbana quanto aos recursos hídricos, como se a finalidade da água fosse simplesmente a de abastecer as cidades. Assim, outros usos que dependem do líquido, como a geração de energia hidrelétrica e a irrigação, ficaram em segundo plano na cobertura empreendida pelo jornal. Além disso, as notícias pouco abordam medidas efetivamente capazes de melhorar o volume de água que chega aos reservatórios, como a proteção de nascentes. Isto se deve a uma abordagem que considera a água desde quando já está nas barragens até sua chegada às torneiras das pessoas, desconsiderando o caminho que o líquido percorre até chegar aos reservatórios.

A utilização da abordagem teórico-metodológica da Análise Crítica da Narrativa mostrou-se promissora para novos estudos referentes à água em narrativas jornalísticas por permitir um olhar aprofundado sobre o tema. No entanto, por sua natureza eminentemente

qualitativa, a ACN possui limitações para a análise de um conjunto formado por muitas notícias. Com isso, fica claro que este tipo de análise é mais adequado para um volume menor de narrativas, desde que a amostragem seja realizada de maneira eficaz, sendo que a delimitação dos episódios mais representativos da narrativa a ser analisada tende a contribuir para este processo.

Para uma compreensão mais abrangente quanto à forma com que uma crise hídrica é narrada pela grande imprensa, um dos possíveis caminhos é realizar uma análise de diferentes veículos de comunicação sobre um mesmo fenômeno de escassez de água, o que pode indicar se há uma diferença significativa entre eles. Outro modo de se fazer uma análise dessa natureza é a comparação de narrativas de veículos de comunicação que utilizam linguagens distintas, como impressos e televisão, por exemplo, acerca de uma mesma crise hídrica. Há, ainda, a possibilidade de se comparar as narrativas de veículos distintos sobre diferentes crises hídricas. Neste sentido, por exemplo, poder-se-ia estudar como um veículo nacional narra uma situação de grave escassez de água em comparação a um veículo internacional com versão brasileira – BBC Brasil ou El País, por exemplo.

Desde a década de 1990, mais especificamente a partir da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (ECO-92 ou RIO-92), a água vem sendo situada na agenda ambiental global na perspectiva de prevenção a danos ambientais, segundo Moura (2005). Este processo consiste na concepção de que é mais econômico preservar o meio ambiente ou prevenir danos ambientais provocados por atividades econômicas do que mitigá-los. Para a autora, a economia mundial tem adotado uma preocupação com a sustentabilidade em troca de ganhos de imagem para as empresas que demonstram sua atuação em prol da preservação ambiental, característica vista como diferencial competitivo no contexto de economia globalizada.

De acordo com Moura (2005), deste contexto advém a Comunicação de Risco, que entrou na agenda do jornalismo e da mídia em geral. Tal perspectiva propõe o que deve ser observado pela sociedade em temas que causam grandes impactos socioambientais ou riscos científico-tecnológicos, que são aqueles proporcionados ao meio ambiente pelas atividades econômicas baseadas em inovações científicas e tecnológicas. Com isso, é possível estudar narrativas jornalísticas sobre rompimentos de barragens – como as que aconteceram nos municípios mineiros de Mariana e Brumadinho respectivamente em 2015 e 2019. Outro exemplo de possível tema de estudo são as enchentes causadas pela impermeabilização dos solos nas grandes cidades em virtude da expansão urbana, que vem acompanhada de asfaltamento,

ocupação das áreas de várzea por novos imóveis e drenagem de águas pluviais insuficiente, dentre outras questões.

Enfim, as possibilidades de novas pesquisas sobre o tema água e sua relação com o jornalismo são inúmeras, o que inclui outras questões, como: conflitos pelo uso da água entre diferentes setores usuários (irrigação e hidreletricidade, por exemplo) e entre regiões doadoras e receptoras de água de um mesmo manancial, dentre outros temas. Um exemplo de passo preliminar na caminhada de estudos sobre jornalismo e água foi dado por Batista e Moura (2019) em artigo acerca da narrativa do jornal *Correio Braziliense* sobre a crise hídrica vivenciada no Distrito Federal entre 2016 e 2017.

REFERÊNCIAS

Bibliográficas

AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS (Brasil). *Conjuntura dos recursos hídricos no Brasil: informe 2014*. Encarte especial sobre a crise hídrica. Brasília: ANA, 2015.

_____. *Manual de usos consuntivos da água no Brasil*. Brasília: ANA, 2019a.

_____. *Plano Nacional de Segurança Hídrica*. Brasília: ANA, 2019b.

AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS (Brasil); CENTRO EMPRESARIAL BRASILEIRO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (CEBDS). *Água: fatos e tendências*. [s.l]: ANA/CEBDS, 2006.

ARQUEMBOURG, Jocelyne. Entre fato e sentido: contar o acontecimento. *Trajectos*. n. 6. Lisboa: ISCTE (Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa), 2005.

ARSESP – Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo. Deliberação nº 545, de 7 de janeiro de 2015. Disponível em: < <http://www.arsesp.sp.gov.br/LegislacaoArquivos/ld15452015.pdf>>. Acesso em: 8 set. 2019.

AUGÉ, Marc. *Ficciones de fin de siglo*. Barcelona: Gedisa, 2001.

AUTOMARE, Marcio Miguel. A visão econômica da crise hídrica 2014/2015. In: BUCKERIDGE, Marcos; RIBEIRO, Wagner Costa (Org.). *Livro branco da água. A crise hídrica na Região Metropolitana de São Paulo em 2013-2015: Origens, impactos e soluções*. São Paulo: Instituto de Estudos Avançados, 2018. p. 167-174.

BARTHES, Roland. Introduction to the Structural Analysis of Narratives. In: SONTAG, S. (Ed.). *Barthes: Selected Writings*. London: Fontana-Collins, 1982.

BARTHES, Roland. Introdução à Análise Estrutural da Narrativa. In: BARTHES, R. et al. *Análise estrutural da narrativa*. Petrópolis: Vozes, 1971.

BATISTA, Raylton Alves; MOURA, Dione Oliveira. Análise Crítica da Narrativa da série de reportagens “Brasília na seca: um ano sem água”. *Revista Comunicando*, v. 8, p. 105-129, 2019.

BELLO, Ângela Ales. *Introdução à fenomenologia*. São Paulo: EDUSC, 2006.

BENETTI, Marcia. O jornalismo e imaginário: o lugar do universal. In: Kunsch, Dimas (Org.). *Esfera pública, redes e jornalismo*. São Paulo: E-papers, 2009.

_____. O jornalismo como acontecimento. In: BENETTI, Marcia; FONSECA, Virginia Pradelina da Silveira (Orgs.). *Jornalismo e acontecimento: mapeamentos críticos*. Florianópolis: Insular, 2010. p. 143-164.

BERGER, Christa; TAVARES, Frederico M. B. Tipologias do acontecimento jornalístico. In: BENETTI, Marcia; FONSECA, Virginia Pradelina da Silveira (Orgs.). *Jornalismo e acontecimento: mapeamentos críticos*. Florianópolis: Insular, 2010. p. 121-142.

BIRD, Elizabeth; DARDENNE, Robert W. Mito, registro e "estórias": explorando as qualidades narrativas das notícias. In: TRAQUINA, Nelson. (Org.). *Jornalismo: questões, teorias e "estórias"*. Florianópolis: Insular, 2016. p. 359-376.

BRASIL. Lei n.º 9.433, de 8 de janeiro de 1997. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9433.htm>. Acesso em: 2 nov. 2018.

BREMOND, Claude. A lógica dos possíveis narrativos. In: BARTHES, Roland et al. *Análise estrutural da narrativa*. Petrópolis: Vozes, 1971.

BRUNER, Jerome. *Actos de significado*. Madrid: Alianza, 1998.

BUCKERIDGE, Marcos; RIBEIRO, Wagner Costa. Uma visão sistêmica das origens, consequências e perspectivas das crises hídricas na Região Metropolitana de São Paulo. In: BUCKERIDGE, Marcos; RIBEIRO, Wagner Costa (Org.). *Livro branco da água. A crise hídrica na Região Metropolitana de São Paulo em 2013-2015: Origens, impactos e soluções*. São Paulo: Instituto de Estudos Avançados, 2018. p. 14-21.

CAPOBIANCO, João Paulo Ribeiro. Apresentação. In: BUCKERIDGE, Marcos; RIBEIRO, Wagner Costa (Org.). *Livro branco da água. A crise hídrica na Região Metropolitana de São Paulo em 2013-2015: Origens, impactos e soluções*. São Paulo: Instituto de Estudos Avançados, 2018. p. 11-12.

CARVALHEIRO, José R. Água, saúde e desenvolvimento sustentável. In: BUCKERIDGE, Marcos; RIBEIRO, Wagner Costa (Org.). *Livro branco da água. A crise hídrica na Região Metropolitana de São Paulo em 2013-2015: Origens, impactos e soluções*. São Paulo: Instituto de Estudos Avançados, 2018. p. 155-166.

CAVALCANTI-CUNHA, Maria Jandyra. Jornalismo e a construção narrativa da história do presente. In: PORTO, S. D.; MOTA, C. L. (Orgs.). *Hermenêutica e análise dos discursos em jornalismo*. Florianópolis: Insular, 2017.

CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.

CHARAUDEAU, Patrick. *Discurso das mídias*. 2. ed. 4. reimpr. São Paulo: Contexto, 2018.

DARNTON, Robert. Writing News and Telling Stories. *Daedalus*, vol. 104, primavera, 1975.

DEMO, Pedro. *Metodologia do conhecimento científico*. 1. ed. 11. reimpr. São Paulo: Atlas, 2013.

DESCARTES, René. *Discurso do método: para bem conduzir a própria razão e procurar a verdade nas ciências*. 2. ed. São Paulo: Difel, 1973.

DEVELEY, Pedro F. A crise hídrica no município de São Paulo e as consequências para a biodiversidade. In: BUCKERIDGE, Marcos; RIBEIRO, Wagner Costa (Org.). *Livro branco da água. A crise hídrica na Região Metropolitana de São Paulo em 2013-2015: Origens, impactos e soluções*. São Paulo: Instituto de Estudos Avançados, 2018. p. 46-53.

DURAND, Gilbert. *As estruturas antropológicas do imaginário: introdução à arquetipologia geral*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

EMPLASA – Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano S/A. Região Metropolitana de São Paulo. São Paulo, 1974-2019. Disponível em: <<https://www.emplasa.sp.gov.br/RMSP>>. Acesso em: 13 abr. 2019.

EPSTEIN, Isaac. Ciência, poder e comunicação. In: DUARTE, Jorge; BARROS, Antonio (Orgs.). *Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

ERICSON, Richard; BARANEK, Patricia M.; CHAN, Janet B. L. *Visualizing Deviance: a study of news organization*. Toronto: University of Toronto Press, 1987.

FAJERSZTAJN, Laís; SALDIVA, Paulo. Impactos da crise hídrica em São Paulo na saúde. In: BUCKERIDGE, Marcos; RIBEIRO, Wagner Costa (Org.). *Livro branco da água. A crise*

hídrica na Região Metropolitana de São Paulo em 2013-2015: Origens, impactos e soluções. São Paulo: Instituto de Estudos Avançados, 2018. p. 89-99.

FERRARI, Alfonso Trujillo. *Metodologia da ciência*. São Paulo: McGraw-Hill, 1989.

FONSECA, Virginia Pradelina da Silveira. O acontecimento como notícia: do conceito à prática profissional. In: BENETTI, Marcia; FONSECA, Virginia Pradelina da Silveira (Orgs.). *Jornalismo e acontecimento: mapeamentos críticos*. Florianópolis: Insular, 2010. p. 167-185.

GALLIANO, Alfredo Guilherme. *O método científico: teoria e prática*. São Paulo: Habra, 1979.

GALTUNG, Johan; RUGE, Marie Holmboe. The Structure of Foreign News. *Journal of International Peace Research*, 1, 1965.

GANCHO, Cândida Vilares. *Como analisar narrativas*. 9. ed. São Paulo: Ática, 2006.

GERGEN, Kenneth. *Realidades y relaciones*. Barcelona: Paidós, 1996.

GOVERNO DO BRASIL. População brasileira ultrapassa 208 milhões de pessoas, revela IBGE. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/noticias/cidadania-e-inclusao/2018/08/populacao-brasileira-ultrapassa-208-milhoes-de-pessoas-revela-ibge>>. Acesso em: 13 abr. 2019.

GUIMARÃES, César; FRANÇA, Vera (Org.). *Na mídia, na rua: narrativas do cotidiano*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

HENN, Ronaldo. O acontecimento em sua dimensão semiótica. In: BENETTI, Marcia; FONSECA, Virginia Pradelina da Silveira (Orgs.). *Jornalismo e acontecimento: mapeamentos críticos*. Florianópolis: Insular, 2010. p. 77-93.

HELLER, Léo. Prefácio. In: BUCKERIDGE, Marcos; RIBEIRO, Wagner Costa (Org.). *Livro branco da água. A crise hídrica na Região Metropolitana de São Paulo em 2013-2015: Origens, impactos e soluções*. São Paulo: Instituto de Estudos Avançados, 2018. p. 5-7.

HUSSERL, Edmund. *Os pensadores*. São Paulo: Nova Cultural, 2005.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (Brasil). População estimada da Região Metropolitana de São Paulo para 2018. Sobre a RMSP. Disponível em: <<https://emplasa.sp.gov.br/RMSP>>. Acesso em: 30 abr. 2019.

_____. População estimada de São Paulo para 2019. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/sao-paulo/panorama>>. Acesso em: 8 set. 2019.

JACOBI, Pedro Roberto; EMPINOTTI, Vanessa; GRANDISOLI, Edson. Alternativas para o futuro da água em São Paulo. In: BUCKERIDGE, Marcos; RIBEIRO, Wagner Costa (Org.). *Livro branco da água. A crise hídrica na Região Metropolitana de São Paulo em 2013-2015: Origens, impactos e soluções*. São Paulo: Instituto de Estudos Avançados, 2018. p. 101-121.

JORGE, Thaís de Mendonça. Notícia e valores-notícia. O papel do jornalista e dos filtros ideológicos no dia-a-dia da imprensa. In: VIII CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO LATINO-AMERICANA DE INVESTIGADORES DE COMUNICAÇÃO (ALAIAC), 2006, São Leopoldo.

KATZ, Elihu. Os acontecimentos midiáticos: o sentido de ocasião. In: TRAQUINA, Nelson. (Org.). *Jornalismo: questões, teorias e "estórias"*. Florianópolis: Insular, 2016. p. 83-93.

LEAL, Bruno Souza et al. Agendamento, enquadramento e noticiabilidade. In: BENETTI, Marcia; FONSECA, Virginia Pradelina da Silveira (Orgs.). *Jornalismo e acontecimento: mapeamentos críticos*. Florianópolis: Insular, 2010. p. 187-219.

MARTINS, Erika et al. *Crise hídrica e direitos humanos – relatório sobre violações de direitos humanos na gestão hídrica no estado de São Paulo*. São Paulo: Aliança pela Água, 2015.

MENDES, João Maria. *Por quê tantas histórias?* Coimbra: Minerva, 2001.

MERLEAU-PONTY, Maurice. *Fenomenologia da percepção*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

METZGER, Jean Paul. Introdução. In: BUCKERIDGE, Marcos; RIBEIRO, Wagner Costa (Org.). *Livro branco da água. A crise hídrica na Região Metropolitana de São Paulo em 2013-2015: Origens, impactos e soluções*. São Paulo: Instituto de Estudos Avançados, 2018. p. 37-38.

MOSCOVICI, Serge. *Representações sociais*. Petrópolis: Vozes, 2009.

MOTTA, Luiz Gonzaga. *Narratologia: análise da narrativa jornalística*. Brasília: Casa das Musas, 2004.

_____. Pesquisa em jornalismo no Brasil: o confronto entre os paradigmas midiocêntrico e sociocêntrico. *Eptic – Revista de Economía Política de las Tecnologías de la Información y Comunicación*, Aracaju, Vol. VII, n. 1, Jan. – Abr. 2005.

_____. Análise pragmática da narrativa jornalística. In: LAGO, C; BENETTI, M. (Orgs). *Metodologia de pesquisa em jornalismo*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

_____. Narrativas jornalísticas e conhecimento de mundo: representação, apresentação ou experimentação da realidade. In: PEREIRA, F. H.; MOURA, D. O.; ADGHIRNI, Z. L. (Orgs.). *Jornalismo e sociedade: teorias e metodologias*. Florianópolis: Insular, 2012a.

_____. Por que estudar narrativas? In: MOTA, C. L.; MOTTA, L. G.; CUNHA, M. J. (Orgs.). *Narrativas midiáticas*. Florianópolis: Insular, 2012b.

_____. *Análise crítica da narrativa*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2013.

MOUILLAUD, Maurice. A crítica do acontecimento ou o fato em questão. In: MOUILLAUD, Maurice; PORTO, Sérgio Dayrell (Orgs.). *O jornal: da forma ao sentido*. 3. ed. rev. ampl. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2012. p. 67-100.

MOURA, Dione. El Ingreso de la “Comunicación de Riesgo” en los Media Globales: la Creación de una Agenda sobre “Lo que Observar”. *Razón y Palabra*, Quito, Equador, n. 43, fevereiro-março, 2005. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/pdf/1995/199520626006.pdf>>. Acesso em: 23 nov. 2019.

MOURA, Dione Oliveira; SCHWAAB, Reges; SILVA, Noêmia Felix da. Leituras conceituais sobre jornalismo e meio ambiente. In: SIGNATES, Luiz; MORAES, Ângela. *Cidadania Comunicacional: Teoria, epistemologia e pesquisa*. Goiânia: Gráfica UFG, 2016.

PENA, Felipe. *Teoria do jornalismo*. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2017.

PONTES, Felipe Simão; SILVA, Gislene. Acontecimento jornalístico e história. In: BENETTI, Marcia; FONSECA, Virginia Pradelina da Silveira (Orgs.). *Jornalismo e acontecimento: mapeamentos críticos*. Florianópolis: Insular, 2010. p. 43-61.

PROPP, Vladimir. *Morfologia do conto maravilhoso*. Rio de Janeiro: Forense, 1984.

REBELO, José. Prolegómenos à narrativa mediática do acontecimento. *Trajectos – Revista de Comunicação, Cultura e Educação*. Lisboa, n. 8-9, 2006.

REUTER, Yves. *A análise da narrativa*. São Paulo: Difel, 2002.

RICOEUR, Paul. The narrative function. In: THOMPSON, J. B (Ed.). *Paul Ricoeur: Hermeneutics and the Human Sciences*. New York: Cambridge University Press, 1981.

_____. *Interpretação e ideologias*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1983.

_____. *Tempo e narrativa*. São Paulo: Papyrus, 1994. (Tomo I).

ROCK, Paul. News as Eternal Recurrence. In: COHEN, Stanley; YOUNG, Jock. *The Manufacture of News*. London: Constable, 1981.

RODRIGUES, Adriano Duarte. O acontecimento. In: TRAQUINA, Nelson. (Org.). *Jornalismo: questões, teorias e "estórias"*. Florianópolis: Insular, 2016. p. 51-59.

SABESP – Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo. Dossiê – Sistema Cantareira. São Paulo, 1973-2019. Disponível em: <http://memoriasabesp.sabesp.com.br/acervos/dossies/pdf/4_dossie_sistema_cantareira.pdf>. Acesso em: 13 abr. 2019.

_____. Sistema Cantareira. São Paulo, 1973-2019. Disponível em: <<http://site.sabesp.com.br/site/interna/Default.aspx?secaoId=132>>. Acesso em: 13 abr. 2019.

SANTOS, José Manuel. Da perca do mundo à sociedade dos (mega)acontecimentos. *Trajectos – Revista de Comunicação, Cultura e Educação*. Lisboa, n. 6, 2005.

SHALOM, David. Governo federal é cúmplice de Estados na crise da água, dizem especialistas. *Último Segundo*, 5.2.2015. Disponível em: <<https://ultimosegundo.ig.com.br/brasil/seca/2015-02-05/governo-federal-e-cumplido-de-estados-na-crise-da-agua-dizem-especialistas.html>>. Acesso em 17 dez. 2019.

SCHUTZ, Alfred. *El problema de la realidad social*. Buenos Aires: Amorrortu, 1995.

SILVA, Noêmia Félix da. *Discurso jornalístico: proposta de mapeamento do Dispositivo Desenvolvimento Sustentável*. 2017. Tese (Doutorado em Comunicação) – Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Universidade de Brasília, Brasília.

SINISGALLI, Paulo A. de A. et al. Consequências socioeconômicas da crise da água em São Paulo. In: BUCKERIDGE, Marcos; RIBEIRO, Wagner Costa (Org.). *Livro branco da água. A crise hídrica na Região Metropolitana de São Paulo em 2013-2015: Origens, impactos e soluções*. São Paulo: Instituto de Estudos Avançados, 2018. p. 74-88.

SODRÉ, Muniz. *A narração do fato: notas para uma teoria do acontecimento*. Petrópolis: Vozes, 2009.

TAUTZ, Carlos. Debate sobre cotas divide Fórum da Água no Japão. *Folha de S. Paulo*, 17.3.2003. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/folha/ciencia/ult306u8656.shtml>>. Acesso em: 2 nov. 2018.

TODOROV, Tzvetan. *A Gramática do Decameron*. São Paulo: Perspectiva, 1982.

_____. *As estruturas narrativas*. São Paulo: Perspectiva, 2013.

TRAQUINA, Nelson. *Teorias do Jornalismo, porque as notícias são como são*. 3. ed. rev. Florianópolis: Insular, 2018.

TUCHMAN, Gaye. Contando “estórias”. In: TRAQUINA, Nelson (Org.). *Jornalismo: questões, teorias e “estórias”*. Florianópolis: Insular, 2016.

TUNDISI, José Galizia. A crise hídrica e a qualidade da água na Região Metropolitana de São Paulo. In: BUCKERIDGE, Marcos; RIBEIRO, Wagner Costa (Org.). *Livro branco da água. A crise hídrica na Região Metropolitana de São Paulo em 2013-2015: Origens, impactos e soluções*. São Paulo: Instituto de Estudos Avançados, 2018. p. 39-45.

TUNDISI, José Galizia et al. Water availability, water quality, water governance: the way ahead. In: *Hydrological Sciences and Water Security: Past, Present and Future* (Edited by C. Cudenec et al.) Proceedings of the 11th Kovacs Colloquium, Paris, France, June 2014. IAHS Publ. 366, p. 75-79, 2015.

VEIGA, Patrícia Trudes da. 40% da população mundial não têm acesso a um banheiro, diz ONU. *Folha de S. Paulo*, 22.3.2013. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/empreendedorsocial/2013/03/1250130-40-da-populacao-mundial-nao-tem-acesso-a-um-banheiro-diz-onu.shtml>>. Acesso em: 2 nov. 2018.

VICTOR, R. A. B. M. et al. A escassez hídrica e seus reflexos sobre os serviços ecossistêmicos e o bem-estar humano na Reserva da Biosfera do Cinturão Verde da cidade de São Paulo. O caso da provisão de alimentos, produção madeireira, lazer e turismo aquático. In: BUCKERIDGE, Marcos; RIBEIRO, Wagner Costa (Org.). *Livro branco da água. A crise hídrica na Região Metropolitana de São Paulo em 2013-2015: Origens, impactos e soluções*. São Paulo: Instituto de Estudos Avançados, 2018. p. 54-73.

VON BERTRAB, E. Guadalajara's water crisis and the fate of Lake Chapala: a reflection of poor water management in Mexico. *Environment & Urbanization*, v.15, n.2, oct. 2003.

WHATELY, Marussia; CAMPANILI, Maura. *O século da escassez. Uma nova cultura de cuidado com a água: impasses e desafios*. 1. ed. São Paulo: Claro Enigma, 2016.

WHATELY, Marussia; CUNHA, Pilar. *Cantareira 2006: um olhar sobre o maior manancial de água da Região Metropolitana de São Paulo*. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2007.

WHITE, Hayden. The value of narrative in the representation of reality. In: MITCHELL, W. J. T. (Ed.). *On narrative*. Chicago: University of Chicago Press, 1981.

Notícias da *Folha de S. Paulo* analisadas

BEZERRA, Elton. Contra crise da água, centenas fazem “dança da chuva” em São Paulo. *Folha de S. Paulo*, 21.11.2014. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2014/11/1551709-contra-crise-da-agua-centenas-fazem-danca-da-chuva-em-sao-paulo.shtml>>. Acesso em: 4 ago. 2019.

BOGHOSSIAN, Bruno; GAMA, Paulo. “Orientação superior” impediu alerta maior sobre crise, diz presidente da Sabesp. *Folha de S. Paulo*, 24.10.2014. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2014/10/1537493-orientacao-superior-impediu-alerta-sobre-crise-diz-presidente-da-sabesp.shtml>>. Acesso em: 4 ago. 2019.

BRENHA, Heloisa. Relatório de 2011 já falava em risco de desabastecimento. *Folha de S. Paulo*, 6.10.2014. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2014/10/1527722-relatorio-de-2011-ja-falava-em-risco-de-desabastecimento.shtml>>. Acesso em: 11 maio 2019.

CANCIAN, Natália. Secretário de Alckmin enfrenta vaias e protesto ao receber prêmio em Brasília. *Folha de S. Paulo*, 13.10.2015. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2015/10/1693672-secretario-de-sp-enfrenta-vaia-e-protesto-ao-receber-premio-em-brasil.html>>. Acesso em: 4 ago. 2019.

FALCÃO, Márcio. SP, MG e RJ fecham acordo de gestão do rio Paraíba do Sul para beneficiar Cantareira. *Folha de S. Paulo*, 10.12.2015. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2015/12/1717338-sp-mg-e-rj-fecham-acordo-de-gestao-do-rio-paraiba-do-sul-para-beneficiar-cantareira.shtml>>. Acesso em: 4 ago. 2019.

FOLHA DE S. PAULO. Gestão Alckmin diz que Sabesp tem de esclarecer fala de presidente. *Folha de S. Paulo*, 24.10.2014a. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2014/10/1537680-gestao-alckmin-diz-que-sabesp-tem-de-esclarecer-fala-de-presidente.shtml>>. Acesso em: 4 ago. 2019.

_____. Maioria da população diz que Alckmin omite dados da estiagem em SP. *Folha de S. Paulo*, 16.8.2014b. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2014/08/1501404-maioria-da-populacao-diz-que-alckmin-omite-dados-da-estiagem-em-sp.shtml>>. Acesso em: 4 ago. 2019.

_____. Não há racionamento, mas redução de pressão, diz dirigente da Sabesp. *Folha de S. Paulo*, 10.11.2014c. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2014/11/1545803-nao-ha-acionamento-mas-reducao-de-pressao-diz-dirigente-sabesp.shtml>>. Acesso em: 4 ago. 2019.

_____. Folha muda base de cálculo sobre Cantareira. *Folha de S. Paulo*, 19.3.2015. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2015/03/1604949-folha-muda-base-de-calculo-sobre-cantareira.shtml>>. Acesso em: 4 ago. 2019.

_____. Fim do bônus e sobretaxa da Sabesp é inoportuno, diz entidade. *Folha de S. Paulo*, 1.4.2016. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2016/04/1756398-fim-do-bonus-e-sobretaxa-da-sabesp-e-inoportuno-diz-entidade.shtml>>. Acesso em: 3 ago. 2019.

GERAQUE, Eduardo. “É merecido”, diz Geraldo Alckmin sobre prêmio à sua gestão hídrica. *Folha de S. Paulo*, 23.9.2015. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2015/09/1685421-merecido-diz-alckmin-sobre-premio-por-gestao-hidrica-em-plena-crise.shtml>>. Acesso em: 4 ago. 2019.

GERAQUE, Eduardo; SAMPAIO, Lucas. Sabesp vai começar a usar reserva emergencial a partir de amanhã; veja. *Folha de S. Paulo*, 14.5.2014. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2014/05/1454055-sabesp-vai-comecar-a-usar-reserva-emergencial-a-partir-de-amanha.shtml>>. Acesso em: 4 ago. 2019.

HAUBERT, Mariana. Governador do Rio diz que acatará decisão para transpor Paraíba do Sul. *Folha de S. Paulo*, 5.11.2014. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2014/11/1543725-governador-do-rio-diz-que-acatara-decisao-para-transpor-paraiba-do-sul.shtml>>. Acesso em: 4 ago. 2019.

_____. Alckmin diz não haver necessidade imediata de rodízio de água no Estado. *Folha de S. Paulo*, 30.1.2015. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2015/01/1583096-alckmin-diz-nao-haver-necessidade-imediata-de-rodizio-de-agua-no-estado.shtml>>. Acesso em: 4 ago. 2019.

KREPP, Ana. Governo manterá bônus por economia de água até o fim do ano em SP. *Folha de S. Paulo*, 11.3.2014. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2014/03/1423685-governo-mantera-campanha-de-economia-de-agua-ate-fim-do-ano.shtml>>. Acesso em: 3 ago. 2019.

LOBEL, Fabrício. Cantareira sai do volume morto após 535 dias e ganha fôlego para 2016. *Folha de S. Paulo*, 30.12.2015a. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2015/12/1724165-apos-535-dias-cantareira-sai-do-volume-morto-e-tem-folego-para-2016.shtml>>. Acesso em: 4 ago. 2019.

_____. Concessão de bônus na conta da Sabesp será mais rígida em 2016. *Folha de S. Paulo*, 23.12.2015b. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2015/12/1722451-sabesp-prorroga-bonus-e-sobretaxa-da-agua-na-grande-sp.shtml>>. Acesso em: 3 ago. 2019.

_____. Entidades criticam prêmio de gestão de água a governador Alckmin. *Folha de S. Paulo*, 23.9.2015c. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2015/09/1685506-entidades-criticam-premio-de-gestao-de-agua-a-governador-alckmin.shtml>>. Acesso em: 4 ago. 2019.

_____. Mesmo com SP sem água, Alckmin ganhará prêmio de gestão hídrica. *Folha de S. Paulo*, 22.9.2015d. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2015/09/1685128-mesmo-com-sp-sem-agua-alckmin-ganhara-premio-de-gestao-hidrica.shtml>>. Acesso em: 4 ago. 2019.

_____. Prédios da gestão Alckmin extrapolam meta e viram “gastões” de água em SP. *Folha de S. Paulo*, 1.6.2015e. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2015/06/1636202-predios-da-gestao-alckmin-extrapolam-meta-e-viram-gastoes-de-agua-em-sp.shtml>>. Acesso em: 4 ago. 2019.

_____. Volume morto do sistema Cantareira faz um ano e vira ‘reserva fixa’. *Folha de S. Paulo*, 16.5.2015f. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2015/05/1629825-volume-morto-do-sistema-cantareira-faz-um-ano-e-vira-reserva-fixa.shtml>>. Acesso em: 4 ago. 2019.

LOBEL, Fabrício; BRENDLER, Guilherme; GOMES, Paulo. Alckmin diz que crise da água acabou; vítimas de racionamento contestam. *Folha de S. Paulo*, 7.3.2016. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2016/03/1747238-alckmin-diz-que-falta-dagua-em-sao-paulo-foi-superada.shtml>>. Acesso em: 4 ago. 2019.

LOBEL, Fabrício; URIBE, Gustavo. Gestão Alckmin cria “glossário da água” para reduzir desgaste na crise hídrica. *Folha de S. Paulo*, 7.2.2015. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2015/02/1586676-gestao-alckmin-cria-glossario-da-agua-para-reduzir-desgaste-na-crise-hidrica.shtml>>. Acesso em: 4 ago. 2019.

MACHADO, Leandro. Pressionada, presidente da Sabesp admite que deixará cargo em 2015. *Folha de S. Paulo*, 20.12.2014. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2014/12/1565360-pressionada-presidente-da-sabesp-admite-que-deixara-o-cargo-em-2015.shtml>>. Acesso em: 4 ago. 2019.

MESQUITA, Lígia. Contra gastões, academia em SP põe ampolheta e campanha em chuveiro. *Folha de S. Paulo*, 4.3.2015. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2015/03/1597784-contragastoes-academia-em-sp-poe-ampulheta-e-campanha-em-chuveiro.shtml>>. Acesso em: 4 ago. 2019.

MONTEIRO, André; RODRIGUES, Artur. Tribunal que fiscaliza contas do Estado não atinge meta de economia de água. *Folha de S. Paulo*, 22.10.2014. Disponível em:

<<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2014/10/1536318-tribunal-que-fiscaliza-contas-do-estado-nao-atinge-meta-de-economia-de-agua.shtml>>. Acesso em: 4 ago. 2019.

NALON, Tai. Cabral volta a dizer que “não vai tolerar nada” que afete abastecimento do Rio. *Folha de S. Paulo*, 21.3.2014. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2014/03/1428911-cabral-volta-a-dizer-que-nao-vai-tolerar-nada-que-afete-abastecimento-do-rio.shtml>>. Acesso em: 4 ago. 2019.

OLIVEIRA, Roberto de. Rituais, orações, oferendas e pajelança são feitos para “chamar” a chuva em SP. *Folha de S. Paulo*, 9.11.2014. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2014/11/1545480-rituais-oracoes-oferendas-e-pajelanca-sao-feitos-para-chamar-a-chuva-em-sp.shtml>>. Acesso em: 4 ago. 2019.

PAGNAN, Rogério. Alckmin admite que há racionamento de água em SP. *Folha de S. Paulo*, 14.1.2015. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2015/01/1574895-pela-primeira-vez-alckmin-admite-que-ha-acionamento-de-agua-em-sp.shtml>>. Acesso em: 4 ago. 2019.

RODRIGUES, Artur. Gravação agrava situação da presidente da Sabesp. *Folha de S. Paulo*, 24.10.2014. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2014/10/1537567-gravacao-sobre-crise-da-agua-abala-presidente-e-diretor-da-sabesp.shtml>>. Acesso em: 4 ago. 2019.

RODRIGUES, Artur; BRENHA, Heloisa. Parcela dos paulistanos que relataram falta de água aumenta e vai a 46%. *Folha de S. Paulo*, 16.8.2014. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2014/08/1501392-parcela-dos-paulistanos-que-relatam-falta-de-agua-aumenta-e-vai-a-46.shtml>>. Acesso em: 4 ago. 2019.

SAMPAIO, Lucas. “Reserva é para ser usada”, diz Alckmin sobre “volume morto” do Cantareira. *Folha de S. Paulo*, 20.3.2014. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2014/03/1428326-reserva-e-para-ser-usada-diz-alckmin-sobre-volume-morto-do-cantareira.shtml>>. Acesso em: 4 ago. 2019.

SANT’ANNA, Emilio. Governo paulista foi alertado em 2009 sobre riscos no Cantareira. *Folha de S. Paulo*, 13.3.2014. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2014/03/1424659-estado-foi-alertado-em-2009-sobre-riscos-no-cantareira.shtml>>. Acesso em: 11 maio 2019.

_____. Motéis de SP criam multa contra desperdício em banheiras e piscinas. *Folha de S. Paulo*, 8.2.2015. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2015/02/1586733-moteis-de-sp-criam-multa-contradesperdicio-em-banheiras-e-piscinas.shtml>>. Acesso em: 4 ago. 2019.

TUFFANI, Maurício. Promotoria quer que Sabesp use índices negativos para o Cantareira. *Folha de S. Paulo*, 18.3.2015. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2015/03/1604338-promotoria-quer-que-sabesp-use-indices-negativos-para-o-cantareira.shtml>>. Acesso em: 4 ago. 2019.

URIBE, Gustavo. ANA cobra maior transparência na divulgação da capacidade do Cantareira. *Folha de S. Paulo*, 6.3.2015a. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2015/03/1599135-ana-cobra-maior-transparencia-na-divulgacao-da-capacidade-do-cantareira.shtml>>. Acesso em: 4 ago. 2019.

_____. “Não se pode dizer que não vai ter rodízio”, diz Alckmin. *Folha de S. Paulo*, 13.2.2015b. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2015/02/1589505-nao-se-pode-dizer-que-nao-vai-ter-rodizio-diz-alcmin.shtml>>. Acesso em: 4 ago. 2019.

ZYLBERKAN, Mariana; LOBEL, Fabrício. Paulistanos reclamam de falta de água após Alckmin “decretar” fim da crise. *Folha de S. Paulo*, 9.3.2016. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2016/03/1747910-sp-reclama-de-falta-de-agua-apos-decreto-de-fim-da-crise.shtml>>. Acesso em: 4 ago. 2019.